

O Jornalismo de Investigação na Revista Visão

Ana Catarina Adriano Mota

Relatório de Estágio de Mestrado em Jornalismo

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Julho, 2022

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica de Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho.

*“O mundo onde as pessoas estão habituadas a consumir notícias,
é demasiado rápido para o jornalismo”*

João Ribeiro

Agradecimentos

A realização do presente Relatório de Estágio mostrou-se uma jornada que jamais esquecerei. Marcada por altos e baixos, fica presente o crescimento pessoal que me proporcionou. Como tal, não me poderia esquecer das pessoas que me apoiaram direta ou indiretamente e que contribuíram para realização deste trabalho. É a essas pessoas que endereço o meu maior e sincero obrigada.

Agradeço ao Prof. Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho pela sua orientação, acompanhamento, paciência e toda a disponibilidade dispensada, mostrando-se sempre, como o próprio afirmou, a “um telefonema ou email de distância”.

Um agradecimento à revista *Visão* por me receber tão bem e por me dar o espaço onde viria a dar os primeiros passos no jornalismo. Agradeço à Diretora Mafalda Anjos e à Sara Belo Luís, Subdiretora, pela oportunidade que me fez crescer tanto profissional, como pessoalmente. À Sara Santos, pelo acompanhamento e à Rita Rato Nunes e Lucília Monteiro pela ajuda no que se tornou a minha primeira reportagem publicada na *Visão*.

Um obrigado com carinho à Clara Cardoso, a minha editora, pelo seu apoio incondicional e supervisão durante o meu tempo na *Visão*, mas especialmente agradeço a amizade, os conselhos e as palavras de motivação.

Mais ainda, queria expressar o meu profundo obrigado ao Miguel Carvalho pela oportunidade que me concedeu de poder acompanhar em primeira mão no seu incrível trabalho, mostrando-se sempre disponível para explicar e para responder às minhas questões.

Também não queria deixar passar a oportunidade de agradecer à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) pelo acolhimento que me deu, e à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde iniciei o meu percurso académico e que me permitiu ter as bases e os ensinamentos necessários, sem os quais a continuação deste percurso nunca seria possível.

Com carinho, agradeço por fim, aos meus pais, Maria João e Paulo, à minha família, ao meu namorado, Hugo, à Ana Rita, e aos meus amigos, por todo o apoio e momentos de ajuda que me proporcionaram nesta luta.

O Jornalismo de Investigação na Revista Visão

Ana Catarina Adriano Mota

Resumo

Entendendo o jornalismo de investigação enquanto “género”, “prática” ou “forma superior” de jornalismo e admitindo que este tem potencial para criar mudanças sociais, melhorando a sociedade à sua volta, vemos como é necessário refletir sobre o mesmo. Na sua caracterização são enunciadas uma série de especificidades que, não só o distinguem do jornalismo quotidiano, como ainda mostram porque deve ser valorizado. Assim, torna-se essencial perceber se é possível encontrar jornalismo de investigação, e como são apresentadas estas especificidades num estudo de caso. Dentro das mesmas destaca-se a construção, que se apresenta como morosa, dispendiosa e com a necessidade de um maior esforço. Percebe-la ganha mais ênfase quando consideramos o contexto do jornalismo atual, aprisionado numa crise de valores.

O presente relatório de estágio tem como objetivo caracterizar o jornalismo de investigação atendendo às suas características, e incidindo no caso da revista *Visão*. Assim, será aferida a existência (ou não) de jornalismo de investigação neste caso de estudo, tentando identificar as especificidades consideradas essenciais à caracterização do mesmo. Foi ainda traçado como objetivo a compreensão do processo de construção de uma reportagem de investigação. Para alcançar estes objetivos, adotou-se uma metodologia mista, combinando as análises quantitativa e qualitativa. Estas materializam-se nos métodos de análise de conteúdo a 26 revistas, das quais foram pré-selecionados 77 artigos, e de observação participante, que se consubstancia no acompanhamento da construção de uma reportagem.

Palavras-chave: Jornalismo de Investigação; Efeitos do Mercado no Jornalismo; Especificidade do Jornalismo de Revista

Investigative Journalism in the Newsmagazine *Visão*

Ana Catarina Adriano Mota

Abstract

Understanding investigative journalism as a "genre", "practice" or "higher form" of journalism and admitting that it has the potential to create social change, improving the society around it, we see how necessary it is to reflect on it. In its characterization, a series of specificities are listed that not only distinguish it from daily journalism but also show why it should be valued. Therefore, it becomes essential to understand if it is possible to find investigative journalism, and how these specificities are presented in a case study. Within them, construction stands out, which is presented as time-consuming, expensive, and requiring more effort. Understanding it gains more emphasis when we consider the context of current journalism, trapped in a crisis of values.

The present internship report aims to characterize investigative journalism given its characteristics and focuses on the case of the newsmagazine *Visão*. Thus, investigative journalism's existence (or not) in this case study will be assessed, trying to identify the specificities considered essential to its characterization. It was also outlined as an objective the understanding of the construction process of an investigative reportage. A mixed methodology was adopted to achieve these objectives, combining quantitative and qualitative analysis. These are materialized in the methods of content analysis of 26 magazines, from which 77 articles were pre-selected, and participant observation, embodied in the monitoring of the construction of a report.

Keywords: Investigative Journalism, Market Effects on Journalism; Specificity of Newsmagazine Journalism

Índice

Introdução	1
Capítulo I: Caraterização do órgão de comunicação social e do estágio.....	5
I. 1. A Revista <i>Visão</i>	5
I. 2. A escolha pela Revista <i>Visão</i>	9
I. 3. O estágio	11
Capítulo II: Enquadramento teórico	17
II. 1. O Jornalismo de investigação	17
1.1 Do pleonismo à forma “superior de jornalismo”	17
1.2 Dos “muckrakers” ao Watergate: os jornalistas de investigação	24
II. 2. A crise no Jornalismo	30
2.1 Uma crise sistémica	30
2.2 O desinvestimento no jornalismo de investigação	36
Capítulo III: Caraterização da investigação	41
III. 1. Pertinência do estudo	41
III. 2. Perguntas de investigação.....	42
III. 3. Metodologia	42
3.1 Análise de conteúdo.....	43
3.2. Método Observação Participante	44
Capítulo IV: Apresentação e discussão dos resultados	51
IV. 1. Resultados da análise de conteúdos	57
1.1 Primeiros resultados	57
1.2 Especificidades dos artigos de jornalismo de investigação	59
IV. 2. Resultados do método de observação participante	66
Conclusão	69
Referências Bibliográficas	76
Anexos.....	80

Índice de tabelas

Tabela 1- Caraterização dos artigos de jornalismo de investigação. Fonte: Autoria própria.....	55
Tabela 2- Critérios artigos de Jornalismo de Investigação. Fonte: Autoria própria.....	85

Índice de Figuras

Figura 1. Número de artigos por número de critérios (gráfico) Fonte: Autoria própria.	57
Figura 2. Número de artigos por critério analisados (gráfico). Fonte: Autoria própria.	58
Figura 3. Número de artigos por autor (gráfico). Fonte: Autoria própria.	59
Figura 4. Artigo analisado ao qual foi dada a designação “Investigação”. Fonte: Visão.	60
Figura 5. Número de artigos por editoria (gráfico). Fonte: Autoria própria.	62
Figura 6. Número de artigos por âmbito geográfico (gráfico). Fonte: Autoria própria.	63
Figura 7. Número de artigos por presença online (gráfico). Fonte: Autoria própria.....	63
Figura 8. Artigo analisado, publicado como conteúdo exclusivo para incentivar à assinatura. Fonte: Visão.....	64
Figura 9. Importância editorial atribuída por artigo (gráfico). Fonte: Autoria própria. .	65

Introdução

“Investigative reporting starts at the point where the day-to-day work stops.”(Randall, 2016, p. 127)

A ideia de que o jornalismo de investigação se poderia diferenciar do jornalismo quotidiano deu o mote para este estudo. O jornalismo de investigação é apresentado como um “género” (De Burgh, 2000, p. 32), “prática” (Starkman, 2014, p. 27), ou “forma superior” (Coelho & Rodrigues, 2020, p. 138) dentro do jornalismo. A este são atribuídas características que o diferenciam do jornalismo quotidiano. Das mais relevantes há que destacar o tempo, privilégio que se mostra pouco característico numa conjuntura de crise, como aquela em que se encontra o jornalismo. O tempo permite ao jornalista ter o espaço necessário para refletir e investigar (Starkman, 2014, p. 257).

Assim, torna-se relevante aferir a existência de jornalismo de investigação, bem como caracterizar esta existência a partir das suas especificidades, entendendo os problemas que enfrenta e como podem ser colmatados. É nesse âmbito que se apresenta o seguinte relatório de estágio, seguindo a estrutura que será enunciada de seguida.

No “Capítulo I” será apresentado o órgão de comunicação social que comporta o objeto de estudo: a *Visão*, a *newsmagazine* com mais longevidade do país (Cardoso, 2014, pp. 431, 432). Vão ser abordados os marcos históricos que determinaram a revista, bem como a sua afirmação no mercado português. Destes, destacam-se o seu nascimento, em 1993, seguido da reivindicação das marcas que a caracterizavam como a aposta na qualidade, rigor, independência, originalidade e inovação. Assim, é de notar, ainda, a intenção de compatibilizar a imaginação com a profundidade de investigação (*idem*, 2008, p. 1562).

Ainda no primeiro capítulo tentar-se-á criar uma descrição do processo de decisão que culminou na escolha da revista *Visão* para a realização do estágio da componente não letiva, bem como a experiência tida durante o mesmo. Através do estágio na editoria *Online*, foi possível testemunhar algumas das premissas mais tarde abordadas relativamente à crise no jornalismo. É de destacar que foi encontrada uma pequena aposta nos recursos humanos destinados à editoria *Online* que, junto com a tentativa de conseguir um maior número de visualizações, resultaram na observação, e realização, de artigos maioritariamente com temas sensacionalistas e de fácil produção.

No “Capítulo II”, que dá início ao enquadramento teórico, são apresentadas as bases necessárias para a investigação. Neste irá ser aprofundado como se pode chegar a uma definição de jornalismo de investigação que se mostre consensual, elegendo características diferenciadores que permitam identificá-lo. Para atingirmos este objetivo será tido em consideração a obra de Randall (2016), onde o autor explora quatro características concretas, cuja presença determina a existência de jornalismo de investigação. Será também feita uma reflexão para determinar se é possível chegar a um perfil correspondente ao jornalista de investigação. Olhando para a sua história, irá ser abordado o que autores como Hamilton (2016) e Hoxha (2019) determinam como o início do jornalismo de investigação, olhando para os “*muckraker*”, nome dado aos jornalistas que o praticavam. Progredindo na história, irá ser possível notar como se passou do termo pejorativo “*muckraker*”, para o tempo que é considerado “o auge do jornalismo de investigação”, os anos 70, protagonizado pelo caso Watergate (Hamilton, 2016, p. 34). No fim deste subcapítulo, será possível identificarmos o perfil do jornalista de investigação e ver as competências necessárias à sua função específica, descritas por Randall (2016).

Se no subcapítulo que acabamos de descrever irá ser abordado o auge do jornalismo de investigação, no subcapítulo seguinte refletiremos sobre a forma como o jornalismo de investigação reage à crise de sustentabilidade que afeta o jornalismo. Neste sentido, faremos um esforço para caracterizar a crise no jornalismo, tentando traçar as suas causas e um caminho que possa levar a soluções duradouras (Coelho & Silva, 2018, p. 75; Pickard, 2011, p. 73). Através da obra de Pickart será observado como os fatores económicos e os avanços tecnológicos, apesar de não serem as razões da crise, contribuíram para empurrar o jornalismo para a mesma (2011, p. 75). Assim, veremos como a passagem da publicidade e dos leitores dos jornais para o digital veio afetar o modelo de negócio do jornalismo (Fuller, 2010, pp. 10, 11), e como a internet e as redes sociais vieram enfatizar a dificuldade de conseguir receitas económicas através do mantra “a informação deve ser grátis” (Alexander, 2015, p. 14; Monteiro & Craveiro, 2021, p. 88).

Na verdadeira origem da crise vão ser tidos em conta autores como Coelho e Silva (2018) e Pickard (2011), para explicar como esta surge, uma vez que o jornalismo está a ser ameaçado na base que o sustenta - os seus valores. Vai ser possível visualizar como a crise nos valores é causada pela associação dos valores do jornalismo aos valores de

mercado (Coelho & Silva, 2018, p. 75) e à preocupação de gerar lucros económicos, que não devia estar associada ao jornalismo (Pickard, 2011). De seguida irá ser explorado que impacto tem esta crise no jornalismo de investigação. Ao ver que o jornalismo de investigação tem ao mesmo tempo a dualidade de ser mais vital e o mais vulnerável (Starkman, 2014, p. 29) irá ser possível notar como esta crise tem um maior impacto sobre ele. Com autores como Coelho e Silva (2018), Monteiro e Craveiro (2021) e Lopes (2015) será aprofundado como esta crise se materializa numa conjuntura de receitas rápidas (Coelho & Silva, 2018, pp. 81, 82), em que é exigido ao jornalista trabalhar mais rápido e com menos custos (Lopes, 2015; Starkman, 2014, p. 257), tornando o jornalismo num “*copy-past*” e o jornalista um “pé de microfone” (Lopes, 2015, p. 7).

Tentar-se-á, ainda, refletir sobre a rentabilidade do jornalismo de investigação, tendo como ponto de partida a obra de Hamilton (2016). Serão distinguidas duas abordagens diferentes, por um lado a rentabilidade no seu sentido mais lato, a do lucro económico, e por outro o lucro social. É neste último que iremos encontrar a grande vantagem do jornalismo de investigação capaz de mudar leis, políticas, e melhorar a vida das pessoas (Hamilton, 2016, p. 83). Assim, serão apresentados modelos que permitam a valorização deste lucro social, ao invés do económico, tal como a defendida por Pickard, assente na identificação do jornalismo como um “bem-público”, e, como tal, atribuindo ao Estado o dever de o financiar (2011, 74). Igualmente irá ser apresentada a proposta de Cagé, expressa num modelo híbrido que junta a componente de empresa à de sociedade sem fins lucrativos (2015, pp. 139- 152).

Findo o enquadramento teórico, é apresentado o “Capítulo III”, onde irá ser feita a caracterização da investigação. Esta começará pela explicação da pertinência do estudo, encontrada nas especificidades e na vantagem do jornalismo de investigação: criar lucro social. Será ainda explicada a escolha da revista Visão como estudo de caso, tanto pelo seu posicionamento no mercado português, como por se assumir como uma revista que aposta na qualidade, no rigor e na profundidade de investigação jornalística (Cardoso, 2008, p. 1562). Assim, tentaremos responder às duas perguntas de investigação definidas: **P1:** Existe jornalismo de investigação na Revista Visão, e se sim, quais são as suas especificidades?; **P2 (complementar):** Qual o processo de construção de uma reportagem de investigação?

Com esta finalidade em mente será apresentada a metodologia que será posta em prática no “Capítulo IV”, que corresponderá, então, à apresentação e discussão dos resultados.

Capítulo I: Caracterização do órgão de comunicação social e do estágio

I. 1. A Revista *Visão*

A 25 de março de 1993 saía para as bancas a primeira edição da Revista *Visão*, cuja criação foi facilitada quando o grupo suíço Edipress (detentor dos principais diários da Suíça: *24 Heures*, *Le Matin* e *Tribune de Genève*) adquire 66,6% da Projornal. Surgia, então, uma revista cujo núcleo editorial era liderado por José Carlos de Vasconcelos, diretor editorial do grupo, Cáceres Monteiro e Silva Pinto. Na sua génese estava *O Jornal*, semanário extinto alguns meses antes e publicado ao longo de 17 anos (entre 1975 e 1992), e que chegou a ser líder de vendas. Até então, Portugal apenas contava com a Revista *Sábado* - fundada em 1988, fechada cinco anos depois e retomada em 2004, tornando-a a mais antiga do país, mas dando o título de maior longevidade à *Visão* (Cardoso, 2014, pp. 431, 432).

Antes de a primeira edição da *Visão* chegar às bancas, três números zero haviam sido lançados de forma gratuita: o primeiro a 8 de janeiro, o segundo a 18 de fevereiro e o último a 11 de março (*ibidem*, p. 433). Estes três primeiros exemplares são de extrema importância na demarcação da revista no mercado português e na própria construção da mesma. Neles encontram-se explicadas as razões que levaram à criação da revista, reforçava-se a linha orientadora e marcas distintivas da mesma, das quais se destacam: a qualidade, rigor, independência, originalidade, inovação e aposta no grafismo.

Observemos como foram estabelecidos estes valores. No primeiro desde número zero, na sua “Linha Direta”, seção inicial do mesmo, pode ler-se o compromisso de “procurar satisfazer todos os que, não tendo tempo a perder, preferem a qualidade jornalística, a independência editorial, o ângulo original e a síntese prospetiva”. Além disso, é relevante mencionar que é, também, nesta altura que é apresentado, pela primeira vez, o seu estatuto editorial e que é reforçada a vontade de “compatibilizar a imaginação com o rigor e a profundidade de investigação com a clareza do estilo e de linguagem”. Se estes dois exemplos mostram os valores da *Visão*, atendamos agora na construção da sua imagem, com a promessa de exclusivos da *Time* e do *Le Nouvel Observateur*, e do desejo de uma forte aposta no grafismo: “a nossa redação e o departamento gráfico estão equipados com o mais moderno sistema informático, sendo de salientar o sector da

infografia, cuja produção tem uma qualidade ímpar em Portugal”. Já na última revista, pertencente a estes três números zero, faz-se referência à vontade de tornar a *Visão* numa “*newsmagazine* como não existe em Portugal”, sendo esta a primeira vez que se recorre à palavra britânica para definir uma revista semanal generalista, percebendo-se, nas entrelinhas, que o objetivo se tratava de criar uma revista algures entre a americana *Time* e a alemã *Der Spiegel* (*idem*, 2008, p. 1562).

Olhando para o Estatuto Editorial¹ da revista, o mesmo desde a sua apresentação, em 1993, encontramos ainda presentes os seguintes fatores em cima mencionados: aposta em investigação própria; emergência na infografia; aposta no material gráfico e visual como forças necessárias à narrativa. Neste lê-se: a “VISÃO é uma revista semanal de informação geral que pretende dar, através do texto e da imagem, uma ampla cobertura dos mais importantes e significativos acontecimentos nacionais e internacionais, em todos os domínios de interesse”. A este ponto juntam-se cinco, os quais reivindicam a independência “do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão”; a identificação da revista com “os valores de democracia pluralista e solidária”; a regência pelo “cumprimento rigoroso das normas éticas e deontológicas do jornalismo” durante o exercício jornalístico; a defesa do “pluralismo de opinião, sem prejuízo de poder assumir as suas próprias posições” e a separação clara dos factos e das opiniões, sendo que “os primeiros são intocáveis e as segundas são livres”.

A *Visão* sempre teve uma forte presença no mercado português. Desde o início que a revista teve um crescimento sustentado e, em 1998, no segmento dos semanários (uma vez que era a única *newsmagazine* da altura) assegura, com 367 mil leitores de audiência média, o segundo lugar atrás do jornal *Expresso*. Este crescimento continuou e em 2004, agora com concorrência no mercado nas *newsmagazine*, a *Visão* continuava a apresentar bons resultados, contanto, na altura, com 110 mil exemplares de circulação média (*ibidem*, pp. 1562, 1563). Olhando para os dados de hoje, segundo a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), no 1º trimestre de 2022, a *Visão* teve uma circulação paga no impresso de 23733. Apesar de o número ser mais baixo do que o de 2004, este é positivo, não só tendo em conta o panorama em que se encontra a comunicação social, mas também quando comparada à sua concorrência direta: a *Sábado* (atualmente parte do grupo Cofina) que teve uma circulação paga no

¹ <https://visao.sapo.pt/estatuto-editorial/>

impresso de 20276 (APCT, 2022). Assim, a *Visão* assume-se como “a *newsmagazine* mais lida do país”, frase que consta da capa de cada edição impressa.

Continuando a olhar para a história da revista, são de destacar duas aquisições que lhe traçaram o futuro. O primeiro destaque vai para 1999, quando a Edipress se fundiu com a Abril Controljornal, tornando a *Visão* parte do grupo Impresa (detentor de órgãos de comunicação como a Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e o semanário *Expresso*). O segundo destaque vai para 2018, quando a revista é vendida pelo grupo Impresa a Luís Delgado, juntamente com mais 11 revistas: *Activa*, *Caras*, *Caras Decoração*, *Courrier Internacional*, *Exame*, *Exame Informática*, *Jornal de Letras*, *TeleNovelas*, *TV Mais*, *Visão História* e *Visão Júnior*. A aquisição deu origem ao grupo de comunicação social no qual a *Visão* se encontra até hoje: a *Trust in News*. Mafalda Anjos, a então Diretora da *Visão*, cargo que continua a ocupar, passa a exercer também a função de *publisher* das 12 revista (n.d, 2018). Às revistas acima mencionadas juntam-se as publicações da *Trust in News*² edições especiais como: *Visão Saúde*, *Visão Biografia*, *Visão Surf*, *This is Portugal* e *A Nossa Prima*.

Se nos detivermos na Ficha Técnica³ da *Visão* para além do cargo de Diretora, ocupado, como já foi mencionado, por Mafalda Anjos, esta conta ainda com um Diretor-executivo, Rui Tavares Guedes e uma Subdiretora, Sara Belo Luís. No que diz respeito a editores são sete, distribuídos por igual número de seções: Sociedade (Alexandra Correia), *Online* (Clara Cardoso), Mundo (Filipe Fialho), *Visão Se7e* (Inês Belo), Grafismo (João Carlos Mendes), Radar (Manuel Barros Moura) e Cultura (Pedro Almeida). A revista faz ainda uma distinção entre a Redação e os Redatores Principais e Grandes Repórteres, nestes últimos são apontados os seguintes nomes: Carlos Rodrigues Lima, Cláudia Lobo, José Plácido Júnior, Miguel Carvalho e Rosa Ruela.

Analisando a composição atual da revista impressa, notamos que anda à volta de 114 páginas. A *Visão* inicia-se com a “Linha Direta”, que se dedica ao *feedback* dos leitores, estimulando-os a partilhar as falhas detetadas ou a contribuir com correções, encontramos nesta o “Correio do Leitor” e, ainda, divulgação de ofertas ou promoções. Depois da “Linha Direta”, encontramos uma entrevista em formato pergunta e resposta. A restante organização divide-se em cinco secções: “Radar”, “Focar”, “Vagar”, “*Visão Se7e*” e “Opinião”. Começando na primeira, podemos ver que esta se ramifica em várias

² <https://www.trustinnews.pt/>

³ <https://visao.sapo.pt/ficha-tecnica/>

subsecções: “Raios X”, que visa a análise estatística de determinado tema; “7 Pontos da Semana”, destaques assinados pela Diretora da *Visão* ou pelo Diretor-executivo - a análise dos assuntos que marcaram a semana, bem como a escolha de um número e uma frase marcantes; “Holofote”, que incide em determinada personagem da atualidade; “Inbox”, uma coletânea de frases e citações que marcaram a semana; “Almanaque”, que incide sobre os números da semana e outros assuntos relevantes; “Transições” - a página dedicada aos obituários; “Próximos Capítulos”, onde é escolhido um assunto que terá repercussões no futuro e onde, também, se inclui “Periscópio”- uma enumeração de situações irrisórias.

Nas restantes quatro secções podemos ver que em “Focar” encontramos os assuntos sobre os quais a revista se debruçou; em “Vagar” - a secção que se dedica à cultura; a *Visão Se7e*, que é o espaço para a cultura e *lifestyle*; por sua vez a “Opinião”, como o nome indica, dedica-se a artigos de opinião, que se encontram ao longo da revista. Podemos ainda destacar que periodicamente é possível encontrar conteúdo patrocinado, integrado na “*Visão Brand Studio*”; reportagens da *Time*; e dossiês especiais como, por exemplo, o “Dossiê Verde”⁴ (dedicado a assuntos do ambiente) ou o “Dossiê Imobiliário”⁵. Por último, e por ser o tema do nosso relatório de estágio, destacamos que a *Visão* não dedica nenhuma divisão ao jornalismo de investigação. No entanto, por vezes atribui a designação “Investigação” a alguns dos seus artigos.

Olhando em detalhe para as revistas em que a *Visão* se segmentou, podemos ver: a *Visão Júnior*, uma revista de informação dirigida ao público infantojuvenil; a *Visão Saúde*, um título bimestral, focado na investigação nos campos da medicina e da saúde; a *Visão História*, também ela bimestral e que, como o nome indica, dedica cada edição a um tema histórico; a *Visão Biografia*, uma revista trianual que procura trazer para o espaço público perfis de entidades consideradas relevantes.

Já na versão digital, são quatro as ramificações que encontramos: “Atualidades na *Visão*”, “Opinião na *Visão*”, “Mais na *Visão*” e “Sobre”. A primeira divide-se em 16 secções: “Últimas”, “Política”, “Sociedade”, “Economia”, “Mundo”, “Cultura, Ambiente”, “Tecnologia”, “Desporto”, “Saúde”, “Imobiliário”, “História”, “Ideias”, “Fotografia”, “Viagem” e “Lifestyle”. A segunda comporta “Editorial”, “Crónicas”, “Bolsa de Especialistas” e “Nós Lá Fora”. A terceira alberga informação relativa a

⁴ Um exemplo pode ser encontrado na Edição nº1466 (8/4 a 14/4/2021)

⁵ Um exemplo pode ser encontrado na Edição nº1464 (25/3 a 31/3/2021)

newsletters, assinaturas, edição impressa, a *Visão Brand Studio*, a *Volt*, iniciativas da revista, e ainda acesso a “Oceano de Esperança”⁶ – “projeto da *Visão* em parceria com a Rolex, no âmbito da sua iniciativa *Perpetual Planet*, para dar voz a pessoas e organizações extraordinárias que trabalham para construir um planeta e um futuro mais sustentáveis”⁷ e *podcasts*. Estes últimos são uma aposta recente da revista no meio digital e demonstram uma clara tentativa de se manter a par das tendências atuais. Nos *podcasts* destacamos dois exemplos: “Olho Vivo”⁸, que se debruça sobre a atualidade política e económica, nacional e internacional, cujos episódios, de cerca de 60 minutos cada, e se distribuem via *iTunes*, *Spotify*, *Google Podcasts* e *Buzzsprout*; e “Irrevogável”⁹, podcast semanal em que, em cada episódio, de cerca de 40 minutos, se realiza uma entrevista a um protagonista que marque a agenda pública. Para terminar, em “Sobre” encontramos os contactos, termos de utilização, publicidade, ficha técnica, código de conduta, estatuto editorial, política de *cookies*, política de privacidade, bem como o local dedicado a comprar assinaturas e a loja *Trust In News*. Na componente *online* da revista, podemos, ainda, destacar a sua presença nas redes sociais *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*.

I. 2. A escolha pela Revista *Visão*

Apesar da grande admiração que nutria pela Revista *Visão*, esta não foi a minha primeira escolha para realizar o meu estágio curricular. Já tendo estagiado num jornal regional, onde pude experienciar a componente escrita do jornalismo, a minha decisão estava tomada: o meu estágio seria numa televisão. Pedi o estágio para julho de 2020, sendo as minhas primeiras duas opções a *RTP*, seguida da *SIC*. No entanto, a conjuntura não se mostrava fácil, condicionada pela pandemia da Covid-19 e pela incerteza que pairava sobre as implicações da mesma. A maioria dos estágios curriculares foi suspensa, incluindo nas minhas duas primeiras escolhas.

A *RTP* foi a primeira a afirmar que os estágios estavam suspensos indefinidamente, mas que a minha candidatura podia ficar em espera. Decidi, no entanto, avançar para a minha segunda opção, a *SIC*, uma vez que também nutria uma grande admiração por este

⁶ <https://visao.sapo.pt/especiais/oceanodeesperanca/>

⁷ <https://visao.sapo.pt/especiais/oceanodeesperanca/>

⁸ <https://visao.sapo.pt/opinioao/ponto-de-vista/olho-vivo/>

⁹ <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/irrevogavel/>

órgão de comunicação social. Já na *SIC*, apesar de não existir nenhuma garantia, o cenário parecia mais promissor. Foi-me explicado que os estágios estavam suspensos até 15 de setembro. Assim, apesar do forte desejo de iniciar o meu estágio e consequentemente experienciar a parte prática do jornalismo num órgão de comunicação nacional, razão pela qual ingressei no mestrado, a persistência que tanto me caracteriza fez-me esperar, na esperança de que os estágios voltassem a ser retomados.

Na data prevista fui informada que os estágios na *SIC* tinham sido suspensos até ao final do ano, surgindo, no entanto, a possibilidade de efetuar uma candidatura para a *TVI*. Seguiram-se cerca de dois meses de espera, sem nunca obter qualquer resposta, uma vez que a *TVI* nunca transmitiu oficialmente a suspensão dos seus estágios curriculares. Não vendo outra possibilidade, comecei a olhar para outras opções. Considerei a possibilidade de mudar a componente não curricular para um Projeto Profissional. Cheguei a discutir o assunto com o meu orientador (Pedro Coelho) e a ideia parecia promissora. Tendo definido o tema (jornalismo de investigação) bem antes de ter o local de estágio aceite, a possibilidade de realizar uma reportagem de investigação como Projeto Profissional, sob a alçada de um orientador que também é jornalista de investigação, era algo que decerto me entusiasmou bastante.

Pode parecer estranho o porquê de não ter optado por esta última opção. Nada me daria mais gosto do que ter essa oportunidade, sem ter de, por outro lado, descartar a realização do estágio curricular. É difícil explicar o que me levou a continuar a optar por realizar um estágio. Penso que, por um lado, o medo presente de que, se não optasse por esta oportunidade agora, talvez nunca chegasse a trabalhar num órgão de comunicação social de maior dimensão, uma vez que sei o quão difícil é consegui-lo depois do curso. Por outro, queria ver pelos meus próprios olhos o que é o verdadeiro jornalismo, depois de tantos anos a estudá-lo. Tendo realizado a minha licenciatura em Jornalismo e Comunicação pela Universidade de Coimbra, é impossível não sentir que estudamos uma realidade distante de onde nos encontramos. A acrescentar a isso, penso que, também motivado pela situação pandémica, queria experienciar o sentimento de pertença a algo, de contribuir para algo que não fosse só meu.

Não havia muitos meios de comunicação que tivessem mantido os estágios curriculares na altura, no entanto, não considero que tenha optado pela Revista *Visão* só por falta de outras escolhas. Penso que, suspendendo o desejo de realizar o meu estágio no meio televisivo, e olhando para os meios de comunicação social impressos, teria

sempre escolhido a Revista *Visão*. Já era leitora da revista, sendo que admirava a sua leveza, mesmo nos temas mais sérios, a aposta num *design* atraente, que a diferenciava das restantes, e os temas das reportagens, que sempre me chamavam à atenção. Já enquanto aspirante a jornalista, o que me despertava interesse na Revista *Visão* era o facto de ser semanal, dando-lhe um ritmo hoje pouco característico no jornalismo.

Enviei a candidatura para a Revista *Visão* a 16 de novembro de 2020. A comparar com as restantes candidaturas, a resposta da *Visão* foi relativamente rápida. Passado um mês do envio da candidatura recebi um telefonema de Sara Belo Luís, Subdiretora da revista, e procedeu-se, no dia seguinte, a uma entrevista por videochamada. Na videochamada foi-me explicado como funcionava a revista e o *site* e qual o horário de trabalho dos jornalistas da revista: das 10 às 18 horas, podendo sofrer alterações devido às exigências inerentes à profissão de jornalista. Depois da entrevista, a resposta não tardou muito a chegar e, após um processo de candidaturas tão longo, finalmente ouvi um sim. Foi-me proposto um estágio de seis meses, em vez de três como habitualmente acontece, tendo início em março. Apesar de, durante a entrevista, me terem perguntado em que editoria me via a trabalhar, pergunta à qual respondi prontamente – Sociedade - acabei por ficar na editoria *Online*. A justificação, segundo a Subdiretora da revista (Sara Belo Luís) seria o facto de ser uma editoria onde teria a possibilidade de explorar um pouco de cada editoria e consequentemente aprender mais.

I. 3. O estágio

O meu estágio teve início a 8 de março de 2021, sob a orientação de Clara Cardoso, editora da seção *Online*. Iniciei o meu primeiro dia na redação da *Visão* e, apesar de ter tido um problema informático e não conseguir aceder ao *back-office*, plataforma usada para realizar as publicações no *site*, pude, desde logo, compreender o seu funcionamento, o qual já conhecia um pouco, devido a experiências prévias que tive. No meu primeiro dia redigi a minha primeira notícia para o *site*: “Declarações de Meghan Markle a Oprah correm mundo, mas, e o que disse Harry?”¹⁰. A notícia foi-me proposta pela editora (Clara Cardoso) com base na entrevista que Meghan Markle tinha dado a Oprah Winfrey e que

¹⁰ <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-03-08-declaracoes-de-meghan-markle-a-oprah-correm-mundo-mas-e-o-que-disse-harry/>

estava a gerar polémica nesse dia. A proposta inicial seria realizar o género de uma lista: “os 10 momentos mais polémicos da entrevista”, mas ao perceber que outros jornais já o tinham feito, acabei por escrever pela perspetiva do Príncipe Harry nesta questão, que considerei ter estado mais esquecida.

A notícia em questão não teve qualquer tipo de fonte própria, mas antes foi realizada através da recolha de declarações feitas na entrevista realizada por Oprah Winfrey. Depressa percebi que esta era uma prática normalizada na produção dos conteúdos da revista para a edição *online*. A maior parte das notícias que realizei seguiam o mesmo esquema: não tinham qualquer tipo de fonte própria, sendo a informação recolhida de órgãos de comunicação internacionais. Já no que diz respeito ao tema, desde logo compreendi que se dava prevalência a temas que parecessem propensos à criação de mais controvérsia nas redes sociais, numa tentativa de conseguir mais *clicks* nas notícias e consequentemente mais visualizações no *site*. Assim, as temáticas mais abordadas no *Online* exploravam temas sensacionalistas, ou, então, estudos realizados por Universidades ou Institutos. Artigos fáceis e rápidos de serem produzidos, correspondendo ao que é esperado numa editoria *Online*.

Apesar da facilidade do artigo que me foi proposto, senti a dificuldade e um certo “enferrujamento” depois de tantos meses sem qualquer contacto com a escrita. Vinha da faculdade com a ideia de que no *Online* tudo tem de ser rápido, que é esperado de cada estagiário que escreva o máximo de notícias possível no mínimo tempo possível, e assim, quando senti dificuldade em escrever, dei por mim com medo de que estivesse a demorar demasiado tempo. Contrária à ideia que tinha, encontrei na *Visão* um ambiente tranquilizador. Clara Cardoso colocou-me à vontade desde o início, não exercendo qualquer tipo de pressão e reforçando a ideia de que eu estava lá para aprender. Encontrei também um espaço aberto a novas ideias, algo que, pela minha qualidade de estagiária, não estava à espera. Logo no primeiro dia, a editora (Clara Cardoso) ouviu atentamente todas as minhas ideias para reportagens e notícias, contudo nenhuma foi validada.

Devido à situação pandémica, o estágio deveria ser realizado em regime de teletrabalho, no entanto, depois de uma primeira conversa com Clara Cardoso foi acordado que podia ir esporadicamente à redação, desde que, nesse dia, estivessem menos pessoas. Assim, nas poucas vezes em que pude experienciar o ambiente de redação, encontrei-a parcialmente vazia, estando apenas presentes os poucos jornalistas que resistiam ao teletrabalho. É uma sensação triste a de não se poder testemunhar uma

redação no seu auge, cheia de jornalistas, ideias e discussão. No entanto, não posso deixar de ressaltar o meu agrado por ter tido a possibilidade de ir à redação e por todos os aspetos positivos que tirei dessa incursão: ter a oportunidade de conviver com os poucos jornalistas presentes, e poder vê-los a trabalhar e a falar dos seus artigos. Para além disso, permitia um contacto mais pessoal com a editora (Clara Cardoso) e, consequentemente, uma correção mais detalhada dos meus artigos, melhorando o processo de aprendizagem.

Na editoria *Online* encontrei uma equipa pequena, que sofreu mudanças ao longo do meu estágio - quando entrei, esta editoria tinha uma equipa fixa de quatro pessoas - a editora (Clara Cardoso), uma pessoa para as redes sociais (Sara Santos), que tinha também a missão de substituir Clara Cardoso quando esta estava ausente, e mais duas pessoas, cujo trabalho incidia mais na criação de conteúdos multimédia, apesar de também escreverem artigos (Carmo Lico e André Moreira). A esta equipa juntam-se os vários estagiários que por ela passam e se tornam uma peça fundamental para o seu funcionamento. Quando entrei éramos três estagiárias.

Como consequência, tanto do teletrabalho como da pequena dimensão da editoria, o meu estágio tornou-se bastante rotineiro: toda a minha comunicação com a editora (Clara Cardoso) era feita através do *Whatsapp*. Começava o dia a ver as notícias em órgãos de comunicação internacionais, das quais seleccionava uma, para depois, vendo a restante informação escrita sobre o mesmo tema, escrever a minha própria. Como já mencionei, compreendi que se dava prioridade a temas mais sensacionalistas, em que não fosse necessário ter fontes próprias, sendo esses, por isso mesmo, os temas que acabava por propor. Assim, acabava por produzir, em média, duas notícias deste género por dia, especialmente durante o período em que cheguei a ser a única estagiária na editoria *Online*. Depois de escritas, as notícias eram colocadas no *back-office*, para serem revistas e publicadas por Clara Cardoso, que me enviava, de seguida, *feedback* sobre as mesmas. Esta rotina resultou num total de 127 artigos deste género, tendo a maioria sido publicados. De todas as notícias que realizei, apenas uma continha fontes próprias: “Mudança da hora: Era para acabar, mas continua e as opiniões dividem-se. O que dizem os argumentos contra e a favor”¹¹. Nesta notícia, tive a oportunidade de entrevistar, via telefone, um profissional do Observatório Astronómico de Lisboa.

¹¹ <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-03-27-mudanca-da-hora-era-para-acabar-mas-continua-e-as-opinioes-dividem-se-o-que-dizem-os-argumentos-contra-e-a-favor/>

Apesar de existir este ritmo de trabalho, como já mencionei, na *Visão* encontrei um espaço onde era incentivada a propor ideias. Tanto Clara Cardoso, como o meu orientador, Pedro Coelho, incentivaram-me, desde o início, a sugerir uma reportagem que pudesse realizar durante o estágio. No entanto, ter o peso de estar constantemente a produzir para o *Online*, ao qual se juntava um *part-time* que mantive ao mesmo tempo que o estágio, pouco tempo me restava para exercer essa atividade tão simples e essencial: refletir. Assim, a ideia apenas surgiu quase no final do meu estágio. A 7 de junho decidi propor a Clara Cardoso a concretização de uma reportagem sobre as eleições autárquicas, que iriam ocorrer em outubro de 2021. A minha ideia seria fazer uma reportagem sobre jovens, até aos 30 anos, que fossem cabeça de lista por um partido, uma vez que, depois de consultar os dados mais recentes da Direção-Geral da Administração Interna, a média de idades dos candidatos às câmaras municipais rondava os 49 anos. A ideia foi, desde logo, bem recebida, e, estando na redação, Clara Cardoso apresentou-me à jornalista Rita Rato Nunes, que me ajudou bastante, dando-me conselhos e o contacto dos assessores de imprensa dos partidos com assento parlamentar.

Todo o processo de construção desta reportagem é um dos momentos que mais valorizo no meu estágio. O primeiro passo foi encontrar os jovens que iria entrevistar: era importante tentar incluir todos os partidos políticos e também as diversas regiões. Pude perceber o quão importante são os contactos em jornalismo uma vez que, apesar de já ter encontrado alguns candidatos através das redes sociais, os contactos que Rita Rato Nunes me deu mostraram-se essenciais. Tive a possibilidade de falar com todos os partidos com assento parlamentar e perguntar se tinham alguém que correspondesse ao perfil que procurava. Assim, fiquei com seis candidatos, entre os 20 e os 26 anos, passando para o segundo passo na realização desta reportagem: as entrevistas. Estando em contexto pandémico e sendo cada jovem de uma zona diferente do país, a maior parte das entrevistas foi realizada através da plataforma *Zoom*. No entanto, tive a possibilidade de fazer duas entrevistas pessoalmente, dando-lhes um significado especial, não só pelo contacto pessoal que nos tinha sido privado pela pandemia, como por me dar a possibilidade de “sair da secretária”, e experienciar o que é verdadeiramente fazer jornalismo.

A primeira destas entrevistas ocorreu em Lisboa, ao mais jovem dos candidatos da reportagem. Na segunda entrevista que fiz pessoalmente desloquei-me até ao Porto, onde fui acompanhada por Lucília Monteiro, repórter fotográfica. Quando cheguei ao Porto

encontrei-me com Lucília Monteiro e com a jornalista Joana Loureiro, que estavam a realizar uma prova do menu no Pátio das Cardosas Terrace, juntamente com jornalistas de vários órgãos de comunicação social. Assim, para além da entrevista que fui fazer, pude ainda testemunhar o *background* da realização de um artigo¹² para a *Visão Se7e*, que se dedica a jornalismo cultural e de *lifestyle*.

Com as entrevistas realizadas veio a parte da escrita, que se mostrou mais difícil do que o esperado, uma vez que coincidiu com a altura em que contraí Covid-19. Com a reportagem escrita, faltava saber a data da publicação. Quando propus a ideia tinha sido posta a possibilidade de publicar a reportagem na versão impressa da revista, sendo esta uma das minhas maiores ambições. Assim, Clara Cardoso enviou a minha reportagem a Filipe Luís, editor de Política, para que esta fosse revista e, para averiguar a possibilidade de a publicação na revista impressa se concretizar. Após ter incorporado o *feedback* de Filipe Luís, surgiu a oportunidade por que tanto desejava: “Jovens atirados ao lago dos tubarões” saiu na revista impressa a 2 de setembro (Anexo I), seguindo-se a publicação no *site* da *Visão* como conteúdo exclusivo a assinantes, com o título “Autárquicas: os candidatos sub-30”¹³. Apesar de estagiar na editoria *Online* e de pertencer à geração que cresceu na era digital, não posso deixar de ressaltar a valorização que dou ao facto da reportagem ter sido publicada na versão impressa. É inexplicável o sentimento de poder folhear, agarrar, algo feito por mim, dando-lhe a perceção de ser verdadeiramente real.

Após ter realizado a reportagem, senti que passaram a confiar mais no meu trabalho. Assim, surgiu o primeiro trabalho que me foi proposto: uma entrevista a Manuel Pureza, realizador da série “Pôr do Sol”. Esta foi realizada via *Zoom* e publicada a 3 de setembro com o título: “Manuel Pureza: ‘A série teve uma grande unanimidade, mas há pessoas que dizem mal dela, isso é bom. Porque eu desconfio dos fenómenos dos quais toda a gente diz bem’”¹⁴. Contrariamente ao que tinha sido a minha experiência até aqui, não guardo uma boa memória desta entrevista. A pressão de ter uma data específica na qual a entrevista tinha de ser publicada (o dia em que saía o último episódio), fez com que tivesse de acelerar o ritmo de trabalho, o que mostrou ter consequências. Apesar do artigo ter sido revisto por Sara Santos, que substituíra Clara Cardoso nessa altura, este foi publicado

¹² <https://visao.sapo.pt/visao7e/2021-07-24-patio-das-cardosas-terrace-um-refugio-no-coracao-do-porto/>

¹³ <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/autarquicas-2021/2021-09-04-autarquicas-os-candidatos-sub-30/>

¹⁴ <https://visao.sapo.pt/atualidade/cultura/2021-09-03-manuel-pureza-a-serie-teve-uma-grande-unanimidade-mas-ha-pessoas-que-dizem-mal-dela-isso-e-bom-porque-eu-desconfio-dos-fenomenos-dos-quais-toda-a-gente-diz-bem/>

com erros, que, com razão, deixaram o entrevistado descontente com o resultado. Apesar de ser uma publicação *online*, o que lhe permite correções após a sua publicação, não posso deixar de me sentir desiludida com o trabalho que fiz naquele dia.

Das lições que tirei do estágio a mais importante foi, sem dúvida, o cuidado que se tem de ter quando se escreve para o *Online*. Na *internet*, e especialmente nas redes sociais, um engano pode ser amplificado e compartilhado, saindo completamente do nosso controle. É uma sensação de impotência que nos leva a perceber a importância da atenção e da necessidade de verificar tudo o que escrevemos. Para além deste importante ponto, considero que o meu estágio na *Visão* me permitiu desenvolver a minha escrita. Esse exercício permitiu que, com o passar do tempo, fosse muito mais fácil escrever, o que contrastou bastante com o início do estágio.

Capítulo II: Enquadramento teórico

II. 1. O Jornalismo de investigação

1.1 Do pleonasmo à forma “superior de jornalismo”

“There is a school of journalistic thought that curls its lip and sneers at the very mention of the words ‘investigative reporting’. It argues that, since all reporting is investigative, the phrase is meaningless. If only that were true.”(Randall, 2016, p. 127)

A definição do termo “jornalismo de investigação”, é pouco consensual, representando ainda um desafio. Podemos dar conta da existência de duas linhas de pensamento. Por um lado, temos a defesa da existência de um simples pleonasmo ao acrescentar a palavra investigação ao jornalismo, pois o exercício da profissão já subentende que tenha investigação, sendo este o fator que a distingue de outras profissões, como por exemplo de relações públicas. Seguindo esta lógica, todo o jornalismo se trataria, ou deveria tratar, de jornalismo de investigação, não dando qualquer significado à atribuição de uma distinção dentro do mesmo (Randall, 2016, p. 127 ; Vehkoo, 2013, p. 5)

Por outro lado, podemos ver que vários autores apontam para a existência de um “género” (De Burgh, 2000, p. 32), “prática” (Starkman, 2014, p. 27), ou “forma superior” (Coelho & Rodrigues, 2020, p. 138) dentro do jornalismo, ao qual dão o nome de “jornalismo de investigação”, podendo, também, ser denominado por “*accountability journalism*”, “jornalismo de interesse/serviço público” ou “*watchdog journalism*” (Breiner, 2016; Coelho & Silva, 2018; Starkman, 2014). Para entender o porquê desta distinção, é importante, primeiro, perceber quais as diferenças que apresenta quando comparado com o que iremos chamar de “jornalismo quotidiano” (Coelho & Silva, 2018, p. 82), podendo também ser referido como “jornalismo convencional” (Hunter & Hanson, 2013, p. 9) ou “jornalismo de acesso” (Starkman, 2014).

As diferenças entre o jornalismo de investigação e o jornalismo quotidiano são encontradas em vários aspetos. Podemos começar por olhar para as fontes utilizadas. No jornalismo quotidiano estas são maioritariamente oficiais, como diretores, agentes policiais, gabinetes de relações públicas e organizações. Acredita-se na “boa fé” destas fontes, apesar de haver claros interesses por parte das mesmas (Hamilton, 2016, pp. 8, 9; Spark, 2012, p. 5). Existe uma “relação harmoniosa” entre as fontes e o jornalista, uma vez que é vantajosa para ambas as partes: o jornalista poderá ter acesso a furos ou exclusivos e a fonte verá ser transmitida a informação que quer (Starkman, 2014, pp. 133, 134). Toda a informação que o jornalista possui é a que lhe é dada pelas fontes, assim é feita uma cobertura passiva que resulta na “versão oficial dos acontecimentos” (Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9).

O jornalista de investigação recorre muitas vezes a fontes não oficiais, que dizem o que as oficiais não podem ou não querem dizer. Olha para lá do que é “convencionalmente aceitável” para revelar uma verdade, mesmo que esta negue a “versão oficial”, uma vez que possui mais informações do que as suas fontes. Assim, não se refugia na imparcialidade, em alegações e negações, mas antes deixa de ser um mero informador, que não levanta controvérsia, e começa a olhar para as intenções das fontes oficiais, interpretando o que estas transmitem e assumindo posições claras, fortemente sustentadas em factos (De Burgh, 2000, p. 11; Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Spark, 2012, p. 6). A “relação harmoniosa” com o poder e com as elites é substituída pelo confronto e pela inimizade (Starkman, 2014, pp. 134, 135).

Partindo de fontes diferentes, podemos constatar duas visões distintas do mundo (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Starkman, 2014, p. 135). O jornalismo quotidiano transmite a voz do poder, das elites, dando uma visão ortodoxa (Starkman, 2014, pp. 28, 29) e uma “imagem objetiva do mundo”, aceitando-o como ele é (Hunter & Hanson, 2013, p. 8). Por outro lado, o jornalismo de investigação questiona as instituições e o próprio sistema (Starkman, 2014, p. 135). A visão que transmite é heterodoxa, dado que é fornecida por dissidentes, que só assim veem transmitida a sua voz (*ibidem*, p. 29). Desta forma, o jornalismo de investigação recusa o mundo como ele é e tenta de alguma forma melhorá-lo (Hunter & Hanson, 2013, p. 9).

Também o tempo se assume como um elemento diferenciador. Podemos ver que o jornalismo quotidiano tem um ritmo fixo (diário, semanal, mensal) (Hunter & Hanson, 2013, p. 9) e é caracterizado por histórias rápidas e curtas, que são facilmente produzidas,

uma vez que apenas é feita uma pesquisa rápida e sem possibilidade de realizar pesquisa adicional (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Starkman, 2014, p. 29). Assim, o jornalismo quotidiano permite ter um fluxo constante de informação, refém da agenda noticiosa, isto é, refém do que é considerado ter “valor de notícia” (De Burgh, 2000, p. 19; Starkman, 2014, p. 29).

No jornalismo de investigação, a história só é publicada quando está completa, e pode ser realizada investigação adicional se necessário, mesmo que demore meses (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Randall, 2016, pp. 127, 128; Hamilton, 2016, p. 177). A investigação começa sempre de raiz (Starkman, 2014, p. 134), o que faz com que tendencialmente a história seja morosa, longa e com o máximo de informação possível (Hunter & Hanson, 2013, p. 9). Assim, necessita de mais tempo e de um maior esforço do jornalista (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Starkman, 2014, p. 134). Para além disso, sai da agenda noticiosa, uma vez que é o próprio jornalista que insiste nos temas que considera serem essenciais para o conhecimento do público (De Burgh, 2000, pp. 19, 20).

Por fim, podemos olhar para a estrutura, que também se mostra distinta. O jornalismo quotidiano dá primazia ao esquema de estruturação de texto da pirâmide invertida (quem?, quando?, onde?), que resulta num ritmo mais veloz. Já no jornalismo de investigação é a pergunta “porquê?” que ganha um papel central, o que faz com que se dê mais importância à “estrutura dramática” da história, isto é, ao *storytelling* (Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9; Starkman, 2014, p. 135). Apesar de parecer que estão em confronto, é importante ressaltar que, tal como explica Starkman, um não é o “mau” e o outro o “bom” jornalismo, ambos são necessários (2014, pp. 29, 136). O que o jornalismo de investigação faz é dar “um passo em frente” em relação ao jornalismo quotidiano (Randall, 2016, p. 128).

Admitindo estas diferenças chegamos a uma definição de “jornalismo de investigação” que se mostra consensual entre vários autores (Anderson & Benjaminson, 1976; De Burgh, 2000; Hamilton, 2016; Hoxha, 2019; Hunter & Hanson, 2013; Randall, 2016; Spark, 2012; Starkman, 2014) e que pode ser sumariada pela definição inscrita no dicionário de jornalismo da Oxford: “reportagem que tem como objetivo descobrir algo que alguém, algures, quer manter em segredo, tipicamente envolve trabalho detalhado e moroso, realizado por um jornalista ou uma equipa de jornalistas que se debruçam sobre algum tipo de irregularidade” (Harcup, 2014, p. 143).

Nesta definição encontramos quatro elementos que, como defende Randall, apresentam um papel essencial na caracterização do que é o “jornalismo de investigação”: recair sobre irregularidades ou negligências nunca antes publicadas; ter investigação própria; existir alguém que quer manter a informação em segredo; e ter riscos mais elevados. Assim, podemos ver que as características do jornalismo de investigação inserem-se nas várias fases, desde a temática abordada, à sua construção e às consequências após a publicação (2016, pp. 127-129).

Começando na temática, podemos ver que o jornalismo de investigação nasce da suspeita que, até então, tinha escapado a olhares menos atentos (Hamilton, 2016, p. 136; Randall, 2016, pp. 127, 128). É por isso que deverá recair sobre irregularidades ou negligências, para as quais ainda não houvesse evidências publicadas. Segundo Starkman, a típica história do jornalismo de investigação é uma “*exposé* em longo formato” (2014, p. 28). O jornalista vai à procura de uma verdade pouco visível (De Burgh, 2000, p. 24), juntando as “peças escondidas à vista de todos”. O jornalismo de investigação pode corresponder, também, a “um novo conto sobre uma velha história”, isto é, acrescentar algo novo a um tema que se pensava já ter toda a informação. Assim, acaba por abordar “tópicos importantes para a comunidade”, tais como: resolver “importantes e recorrentes mistérios sobre o poder” (Hamilton, 2016, pp. 12, 136), explicar problemas complexos e responsabilizar os mais poderosos (Starkman, 2014, p. 27).

Tendo o tema definido, é necessário construir a reportagem; é aqui que a investigação assume um papel essencial. Como iremos analisar, apesar de a investigação estar sempre presente, há jornalismo que só se pode considerar investigação no sentido mais lato da palavra (Randall, 2016, p. 127). Podemos ver que é possível fazer uma distinção de vários níveis de investigação. No primeiro nível, o jornalista assume um papel passivo, é um “mero observador” e um “escravo dos factos”, reportando apenas o que foi dito em certo acontecimento. Este é o nível que corresponde ao jornalismo quotidiano que, como já vimos, recorre maioritariamente a fontes oficiais que, neste contexto, assumem a função de “validação dos factos”. No nível seguinte, os jornalistas tentam explicar o que estão a reportar, contextualizando os “factos oficiais” que consideram relevantes (Murphy, 1991, pp. 39- 49). É um passo em relação ao nível anterior, mas ainda não o podemos considerar jornalismo de investigação.

É no terceiro nível que encontramos o jornalismo de investigação. Neste, o jornalista assume o papel de “solucionar mistérios”, contar a “história inteira” (*ibidem*, pp. 56-65). Assim, a investigação deixa de ser uma mera junção de informação e dados fornecidos por fontes oficiais, e passa a ter de ser realizada pelo jornalista, que assume um papel central (Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9; Murphy, 1991, pp. 56-65; Randall, 2016 p. 127). Para considerarmos que a investigação foi levada a cabo pelo próprio jornalista, esta tem de ser usada na forma mais “pura”, através de extensas entrevistas *on* e *off-record*, mas também de uma pesquisa meticulosa em documentos e bases de dados de domínio público (Hoxha, 2019, pp. 1, 2; Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9; Randall, 2016, p. 127). Para além disso pode, também, recorrer a documentos classificados, fugas de informações confidenciais, filmagens e/ou gravações secretas e andar infiltrado¹⁵ (Hoxha, 2019, pp. 1, 2; Randall, 2016, pp. 139-141).

Podemos olhar para vários exemplos que atestam o aprofundamento inerente a qualquer investigação, como acontece no caso *Spotlight* do jornal norte-americano Boston Globe. Os quatro jornalistas da equipa investigaram os casos de abuso sexual dentro da Igreja Católica, recorrendo, como método de investigação, a entrevistas às vítimas, mas, também, a registos judiciais previamente selados, que continham documentos internos da Igreja. Para além disso, os jornalistas viram-se confrontados com o seguinte dilema: parar ou continuar a investigar. Por um lado, tinham de dar a conhecer ao público o que sabiam até então, por outro, tinham de continuar até encontrar a raiz do problema. Apesar de arriscarem perder o exclusivo da história, decidiram continuar a investigar, conseguindo provar que este caso não se tratava de um incidente isolado, mas sim de um problema sistémico (Hamilton, 2016, p. 82).

No panorama nacional, Luís Miguel Loureiro recorda-nos que, enquanto trabalhou como jornalista de investigação, o que “mais o desafiou” e mais “gozo” lhe deu foram “os grande dossiês”, os temas em que “pegava numa ponta” e “demorava meses a chegar à outra” (2021, p. 285). Podemos encontrar, também, um exemplo de jornalismo de investigação em que o jornalista andou infiltrado. É o caso da reportagem “Licença para odiar: como nasce uma filial dos Proud Boys em Portugal”¹⁶, em que o jornalista

¹⁵ Referida pela expressão inglesa “*going undercover*” esta é uma técnica de recolher informação a que o jornalista pode recorrer ocasionalmente. É usada quando existem fortes motivos que o justifiquem, para ter acesso a “mundo fechado”, a grupos secretos, que de outra forma seria impossível aceder (Randall, 2016, p. 139)

¹⁶ <https://setentaetquatro.pt/investigacao-74/licenca-para-odiar-como-nasce-uma-filial-dos-proud-boys-em-portugal>

Ricardo Cabral Fernandes se conseguiu infiltrar, durante três meses, numa organização neofascista de extrema-direita, uma vez que existia uma recusa da mesma em falar com jornalistas. Para além da experiência em primeira mão do jornalista, a reportagem conta ainda com a informação contida em documentos internos da organização.

A necessidade deste nível de investigação prende-se com o facto de existirem pessoas, ou poderosas entidades, que querem manter a informação em segredo (Anderson & Benjaminson, 1976, p. 3; Hamilton, 2016, p. 10; Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9; Randall, 2016, p. 128). A necessidade de desocultar foi uma das primeiras características a ser apontada ao jornalismo de investigação para o definir e é das que mais consenso apresenta (Aucoin, 2006, p. 105). É esta especificidade que, como vimos, torna o jornalismo de investigação um trabalho mais difícil e moroso. A investigação assume, então, um papel central, não só porque permite ao jornalista descobrir padrões e conceções anteriormente desconhecidas (Hoxha, 2019, pp. 1, 2; Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9; Randall, 2016, p. 127), mas, porque lhe permite chegar a uma prova que “seja à prova de bala”, isto é, sustentar a reportagem que faz, através de provas irrefutáveis do que está a transmitir (Coelho & Silva, 2018, p. 82).

Vendo os elementos que caracterizam o jornalismo de investigação descritos em cima, chegamos ao último que se prende com a publicação e as repercussões que estas matérias têm. Como afirma Randall, no jornalismo de investigação os riscos são mais elevados, e isso deve-se às pressões a que este está sujeito, tanto externas como internas. As pressões externas prendem-se com o facto de a investigação comprometer o *status quo* das pessoas ou entidades retratadas, que, como vimos, querem manter a informação em segredo (2016, pp. 128, 129). Como explica Starkman, o jornalismo de investigação torna-se “confrontativo e acusatório”, “provoca a inimizade dos ricos e poderosos” e “testa a paciência de burocratas e funcionários corruptos¹⁷” (2014, p. 27).

Nas pressões internas, podemos ver que partem tanto do órgão de comunicação social, como do próprio jornalista. O jornalismo de investigação sempre encontrou resistência dentro das organizações noticiosas (*ibidem*). Estas temem a vertente

¹⁷ No original o autor usa as expressões inglesas “bean counters” e “hacks”. Ambas podem ser entendidas como um termo de desaprovação usado para descrever funcionários, quer de empresas ou do governo, que dão uma grande importância ao dinheiro.

<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/bean-counter>.

<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/hack>

confrontativa e acusatória do jornalismo de investigação e receiam que a inimizade dos ricos e poderosos possam interferir na sua receita publicitária (Coelho & Silva, 2018, p. 81). Para além disso, tendem a pensar mais na sua imagem e como esta pode ser comprometida, uma vez que basta um erro da parte do jornalista para descredibilizar todos os envolvidos (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Randall, 2016, p. 129). Assim, o órgão de comunicação prefere “reduzir o risco” para não perder dinheiro em processos judiciais ou na quebra de contratos publicitários (Coelho & Silva, 2018, p. 81).

Os jornalistas, apesar de valorizarem o jornalismo de investigação, são “poucos” os que “aceitam entregar-se à tarefa, pelos riscos e exigências que a mesma transporta” (*ibidem*, p. 83). Como vimos, o jornalismo de investigação necessita de um maior esforço, advindo da investigação meticulosa, e pode ter de ultrapassar vários obstáculos; é por isso descrito como o “trabalho mais árduo, tedioso, frustrante e desesperante” (Bridge, *apud* Behrens, 1977, p. 21). O jornalista de investigação tem de suportar a responsabilidade das suas histórias, de onde, “na maioria das vezes”, “alguém sai magoado”, sentindo o peso de “possíveis sentenças” e “perda de empregos” (Cunningham, *apud* Behrens, 1977, p. 19). Para além disso, os jornalistas temem as consequências para eles próprios, tais como ações legais, reputação e credibilidade manchadas e mesmo ameaças à sua integridade física (Cunningham, *apud* Behrens, 1977, p. 19; Bridge, *apud* Behrens, 1977, p. 21; Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Randall, 2016, p. 128). O jornalismo de investigação pode, igualmente, implicar riscos psicológicos aos jornalistas, que, confrontados com o peso das pressões, veem a vida dominada pelas investigações (Fouda, 2013, p. 6).

São os aspetos, em cima descritos, que definem e tornam distintivo o jornalismo de investigação. Estes levam autores como Starkman a caracterizá-lo como um jornalismo de “risco, stressante, caro e difícil” (2014, p. 27). Um jornalismo que necessita de um tempo, um cuidado e um envolvimento característico, mas, também, de um “outro jornalista” (Coelho & Rodrigues, 2020, p. 138; Coelho & Silva, 2018, p. 82). Como vimos, nem todos os jornalistas estão dispostos a suportar os riscos e a exigência do jornalismo de investigação. Assim, impõe-se a pergunta: como podemos definir o jornalista de investigação?

1.2 Dos “muckrakers” ao Watergate: os jornalistas de investigação

“Everybody knows what an investigative reporter is. He’s the guy with the dangling cigarette, the grim visage, the belted trench coat, and the snap-brim Fedora. He slinks in and out of phone booths, talks out of the side of his mouth, and ignores other, lesser reporters. He never had to learn his trade. He was born to it”(Anderson & Benjaminson, 1976, p. 3)

Anderson e Benjaminson iniciam o livro *“Investigative Reporting”* ironizando a imagem tipificada do jornalista de investigação, afirmando, de seguida, que esta não corresponde à realidade (1976, p. 3). Tal como os autores, também De Burgh apresenta uma personagem ficcional, Gray Grantham, do filme *“The Pelican Brief”*, como uma “idealização romântica do jornalista”. Descreve-o como “um trabalhador de escritório meticoloso”, que também possui “competências nas artes práticas”, sobrepondo o “bem-estar público” ao seu próprio, ao “enfrentar políticos poderosos e sem escrúpulos e altos funcionários que não terão remorsos em arruiná-lo ou matá-lo”. Ao contrário da primeira descrição, De Burgh afirma que esta personagem, apesar de ficcional, não se afasta do genuíno jornalista de investigação descrito em livros factuais, citando *“The Typewriter Guerrillas”* e *“Raising Hell”* (2000, p. 17).

Se, por um lado, temos esta imagem romantizada, quase heroica, do jornalista de investigação, enraizada na cultura popular (*ibidem*), por outro, podemos ver que no início do século XX, apontado por alguns autores como o “início do jornalismo de investigação”, estes jornalistas eram denominados pelo termo pejorativo “muckraker” ou jornalismo “muckraking” (Hamilton, 2016, p. 34; Hoxha, 2019, p. 2; Seigenthaler, 1977, p. 6). Como explica Hoxha, os “muckrakers” eram os jornalistas que assumiam uma posição crítica para com o governo e que responsabilizavam indivíduos corruptos. Estes jornalistas “investigavam praticamente todos os aspetos políticos, económicos e problemas morais da época” (2019, p. 2). Um artigo comum de um “muckraker” era “altamente factual no conteúdo, crítico no tom e cheio de indignação justa, mas otimista”: dava ao “cidadão comum uma descrição científica do que estava errado” (Mowry, 1958, p. 65). Para Starkman a “vantagem” desta geração de jornalistas era um certo “puritanismo jornalístico”, que descreve da seguinte forma:

“They had no political axes to grind; they were after the Great Story and were, in fact, master storytellers. They had a journalistic ambition that was sweeping by today’s standards. They combined the Victorian era’s faith in science—a scrupulous fidelity to true facts—with its unabashed moralism. As moralists, the muckrakers recognized the importance of human agency and didn’t shrink from holding power to account—by name. And they crafted what can be called American journalism’s only true ideology.” (2014, p. 36)

Pela discrição pode parecer contraditório o uso de um termo pejorativo. A reprovação está presente no próprio significado da palavra “muck”, que em português se traduz por sujidade¹⁸. O termo nasceu de uma personagem do livro “O Caminho do Peregrino: Uma Viagem Espiritual”¹⁹ de John Bunyan (1678). A personagem “*the Man with the Muck-rake*” era tão empenhada no seu trabalho, que só via “a sujidade” no chão, não conseguindo “olhar para cima” para aceitar a salvação (Chepesiuk et al., 1999, p. 3; De Burgh, 2000, p. 82; Starkman, 2014, p. 42).

A ligação do termo aos jornalistas é atribuída ao presidente norte-americano Theodore Roosevelt. (Chepesiuk et al., 1999, p. 3; De Burgh, 2000, p. 82; Hamilton, 2016, p. 36; Mowry, 1958, p. 259; Starkman, 2014, p. 42). No discurso que proferiu em 1906, Roosevelt terá, não só, identificado a criação de “uma nova forma de jornalismo”, como, ainda, “começado a sua marginalização”, “atacando” os jornalistas “nos seus próprios termos e no que estes resguardavam como uma mais valia- a sua moralidade e religiosidade” (Starkman, 2014, p. 42). Para além da hostilidade externa, os “*muckrackers*” também enfrentavam obstáculos internos. “Muitos editores” consideravam tratar-se de “uma perseguição imprópria”, “desagradável”, e “insegura”, que podia comprometer a “credibilidade dos jornais”, “as fontes dos repórteres no governo” e o dinheiro do órgão de comunicação em “taxas legais” (Seigenthaler, 1977, p. 11).

Vendo deste prisma, é impossível não questionar: Como se passou dos “*muckrakers*” para a versão idealista do jornalista de investigação retratada no início? Como explica Seigenthaler é difícil identificar o momento em que se começou, nas redações, a valorizar este tipo de jornalismo (1977, p. 12). A realidade é que, “gradualmente, repórteres bons e resistentes viram-se encorajados, pelos seus jornais, a investigar e reportar a corrupção no governo”(ibidem, p. 13).

¹⁸ <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english-portuguese/muck>

¹⁹ Do original: “*Pilgrim’s Progress from This World to That Which Is to Come*”.

O pináculo do jornalismo de investigação é apontado aos anos 70, sendo marcado pelo caso Watergate (Hamilton, 2016, p. 34). Entre 1972 e 1974, as várias reportagens de Carl Bernstein e Bob Woodward, para o *Washington Post*, deram a conhecer o envolvimento do presidente norte-americano, Richard Nixon, em operações ilegais contra a oposição, nomeadamente o assalto à sede do Comité Nacional Democrata, conhecida como Complexo Watergate, que acabou por dar nome ao caso. Foram os jovens repórteres que escreveram uma boa parte do que hoje se sabe sobre o caso, desde gravações de chamadas, fundos secretos, e, o mais relevante, o encobrimento das operações ilegais, a obstrução da investigação oficial e o uso de recursos do governo para fins políticos partidários, pelo presidente Nixon (Bernstein & Woodward, 1974; De Burgh, 2000, p. 80; Leigh, 2019, p. 6; Randall, 2016, p. 136)

O caso marcaria a história do jornalismo, não só, pelo seu desfecho, a resignação de Richard Nixon, o “homem mais poderoso do planeta”, em agosto de 1974 (Randall, 2016, p. 136), mas, também, por todas as particularidades da investigação, que cresceu graças à suspeita e persistência dos jornalistas (Bernstein & Woodward, 1974; Randall, 2016, pp. 136, 137). “Dois repórteres foram designados para cobrir o que parecia uma história de rotina sobre um assalto no opulento edifício Watergate no centro da cidade de Washington” (Bernstein & Woodward, 1974, p. 1)- é assim que começa o livro “*All the President’s Men*” escrito pelos jornalistas, e que conta detalhadamente todo o seu processo de investigação no caso. Livro este que, juntamente com o filme homónimo, retrata o árduo caminho que os jornalistas tiveram de percorrer.

Numa história relembra pelas suas “fontes e fugas de informação” (Hamilton, 2016, p. 141), os jornalistas tiveram de lidar com frustrações, dúvidas, críticas, abusos dos apoiantes de Nixon, inveja dos colegas, inúmeras pistas falsas (Bernstein & Woodward, 1974; Randall, 2016, p. 136). Gastaram dias e até anos, do seu tempo pessoal, a fazer horas extra, longas noites e fins de semana, para encontrar a informação necessária ou a pessoa certa a quem perguntar. Para isso, procuraram em registos e listas telefónicas, cruzaram informações, memorizaram e copiaram à mão documentos, ligaram a centenas de pessoas, várias vezes, e viajaram até aos locais, numa época em que não havia computadores nas redações e onde cada uma destas ações tinha associado um grande custo (Bernstein & Woodward, 1974; Hamilton, 2016, pp. 34-35; Randall, 2016, p. 136).

Do caso Watergate podem tirar-se várias lições de como realizar uma reportagem de investigação. Primeiro, podemos ver como é importante arquivar todos os documentos

e entrevistas, mesmo que ao início pareça informação irrelevante, pode vir a tornar-se importante (Bernstein & Woodward, 1974, p. 42 ; Randall, 2016, p. 137). Outro aspeto essencial diz-nos que o jornalista de investigação deve ser “persistente”, não ter receio de “revisitar velhas fontes”, “cultivar fontes que realmente tenham conhecimentos” (Randall, 2016, pp. 137, 138) e tentar estabelecer uma relação com as fontes. Os jornalistas chegaram a ter mais de 100 contactos, aos quais ligavam pelo menos duas vezes por semana, às vezes entrevistando-os na sua própria casa (Bernstein & Woodward, 1974, p. 41). Por fim, pode ver-se a importância de trabalhar em equipa (Bernstein & Woodward, 1974, p. 41 ; Leigh, 2019, p. 9) e de ter o “apoio executivo” (Randall, 2016, pp. 138, 139). O editor teve de despender recursos, tanto humanos como financeiros, sabendo que este se tratava de um trabalho moroso e sem resultados assegurados (Bernstein & Woodward, 1974; Randall, 2016, pp. 138, 139).

Como afirmam Coelho e Silva “o caso Watergate reúne todos os ingredientes que valorizam o jornalismo, mas também todas as pressões que, no quotidiano o fazem sucumbir” (2018, p. 86). Assim, este é entendido como um “mito” no jornalismo (De Burgh, 2000, p. 80; Leigh, 2019, p. 7), inspirando e fascinando as gerações futuras (Leigh, 2019, p. 7 ; Seigenthaler, 1977, p. 6). Os próprios jornalistas foram “extensivamente elogiados” e são vistos como “ícones” (De Burgh, 2000, p. 80). São estas razões que fazem com que seja atribuído a Carl Bernstein e Bob Woodward o feito de terem tornado “clássico o papel do jornalista de investigação” (Seigenthaler, 1977, p. 13). Na caracterização do jornalista de investigação podemos ver serem apresentadas definições que se afastam desta imagem mitificada que se criou. Para Anderson e Benjaminson “a única definição possível é alguém que passa imenso tempo a fazer investigação” (1976, p.3). De Burgh define como “um homem ou uma mulher cuja profissão é descobrir a verdade e identificar lapsos dela em qualquer meio de comunicação disponível” (2000, p. 17).

Já para retratar a pessoa descrita, são enunciadas competências que devem ser adquiridas pelos jornalistas no sentido de tornar “mais fácil” este trabalho. Randall apresenta competências como o “conhecimento da lei sobre o acesso público à informação”, o “conhecimento de fontes de referência” e a importância dos contactos que o jornalista deverá ter. O autor explica que existe muita informação disponível aos jornalistas sem que estes tenham essa noção, como publicações oficiais, relatórios de legislaturas, listas de órgãos públicos, livros ou registos das propriedades das empresas

ou de financiamento do Estado. No que diz respeito aos contactos, estes serão essenciais, não apenas para dar informação aos jornalistas de investigação, mas também para que sejam úteis num vasto leque de reportagens, dando o exemplo dos advogados que podem, não só dar conselhos, como, ainda, ter acesso a registos oficiais (2016, pp. 131-133). Numa linha de raciocínio semelhante, os jornalistas Phillip Knightley, Steve Haywood e David Leppard consideram que é de extrema importância um jornalista ter “conhecimento das fontes de informação”, as “regras que as governam” e a capacidade de ler documentos e entender estatísticas (*apud* De Burgh, 2000, p. 25).

Se numa primeira linha de raciocínio são apresentadas competências que podem ser adquiridas, numa segunda abordagem podemos ver traços de personalidade distintos que caracterizam o jornalista de investigação. Assim, este é visto como uma pessoa com uma paciência extraordinária, uma extrema tolerância ao tédio e um maior grau de ceticismo (Anderson e Benjaminson, 1976, p. 3, Bridge, *apud* Behrens, 1977, p. 21). Como explica Hamilton, se o jornalismo de investigação tivesse um mantra este seria: “duvido disso” (2016, p. 208). É exatamente essa dose de desconfiança que se pede ao jornalista de investigação. Anderson e Benjaminson apelidam-na de “fê na natureza humana”, isto é, a crença de que “alguém, algures irá agir contra o interesse público” e que os “atos ilícitos não podem ser, para sempre, mantidos em segredo” (1976, pp. 3, 4). No fundo, para os autores o que separa o jornalista de investigação do jornalista dito convencional é a “propensão para escavar”²⁰ (*ibidem*, p. 5)

Fouda afirma que ser jornalista de investigação é “procurar dores de cabeça”, uma vez que, como vimos, no jornalismo de investigação os riscos são mais elevados, bem como as frustrações e o nível de envolvimento do jornalista (2013, p. 5). São estes motivos que levam a que as seguintes características sejam, também, apontadas como essenciais: “perseverança”, “coragem” (Bernstein, *apud* Behrens, 1977, p. 23; Coelho & Rodrigues, 2020, p. 139), o sentido de sacrifício (Nelson, *apud* Behrens, 1977; p. 23) e a “disposição para lutar” (Bridge, *apud* Behrens, 1977, p. 22; Coelho & Rodrigues, 2020, p. 139), “determinação” para ver o trabalho realizado e a capacidade de aguentar toda a frustração que deste advém (Randall, 2016, p. 131). Assim, o jornalista de investigação deverá ser uma “pessoa forte” (Gage, *apud* Behrens, 1977, p. 21) e com um “sentido de realismo” (Cunningham, *apud* Behrens, 1977, p. 17). Para além disso, é-lhe apontado um

²⁰ No original os autores usam a expressão inglesa “*willingness to dig*” (Anderson & Benjaminson, 1976, p. 4)

sentido moralista (De Burgh 2000, pp. 27-29), sendo visto como uma pessoa que deverá ter “uma dose de sensibilidade” (Cunningham, *apud* Behrens, 1977, p. 17), ser “preciso”, “justo” (Bernstein, *apud* Behrens, 1977, p. 23) e altruísta, no sentido que se deverá indignar contra as injustiças, mostrar empatia para com os injustiçados e tentar melhorar essa realidade (De Burgh, 2000, pp. 27-29).

Podemos concluir que, apesar de existir uma tentativa de não romantizar a imagem do jornalista de investigação, a caracterização que prevalece é a glorificação, quase heroica, como a descrita no início deste subcapítulo. Os traços de personalidade apontados pelos vários autores acabam por recair em qualidades como a coragem, perseverança, sacrifício e moralismo. A imagem que prevalece assemelha-se à que foi criada em torno dos jornalistas do caso Watergate, que contrasta, no entanto, com a forma como o jornalista de investigação é encarado atualmente. Hoje encontramos o jornalista de investigação num cenário que se assemelha ao já descrito na época dos “*muckrakers*”. Como afirma Hoxha, os jornalistas já não são tratados como “as estrelas de *rock*”, como nos tempos de Watergate, nem tão pouco “desfrutam de um lugar respeitável na sociedade” (2019, p. 4). O motivo prende-se com a crise no jornalismo, que será de seguida abordada.

II. 2. A crise no Jornalismo

2.1 Uma crise sistémica

“Associada ao jornalismo, a crise, palavra de amplo espectro, tem-se imposto no cenário. As discussões sobre o estado atual do jornalismo começam e acabam na necessidade de caracterizarmos a dimensão da crise” (Coelho & Silva, 2018, p.75)

Afirmar que o jornalismo está em crise já não levanta controvérsia (Pickard, 2011, p. 73), o problema está, na dificuldade de a caracterizar, isto é, na identificação das suas causas e na definição de um caminho que possa levar a soluções duradouras (Coelho & Silva, 2018, p. 75; Pickard, 2011, p. 73). Na raiz da crise estão fatores económicos, sociais, históricos e tecnológicos, que se “alinham para atirar o jornalismo para uma crise profunda” (Fuller, 2010, p. 10). A maioria dos comentadores e jornalistas atribui a crise a fatores económicos, isto é, à falta de um modelo de negócio, e aos avanços tecnológicos (Alexander, 2015, p. 10; Pickard, 2011, p. 74). Por outro lado, Pickard chama a estes fatores “tendências narrativas”, usadas numa tentativa de explicar a origem da crise, mas que não são a verdadeira causa da mesma. Para o justificar explica que apontar a crise à falta de um modelo de negócio é assumir que um dia o jornalismo voltará a ser rentável, que voltará à sua velha ordem. A acrescentar a isto, defende que atribuir a culpa aos avanços tecnológicos é pôr os jornais na pele de “vítimas inocentes”, que foram atingidos pela “tempestade perfeita”, não passando de “dinossauros morrendo nesta nova ascensão dos *media* digitais”. Nestas narrativas, o jornalismo assume o papel de vítima, tanto da Internet, que lhe roubou os leitores e as receitas, como da crise económica, consequência direta da revolução digital (2011, p. 75).

Alexander defende que estas mudanças sociais são “endémicas em sociedades modernas”, não devendo ser encaradas como algo negativo (2015, p. 11). Também Cagé relembra que “esta crise não é nova” (2015, p. 17). Ambos recordam que, na história do jornalismo, várias são as “crises” causadas por avanços tecnológicos dando, a título de exemplo, o aparecimento da rádio, seguido pelo da televisão, que também levaram a imprensa escrita a recear desaparecer e a profetizar a morte certa (Alexander, 2015, p. 11, 12; Cagé, 2015, p. 17). Assim, é importante recordar que esta “não é a primeira vez que os *media* têm de renovar-se, e sempre conseguiram fazê-lo” (Cagé 2015, p. 10). Se a

crise fosse unicamente um problema económico, então, a sua solução não seria difícil de encontrar. Hoje, existem modelos económicos para os *media* que não se baseiam exclusivamente na dependência das receitas publicitárias ou nas vendas. A título de exemplo podemos ver jornais detidos por uma fundação ou associação, *The Guardian* e o *Ouest-France*, respetivamente, ou a existência de uma “sociedade de *media* sem fins-lucrativos” com base no *crowdfounding*, como a que defende Cagé (2015).

Embora não sendo a verdadeira causa da crise no jornalismo, todas estas narrativas correspondem à realidade (Pickard, 2011, p. 76). A passagem da publicidade e dos leitores dos jornais para o digital veio afetar o modelo de negócio do jornalismo, com especial enfoque no jornalismo impresso (Fuller, 2010, pp. 10, 11). Como afirmou John Paton, fundador e antigo CEO da *Digital First Media*, o jornalismo tradicional passou a ter um valor de mercado de “aproximadamente zero” (*apud*, Rainey, 2012). Os anúncios, que constituíam grande parte da receita dos jornais, já não precisam desse meio para chegar ao público. Quanto aos jornais, estes viram na Internet “um meio pobre” para conseguirem receitas da publicidade, lutando contra os “gigantes da tecnologia”, que ficam com a maior fatia “deixando apenas migalhas para as organizações jornalísticas” (Coelho & Silva, 2018, p. 78). De acordo com o *State of the News Media 2021*, referente aos dados de 2020, os “gigantes da tecnologia” ficam com 65% das receitas publicitárias. Num olhar mais detalhado vemos que 45% da receita publicitária em meio digital vai para o *Facebook*²¹, 10% para a *Google*, 5% para a *Amazon*, 3% para a *Verizon Media Group*²² e 2% para o *Twitter*, deixando os restantes 35% para todas as outras empresas em meio digital, onde se inserem os meios de comunicação social (Pew Research Center, 2021). Como afirma Cagé, “os meios de comunicação nunca foram tão fracos. A receita anual combinada do conjunto dos jornais diários americanos é duas vezes inferior à da *Google*” (2015, p. 14).

Para além desta perda de receitas publicitárias, o jornalismo encontrou na Internet o mantra de que “a informação deve ser grátis”. Assim, começou a competir com *blogs*, que ofereciam a informação de graça, mesmo se os jornais não o fizessem (Alexander, 2015, p. 14). E, se a Internet criou esta forma de consumo e alterou a produção dos meios

²¹ Desde outubro de 2021, o grupo económico denominado por *Facebook* alterou o nome para *Meta*. No âmbito deste relatório de estágio e como referência a bibliografia utilizada irá continuar a ser usado o nome *Facebook*.

²² É importante entender que a *Verizon Media Group* à data destas estatísticas, era a detentora da *Yahoo*, bem como da *AOL*. No entanto, em 2021, a *Yahoo* foi vendida à *Apollo Global Management*. (Pew Research Center, 2021)

de comunicação, as redes sociais “diluíram” o jornalismo num “ecossistema de presença permanente” que as redações continuam a alimentar (Monteiro & Craveiro, 2021, p. 88). A ilustrar este conceito, a jornalista Paula Cardoso explica que o ritmo que hoje encontramos no jornalismo foi imposto pelas redes sociais. Para se mostrarem relevantes e para criarem mais interação, os meios de comunicação necessitam ter uma produção constante e adaptada às redes sociais, isto é, que gere mais cliques e comentários (*apud*, Monteiro & Craveiro, 2021, p. 89). Como ilustra Hamilton, para conseguir receitas em publicidade digital, um artigo necessita de se tornar viral nas redes sociais, atrair atenções na *Google News*, aparecer no *Feed* Notícias do *Facebook* e ficar com uma classificação alta nos resultados de pesquisa (2016, p. 107).

A aliar-se à revolução digital veio a crise do *subprime*. Como explicam McChesney e Pickard, estes problemas que assolavam os *media* “passavam despercebidos” até ao período de declínio económico denominado como *subprime* (2011, p. 9). Entre 2008 e 2009, nos Estados Unidos, os impactos do *subprime* fizeram-se sentir fortemente nas receitas publicitárias da imprensa escrita norte-americana (Coelho & Silva, 2018, p. 77). As redações de todo o mundo assistiram a cortes nos recursos humanos, sobretudo nos jornalistas mais experientes e consequentemente com os salários mais elevados. Entre 2000 e 2009 as redações norte-americanas perderam 25 por cento dos seus jornalistas (Starkman, 2014, p. 216). Foi uma época marcada por “baixa moral, perda de especialistas e de constantes cortes”, a pior altura para o jornalismo perder a sua base financeira (*ibidem*, p. 219).

Hoje, encontramos o jornalismo não só ainda a tentar recuperar financeiramente dos impactos do *subprime*, como a enfrentar as repercussões que a pandemia de Covid-19 deixou. Apesar de não ser possível identificar todas as consequências causadas pela crise sanitária (Fidalgo, 2021, 345), já existem estudos que traçam os primeiros impactos. Num olhar global podemos ver que, apesar da Covid-19 ter permitido aumentar as subscrições de alguns *media* e de contribuir para a perceção do valor do jornalismo de qualidade, esta teve um forte impacto nos *media*, especialmente nas publicações impressas, que viram os níveis de circulação diminuídos. Os principais motivos prendiam-se com as restrições e com a queda da receita na publicidade (Newman et al., 2021, p. 14).

Olhando para o contexto português, encontramos consequências semelhantes. Como foi mencionado, apesar do consumo de notícias ter aumentado, especialmente no

que diz respeito à televisão e notícias online, permitindo a alguns jornais aumentar os subscritores (Fidalgo, 2021, 299; Pinto-Martinho et al., 2021, 96) e de ter havido uma tentativa do Estado de dar uma ajuda monetária aos órgãos de comunicação social (Pinto-Martinho et al., 2021, p. 96), a crise sanitária impactou negativamente os *media* portugueses. As receitas publicitárias sofreram um grande golpe, motivado pela queda das edições em papel, mas, também, porque as próprias empresas, estando fechadas, não apostavam em publicidade. A acrescentar a estas quebras deu-se início a uma tendência de dar aos leitores acesso livre a conteúdos noticiosos, para que estes continuassem informados em tempo de crise (Fidalgo, 2021, p. 299).

Para medir o impacto da crise pandémica nos órgãos de comunicação social em Portugal, podemos olhar para os estudos realizados pela Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC). Analisando os primeiros meses da pandemia (março, abril), a ERC concluiu que as receitas globais dos órgãos de comunicação social caíram a pique, registando-se quedas entre os 61 e 80%, números que se repetem quando se fala das receitas publicitárias (Martins et al., 2020, p.5). A imprensa (nacional, local e regional) foi a mais afetada. Quando olhamos para as fontes de receita (publicidade, eventos, venda de exemplares e assinaturas) podemos ver que existiram órgãos de comunicação social com quebras homólogas na ordem dos 100%. Também se registou uma diminuição significativa do número de páginas das edições impressas (*ibidem*, p. 6). Já em 2021, a ERC dá conta que ainda não existiam melhorias relevantes do ponto de vista económico. Se em 2020 60% dos órgãos de comunicação social apresentou contração das receitas de publicidade, no primeiro trimestre de 2021 este número apenas baixou para os 52% e três quintos dos órgãos de comunicação social continuaram a reportar quebras (*idem*, 2021, p.4).

Para além do impacto económico atentemos, ainda, na deterioração das condições laborais dos jornalistas. Muitos foram os profissionais que ficaram em *lay-off* (Fidalgo, 2021, p. 299) ou viram os seus salários reduzidos (Pinto-Martinho et al., 2021, p. 96), aumentando, assim, a tendência de precarização do trabalho jornalístico, que já contava com salários baixos (Camponez et al., 2020, p. 15). “Mais de 80% das organizações colocaram os seus funcionários em teletrabalho” (Martins et al., 2020, p.7). Com as redações em casa, os jornalistas tornaram-se dependentes do computador, telemóvel, e de plataformas como o *Skype* e o *Zoom* (Fidalgo, 2021, p. 299). Apesar do fecho total ou

parcial dos estabelecimentos, da imposição do *lay-off*, do teletrabalho e do *part-time*, a produção informativa manteve-se igual (Martins et al., 2020, p. 7).

Como anteriormente mencionado, apesar de estas não serem as origens da crise, foram acontecimentos que marcaram profundamente o jornalismo e vieram fragilizar e aumentar o impacto da mesma.

“This crisis is systemic and not simply the result of a few bad apples, or the laziness and ineptitude of traditional news organizations. It pertains not solely to newspapers, but also to newsrooms and newsgathering writ large. Put differently, this crisis is not about the future of newspapers, it is about the viability of journalism” (Pickard, 2011, p.76).

Pickard defende, então, que a crise do jornalismo é uma crise sistémica (2011, p. 76). Também Coelho e Silva explicam que esta crise surge porque o jornalismo está a ser ameaçado na base que o sustenta- os seus valores. Assim, os autores definem a crise como uma crise de credibilidade, causada pela influência do mercado. Esta gera o paradoxo em que hoje encontramos o jornalismo, sempre dividido entre gerar lucro financeiro, e a sua missão de gerar lucros sociais. Apesar de os fatores anteriormente mencionados acentuarem essa crise, a sua origem não está no que a rodeia, ao invés é profundamente estrutural (2018, p. 75).

Os autores apontam esta crise nos valores do jornalismo aos primórdios do jornalismo moderno, finais do século XIX, inícios do século XX, quando este associou os seus valores aos valores de mercado (*ibidem*, pp. 75, 76). Como explica De Burgh, os *media* tornaram-se um “grande negócio” e o jornalismo passou a ocupar “o espaços entre os anúncios”, tornando-se mais importante atrair o consumidor (2000, p. 32). Para Coelho e Silva as marcas desta cedência nos valores são claras, sendo visíveis num jornalismo dito “neutro”, com uma “escrita colorida” e com uma preferência por temas sensacionalistas, que dão origem a um novo paradigma: o do “jornalismo de mercado”, em que não se procura a subsistência financeira para fazer jornalismo de qualidade, mas antes a “maximização do lucro e a rentabilidade máxima”, refletindo-se no aumento do número de leitores e consequentemente nas vendas (2018, p. 76).

Olhando para o jornalismo neste paradigma e submetendo-o à lógica do mercado, poderíamos pensar que a competitividade e a concorrência entre diferentes *media* resultassem na diversidade da oferta e no consequente aumento da qualidade da mesma. Pelo contrário, a submissão ao mercado destruturou o próprio jornalismo e o respetivo

modelo de negócio, dando origem a fusões e aquisições. O jornalismo viu-se confinado a um “conjunto limitado de conglomerados” gerido por um número restrito de agentes (*ibidem*). Para ilustrar esta realidade podemos olhar para o exemplo do empresário australiano-americano Rupert Murdoch, dono da *News Corporation*. Para Murdoch, o principal objetivo era alargar o seu império de jornais e obter destes a rentabilidade máxima, para isso aplicava-lhes a mesma lógica do lucro que usava no *The Sun*, “contaminando” jornais de referência como o *Times* e o *Wall Street Journal* (*ibidem*, pp. 77).

Como afirma Starkman, “quando falamos de jornalismo, os proprietários das empresas que o praticam importam” (2014, p. 218). Cagé explica como se gerou um paradigma em que a aquisição de jornais se tornou uma tendência para poderosos empresários. “Em todo o lado onde se construíram fortunas, encontramos generosos acionistas prontos a “salvar” jornais” (2015, p. 10). Nas mãos de “milionários em busca de influência” (*ibidem*, p. 20), o jornalismo perdeu uma componente essencial, a autonomia. Sem conseguir gerir-se financeiramente, deixou de conseguir fazê-lo eticamente (Coelho & Silva, 2018, p.77), pondo o seu papel enquanto garantes da “qualidade do debate democrático” nas mãos de “milionários com bolsos sem fundos” (Cagé, 2015, p. 21).

Assim, podemos concluir que um dos principais problemas dos *media*, é o facto de considerarmos a informação um “bem semelhante a qualquer outro” (Cagé, 2015, p. 19). Este fator leva Pickard a defender que, o que está na base da sempiterna crise do jornalismo, reside no facto de este nunca ter sido considerado “um bem público” (2011, p.73). Os *media* podem ser “comprados, vendidos, liquidados” (Cagé 2015, p. 19), como qualquer objeto, ao invés de serem entendidos como um bem de serviço público, com benefícios sociais que transcendem o seu valor de mercado. A crise deve-se, então, à procura de algo que não deveria estar associado ao jornalismo, o lucro, que o despoja do que lhe é verdadeiramente essencial, os seus valores éticos e a sua missão de serviço público (Pickard, 2011, p.73).

2.2 O desinvestimento no jornalismo de investigação

“O desafio maior será o de resgatar o jornalismo de investigação num tempo em que o jornalismo se deixou aprisionar por uma crise de sustentabilidade. Um jornalismo financeiramente aprisionado rendeu-se à obsessão de gerar receitas rápidas.”

(Coelho & Silva, 2018, p.81).

Como afirmam Coelho & Silva, a crise teve efeitos diretos no jornalismo de investigação (2018, p. 81). Este é um problema tanto para o jornalismo como para o público, uma vez que, o jornalismo de investigação consegue ter a dualidade de ser ao mesmo tempo o mais vital e o mais vulnerável (Starkman, 2014, p. 29). Esta vulnerabilidade é consequência das suas especificidades, como vimos no capítulo anterior, desde logo por ser um jornalismo mais moroso, sem resultados definitivos e, por consequência, mais caro, que necessita de constantes fluxos de receita (Coelho & Silva, 2018, 83; Pickard, 2011, p. 76). Se gerar receita é um problema para o jornalismo dito tradicional, mais o é para o jornalismo de investigação. A crise do *subprime* teve um forte impacto no jornalismo, sobretudo no jornalismo de investigação, sendo um dos que mais sofreu com os cortes financeiros (Starkman, 2014, p. 219). A falta de um modelo de negócio tem, assim, um impacto direto no jornalismo de investigação, uma vez que o jornalismo acaba por ceder ao mercado, apostando na produção em quantidade e desinvestido na qualidade (Coelho & Silva, 2018, pp. 77, 78).

Assim, encontramos o jornalismo de investigação a tentar subsistir numa conjuntura de receitas rápidas e quebra de valores éticos (*ibidem*, pp. 81, 82). Para ser rentável, o jornalismo dá primazia ao *clickbait*, às notícias sobre celebridades, à pressão das redes sociais, ao invés das longas investigações (Coelho & Silva, 2018, pp. 82; Monteiro & Craveiro, 2021, p. 83) que, como explica a jornalista Andreia Azevedo Soares, não são ‘sexy’ o suficiente”, caindo-se numa “ditadura do tráfego”, onde o mais importante é produzir mais e mais rápido (*apud*, Lopes 2015, p. 10). Como acrescenta Cagé, “cada ‘informação’ é retomada até ao infinito”, de forma idêntica, com as mesmas imagens, muitas vezes sendo “despachos” de agências noticiosas, valoriza-se mais o “copia-e-cola, do que a recolha de informação original” (2015, p. 14). Starkman denomina este fenómeno como a “Roda do Hamster”²³ (2014, p. 219). Nela, os jornalistas

²³ No original “*Hamster Wheel*” (Starkman, 2014, p. 219)

trabalham unicamente sentados à secretária (Coelho & Silva, 2018, p. 81; Starkman, 2014, p. 257), este trabalho tem de ser mais rápido e com menos custos (Lopes, 2015; Starkman, 2014, p. 257), o que faz com que se torne um trabalho de “*copy-past*” e o jornalista um “pé de microfone” (Lopes, 2015, p. 7).

Neste contexto, os jornalistas perderam o contacto com a reportagem e aumentaram a dependência das fontes oficiais (Coelho & Silva, 2018, p. 81; Starkman, 2014, p. 257), que passaram a exercer uma influência excessiva sobre a agenda mediática (Lopes, 2015, p. 7). Não têm tempo para refletir, investigar ou simplesmente pensar (Starkman, 2014, p. 257). Como afirma Lopes, “hoje é difícil ir até ao fim da rua ou até ao fim do mundo à procura de uma boa história” (2015, p. 7). Assim, os jornalistas limitam-se a “descrever a paisagem” (Starkman, 2014, p. 257), permitindo que as “verdades escondidas” permaneçam escondidas (Coelho & Silva, 2018, p. 81), uma vez que é “mais difícil investigar e publicar temas que possam ser considerados incómodos para figuras dominantes do setor político e/ou financeiro” (Soares, *apud* Lopes, 2015, p. 9).

O jornalismo mais predominante é aquele que se tornou uma “caixa de ressonância do poder dominante”, com jornalistas resignados e redações “anestesiadas” (Lopes, 2015, p. 8). Um claro exemplo disso é visto na própria crise do *subprime*, falada anteriormente. Como afirma Starkman, “o cão de guarda não ladrou”, isto é, a grande maioria dos órgãos de comunicação social não noticiou a possibilidade desta crise, nem sequer a investigou. O poder e as elites não foram questionados, foram a voz predominante, se não mesmo a única, deixando de lado a tentativa de perceber a realidade e de dar voz aos protagonistas sem poder (2014, pp. 21, 22).

Como vimos no capítulo anterior, existe sempre uma resistência ao jornalismo de investigação. Esta relutância piora em situação de crise, levando à existência de um desinvestimento no jornalismo de investigação. Os recursos são menores, tal como a possibilidade de “arriscar”. Tal é válido para o órgão de comunicação social, que se vê mais dependente das poucas receitas publicitárias que tem, como para o próprio jornalista. Como explica Lopes, a crise acaba por censurar e restringir os jornalistas, uma vez que se encontram “atormentados” pelos constrangimentos económicos, no “pânico de perder o emprego” (2015, p. 7). Vivem, assim, condicionados por diferentes fontes de pressão: da rentabilidade, do tempo, da necessidade de produzirem para diversas plataformas, do

exclusivo, do interesse da audiência e dos acionistas do órgão de comunicação social para o qual trabalham (*ibidem*, p. 5).

Coelho e Silva associam este desinvestimento no jornalismo de investigação à exigência inerente ao exercício do mesmo, mas também ao seu financiamento e sustentabilidade. Estes fatores resultam da colisão entre os valores que o jornalismo deve defender e o lucro financeiro que a empresa de *media* precisa de alcançar, mas, também, ao facto de o público não conseguir avaliar, de forma imediata, a qualidade da informação (2018, pp. 86, 87). Como afirma Starkman, medir a qualidade é difícil; ao contrário, medir a quantidade de informação produzida é mais fácil (2014, p. 220). Dando conta deste desinvestimento no jornalismo de investigação e da dificuldade em mensurar a qualidade do mesmo, é impossível não se impor a questão: É o jornalismo de investigação rentável?

Desde logo, é importante perceber o que entendemos pela palavra rentabilidade. O seu sentido mais comum levar-nos-ia a pensar em lucros económicos. Fazendo uma análise por esta perspetiva, olhemos para o testemunho de Michael Rezendes, um dos jornalistas do caso *Spotlight*, falado no capítulo anterior. O jornalista considera que “o jornalismo de investigação compensa em termos económicos”. Quando a reportagem *Spotlight* foi publicada no *Boston Globe* ainda não existiam “formas tão sofisticadas de medir o ‘sucesso’” (*apud*, Gomes, 2017). Como explica Hamilton, hoje o sucesso de um artigo é quantificado através da *Google Analytics*, com métricas que incluem “o número de utilizadores, visualizações por página, sessões, localização da audiência e o trajeto que o utilizador percorreu para chegar ao site”. Mais importante, é possível ver quanto tempo passou cada utilizador num determinado artigo (2016, p. 98). Rezendes explica que esses números vieram não só mostrar que o jornalismo de investigação compensa economicamente, mas, ainda, dar-lhe “ímpeto e legitimidade”, justificando o investimento. Os bons resultados permitiram ao jornal solidificar a “marca *Spotlight*” e duplicar a sua equipa (passando a ter oito jornalistas), o que lhes permitiu ultrapassar a concorrência, uma vez que, assim, terão jornalistas e meios suficientes para investigar (*apud*, Gomes, 2017).

Se na altura não havia as formas mencionadas de medir o sucesso da reportagem *Spotlight*, a verdade é que saber o seu custo é mais fácil. Segundo Eric Scherer, os oito meses que os jornalistas dedicaram à investigação “custaram ao *Boston Globe* um milhão de dólares, sem contar com várias dezenas de milhares de dólares em custos judiciais” (*apud* Cagé, 2015, p. 46). Mas, para além do lucro económico de uma reportagem,

podemos olhar para o seu lucro social, “um valor acrescentado para a sociedade”(Coelho & Silva, 2018, p. 87). Continuando no mesmo exemplo, é de notar que esta reportagem foi capaz de trazer esse valor: “afastou padres do serviço, levou a acordos judiciais para as vítimas de abusos sexuais e permitiu mudanças nas políticas da Igreja, com repercussões até ao Vaticano” (Hamilton, 2016, p. 82).

A importância do lucro social, está na capacidade de mudar leis e políticas, podendo melhorar a vida de centenas ou até milhares de pessoas (*ibidem*, p. 83). No seu livro, James T. Hamilton calculou, tendo em conta os custos de produção, como se podia traduzir o lucro social num valor real. O que concluiu é que “cada dólar gasto numa história, pode gerar centenas de dólares em benefícios” (*ibidem*, p. 84). Olhando para um dos casos analisados pelo autor, uma reportagem do *Washington Post* sobre os tiroteios feitos pela polícia do Distrito de Columbia, por cada dólar que o jornal investiu, a sociedade ganhou 140 dólares (*ibidem*, pp, 124-133). A problemática reside no facto de, os lucros sociais, não se traduzirem em lucros económicos para o jornal (Hamilton, *apud*, Sá, 2017). Como explicam Coelho & Silva, apesar de existir uma necessidade de gerar lucros sociais, as condições económicas do jornalismo mantêm-no refém, não lhe permitindo proteger o seu quadro e valores e missão (2018, p. 78).

Admitindo que a principal vantagem do jornalismo de investigação seja o impacto que este pode ter na sociedade, o desinvestimento nesta abordagem jornalística tem, todavia, explicações. Subjugado à ordem do mercado, dependente da publicidade e de assinaturas, podemos ver que investir em jornalismo de investigação não compensa, pois o lucro social não se traduz em lucro financeiro, como já foi afirmado por Hamilton (2016, p. 15). À luz desta problemática, e de todas as dificuldades enfrentadas pelo jornalismo de investigação descritas neste capítulo, é impossível não questionar que caminho poderá levar no futuro e que possíveis soluções podemos encontrar. Consideramos que o mais importante passo será o de retirar o jornalismo de investigação desta lógica do mercado, isto é, o jornalismo de investigação não deverá procurar o lucro financeiro, mas antes ter a liberdade que precisa para gerar lucro social, que corresponde à sua verdadeira missão. Se um órgão de comunicação social é estruturado como uma organização sem fins lucrativos, o incentivo de gerar lucros é removido e substituído por metas que se alinham com uma cobertura que gera lucros sociais substantivos (*ibidem*, p. 181). Para o poder fazer, reforçamos a ideia de que o jornalismo deveria deixar de ser considerado “um bem semelhante a qualquer outro” e passar a ser um bem público (Cagé, 2015, p. 112;

Hamilton, 2016, p. 23; Pickard, 2011, p. 74). É o próprio lucro social que justifica que o jornalismo de investigação possa ser considerado um bem público. Como explica Hamilton, o lucro social gerado é superior a qualquer lucro económico que possa receber, uma vez que até pessoas que não contribuíram para a produção do jornalismo de investigação e mesmo que não o consumam, irão beneficiar deste (2016, p. 24).

Sendo considerado um bem público, a problemática seguinte seria determinar como poderia este ser financiado. Eis duas propostas que tentam solucionar essa problemática, mas que divergem quando à forma de o fazer. Por um lado, Pickard atribui ao Estado a responsabilidade de providenciar os recursos e a proteção necessária para a sua subsistência (2011, p. 74). Por outro lado, olhemos ainda para a “sociedade de media”, modelo proposto por Cagé (2015, 135). Trata-se de um modelo híbrido e que nasce de um equilíbrio entre as empresas privadas cotadas na bolsa, à qual comumente estão subordinados os órgãos de comunicação social, e as vantagens de uma fundação sem fins lucrativos (*ibidem*, p. 162). Assim, da fundação manteria o crowdfunding, por parte dos leitores, que, em troca, receberiam reduções fiscais e o direito de voto no meio de comunicação social. Esta proposta torna o investimento nos media democrático, dando aos leitores a possibilidade de assumirem o papel de acionistas em vez de simples mecenas, sem serem, no entanto, onipotentes acionistas e sem receberem lucros financeiros, uma vez que serão acionistas de uma sociedade sem fins lucrativos (*ibidem*, pp. 139- 152). Apesar das suas limitações, neste modelo o jornalismo poderia manter os seus valores, encontrando a base que necessita para criar lucro social, enquanto, ao mesmo tempo, continua a corresponder à sociedade capitalista em que vivemos.

Capítulo III: Caraterização da investigação

III. 1. Pertinência do estudo

A razão pela qual é e será pertinente refletir sobre o jornalismo de investigação prende-se com os fatores e critérios que lhe são inerentes e analisados no enquadramento teórico. Entendendo-o enquanto “género” (De Burgh, 2000, p. 32), “prática” (Starkman, 2014, p. 27), ou “forma superior” (Coelho & Rodrigues, 2020, p. 138) no jornalismo, com características específicas e admitindo que a sua principal virtude está no impacto e no lucro social que pode gerar, importa perceber se este é praticado pelos órgãos de comunicação nacionais. Assim, o presente estudo procura entender se o jornalismo de investigação está ou não presente na Revista *Visão*. A par deste objetivo, almeja-se ainda adquirir uma maior perceção sobre algumas das especificidades do jornalismo de investigação, tais como: o seu autor; em que editoria se insere (correspondendo estas a 11 possíveis, das 16 apresentadas na versão digital da revista: “Política”, “Sociedade”, “Economia”, “Mundo”, “Cultura, Ambiente”, “Tecnologia”, “Desporto”, “Saúde”, “Imobiliário”, “História”); se lhe é dado pela revista a designação de investigação; se é de âmbito nacional ou internacional; se tem ou não presença online; e a relevância editorial dada ao artigo, podendo esta última ser medida pelo facto de ter ou não destaque na capa e número de páginas.

Além disso, recordemos o enquadramento teórico onde foi analisada a crise no jornalismo, uma crise de credibilidade, causada pela influência do mercado, que, como assinalámos, tem maior impacto no jornalismo de investigação (Coelho & Silva, 2018, pp. 75, 81). Nela encontramos o jornalismo de investigação a tentar subsistir numa conjuntura de receitas rápidas e falta de valores éticos. O desinvestimento no jornalismo de investigação acontece não só por parte do órgão de comunicação, que não arrisca investir os poucos fundos de que dispõe, como ainda por parte dos jornalistas, sem condições de trabalho, ou mesmo sem o perfil pessoal e profissional necessários para responder às exigências desta “forma superior de jornalismo” (*ibidem*, p. 81-83). A juntar a estes fatores, assistimos à valorização da quantidade em detrimento da qualidade- o que resulta na abordagem de temáticas que valorizam os temas sensacionalistas e o *clickbait* (Coelho & Silva, 2018, p. 82; Monteiro & Craveiro, 2021, p. 83) – cenário que a minha

experiência na *Visão* veio materializar. Todos estes fatores criam uma conjuntura em que urge averiguar se ainda há lugar para o jornalismo de investigação.

A Revista *Visão* além de ter sido o espaço onde decorreu o estágio curricular, configura-se um pertinente caso de estudo, pelo facto de, desde a sua criação, em 1993, sempre se ter assumido com o compromisso de prezar pela qualidade jornalística, pelo rigor e pela profundidade de investigação (Cardoso, 2008, p. 1562). Numa revista que sempre teve um forte impacto no mercado português, apresentando-se orgulhosamente como “a *newsmagazine* mais lida do país”, importa perceber se, passados 29 anos, este compromisso continua a fazer parte da sua missão.

III. 2. Perguntas de investigação

Este estudo irá tentar responder às seguintes perguntas de partida:

P1: Existe jornalismo de investigação na Revista *Visão*, e se sim, quais são as suas especificidades?

P2 (complementar): Qual o processo de construção de uma reportagem de investigação?

III. 3. Metodologia

Para responder às perguntas de investigação apresentadas, adotou-se uma metodologia mista, combinando as análises quantitativa e qualitativa. Estas materializam-se aqui nos métodos de análise de conteúdo e de observação participante, respetivamente, sendo que a segunda, neste caso, consubstancia-se no acompanhamento da construção de uma reportagem.

3.1 Análise de conteúdo

Na análise de conteúdo foram tidas em conta 26 revistas impressas, que correspondem a todas as edições que saíram no período correspondente aos seis meses de estágio. Assim, o *corpus* de análise integra as edições nº 1462 (11/3 a 17/3/2021) até à edição nº 1487 (2/09 a 8/9/2021).

Sendo que o jornalismo de investigação exige um maior investimento, a opção pela revista impressa, em detrimento do *online*, prende-se com o facto de esta ser a maior aposta da *Visão*. O estágio na editoria *Online* permitiu sustentar esta premissa, ao observar a pouca aposta depositada no *site*, visível, como foi explicado, pela pequena equipa que constitui esta editoria e pela opção por uma produção de temas mais sensacionalistas e de mais rápida e fácil execução, em detrimento da investigação. Na análise será possível observar se esta premissa estava correta, ao identificar-se o tratamento dado aos artigos de investigação no *site*: começando pela sua presença (ou não) no mesmo, se são disponibilizados na íntegra, vendo assim se a produção do mesmo teve o intuito de ser *online* e não apenas de ser impresso ou, se pelo contrário, são disponibilizados como conteúdos exclusivos, com intuito de atrair leitores para a revista impressa.

De forma a executar a análise procedeu-se à construção de tabelas *Excel*. Para começar foi realizada uma pré-seleção, na qual foram escolhidos todos os artigos que, pelo título, *superlead* e tema abordado, poderiam vir a resultar em jornalismo de investigação. Seguindo a definição de jornalismo de investigação presente no enquadramento teórico e partindo da obra Randall (2016), são estes os critérios em conta durante a análise: 1. Temática (recai sobre irregularidades/negligências); 2. Construção (tem investigação própria: se o jornalista assume um papel central); 3. Força da prova (se está bem sustentado, uma vez que pode existir a possibilidade de a informação querer ser mantida em segredo); 4. Repercussão (após a publicação: ter riscos mais elevados).

Numa segunda fase serão analisadas as especificidades dos artigos que forem considerados jornalismo de investigação, tais como: o seu autor; a editoria em que se inserem (correspondendo estas a 11 possíveis das 16 apresentadas na versão digital da revista: “Política”, “Sociedade”, “Economia”, “Mundo”, “Cultura, Ambiente”, “Tecnologia”, “Desporto”, “Saúde”, “Imobiliário”, “História”); se lhe é dada pela revista a designação de investigação; se é de âmbito nacional ou internacional; se tem ou não

presença online; e a relevância editorial dada ao artigo, podendo esta última ser medida pelo facto de ter ou não destaque na capa e número de páginas.

3.2. Método Observação Participante

Tendo em conta o tema do presente relatório de estágio, surgiu a oportunidade de acompanhar o jornalista Miguel Carvalho através da observação participante. Na ficha técnica²⁴ da *Visão*, Miguel Carvalho é apresentado não como um jornalista de investigação, mas antes como um dos “redatores principais e Grande Repórter”. Escolhemos acompanhar este jornalista pelo conhecimento que tínhamos dos trabalhos prévios produzidos por Miguel Carvalho e, consequentemente, por associarmos ao nome deste jornalista a maior probabilidade de que a observação participante resultasse no acompanhamento de um artigo que pudesse vir a ser classificado como jornalismo de investigação. Assim, este método irá incidir em três dias do processo de construção da reportagem: “A incrível história do clã Moreira”²⁵.

No primeiro contacto, Miguel Carvalho explicou-nos a premissa que deu origem ao artigo: partindo da relevância que estava a ganhar o caso Selminho²⁶ nos media, dar um passo em frente, e fazer algo que ainda não tivesse sido feito: investigar a história da família de Rui Moreira. Foi, ainda, esclarecido que o artigo já devia ter sido publicado, para melhor corresponder à mediatização deste caso. No entanto, Miguel Carvalho pediu mais tempo para a publicação, uma vez que, considerou que o trabalho de investigação ainda não estava finalizado, como vai ser possível observar nestes dias. Esta primeira abordagem mostra, desde logo, uma característica tão importante ao jornalismo de investigação, vista no enquadramento teórico, a possibilidade de ter o tempo necessário à investigação para que as histórias sejam publicadas da forma mais completa possível

²⁴ <https://visao.sapo.pt/ficha-tecnica/>

²⁵ Edição nº1477 (24/6 a 30/6/2021)

<https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-11-16-a-incrivel-historia-da-familia-de-rui-moreira-2/>

²⁶ O Caso Selminho foi o nome dado à acusação feita pelo Ministério Público onde os investigadores concluíam que Rui Moreira, enquanto Presidente da Câmara Municipal do Porto, teria favorecido a imobiliária da família, que dá o nome ao caso e da qual o autarca era sócio. Rui Moreira foi absolvido do crime de prevaricação a 21 de janeiro de 2022.

<https://eco.sapo.pt/2022/01/21/caso-selminho-rui-moreira-absolvido-de-prevaricacao/>

(Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Randall, 2016, pp. 127, 128; Hamilton, 2016, p. 177), e para permitir ao jornalista o tempo necessário à reflexão (Starkman, 2014, p. 257).

O acompanhamento da construção deste artigo deu-se na sua totalidade no Porto e foi marcado por três momentos chave, divididos, conseqüentemente, em três dias. É importante notar que, apesar de apenas termos acompanhado três dias, esta reportagem levou um mês a ser preparada (intercalada com outros trabalhos), sendo que Miguel Carvalho já tinha iniciado o trabalho de pesquisa e concretizado diversas entrevistas (cerca de 20 a 25, a maioria por via telefónica), antes de termos começado a acompanhá-lo.

O primeiro dia em que acompanhámos Miguel Carvalho e a fotojornalista Lucília Monteiro foi a 14 de junho. Miguel Carvalho estava a realizar o que denominou como “dar chão” ao artigo, que podemos entender como a construção de enquadramento jornalístico. A nossa primeira paragem foi a fábrica da Molaflex, atualmente em Santa Maria da Feira. Apesar de já não pertencer à família Moreira, o negócio de colchões foi fundado pelo falecido Ruy Moreira, patriarca da família. Outrora em São João da Madeira, a Molaflex ficou conhecida por ser uma das primeiras empresas em Portugal a conceder direitos aos seus trabalhadores. Os objetivos da visita eram: ter acesso às fotografias e arquivos, como por exemplo de um antigo anúncio com Rui Moreira em criança, e que lhe deu a alcunha de “Molinhas”; conseguir mais informação sobre a altura em que o negócio era gerido por Ruy Moreira e a mentalidade mais social que este trazia em tempos de ditadura; e tentar arranjar mais contactos de pessoas que pudessem ter uma memória oral daquele tempo.

Após sair da Molaflex, as duas paragens seguintes foram em jornais regionais em São João da Madeira: “O Regional Sanjoanense” e “O Labor”. Estas paragens permitiram a Miguel Carvalho ter acesso à “memória daquele tempo”, relatada em notícias e artigos de opinião. O objetivo seria o de consultar o que fora dito em momentos chave, que iam ser relatados no artigo, tais como, a título de exemplo, a prisão de Ruy Moreira a 12 de março de 1975 e a candidatura do mesmo à Câmara de São João da Madeira em 1976. O método utilizado por Miguel Carvalho foi o de fotografar os registos para os guardar e poder consultá-los sempre que necessário. Estes registos iriam ainda ser usados como apoio visual no artigo. Esta consulta permitiu não só recolher mais informações, mas, também, ter uma ideia daquela época e de qual era a perceção que a sociedade tinha do patriarca da família. Foi, ainda, possível confirmar o impacto que a Molaflex tinha naquela região,

expresso na quantidade de publicidade presente em todos os jornais destes dois anos, mas, também, nos relatórios de contas da empresa que o jornalista consultou.

A paragem que se seguiu foi à Biblioteca e à Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, com o mesmo objetivo de todas as anteriores: recolher o máximo de informação e documentação possível. Para o efeito, Miguel Carvalho acabou por comprar o livro que procurava, onde era feita uma homenagem a Ruy Moreira. O jornalista fez, ainda, algumas perguntas a Manuel António Martins de Melo, presidente da Junta e que teria convivido com Ruy Moreira. Esta entrevista, tal como as concretizadas na Molaflex, foram feitas num tom mais informal onde era visível o à vontade com que Miguel Carvalho deixava os entrevistados: deixava-os abordar os tópicos em que demonstravam mais interesse, para depois fazer as perguntas necessárias para o artigo. Como se tratava de uma entrevista informal, Miguel Carvalho apenas ia tirando notas no seu bloco branco de capa rija.

Por fim, a última paragem do dia mostrava-se mais delicada do que as restantes: à Quinta do Seixal, em Milheirós de Poiares, que correspondia a uma das propriedades da família Moreira. O que torna esta paragem diferente é o facto de, na altura, Rui Moreira, e a restante família, ainda não terem conhecimento de que este artigo estava a ser realizado, por Miguel Carvalho temer que fossem criados impedimentos à investigação. O motivo desta preocupação prendia-se com o estatuto da pessoa tratada (Rui Moreira) e da posição de poder ocupada pelo mesmo (presidente da Câmara do Porto); e com o tema retratado que recaía sobre irregularidades em que a pessoa retratada estava envolvida (caso Selminho), como ainda momentos controversos da sua família (como a detenção do pai por alegado envolvimento com a extrema-direita).

O facto de Miguel Carvalho demonstrar ter consciência da possibilidade de sofrer pressões externas, que lhe podiam causar impedimentos à investigação, pode ser recordada como uma das características inerentes ao jornalismo de investigação, analisadas no enquadramento teórico. Como foi visto na obra de Randall, são as pressões a que está sujeito, que levam o jornalismo de investigação a ter riscos mais elevados, componente essencial na sua definição. Tal como acontece neste caso analisado, as pressões externas prendem-se com o facto de a investigação comprometer o *status quo* das pessoas ou entidades retratadas, que, como vimos, querem manter a informação em segredo (2016, pp. 128, 129). São estas pressões um dos motivos que levam os jornalistas a não querer entregar-se ao jornalismo de investigação (Coelho & Silva, 2018, p. 83).

Como explicou Miguel Carvalho, a ideia inicial era fotografar a quinta de um ângulo mais elevado e não ir dentro da propriedade. No entanto, uma vez que o Presidente da Junta se ofereceu para acompanhar Miguel Carvalho, este acabou por entrar na propriedade. Dentro da mesma foi possível observar como o jornalista lidou com a situação delicada em que se encontrou: o caseiro da quinta mostrou-se claramente desconfortável com a presença de Miguel Carvalho e com a possibilidade de que fossem tiradas fotografias sem o consentimento dos proprietários. Em vez de insistir, Miguel Carvalho tranquilizou-o, assegurando-lhe que iria, então, pedir primeiro autorização à família. Limitámo-nos, por isso, a visitar o espaço. No carro explicou a importância daquele momento: “se nos tivesse deixado fotografar, depois quem pagava a fatura era ele”.

No segundo dia de acompanhamento deste artigo, 17 de junho, Miguel Carvalho e Lucília Monteiro dirigiram-se para a Super Bock Arena, para assistir ao anúncio da recandidatura de Rui Moreira à Câmara Municipal do Porto. Miguel Carvalho fez questão de estar antes da hora do início do evento, para que pudesse ver o espaço e o ambiente. Estavam presentes os principais órgãos de comunicação social, bem como “membros da Câmara do Porto, da família Moreira e famílias importantes da cidade”, explicou Miguel Carvalho.

Este momento mostrou-se essencial, uma vez que permitiu contrastar no mesmo contexto o jornalismo de investigação com o jornalismo quotidiano, identificando as diferenças e peculiaridades que caracterizam cada um, abordadas no enquadramento teórico. Começando pelo jornalismo quotidiano, este era protagonizado, na sua maioria, por jovens jornalistas, de computador em riste, sentados nos lugares destinados à imprensa. A primeira diferença encontrada prende-se com o tempo, como vimos, o jornalismo quotidiano tem um tempo fixo (Hunter & Hanson, 2013, p. 9), e é caracterizado por histórias rápidas, curtas, facilmente produzidas (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Starkman, 2014, p. 29), reféns do que é considerado ter “valor de notícia” e que permitam ao órgão de comunicação ter um fluxo constante de informação (De Burgh, 2000, p. 19; Starkman, 2014, p. 29). Neste caso vemos esta característica, uma vez que, sendo o tema a recandidatura de Rui Moreira, a notícia tinha de sair no próprio dia. Foi possível ver que mesmo antes do evento começar, os jornalistas já tinham aberto no computador a notícia iniciada: já com título, *lead* e alguns parágrafos.

Para além de terem já a notícia iniciada, tinham também aberto o comunicado de imprensa, juntamente com os discursos dos intervenientes que iam falar no evento. A estas duas fontes (comunicado de imprensa e discursos) os jornalistas acrescentaram as perguntas que fizeram a alguns intervenientes. A observação desta prática neste evento demonstrou corresponder a mais uma característica do jornalismo quotidiano abordada no enquadramento teórico: a dependência das fontes oficiais. Esta observação comprova como existe uma “relação harmoniosa” entre as fontes e o jornalista, uma vez que é vantajosa para ambas as partes (Starkman, 2014, pp. 133, 134). Podemos, assim, verificar que esta prática resulta na “versão oficial dos acontecimentos”, uma vez que toda a informação que o jornalista possui é a que lhe é dada pelas fontes (Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9), resultando numa visão ortodoxa, que apenas transmite a voz do poder e das elites (Starkman, 2014, pp. 28, 29).

A contrastar com estas práticas observadas sobre o jornalismo quotidiano, temos a abordagem de Miguel Carvalho, que considerámos enquadrar-se com a descrita no enquadramento teórico sobre o jornalismo de investigação. Miguel Carvalho movimentava-se pelo espaço, falando com as pessoas e tentando descobrir mais informação, sendo que os próprios intervenientes se dirigiam ao jornalista com esse intuito. Era claro o conhecimento prévio que Miguel Carvalho tinha tanto do contexto, como das pessoas presentes. Mostra, assim, um tempo bastante distinto do acima caracterizado, com a possibilidade de absorver o espaço, refletir e investigar. Miguel Carvalho não tinha a pressão temporal exigida ao jornalismo quotidiano, de publicar no próprio dia, nem a de seguir a agenda noticiosa imposta pelo que é considerado ter “valor notícia”. Uma vez que o objetivo de Miguel Carvalho não era o de realizar um artigo sobre o evento, mas antes adquirir mais informação e contextualizar o artigo aprofundado que estava a realizar. Como vimos, no jornalismo de investigação é o próprio jornalista que insiste nos temas que considera serem essenciais para o conhecimento do público, saindo, assim, da influência da agenda noticiosa (De Burgh, 2000, pp. 19, 20), e substituindo a “relação harmoniosa” com o poder e com as elites pelo confronto/inimizade (Starkman, 2014, pp. 134, 135).

No fim do evento, Miguel Carvalho teve oportunidade de falar com Rui Moreira, confirmando a entrevista para o dia seguinte. A 18 de junho, Miguel Carvalho e Lucília Monteiro dirigiram-se a casa de Rui Moreira, para a entrevista. A importância da mesma está tanto na centralidade do entrevistado na história, como, ainda, na necessidade

expressa por Miguel Carvalho de contrapor a informação que tinha até ao momento. A contrastar com os dias anteriores, neste contexto foi possível observar uma entrevista formal. O jornalista trazia as perguntas impressas, continuava a tirar notas no seu bloco e, desta vez, gravava a entrevista. Miguel Carvalho começou por deixar o entrevistado mais à vontade, iniciando a conversa mesmo antes de começar a gravar, perguntando-lhe como tinha corrido a apresentação da candidatura. Dando início à gravação, o tom manteve-se leve, com perguntas sobre a família e o passado. Seguiram-se os temas que poderiam deixar o entrevistado mais desconfortável, como o alegado apoio do pai ao Exército de Libertação de Portugal (ELP)²⁷, e a consequente prisão do mesmo, deixando para o fim as perguntas sobre o caso Selminho. Durante a entrevista é de importante menção a quantidade de informação prévia que Miguel Carvalho já tinha sobre tudo o que foi perguntado e, também, as referências culturais do mesmo, como música e livros relevantes associados às épocas discutidas. Todo este conhecimento, como vimos, foi fruto do trabalho de investigação dos dias anteriores: da consulta de jornais, das entrevistas e trabalho de pesquisa, dando-lhe uma melhor preparação e contexto para esta entrevista.

No fim da entrevista, Miguel Carvalho afirmou que esta correu “melhor do que esperado”. O jornalista irá, ainda, realizar pelo menos mais duas entrevistas antes de o trabalho de investigação estar terminado e segue-se a tarefa de comprimir toda esta informação (entrevistas, documentos, livros repletos de *post-its* e ficheiros no computador) em 10 páginas de um “texto mais narrativo”. Mostra, assim, mais uma componente analisada no enquadramento teórico, sendo esta a importância dada no jornalismo de investigação à “estrutura dramática” da história, isto é, ao *storytelling*. Nesta abordagem não é à estrutura da pirâmide invertida que se dá maior relevância, mas antes à resposta à pergunta “porque” (Hunter & Hanson, 2013, pp. 8, 9; Starkman, 2014, p. 135). Miguel Carvalho explica, ainda, que irá tentar reivindicar mais páginas, com o objetivo de conseguir 14, mas, como podemos ver no resultado final, o mesmo não foi possível. O jornalista explica como é frustrante a quantidade de informação que tem de

²⁷ O Exército Libertação de Portugal (ELP) foi uma organização terrorista de extrema-direita. A organização afirmava-se contra a suposta ameaça comunista e independência das colónias. No Verão Quente de 1975 e o ano de 1976 protagonizou uma série de atentados bombistas contra sedes de forças políticas de esquerda.
<https://setentaquatro.pt/wiki/exercito-libertacao-de-portugal>

deixar de fora e a da qual o leitor nunca irá ter conhecimento, mas, num tom mais otimista, avança que guarda tudo o que recolheu, pois, talvez um dia resulte num livro.

Capítulo IV: Apresentação e discussão dos resultados

Seguindo a metodologia apresentada no capítulo anterior, será agora feita a apresentação dos resultados decorrentes das 26 revistas, entre a edição nº 1462 (11/3 a 17/3/2021) e a edição nº 1487 (2/09 a 8/9/2021). Nesse conjunto pré-selecionámos 77 artigos, que considerámos poderem ser classificados como jornalismo de investigação. Estes 77 artigos foram pré-selecionados a partir da análise do título, *superlead* e tema abordado.

Como já foi explicado, partiu-se do enquadramento teórico e da obra de Randall (2016) para definir os critérios determinantes para que um artigo fosse considerado jornalismo de investigação, sendo estes os seguintes: 1. Temática (recai sobre irregularidades/negligências); 2. Construção (tem investigação própria: se o jornalista assume um papel central); 3. Força da prova (se está bem sustentado, uma vez que pode existir a possibilidade de a informação querer ser mantida em segredo); 4. Repercussão (após a publicação: ter riscos mais elevados). De seguida irá ser explanado como foi cada um destes critérios analisados.

Para identificar o primeiro critério, a “Temática”, foi aferido se o tema dos artigos analisados correspondia a irregularidades/negligências. Olhando para um exemplo concreto, podemos ver que no artigo “Os explorados (in)visíveis” (Edição 1470, p. 38), um dos artigos considerado jornalismo de investigação, foi identificado este critério, uma vez que a temática incidia sobre a exploração de trabalhadores imigrantes em Odemira, incluindo tráfico de pessoas e escravatura. Já para perceber quando este critério não foi considerado como presente, podemos olhar para o artigo “A fábrica salva-vidas” (Edição 1468, p. 58), em que os jornalistas acompanharam o processo de produção das vacinas contra a Covid-19 nas instalações da BioNTech, não tendo encontrado nenhuma irregularidade ou negligência na mesma, optando por explicar como funciona a produção e como ajuda a salvar vidas. Podemos afirmar que a “Temática” foi um dos critérios de mais fácil identificação, uma vez que pode facilmente ser identificado na ótica do leitor comum.

Depois de aferir a “Temática”, seguia-se a “Construção” e a “Força da Prova”. A primeira era analisada através das fontes utilizadas, estas não podiam ser constituídas unicamente por entrevistas, ao invés, o jornalista tinha de assumir um papel central:

inserindo-se na narrativa ou tendo consultando documentação que demonstrasse investigação própria. Como exemplo, podemos olhar para o artigo “Inquisição relato do fim do inferno” (Edição 1465, p. 56), um dos artigos considerados jornalismo de investigação, onde, para além de entrevistas a especialistas, o jornalista consultou arquivos do Tribunal da Inquisição de Lisboa, na Torre do Tombo. Este critério mostrou-se mais difícil de ser analisado, devido à falta de conhecimento prévio do trabalho de *background* na construção das reportagens. Sem este conhecimento, e apenas na ótica do leitor comum, a identificação da “Construção” fica dependente de elementos linguísticos como, a título de exemplo: “à Visão”, “em entrevista à Visão”, “a Visão teve acesso”.

Tal como a “Construção”, também a identificação da “Força da Prova” mostrou constituir uma limitação, devido à falta de conhecimento da construção dos artigos. Neste critério foi analisado se essa construção se mostrava sólida, isto é, se as entrevistas e trabalho de investigação do jornalista se tornavam numa base consistente, para que pudessem superar um dos desafios enfrentados pelos jornalistas de investigação, sendo este as pressões externas, quando a informação quer ser mantida em segredo por comprometer o *status quo* das pessoas ou entidades retratadas (Randall, 2016, pp. 128, 129). “CHEGA aqui ou CHEGA para lá?” (Edição 1472, p. 28) é um exemplo claro onde foi considerado este critério, uma vez que o artigo é sustentado em entrevistas a “figuras de peso do PSD”, sem que estas recorram ao anonimato. Um dos fatores que mais levou à não consideração do critério “Força da Prova” foi mesmo a sustentação dos artigos em fontes anónimas, como acontece, a título de exemplo, no artigo “Uso dos carros de serviço do INEM passado a pente fino” (Edição 1472, p. 68). Apesar de o uso de fontes anónimas poder ser justificado, nas situações em que estas sejam a única possibilidade de sustentar a informação, esta opção, sozinha, não consegue chegar a uma prova irrefutável.

Por fim, para analisar se os artigos tinham o critério “Repercussão”, era necessário aferir se existia alguma pessoa, ou instituição, que pudesse causar impedimentos à investigação ou opor-se à publicação dos artigos, criando, assim, pressões externas e riscos mais elevados para o jornalista, tais como os analisados no enquadramento teórico: ações legais, manchar a sua reputação e credibilidade e mesmo ameaças à integridade física (Cunningham, *apud* Behrens, 1977, p. 19; Bridge, *apud* Behrens, 1977, p.21; Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Randall, 2016, p. 128). Enquanto este critério é possível de ser observado em artigos como “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40),

e “A outra face do ‘tubarão galinha’” (Edição 1480, p. 44), o mesmo não se comprovou na totalidade dos artigos que constituem o *corpus* de análise.

No artigo “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40), foi possível aferir que este critério estava presente através da observação participante, quando se verificou a possibilidade de serem criados impedimentos à investigação. Voltaremos a olhar para este caso específico na apresentação dos resultados da observação participante. Já no artigo “A outra face do ‘tubarão galinha’” (Edição 1480, p. 44), é possível verificar que existiu uma clara tentativa de oposição à publicação, por parte do poderoso empresário Marco Galinha, criando, assim, pressões externas ao jornalista que podem pôr em causa a sua reputação e credibilidade. Estas são identificáveis quando vemos que Marco Galinha recorreu à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)²⁸, tendo-lhe sido concedido a publicação de um Direito de Resposta.²⁹

Como foi dito, nos restantes artigos que constituem o *corpus* de análise, o critério da “Repurcussão” não foi possível de ser identificado na ótica do leitor comum, uma vez que, não havia, como nos exemplos dados anteriormente, o conhecimento sobre o *background* da construção dos restantes 75 artigos, nem havia evidências de que essas pressões externas tivessem existido. Assim, a sua identificação iria ficar dependente da especulação, podendo, desta forma, comprometer a restante análise. Não conseguindo ultrapassar esta limitação e, para não descredibilizar a restante análise, foi decidido retirar este critério aos analisados.

Na *Tabela 2* (Anexo II) é possível ver, então, os três critérios possíveis de serem aferidos: 1. Temática (recai sobre irregularidades/negligências); 2. Construção (tem investigação própria: se o jornalista assume um papel central); 3. Força da prova (se está bem sustentado, uma vez que pode existir a possibilidade de a informação querer ser mantida em segredo). Quando é identificado um critério este é marcado por um X. Para serem considerados jornalismo de investigação, os artigos analisados teriam de integrar os três critérios apresentados. Os artigos considerados jornalismo de investigação podem ser identificados na *Tabela 2* através da cor laranja

28

<https://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM5OiJtZWRpYS9kZW50c29lc3VYmplY3RvX29mZmxpbmUvODI5Ny5wZG9iO3M6NjoidGl0dWxvIjtzOjI3OiJkZWxpYmVvYWNhby1lcmMyMDIxMjk2LWRyLWkiO30=/deliberacao-erc2021296-dr-i>

²⁹ <https://visao.sapo.pt/atuabilidade/sociedade/2022-02-03-direito-de-resposta-marco-galinha-uma-vida-de-trabalho-e-de-ligacoes-transparentes-2/>

Após analisar estes três critérios nos 77 artigos pré-selecionados, apenas oito (Anexo III) correspondem ao conceito de jornalismo de investigação, sendo que um destes trata-se de um artigo da revista *Time*, publicado pela *Visão*. Por não se tratar de uma publicação da autoria da *Visão*, este não vai ser tido em conta na análise seguinte. Na análise mais detalhada, que fizemos a esses sete artigos, identificámos a autoria (autor(a)/autores); a editoria; registámos a existência (ou ausência) da indicação “Investigação”; o âmbito e a relevância editorial atribuída. Esta análise está sistematizada na *Tabela 1*.

Tabela 1- Caracterização dos artigos de jornalismo de investigação. Fonte: Autoria própria.

	Critérios						
Artigo	Autor	Editoria	Tema designação: Investigação	Âmbito	Online	Capa	Páginas
Inquisição relato do fim do inferno (Edição 1465, p. 56)	Nuno Miguel Ropio	História	Não	Nacional/Internacional	Não	Chamada de capa	8 (56-63)
Um osso duro de roer (Edição 1469, p. 70)	Nuno Miguel Ropio	Sociedade	Não	Nacional	Sim- conteúdo exclusivo https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-04-29-as-polemicas-de-manuel-salgado-o-antigo-dono-de-lisboa-toda-na-mira-da-justica/	Não	5 (70-74)
Os explorados (in)visíveis (Edição 1470, p. 38)	Vânia Maia	Sociedade	Não	Nacional	Sim https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-05-06-odemira-viagem-ao-mundo-dos-emigrantes-explorados-e-invisiveis/	Chamada de capa	8 (38-45)
Cabrita pôs na gaveta investimento de milhões na rede do SIRES (Edição 1471, p. 70)	Nuno Miguel Ropio	Política	Não	Nacional	Sim- conteúdo exclusivo https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-05-13-cabrita-pos-na-gaveta-investimento-de-milhoes-na-rede-do-siresp/	Não	4 (70-73)
CHEGA aqui ou CHEGA para lá? (Edição 1472, p. 28)	Miguel Carvalho	Política	Sim	Nacional	Sim- conteúdo exclusivo https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-05-19-investigacao-ameaca-extremista-no-psd/	Capa	10 (28-37)
A incrível história do clã Moreira (Edição 1477, p. 40)	Miguel Carvalho	Política	Não	Nacional	Sim- primeiramente como conteúdo exclusivo https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-06-23-a-incrivel-historia-da-familia-de-rui-moreira/ Mais tarde na integridade https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-11-16-a-incrivel-historia-da-familia-de-rui-moreira-2/	Capa	10 (40-49)
A outra face do "tubarão galinha" (Edição 1480, p. 44)	Miguel Carvalho	Sociedade	Não	Nacional	Sim- conteúdo exclusivo https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-07-15-marco-galinha-as-ligacoes-e-as-polemicas-do-novo-patrao-dos-media/	Chamada de capa	10 (44- 53)

Aos resultados da análise de conteúdo é acrescentado a observação participante como forma de responder à pergunta de investigação (complementar): Qual o processo de construção de uma reportagem de investigação? A observação participante foi realizada através do acompanhamento da construção do artigo “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40). O acompanhamento deste caso específico permitiu dar ao artigo, já considerado na análise de conteúdo como jornalismo de investigação, uma análise mais profunda, complementando, também, o conhecimento do objeto de estudo: o jornalismo de investigação.

IV. 1. Resultados da análise de conteúdos

1.1 Primeiros resultados

Tal como foi explicado na metodologia, numa primeira fase foi realizada uma pré-seleção na qual foram selecionados todos os artigos que, pelo título, *superlead* e tema abordado, poderiam vir a resultar em jornalismo de investigação. Desta pré-seleção resultou um total de 77 artigos, dos quais, seguindo uma análise rigorosa tendo em conta os três critérios³⁰ definidos, oito foram considerados jornalismo de investigação. Destes oito, foram tidos em conta sete como jornalismo de investigação realizados pela revista *Visão* no período em causa; tal como assinalámos, um dos oito artigos identificados correspondia a uma produção da *Time*. É digno de nota que foi pré-selecionado o mínimo de um e um máximo de seis artigos por revista. Olhando para a média, reparamos que foram analisados 2,96 artigos por revista. Esta pré-seleção permitiu-nos ter um *corpus* de análise mais vasto e, como tal, uma maior probabilidade de que pudessem ser encontrados artigos de jornalismo de investigação.

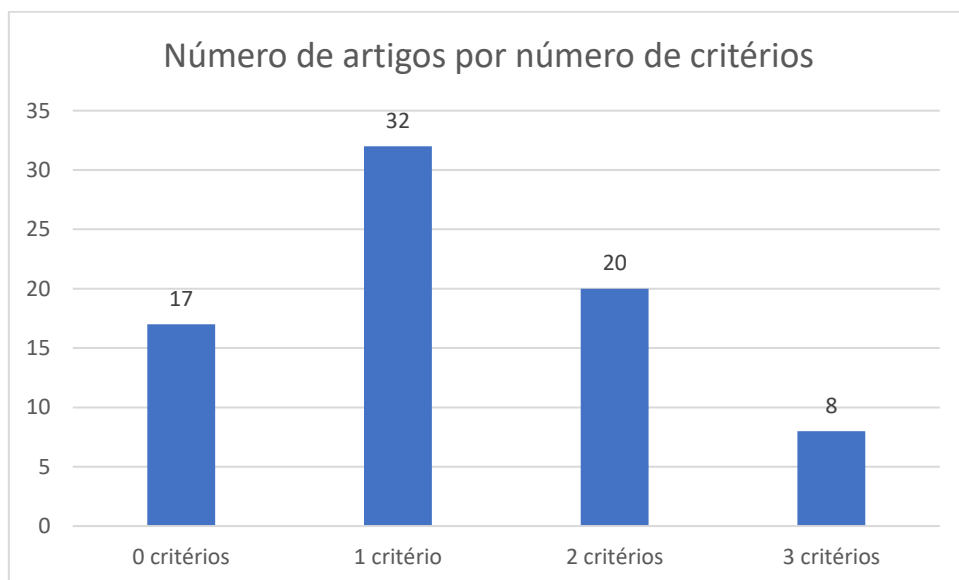


Figura 1. Número de artigos por número de critérios (gráfico) Fonte: Autoria própria.

³⁰ 1. Temática (recai sobre irregularidades/negligências); 2. Construção (tem investigação própria: se o jornalista assume um papel central); 3. Força da prova (se está bem sustentado, uma vez que pode existir a possibilidade de a informação querer ser mantida em segredo).

Assim, tendo em conta o número de artigos pré-selecionados (77), os considerados jornalismo de investigação da autoria da *Visão* (sete) representam apenas 9,09% dos artigos analisados e correspondem a uma média de 0,26 artigos de jornalismo de investigação por revista. A maioria dos artigos, 32 (42,55%) apenas demonstrou um critério, seguindo-se 20 artigos com dois critérios (25,97%), 17 artigos com zero critérios (22,07%).

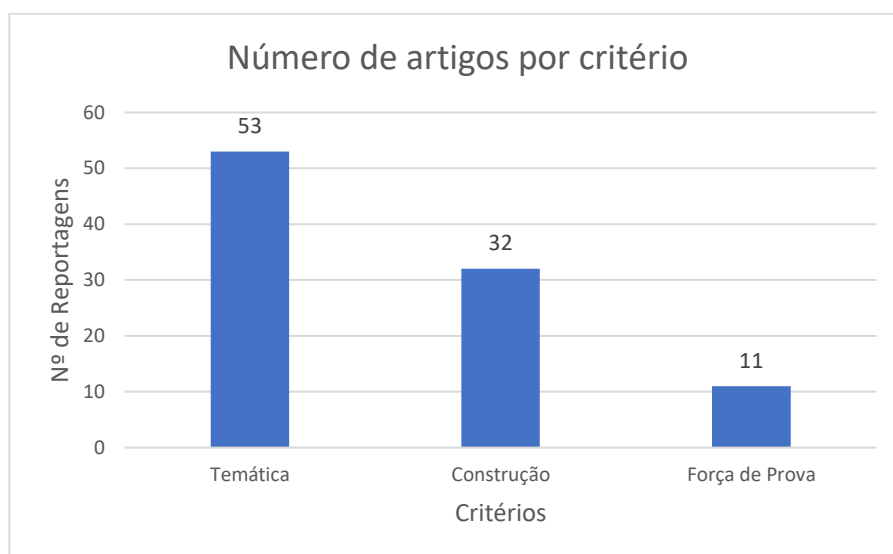


Figura 2. Número de artigos por critério analisados (gráfico). Fonte: Autoria própria.

A Figura 2 permite-nos ver a incidência de cada critério por artigo. A primeira conclusão que podemos tirar é que o critério com maior incidência foi a “Temática”, estando presente em 53 dos artigos analisados, o que corresponde a 68,83%. Este é um dos critérios de mais fácil observação. Surge-nos como o critério mais presente porque as temáticas normalmente associadas ao jornalismo de investigação estão, igualmente, presentes no jornalismo quotidiano. A razão para este critério ter esta incidência pode ser resumida na conhecida frase atribuída a George Orwell: “Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade”.

Podemos ver que os critérios menos identificáveis foram a “Construção”, seguindo-se da “Força da Prova”. Este último critério que, como vimos, é fundamental para distinguirmos jornalismo de investigação de jornalismo quotidiano, foi aquele que apenas encontramos em 11 dos artigos do nosso *corpus*, 14,28%. A “Construção” foi identificada em 32 artigos, perfazendo 41,55%. É ainda de notar que dos 20 artigos com

apenas dois critérios, dois tinham em falta apenas a “Construção” e os restantes 18 o critério em falta tratava-se da “Força da Prova”. Ambos os critérios, “Força da Prova” e “Construção”, prendem-se com o nível de trabalho exigido pelo jornalismo de investigação e o envolvimento do jornalista neste. Assim, ao serem os dois critérios com menor incidência, podemos deduzir que, tal como tinha sido discutido no enquadramento teórico, este envolvimento é hoje difícil de ser encontrado, quer pelas restrições de tempo (Starkman, 2014, p. 257), quer pela falta de investimento do órgão de comunicação ou mesmo pela falta de entrega dos próprios jornalistas, que sabem quão desgastante este trabalho pode ser (Coelho & Silva, 2018, p. 83).

1.2 Especificidades dos artigos de jornalismo de investigação

Neste subcapítulo iremos apresentar os resultados obtidos na análise das especificidades que caracterizam os sete artigos considerados jornalismo de investigação.

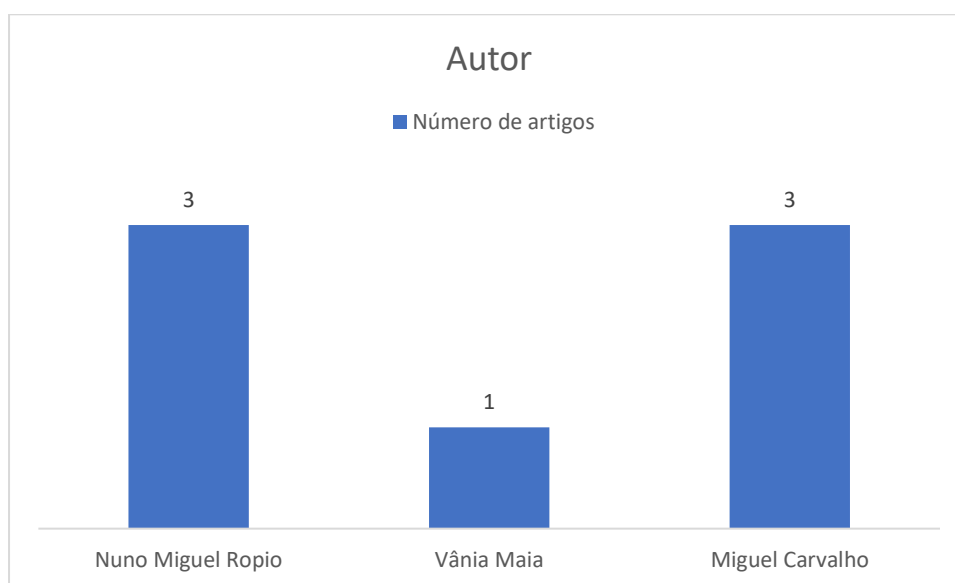


Figura 3. Número de artigos por autor (gráfico). Fonte: Autoria própria.

O primeiro critério analisado tratou-se da autoria dos artigos. Como se pode ver na *Figura 3*, a maioria dos artigos foi escrita por dois jornalistas: Nuno Miguel Ropio e Miguel Carvalho. Para além destes, surge-nos Vânia Maia com um artigo. É importante

ressaltar que nenhum dos três jornalistas é identificado como jornalista de investigação. Através da Ficha Técnica³¹ da Visão reparamos que Nuno Miguel Ropio e Vânia Maia não têm qualquer distinção, sendo identificados como parte da “Redação” da revista. Já Miguel Carvalho é identificado como “Redator Principal e Grande Repórter”. A falta de identificação enquanto jornalista de investigação e o trabalho realizado por estes autores vai ao encontro do explanado no enquadramento teórico. O jornalista pode fazer jornalismo de investigação, mesmo sem lhe ser atribuída essa designação, desde que adquira as competências necessárias: como o conhecimento da lei, das fontes de referência e no cultivo de contactos (Randall, 2016, pp. 131-133). A estas competências podem-se juntar traços de personalidade, tais como: uma paciência extraordinária, uma extrema tolerância ao tédio e um maior grau de ceticismo (Anderson e Benjaminson, 1976, p. 3, Bridge, *apud* Behrens, 1977, p. 21).



Figura 4. Artigo analisado ao qual foi dada a designação “Investigação”. Fonte: Visão.

Tal como os jornalistas aos quais não é atribuída a designação de jornalistas de investigação, também nos artigos foi possível observar que a maioria não obteve a

³¹ <https://visao.sapo.pt/ficha-tecnica/>

designação “Investigação”. Pela análise foi possível observar que apenas a um artigo: “CHEGA aqui ou CHEGA para lá?” (Edição 1472, p. 28) foi dada esta designação, como se pode observar na *Figura 4*, enquanto os restantes seis artigos não obtiveram esta designação. É, no entanto, digno de nota que esta designação foi atribuída a mais duas reportagens analisadas e que não foram consideradas jornalismo de investigação: “Joe, da Madeira à Gomes Freire” (Edição 1478, p. 76) e “Peças vitais dos Kamov do Estado aparecem de forma ilegal na Rússia” (Edição 1486, p. 76) (Anexo IV). Assim, das três temáticas à qual foi atribuída esta designação, a maioria não corresponde a jornalismo de investigação.

Olhando para os dois artigos que obtiveram a designação de “Investigação”, mas que não foram considerados como tal, vemos que “Peças vitais dos Kamov do Estado aparecem de forma ilegal na Rússia” (Edição 1486, p. 76) não foi considerado jornalismo de investigação por falta da “Força da Prova” devido ao uso maioritário de fontes anónimas para sustentar a reportagem. Por outro lado, “Joe, da Madeira à Gomes Freire” (Edição 1478, p. 76) só lhe foi atribuída a “Temática” faltando-lhe os restantes critérios. Assim, não foi observado nem a “Construção”, nem a “Força da Prova”, uma vez que, o jornalista não apresenta ter consultado documentos, nem ter realizado entrevistas. Olhando atentamente para a “Construção”, estes foram os elementos que mostram como a mesma não está presente: é feita uma referência às “pessoas que conheceram [Joe Berardo] naquela altura”, mas não fica claro quem são, nem se o jornalista falou com as mesmas; são apresentadas algumas citações de declarações públicas feitas por Joe Berardo, não sendo, no entanto, declarações dadas ao jornalista; contem citações sem serem referidas de onde são; e não é claro qual a fonte da maioria da informação apresentada. O artigo trata-se, assim, de uma “recapitulação” tanto da vida de Joe Berardo, como das situações em que esteve envolvido em casos na Justiça, mostrando-se, claramente, distante de poder ser classificado como “Investigação”.

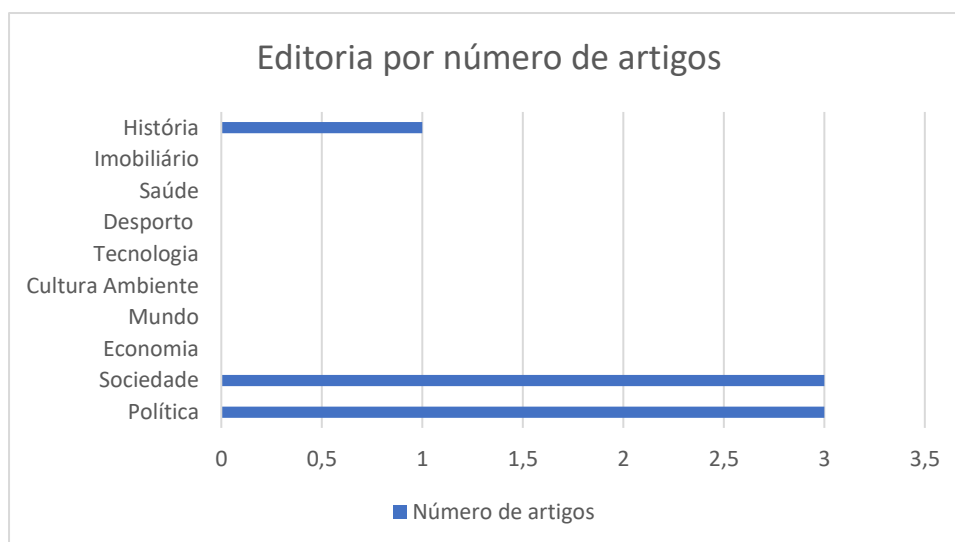


Figura 5. Número de artigos por editoria (gráfico). Fonte: Autoria própria.

Olhando para o site da Visão é possível ver que esta apresenta 16 editorias: “Últimas”, “Política”, “Sociedade”, “Economia”, “Mundo”, “Cultura, Ambiente”, “Tecnologia”, “Desporto”, “Saúde”, “Imobiliário”, “História”, “Ideias”, “Fotografia”, “Viagem” e “Lifestyle”. Na análise foram excluídas cinco destas editorias por terem sido consideradas mais próximas do entretenimento/lazer do que do jornalismo. Assim, foram tidas em consideração as seguintes 11 editorias: “Política”, “Sociedade”, “Economia”, “Mundo”, “Cultura, Ambiente”, “Tecnologia”, “Desporto”, “Saúde”, “Imobiliário”, “História”. Como se pode ver na Figura 5, apesar de terem sido consideradas 11 editorias, apenas foram identificadas três. Isto mostra como não existe uma grande disparidade de temas dentro do jornalismo de investigação produzido pela Visão. Mesmo dentro das três editorias identificadas é de ressaltar que “Política” e “Sociedade” têm um peso muito maior na temática com três artigos cada, enquanto “História” só tem um artigo. Tal como foi observado no enquadramento teórico, a típica história do jornalismo de investigação é uma “*exposé* em longo formato” (Starkman, 2014, p. 28), que resolve “importantes e recorrentes mistérios sobre o poder” (Hamilton, 2016, pp. 12, 136), é por esta razão que as temáticas tanto de “Política”, como de “Sociedade”, acabam por ser as mais encontradas.

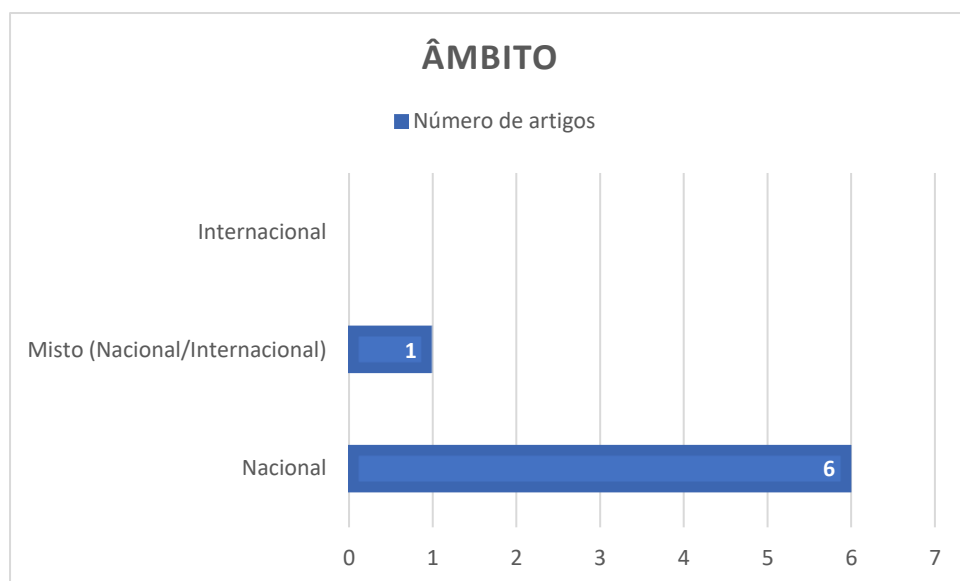


Figura 6. Número de artigos por âmbito geográfico (gráfico). Fonte: Autoria própria.

A tendência descrita em cima mantém-se quando olhamos para o âmbito geográfico. Como está exposto na *Figura 6*, a maioria dos artigos considerados jornalismo de investigação são de “Âmbito nacional”. Apenas um artigo se apresenta de “Âmbito misto (nacional/internacional)”. Estes dados demonstram que no período de tempo analisado, a *Visão* não produziu nenhum artigo de investigação de “Âmbito internacional”.

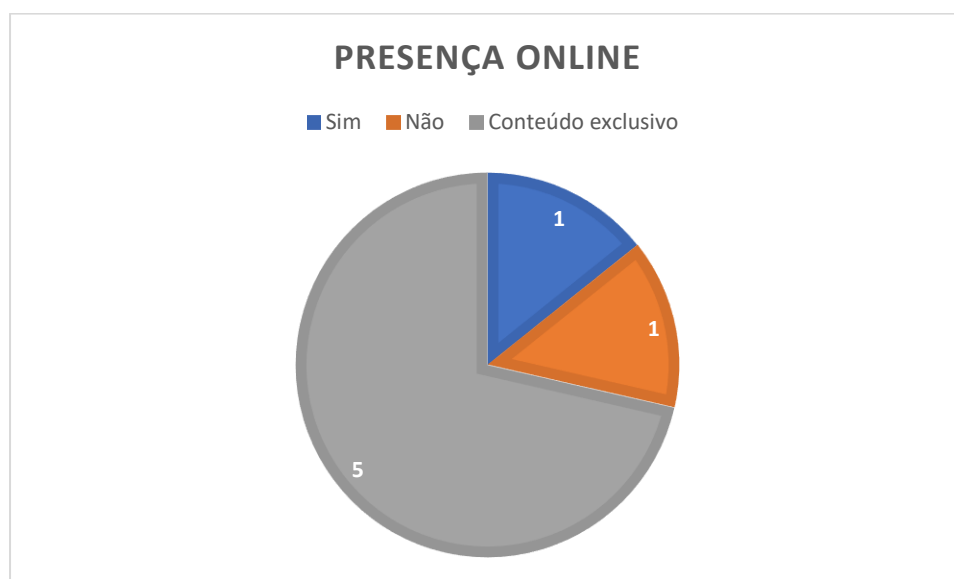


Figura 7. Número de artigos por presença online (gráfico). Fonte: Autoria própria.

Como foi explanado na metodologia, optou-se por analisar a revista impressa em detrimento da versão *online*, por se partir da premissa, sustentada na experiência de estágio, de que não existe uma aposta da *Visão* na produção para o *site*. No estágio foi possível ver, desde logo, como eram escassos os recursos humanos para esta vertente, e, consequentemente, como a produção para a mesma ficava dependente de artigos mais sensacionalistas, que fossem atrair mais leitores para o *site*, e que fossem de mais rápida e fácil solução. Após a análise, foi possível ver que esta premissa se veria a verificar. Como é possível notar na *Figura 7*, a maioria dos artigos (5) foram publicados no site da *Visão*, mas apenas enquanto conteúdo exclusivo, não tendo o intuito de ser uma publicação feita para o ambiente digital, mas antes ser uma tentativa de atrair leitores para a revista. É de destacar que o artigo: “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40) foi inicialmente publicado como conteúdo exclusivo, a 23 de junho de 2021 e só quase cinco meses depois, a 16 de novembro, é que foi integralmente publicado, no entanto, para a análise foi tida em conta a sua primeira publicação.

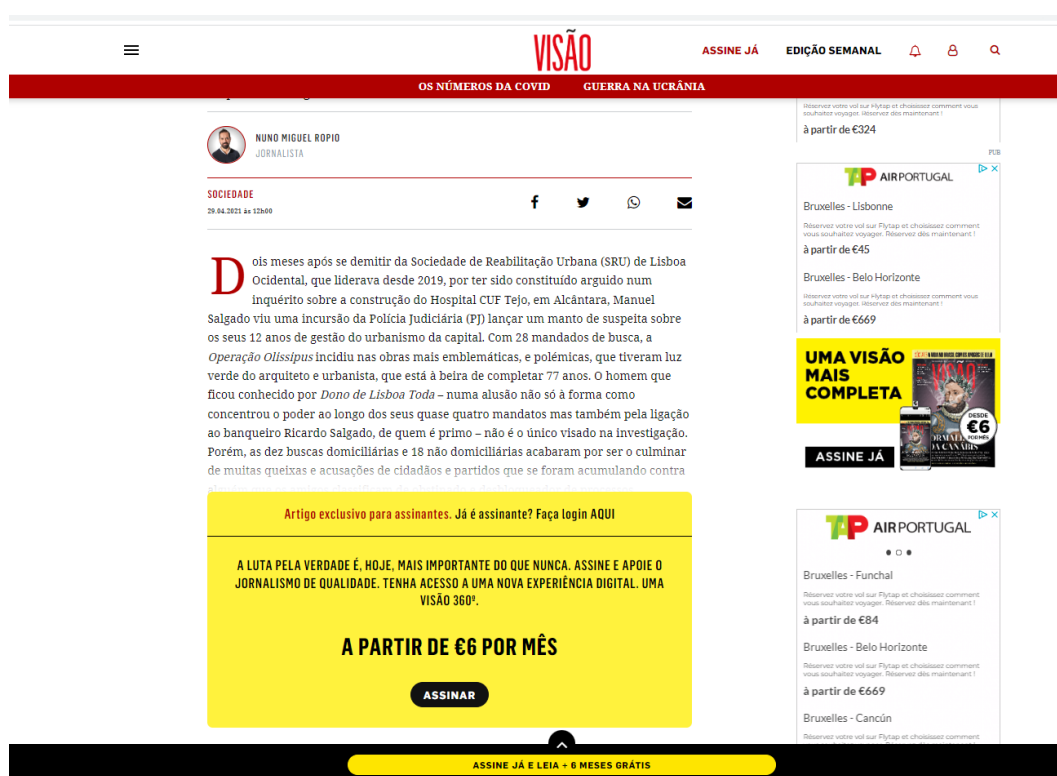


Figura 8. Artigo analisado, publicado como conteúdo exclusivo para incentivar à assinatura. Fonte: Visão.

Para além dos artigos com o intuito de atrair leitores para a revista impressa, é ainda de notar que um dos artigos considerados jornalismo de investigação não teve qualquer publicação *online*. Apenas um artigo: “Os explorados (in)visíveis” (Edição 1470, p. 38) foi publicado na íntegra imediatamente após a publicação na revista, no *site* da *Visão*.

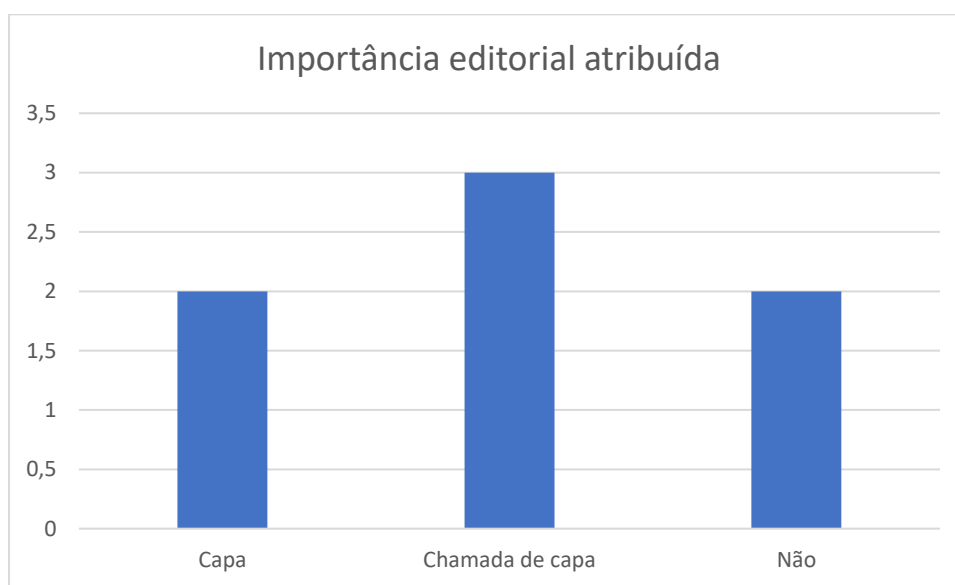


Figura 9. Importância editorial atribuída por artigo (gráfico). Fonte: Autoria própria.

Por fim, o último critério analisado foi a importância editorial atribuída. Este critério relaciona-se com o destaque dado ao artigo na revista onde o mesmo foi publicado, sendo tema de capa ou, pelo menos, tendo chamada de capa (Anexo V). A partir da *Figura 9* destacamos que os resultados encontrados se mostram muito similares. Por um lado, podemos notar que o destaque de “Capa”, e a ausência desse destaque “Não”, foram os menos observados, com apenas dois artigos cada. Ambos os artigos com destaque de “Capa” são da autoria de Miguel Carvalho, sendo este também o único dos autores desta análise que tem a distinção de “Redator Principal e Grande Repórter”. Já o número mais significativo, com 3 artigos foi encontrado nos artigos com “Chamada de capa”.

Como foi mencionado, foi também usado o número de páginas atribuídas como critério para analisar a importância editorial. A média de páginas dos sete artigos considerados jornalismo de investigação corresponde a 7,85 páginas por artigo. No

entanto, quando olhamos para cada artigo individualmente podemos ver uma grande disparidade entre os mesmos. Os artigos com menos páginas atribuídas, 4 e 5, são da autoria de Nuno Miguel Ropio, perfazendo metade, ou mais de metade, relativamente aos artigos a que foi atribuído o maior número de páginas, 10, sendo estes os três artigos da autoria de Miguel Carvalho, dois deles, como observámos, foram, aliás, tema de “Capa”.

Como foi possível constatar na observação participante, o número de páginas atribuído aos jornalistas é fruto de uma negociação com a direção e, como nos explicou o jornalista Miguel Carvalho, dessa negociação resultam constrangimentos para o jornalista, uma vez que, para construir um artigo de jornalismo de investigação sustentado, o jornalista precisa de recolher muita informação, com o propósito de tornar a prova irrefutável. No acompanhamento do artigo “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40) vimos como a construção teve entrevistas, documentos, livros, ficheiros e artigos de jornais. Para Miguel Carvalho a quantidade mínima de páginas que precisaria para o artigo em causa seriam então 14, sendo que estas não lhe foram atribuídas, e viu-se forçado a comprimir a informação em 10. É ainda de notar que, devido à aposta da Visão na componente visual dos artigos de investigação, as duas primeiras páginas são fotografias ou infografias, e, no interior, há sempre destaques visuais ou infográficos que reduzem o espaço da informação escrita.

IV. 2. Resultados do método de observação participante

Como complemento à análise quantitativa, o método de observação participante permitiu-nos ter uma visão amplificada dos mesmos critérios da análise de conteúdo, mas inserindo-os no contexto específico da reportagem: “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40). Começando pela “Temática” foi possível considerar que este critério estava presente neste artigo, uma vez que, Miguel Carvalho partiu do caso Selminho, um caso na Justiça que envolve o presidente da Câmara do Porto, configurando uma eventual irregularidade de um decisor público no exercício do cargo, mas acrescenta-lhe a novidade dos negócios da família de Rui Moreira.

Como já foi explicado, a falta do conhecimento prévio do *background* na construção dos restantes artigos analisados na análise de conteúdo mostrou-se uma dificuldade na identificação dos critérios de “Construção”, “Força da Prova” e “Repercussão”, sendo

que esta última se demonstrou mesmo uma impossibilidade. Nesta reportagem esta limitação não se verificou, uma vez que, foi possível acompanhar esse processo. O critério “Construção” foi considerado presente neste artigo, uma vez que é claro o papel central que o jornalista assume na investigação, tal como o seu perfil enquanto jornalista de investigação. É digno de nota que Miguel Carvalho tenha demonstrado atribuir uma extrema importância à investigação própria, não se baseando apenas nas entrevistas que realizava. Como reiterou o próprio: “é muito importante estar sempre bem informado, no que diz respeito ao contexto e base histórica, para não se ser um ‘pé de microfone’”. Quando mais completa for a nossa investigação, melhores serão as entrevistas e claro a reportagem final”. A construção deste artigo contou, então, com documentos, jornais da época, livros, consulta de redes sociais e entrevistas.

No que diz respeito ao critério da “Força da Prova” é visível que esta sólida construção do artigo lhe deu a prova necessária para combater a possibilidade de a informação querer ser mantida em segredo. Esta possibilidade foi expressa pelo próprio Miguel Carvalho, como foi explicado na observação participante. A descrição necessária no início da construção deste artigo, mostra que Miguel Carvalho tinha consciência da possibilidade de poder sofrer pressões externas, que implicassem impedimentos à investigação. Assim, foi possível atribuir a este artigo o critério da “Repercussão”, considerando por um lado que havia uma pessoa (Rui Moreira) numa posição de poder (presidente da Câmara do Porto) que podia não querer ver publicado este artigo. Esta possibilidade ganha ênfase quando olhamos os temas tratados, tanto o caso Selminho, como a detenção do pai de Rui Moreira, em 1975, por alegado envolvimento com a extrema-direita.

A acrescentar a estes critérios, e tendo em conta o enquadramento teórico realizado, pudemos ainda ver outras características enunciadas e que, pela sua maior subjetividade e dificuldade de análise, não foram tidas em conta na análise de conteúdo. Assim, foi-nos possível ver como o jornalismo de investigação consome muito tempo do jornalista: além do número de entrevistas necessárias, Miguel Carvalho passou semanas a pesquisar e a realizar “leituras nas horas vagas”. O método de observação participante tornou possível perceber a importância de ganhar a confiança das pessoas e dos contactos que o jornalista deve ter e cultivar, pois podem ser úteis para vários trabalhos. A acrescentar, foi observado como são necessários mais recursos pela parte do meio de comunicação, quando comparados com o “jornalismo de secretária”. Isto foi visível, por exemplo, nas despesas das viagens, tendo as mesmo sido realizadas na sua maioria em carros alugados.

Para terminar ressaltamos o desgaste que a investigação causa no jornalista e o facto de ter sido possível observar as dificuldades que Miguel Carvalho explicou ter. A título de exemplo, a dificuldade de ter acesso a certos documentos, como foi o caso do processo de prisão de Ruy Moreira, devido à demora de resposta pela instituição responsável e pela concentração do mesmo em Lisboa.

Conclusão

O presente relatório de estágio foi redigido com o objeto de aferir se existia (ou não) jornalismo de investigação na revista *Visão*. Para além deste propósito inicial, tinha ainda como finalidade analisar as especificidades do jornalismo de investigação encontrado, complementando-o com o acompanhamento do processo de construção de um artigo que pudesse ser classificado como jornalismo de investigação. De forma a obter os objetivos traçados, optámos por uma metodologia mista, combinando as análises quantitativa e qualitativa. Estas materializam-se nos métodos de análise de conteúdo a 26 revistas (das quais foram pré-selecionados 77 artigos) e de observação participante no acompanhamento do artigo “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40).

Para ir ao encontro destes objetivos foi necessário definirmos o termo “jornalismo de investigação”. Ultrapassada a problemática inicial, colocada pela existência de uma linha de pensamento onde o termo “jornalismo de investigação” não passava de um simples pleonismo (Randall, 2016, p. 127 ; Vehkoo, 2013, p. 5), e demonstrando como as especificidades do mesmo o caracterizavam enquanto “género” (De Burgh, 2000, p. 32), “prática” (Starkman, 2014, p. 27), ou “forma superior” (Coelho & Rodrigues, 2020, p. 138) dentro do jornalismo, foi possível chegar a uma definição que se mostrava consensual em diversos autores e que pode ser sumariada pela definição inscrita no dicionário de jornalismo da Oxford: “reportagem que tem como objetivo descobrir algo que alguém, algures, quer manter em segredo, tipicamente envolve trabalho detalhado e moroso realizado por um jornalista ou uma equipa de jornalistas que se debruçam sobre algum tipo de irregularidade” (Harcup, 2014, p. 143).

Com esta definição em mente e, partindo do enquadramento teórico, com destaque na obra de Randall (2016), foram definidos quatro critérios de análise, tendo sido possível apenas aferir três, necessários para a identificação de um artigo como jornalismo de investigação: 1. Temática (recai sobre irregularidades/negligências); 2. Construção (tem investigação própria: se o jornalista assume um papel central); 3. Força da prova (se está bem sustentado, uma vez que pode existir a possibilidade de a informação querer ser mantida em segredo). A estas foram acrescentadas a análise das especificidades do jornalismo de investigação, analisando em detalhe a autoria (autor(a)/autores); a editoria; registámos a existência (ou ausência) da indicação “Investigação”; o âmbito e a relevância editorial atribuída.

Com esta definição e especificidades em mente chegámos às respostas às seguintes perguntas de investigação:

P1: Existe jornalismo de investigação na Revista *Visão*, e se sim, quais são as suas especificidades?

Dos 77 artigos analisados sete, produzidos pela *Visão*, mostraram ter os critérios necessários a serem considerados jornalismo de investigação. No entanto, olhando para a revista e, vendo que assume, desde 1993, um compromisso com a qualidade jornalística, prometendo rigor e profundidade de investigação (Cardoso, 2008, p. 1562), foi colocada a questão se este número seria significativo para afirmar que existe jornalismo de investigação na *Visão*. Assim, olhando para os resultados obtidos e, atendendo que os sete artigos considerados jornalismo de investigação correspondem a apenas 9,09% dos artigos analisados, o que não perfaz sequer um artigo por revista, foi considerado que este número era bastante residual para responder afirmativamente à pergunta de investigação.

Relembrando as características do jornalismo de investigação, discutidas no enquadramento teórico, podemos encontrar uma possível explicação para o valor encontrado. Destas características destaca-se a construção e o tempo necessário para a mesma. Um artigo de jornalismo de investigação pode levar meses para construir a investigação (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Randall, 2016, pp. 127, 128; Hamilton, 2016, p. 177), tornando este jornalismo mais moroso; dispendioso; com a necessidade de um constante fluxo de receita (Coelho & Silva, 2018, 83; Pickard, 2011, p. 76) e de mais esforço da parte do jornalista (Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Starkman, 2014, p. 134).

Para além das características, podemos, ainda, considerar o cenário atual em que encontramos o jornalismo, aprisionado numa crise de valores, causada pela influência do mercado, a qual tem um maior impacto no jornalismo de investigação (Coelho & Silva, 2018, p. 75, 81). Neste cenário vê-se uma menor aposta tanto do órgão de comunicação social, como do próprio jornalista. O órgão de comunicação social prefere “reduzir o risco” para não perder dinheiro em processos judiciais ou na quebra de contratos publicitários (Coelho & Silva, 2018, p. 81). Já os jornalistas ficam censurados e restringidos, tanto pelos constrangimentos económicos, como pelo medo de perder o próprio emprego (Lopes, 2015, p. 7).

Se a presença de jornalismo de investigação na revista *Visão* se mostra insuficiente, quando começamos a olhar para as especificidades do jornalismo de

investigação encontrado, estas mostram-se preocupantes, uma vez que, demonstram uma falta de diversidade. Analisando o “Autor”, vemos que apenas um reduzido número de jornalistas (3) produziu artigos considerados jornalismo de investigação. Deste três é de ressaltar que um autor (Vânia Maia) apenas produziu um artigo, enquanto os outros dois autores (Miguel Carvalho, Nuno Miguel Ropio) tinham três artigos cada um. É importante notar que, tal como foi explicado na discussão dos resultados, a nenhum destes jornalistas é atribuída a designação de “jornalista de investigação”, o que mostra, como está presente no enquadramento teórico, que não é necessária esta designação, mas antes que o jornalista tenha as competências necessárias (Randall, 2016, pp. 131-133), às quais se juntam os traços de personalidade para facilitar à realização do trabalho (Anderson e Benjaminson, 1976, p. 3, Bridge, *apud* Behrens, 1977, p. 21).

A estes dados é acrescentado que 20 dos artigos analisados mostraram ter dois dos critérios faltando-lhes apenas um para ser considerados jornalismo de investigação. Destes 20, dois tinham em falta apenas a “Construção” e os restantes 20 a “Força da Prova”, o que leva à conclusão de que lhes faltou o essencial - o trabalho de investigação e uma prova sólida para poderem ser considerados jornalismo de investigação. Tal como foi referido, são poucos os profissionais que aceitam entregar-se ao jornalismo de investigação devido aos risco e exigência do mesmo (Coelho & Silva, 2018, p. 83). Estes têm de suportar as consequências que o jornalismo de investigação acarreta, tais como: consequências legais, ver a sua reputação manchada, ameaças à sua integridade física (Cunningham, *apud* Behrens, 1977, p. 19; Bridge, *apud* Behrens, 1977, p.21; Hunter & Hanson, 2013, p. 9; Randall, 2016, p. 128), e ainda repercussões na sua saúde psicológica (Fouda, 2013, p. 6). Esta entrega diminui no contexto atual em que encontramos o jornalismo. Atendendo mais uma vez ao mesmo, vemos que os jornalistas perderam o contacto com a reportagem e aumentaram a dependência das fontes oficiais (Coelho & Silva, 2018; Starkman, 2014, p. 257). Como foi explanado no enquadramento teórico, e testemunhado no estágio, hoje é difícil ter o tempo necessário para refletir, investigar ou simplesmente pensar (Starkman, 2014, p. 257).

Continuando nas especificidades do jornalismo de investigação, ressaltamos, ainda, a falta de diversidade encontrada nos resultados obtidos na “Editoria”. Nas 11 editorias consideradas mostra-se crítico só ter sido possível identificar jornalismo de investigação em três (“Política”, “Sociedade”, “História”). É, ainda, digno de nota que dentro destas três editorias o peso de “Política” e “Sociedade” se tenha mostrado maior,

com três artigos cada, ao contrário de “História” que só foi identificada num artigo. Esta falta de diversidade prolonga-se quando olhamos para o “Âmbito”, uma vez que a grande maioria dos artigos considerados jornalismo de investigação (6) mostrou ser de “Âmbito nacional”. Apenas um artigo mostrou ter um “Âmbito misto (nacional/internacional)”, não tendo sido considerado nenhum artigo de “Âmbito internacional” como jornalismo de investigação.

Olhando para o enquadramento teórico, vemos que foi aferido que a maior vantagem do jornalismo de investigação é a sua capacidade de criar lucro social, isto é, criar “um valor acrescentado para a sociedade” (Coelho & Silva, 2018, 87) traduzida na capacidade de mudar leis, políticas, e melhorar a vida das pessoas (Hamilton, 2016, p. 83). Assim, podemos concluir que é preocupante quando a produção de jornalismo de investigação fica restringida a certos temas privilegiados, neste caso “Política” e “Sociedade”, e apenas ao “Âmbito nacional”. As restantes editoriais e todas as temáticas relacionadas com o “Âmbito internacional” na *Visão* ficam sem o “*watchdog*”, isto é, sem o escrutínio necessário, ou dependentes da produção externa para o que mesmo aconteça. Esta situação permite que as elites continuem a ser a voz predominante e que a agenda noticiosa continue a segui-las (Starkman, 2014, pp. 134, 135), e, mais importante, fica limitada a possibilidade de se alcançar, através do jornalismo, o lucro social que lhe deveria ser inerente.

Quanto à classificação “Investigação” dada pela *Visão* a alguns dos seus artigos, foram encontrados três com esta classificação. Destes artigos apenas um foi considerado jornalismo de investigação, o que mostra um uso inadequado da classificação. É ainda preciso reforçar que, um dos artigos à qual foi atribuída esta designação, apenas foi considerado ter um dos três critérios necessários para ser jornalismo de investigação, sendo este a “Temática” que, como já foi explicado, constitui um dos critérios de mais fácil atribuição, sendo, também, facilmente identificado no jornalismo quotidiano. Para além disso, olhando para a “Construção” do mesmo artigo reforça-se a ideia de que a classificação foi inadequada, uma vez que este não apresenta entrevistas, nem consulta de documentos como fontes de informação.

Através da presença *online* foi visto que a maioria dos artigos (5) foram publicados como “Conteúdo exclusivo” e um não teve qualquer publicação *online*. Assim, podemos concluir que, por um lado, não é feita uma aposta na incorporação dos artigos na versão *online*, uma vez que estes têm, na sua maioria, o objetivo de publicitar a versão impressa.

Para além disso, é possível ver como a maioria dos artigos de jornalismo não são de acesso livre. Esta última observação é compreensível uma vez que, como vimos, o jornalismo de investigação é mais dispendioso. No entanto, apesar de compreensível, não deixa de ser inquietante que, sendo o jornalismo capaz de gerar lucro social, mudar leis, políticas e a vida das pessoas (Hamilton, 2016, p. 83), esteja restringido a apenas um número restrito de pessoas, sendo estas os assinantes da revista.

Por fim, a última especificidade analisada trata-se da relevância editorial atribuída, esta foi observada tanto pelo destaque atribuído (ou não) na capa, como pelo número de páginas. No destaque de capa, os resultados mostraram-se similares, uma vez que os valores da “Capa”, “Chamada de capa” e “Não” (significando sem presença na capa) se mostraram bastante idênticos. É, no entanto, de ressaltar que só dois artigos foram objetos de “Capa”, tendo o número mais significativo (três) ido para a “Chamada de capa”, o que pode mostrar uma tentativa de valorizar o jornalismo de investigação. Já no que diz respeito ao número de páginas foi observada uma média de 7,85 páginas por artigo. Apesar deste número, numa primeira abordagem, parecer ser significativo, através da observação participante foi possível entender que, pelo menos para o jornalista Miguel Carvalho, este não o é. Como explica Miguel Carvalho, as 10 páginas que lhe foram atribuídas não se mostraram suficientes para cumprir as exigências do jornalismo de investigação, uma vez que, se trata de matérias longas, que precisam de uma longa construção com entrevistas, livros e documentos, que pelo número reduzidos de páginas acabam por ter de ser sumarizados.

P2 (complementar): Qual o processo de construção de uma reportagem de investigação?

Através do método de observação participante foi possível aferir qual o processo de construção de uma reportagem de investigação, neste caso da reportagem “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40).

Olhando para a reportagem em causa foi necessário analisar se também esta tinha os critérios necessários a que fosse considerada jornalismo de investigação. Assim, foi possível aferir que estavam presentes os quatro critérios determinados inicialmente: a “Temática”, uma vez que partiu de uma eventual irregularidade, sendo esta o caso Selminho, que se configura como tal uma vez que envolve um decisor público envolvido num caso na justiça; a “Construção”, que iremos analisar de seguida; a “Força da Prova” visível através da sólida construção; e a “Repercussão”, considerando que havia a

possibilidade de os riscos serem mais elevados, uma vez que existia uma pessoa numa posição de poder que poderia não querer ver o artigo publicado.

Respondendo à pergunta de investigação (complementar) podemos ver que o processo de construção desta reportagem teve início na definição da “Temática”: partiu de um caso mediático (caso Selminho), dando, no entanto, um passo em frente fazendo algo, até então do desconhecimento do público: investigar sobre a história e os negócios da família de Rui Moreira. É de notar que esta característica foi abordada no enquadramento teórico, uma vez que o jornalismo de investigação nasce da suspeita, que tinha escapado a olhares menos atentos (Hamilton, 2016, p. 136; Randall, 2016, pp. 127, 128), sendo o papel do jornalista o de procurar uma verdade oculta (De Burgh, 2000, p. 24), juntando as “peças escondidas à vista de todos” (Hamilton, 2016, p. 136).

Partindo desta suspeita e, de um olhar atento, é iniciada a investigação que, no caso do artigo “A incrível história do clã Moreira” (Edição 1477, p. 40) começou através de trabalho de pesquisa, para aferir a viabilidade do tema, e de diversas entrevistas por via telefónica. Se fosse um artigo de jornalismo quotidiano, a investigação poder-se-ia ter dado por terminada aqui, uma vez que, como vimos, até já tinha uma data de publicação prévia. Pelo contrário, e o motivo que levou a considerar que tinha o critério da “Construção” foi o facto de o envolvimento do jornalista (Miguel Carvalho) neste caso ir mais longe. Foi, assim, possível ver como o jornalista se envolvia na narrativa, verificada com a sua presença nos locais marcantes para a mesma: fábrica da Molaflex (antigo negócio da família), Quinta do Seixal (propriedade da família) e Super Bock Arena (onde foi realizado a cerimónia de recandidatura de Rui Moreira).

Para além de ser visível este envolvimento físico do jornalista, foi ainda realizado um extensivo trabalho de investigação com recurso a extensas entrevistas, jornais da época, documentos, livros, fotografias, redes sociais e informação disponível *online*. Esta construção, para o jornalista, configurou-se em cerca de um mês de trabalho (intercalado com outros). É ainda digno de nota que, no contexto analisado, em que são poucos os jornalistas que se querem ou podem dedicar ao jornalismo de investigação, valoriza-se a extrema importância dada à realização de investigação própria demonstrada por Miguel Carvalho e, reiterada pelo próprio: “é muito importante estar sempre bem informado, no que diz respeito ao contexto e base histórica, para não se ser um ‘pé de microfone’”.

Tanto a análise de conteúdo, como a observação participante levam a concluir a importância que assume este processo de construção e a sua necessidade de criar solidez

nos artigos de jornalismo de investigação. Apesar da limitação mais pujante encontrada: a dificuldade de identificação do *background* na ótica do leitor comum, foi mostrada a necessidade de criar uma conjuntura, em que seja possível aos jornalistas criarem as condições necessárias para que queiram entregar-se ao jornalismo de investigação. Esta necessidade vem expressa na ausência de diversidade (apenas três jornalistas) encontrada no jornalismo que classificámos de investigação, que se mostrou preocupante. Assim, consideramos que existe essa premência para que seja possível incluir mais jornalistas na prática de jornalismo de investigação, bem como alargar os temas e o âmbito geográfico, alcançando, pelo menos, as ligações de matérias internacionais à realidade nacional, para que possa consequentemente resultar num lucro social, também ele mais abrangente.

Retomamos, assim, o posicionamento tido no enquadramento teórico, e sintetizado por Hamilton, defendendo a necessidade de remover o incentivo de gerar lucro económico, para que sejam criados incentivos a gerar lucros sociais substantivos (2016, 181). Para tal, foram exploradas duas alternativas, a possibilidade de considerá-lo um bem público, defendida por Pickard, o qual atribui ao Estado toda a responsabilidade de financiamento e proteção (2011, 74); e o modelo de “sociedade de media” proposto por Cagé que junta as especificidades de uma empresa, às vantagens de uma fundação sem fins lucrativos (2015, 162).

Atendendo às conclusões a que chegámos, reveladoras do estado da fragilidade em que se encontra o jornalismo de investigação, seria útil, em estudos futuros, dedicarmos mais energias analíticas à discussão das alternativas que possam prolongar e reforçar o futuro do jornalismo de investigação, incidindo, a título de exemplo sobre o seu financiamento. A necessidade de continuar a aferir a sustentabilidade do jornalismo de investigação, ganha maior relevo sobretudo em países como Portugal onde, a avaliar pelo estudo de caso que aqui apresentámos, numa revista vocacionada para trabalhos de longo formato, e que assume apostar na investigação, ainda assim, a expressão do jornalismo de investigação se revelou residual.

Referências Bibliográficas

- Alexander, J. (2015). The Crisis of Journalism Reconsidered: Cultural Power. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, 8, 9–31.
<https://doi.org/10.1007/s40647-014-0056-5>
- Anderson, D., & Benjaminson, P. (1976). *Investigative Reporting*. Indiana University Press.
- APCT. (2022). *Análise Simples*. <https://www.apct.pt/analise-simples>.
- Aucoin, J. L. (2006). *The Evolution of American Investigative Journalism*. University of Missouri Press.
- Behrens, J. C. (1977). *The Typewriter Guerrillas: Closeups of 20 Top Investigative Reporters*. Nelson-Hall.
- Bernstein, C., & Woodward, B. (1974). *All the President's Men*. Simon & Schuster.
- Breiner, J. (2016). The Economics of Accountability Journalism: What Price Is Right? *International Symposium of Online Journalism*, 6, 91–109.
- Cagé, J. (2015). *Salvar os média: capitalismo, financiamento, participativo e democracia*. Temas e debates.
- Camponéz, C., Miranda, J., Fidalgo, J., Garcia, J. L., Matos, J. N., Oliveira, M., Martins, P., & Silva, P. A. (2020). *Estudo sobre Os efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da pandemia Covid-19. Relatório*.
- Cardoso, C. (2008). *Contributos para uma História da Newsmagazine*. 1552–1566.
- Cardoso, C. (2014). *A newsmagazine em Portugal: 70 anos até à consolidação do conceito*.
- Chepesiuk, R., Howell, H., & Lee, E. (1999). *Raising Hell: Straight Talk with Investigative Journalists*. McFarland.
- Coelho, P., & Rodrigues, I. A. (2020). Rebuilding investigative journalism. Collaborative journalism: sharing information, sharing risk. *Observatorio (OBS*)*, 14(4).
- Coelho, P., & Silva, M. T. da. (2018). O lucro social e financeiro do jornalismo de

- investigação. *Media & Jornalismo*, 18(32 SE-), 73–94.
https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_6
- De Burgh, H. (2000). *Investigative Journalism: Context and Practice*. Routledge.
- Fidalgo, J. (2021). Chapter 7. Portugal: Impoverished media struggling for survival. In T. Trappel, J. & Tomaz (Ed.), *The Media for Democracy Monitor 2021: How Leading News Media Survive Digital Transformation (Vol. 1)* (pp. 297–352). Nordicom, University of Gothenburg.
- Fouda, Y. (2013). Prefácio. In M. Hunter (Ed.), *A investigação a partir de histórias: Um manual para jornalistas investigativos* (pp. 5–6). UNESCO Publishing.
- Fuller, J. (2010). What Is Happening to News: The Information Explosion and the Crisis in Journalism. *Bibliovault OAI Repository, the University of Chicago Press*.
<https://doi.org/10.7208/chicago/9780226268996.001.0001>
- Gomes, C. (2017). “O jornalismo de investigação compensa em termos económicos.” *Público*. <https://www.publico.pt/2017/01/12/sociedade/noticia/o-jornalismo-de-investigacao-compensa-em-termos-economicos-1758130>
- Hamilton, J. (2016). *Democracy’s detectives : the economics of investigative journalism*.
- Harcup, T. (2014). *A Dictionary of Journalism*. OUP Oxford.
- Hoxha, A. (2019). Investigative Journalism. In *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 1–6).
<https://doi.org/https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0134>
- Hunter, M., & Hanson, N. (2013). O que é o jornalismo investigativo? O jornalismo investigativo não é a cobertura habitual. In M. Hunter (Ed.), *A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos* (pp. 7–12). UNESCO Publishing.
- Leigh, D. (2019). *Investigative Journalism: A Survival Guide*. Springer International Publishing.
- Lopes, F. (2015). *Jornalista: profissão ameaçada*. Alêtheia Editores.
- Loureiro, L. M. (2021). Todas as cores do arco-íris. In *Manual de Reportagem* (pp. 283–287).

- Martins, C., Esteves, A., & Corrêa, L. (2020). *Avaliação do Impacto da Pandemia de Covid-19 sobre o setor da Comunicação Social em Portugal*.
- Martins, C., Esteves, A., & Corrêa, L. (2021). *Implicações da crise de covid-19 nas condições económicas do setor de media em portugal 2020/1.º trimestre 2021*.
- McChesney, R. W., & Pickard, V. (2011). *Will the Last Reporter Please Turn out the Lights: The Collapse of Journalism and What Can Be Done To Fix It*. New Press.
- Monteiro, A., & Craveiro, S. (2021). Jornalismo lento: uma questão de humanidade e profundidade no jornalismo. *Revista Gerador*, 34, 83–101.
- Mowry, G. E. (1958). *The Era of Theodore Roosevelt, 1900-1912*. Harper.
- Murphy, D. (1991). *The Stalker Affair and the Press*. Unwin Hyman.
- n.d. (2018). Trust in News compra Exame Informática, Visão e mais 10 revistas. https://visao.sapo.pt/exameinformatica/noticias-ei/mercados/2018-01-03-trust-in-news-compra-exame-informatica-visao-e-mais-10-revistas/?fbclid=IwAR2Bx34yxInVnsNSiE17ZJVjhgz3vjULWfCUBCR_CQe9tEa4oktecF388ng.
- Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., Robertson, C., & Nielsen, R. (2021). *Reuters Institute Digital News Report 2021* (10th ed.).
- Pew Research Center. (2021). *Digital News Fact Sheet*. <https://www.pewresearch.org/journalism/fact-sheet/digital-news/>
- Pickard, V. (2011). Can Government Support the Press? Historicizing and Internationalizing a Policy Approach to the Journalism Crisis. *The Communication Review*, 14, 73–95. <https://doi.org/10.1080/10714421.2011.573430>
- Pinto-Martinho, A., Paisana, M., & Cardoso, G. (2021). Portugal. In *Reuters Institute Digital News Report 2021* (10th ed., pp. 96–97).
- Rainey, J. (2012). News exec John Paton is out to stop the presses. *Los Angeles Times*. <https://www.latimes.com/entertainment/la-xpm-2012-jan-15-la-ca-patonprofile-20120115-story.html>
- Randall, D. (2016). *The Universal Journalist - Fifth Edition* (5th ed., pp. 127–141). Pluto Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt1bh4b0w>
- Sá, N. (2017). “Jornalismo investigativo gera lucro para a sociedade”, diz diretor de

Stanford. *Folha de São Paulo*.

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/01/1846255-jornalismo-investigativo-gera-lucro-para-a-sociedade-diz-diretor-de-stanford.shtml>

Seigenthaler, J. (1977). Foreword. In *The Typewriter Guerrillas: Closeups of 20 Top Investigative Reporters* (pp. 11–16). Nelson-Hall.

Spark, D. (2012). *Investigative Reporting: A study in technique*. Taylor & Francis.

Starkman, D. (2014). *The Watchdog That Didn't Bark*. Columbia University Press.
<https://doi.org/10.7312/star15818>

Vehkoo, J. (2013). Crowdsourcing in Investigative Journalism. *Reuters Institute for the Study of Journalism Report*, August.

Anexos

Anexo I: Reportagem realizada no estágio curricular na Revista *Visão*.

“Jovens atirados ao lago dos tubarões” - Edição nº1487 (2/9 a 8/9/2021), pp. 62-66.





MÁRIO BETTENCOURT
AMARO
CDS

ANA ISABEL SILVA
BLOCO DE ESQUERDA

DIOGO CHINQUELHO
PAN

"MISHA" SHEPLIY
VOLT



"MISHA" SHEMLIV VOLT | TOMAR

Candidato com dois países no coração, finalista em Gestão, tem como referência o Presidente da Ucrânia, seu país de origem



ANA ISABEL SILVA BE | SANTO TIRESO

Em 2017, a investigadora de Bioneurologia não tinha um candidato do BE, em quem votar, na sua terra. Agora, é ela

M

"Mas tens 20 anos e vais ser candidato à Câmara Municipal?" foi a reação de incredulidade, quando Mário Bettencourt Amaro, aluno do mestrado integrado em Engenharia Aeroespacial, contou aos colegas do Instituto Superior Técnico que era candidato à Câmara Municipal de Alenquer. A semanas de mais umas eleições autárquicas, a surpresa é justificável, quando, segundo os dados mais recentes da Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) sobre o perfil dos autarcas eleitos em 2013, a média de idades ronda os 49 anos.

Mário está agora no terceiro ano de um dos cursos com a média mais alta do País e o envolvimento na política pode não parecer um passo óbvio. Mas as surpresas não acabam aqui — e o ambiente familiar explica alguma coisa: "A minha mãe foi comunista, em jovem, e o meu pai chegou a ser segurança de Álvaro Cunhal", conta.

O que torna ainda mais improvável a posterior filiação dos membros do seu núcleo duro familiar... no CDS.

A filiação partidária vem, assim, dos 17 anos, tendo-se iniciado à boia da reativação da Juventude Popular (JP) de Alenquer. Aos 18 anos, transitou para o partido e no último Congresso do CDS-PP, em janeiro de 2020, que elegeu Francisco Rodrigues dos Santos para líder, foi-lhe proposta a liderança da Distrital de Alenquer. Tinha 19 anos. Um ano depois, ao apresentar uma das candidaturas mais jovens desta corrida às autárquicas, o presidente "Chicão" já chamava "Marão" a Mário. Agora, o futuro engenheiro aeroespacial é cabeça de lista pela coligação Fazer Cumprir Alenquer, que integra cinco partidos: CDS-PP, Nós, Cidadãos! (NC), Aliança, PPM e MPT e ainda cidadãos independentes.

ATIVISMO É NA POLÍTICA

Se, entre os amigos de Mário, já habituados a vê-lo envolvido numa "panóplia de coisas", música, desporto e o pelouro de política educativa na Associação de Estudantes da sua universidade, a reação passou da incredulidade ao respeito, entre os próximos de Diogo Chiquelho as reações não terão sido muito diferentes. Diogo, 22 anos, viu o associativismo estudantil "impulsionar a veia política", e já integra o Núcleo de Estudantes de Direito e Solicitadoria e a Associação

Académica da Universidade Lusitana do Porto. "Não é à toa que quase todos os nossos políticos tiveram uma bagagem associativista muito grande, é algo muito semelhante à atividade política", afirma. Recém-licenciado em Direito, é a aposta do PAN para a Câmara Municipal de Viseu. Quando comunicou a decisão aos pais, a reação foi de cautela. "Estamos a falar de um jovem que está a entrar num mundo de tubarões e obviamente eles têm receio de que seja comido vivo. Mas, apesar de ter 22 anos, já mostrei capacidade para que confiem em mim e para dar a cara por uma candidatura.

O jovem jurista é natural da freguesia do Campo, em Viseu, lugar que parece encaixar na perfeição num candidato que afirma uma grande ligação ao ambiente, à ecologia e à questão animal. "Sempre fui muito crítico e desde pequeno que tive atenção às questões políticas. Na escola, era aquele aluno com quem o professor se chateava porque me insurgia contra o que achava errado. Depois acabava por 'levar por tabela'", conta.

Recorda como aos 13 anos já tinha interesse pelos telejornais, pelos debates da Assembleia da República. Aos 18 anos decidiu que era a sua vez. "Entendi que uma das melhores formas para exprimir o nosso ativismo é a política, é por aqui que tudo se consegue. Ora, não me identificando com ideologias de esquerda ou direita, conceitos que considero

MARCO

Aos 20
da Rep
o valor

caduc
me fil

FILHO

Aos 20
Diogo
já nas
18 an
e à C

2019,
circul
da Re
mais c
candi
Toma
nas d

Mi
para
país,
diz er
passa
para
de 20

"Eur
nha r
mais
expli
a ins
rênci
Zeler

está
que a
cidad
Ta

não t
alun
em C
co d



MARCOS GOMES | SANTARÉM

Aos 20 anos, foi "mandar vir" para a Assembleia da República. Hoje, este gestor de produtos sabe o valor de fazer ouvir a sua voz

GONÇALO SANTOS | CDU | SERNANCELHE

Estudante de mestrado de Ensino de Filosofia, ofereceu-se para avançar como candidato. E a sua juventude é um trunfo

caducos e castradores, acabei por me filiar no PAN."

FILHO DO "EUROMAIDAN"

Aos 22 anos, não é a primeira vez que Diogo representa o PAN em eleições – já nas autárquicas de 2017, com apenas 18 anos, integrou a lista à Assembleia e à Câmara Municipal de Viseu, e em 2019, nas legislativas foi o nº 3 pelo círculo eleitoral de Viseu à Assembleia da República. Já Mykhaylo Shemlyi, mais conhecido pelo diminutivo Misha, candidatou-se à Câmara Municipal de Tomar nas suas primeiras eleições – e nas do próprio partido, o Volt.

Misha é natural da Ucrânia. "Mas, para mim Portugal já é como o meu país, tenho dois países que são meus", diz entre risos. O jovem não esquece o passado do seu país que o despertou para a política. "A Revolução Ucraniana de 2014 [movimento conhecido por "Euromaidan"] teve impacto na minha mentalidade e levou-me a prestar mais atenção a movimentos políticos", explica. O seu país de origem continua a inspirá-lo, apontando como referência o atual Presidente, Volodymyr Zelensky. "Era um comediante e agora está a sair-se bem, o que só nos mostra que a democracia pode levar qualquer cidadão a qualquer cargo", anota.

Tal como Zelensky, também Misha não tem qualquer *background* político: aluno do último ano da licenciatura em Gestão de Empresas no Politécnico de Tomar, foi há apenas três anos,

O exemplo de Assis

Em 1989, o candidato socialista à Câmara de Amarante tinha apenas 24 anos. **Francisco Assis**, já licenciado em Filosofia, ganhou, com 45,6% dos votos e maioria absoluta em número de vereadores. Poucos auguravam um grande mandato para o então mais jovem presidente de câmara do País. Mas, em 1993, Assis seria reeleito com 58,8% dos votos e cinco em sete vereadores possíveis. Não admira que, dois anos depois, António Guterres o tenha ido buscar para integrar as listas de candidatos a deputados, tendo sido eleito pelo círculo do Porto. Daí para cá, é o que se sabe:

Assis, atual presidente do Conselho Económico e Social (CES), foi líder parlamentar, deputado europeu e candidato a secretário-geral do PS.



em 2019, que começou o seu envolvimento. Entrou para o Volt, dois anos após ser fundado como movimento em Portugal, começando como vice-coordenador da distrital de Santarém. A falta de experiência é uma crítica à qual Misha já está habituado. No entanto, encara-a como algo positivo. "De experiência já todos estamos fartos. Na maioria do País as caras não mudam e esse é que é o problema." Vê numa câmara municipal jovem a oportunidade de "inovação, mudança, motivação e entusiasmo", como explicou na apresentação da candidatura, num discurso iniciado com "algum nervosismo", mas que acabou confiante.

APRESENTAÇÃO "FOI BRUTAL"

Também Gonçalo Santos, 24 anos, recorda com emoção o dia em que apresentou a sua candidatura pela CDU à Câmara Municipal de Sernancelhe. "Foi brutal", afirma. Congratula-se de ter conseguido reunir 50 pessoas no bar da "praia", não o dos famosos *Morangos com Açúcar*, mas da sua terra, o Freixinho, perto do rio Távora, que "tem muita água, mas não tem praia fluvial". "Nesse dia até comi menos. Inverti a pirâmide de Maslow", afirma, divertido, explicando como colocou a realização pessoal à frente das necessidades físicas, subvertendo a teoria do psicólogo Abraham Maslow. As referências a grandes autores não poderiam faltar ao estudante do mestrado em Ensino de Filosofia no



MÁRIO BETTENCOURT AMARO CDS | ALENQUER

Até o "Chicão" já chama "Marão" a este futuro engenheiro aeroespacial. Os amigos passaram da incredulidade ao respeito...

DIOGO CHIQUELHO PAN | VISEU

Recém-licenciado em Direito, considera os catálogos ideológicos de esquerda e direita caducos e castradores

Ensino Secundário, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde também se licenciou em Filosofia, e onde teve a oportunidade de dar algumas aulas.

O jovem comunista rejeita ser tratado pelo termo millennial ou geração z, nomes que considera que "não ficam bem [aos jovens]" pelas dificuldades que enfrentam, "quer a tentar arranjar emprego, nos baixos salários ou a concretizar os seus sonhos". Pelo contrário, vê-se como alguém cujo objetivo é "fazer renascer a força de Abril", mês que desempenha um grande significado na sua vida. Tem 24 anos, feitos "antes de abril", em março, e, foi também no mês dos cravos que decidiu propor ao partido a sua candidatura. "Disse que estava interessado em participar e em dar extensão ao projeto. Eles aceitaram e chegámos a acordo facilmente, porque viram que estava muito empenhado", conta.

"CARREIRA" DESVIRTUA POLÍTICA

Nas redes sociais, os comentários são positivos, evidenciando que a juventude é "o futuro" e "a força motriz", qualidades que também ressaltam entre as pessoas da sua lista. "Convidei um senhor que se declarou feliz – ele já não via a hora em que apareceria uma candidatura da CDU forte e válida e disse-me que lhe nasceu uma alma nova. Também um professor, que adorei ter como docente, afirmou que eu era um jovem dinâmico e que era um grande erro se não me ajudasse. Eu vibro com isto e eles veem isso", explica. E conclui,

citando Ortega y Gasset: "O homem não pode fugir à sua circunstância."

Tal como Gonçalo, também Marcos Gomes rejeita a ideia de uma carreira na política. Encarando esta atividade como uma forma de fazer a diferença na vida das pessoas. Marcos tem 24 anos e é filiado na Iniciativa Liberal (IL) desde o final de 2019. O jovem lembra como recebeu com surpresa o convite para ser o candidato do partido à Câmara Municipal de Santarém. "Uma questão que coloquei foi se a idade não podia ser um obstáculo, e a resposta foi clara: 'São os jovens que vão continuar Portugal e precisam de espaço para trabalhar e ter voz ativa.' Agora, só vê vantagens numa equipa mais jovem: 'Somos jovens, conscientes, qualificados e com espírito crítico, portanto esta idade traz vantagens que a experiência não garante', afirma, confiante.

Aos 20 anos, foi à Assembleia da República defender a continuação dos apoios financeiros às escolas privadas, nomeadamente ao Colégio Infante Santo, onde estudou, apesar de na altura já não o frequentar. Não conseguiu levar a sua avante, mas percebeu a importância de se fazer ouvir. Defende que existe hipocrisia quando se fala do envolvimento dos jovens na política. "Se não se interessam pela política, estão alheados. Se querem envolver-se, não têm experiência..." A terminar o mestrado em Controlo de Gestão, no Instituto Politécnico de Leiria, Marcos trabalha como gestor de produtos e orgulha-se de "não depender da política para viver". "Não tenho

a perceção da vida política como uma profissão, isso desvirtua o conceito."

A PRIMEIRA VEZ, EM SANTO TIRSO

Ana Isabel Silva orgulha-se da herança familiar, que só recentemente ficou a conhecer. "O meu avô foi filiado num partido político de esquerda, depois do 25 de Abril, e chegou a ser deputado municipal em Santo Tirso. Só tomei consciência da importância disso depois de ele ter falecido", conta, saudosa.

Aos 26 anos, nascida e criada em Santo Tirso, numa "família de esquerda", Ana Isabel Silva é conhecida como ativista pelo fim da precariedade na ciência – um dos motivos que incentivaram a filiação partidária. Ana está a fazer o doutoramento na Universidade do Porto, onde também realizou a licenciatura em Bioquímica e o mestrado em Neurobiologia e é investigadora no i3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde.

Hoje, orgulha-se de representar pela primeira vez o BE na sua terra como candidata à Câmara Municipal de Santo Tirso. Na apresentação da candidatura recordou ter sentido uma "sensação amarga" nas autárquicas de 2017: tinha exercido o dever de voto, mas não se sentiu representada. "Sempre votei no BE e naquela altura não tinha sequer essa opção. Tenho recebido imensas mensagens a agradecer, de pessoas que vão pela primeira vez votar no BE e numa mulher jovem", conta. Segundo a candidata bloquista a Santo Tirso, "está na altura de a geração mais velha da política olhar para aquilo que os mais novos estão a trazer para cima da mesa"  visao@visao.pt

Anexo II Tabela 2- Critérios artigos de Jornalismo de Investigação. Fonte: Autoria própria.

Artigo	Critérios		
	Temática (recai sobre irregularidades/negligências)	Construção (tem investigação própria)	Força da prova
Novas brechas no Bloco (Edição 1462, p. 32)			
Contas dos clubes em risco de fora de jogo (Edição 1462, p. 38)	X	X	
Ventos cruzados no novo aeroporto (Edição 1462, p. 44)	X		
Biden em busca do inimigo interno (Edição 1463, p. 62)	X	X	
PAN Mais do que um castelo de cartas? (Edição 1463, p. 74)			
As histórias das ligações entre o PSD e a maçonaria (Edição 1464, p. 30)		X	
O jogo trágico das vacinas (Edição 1464, p. 46)			
"Chicão" serve vingança fria (Edição 1464, p. 82)			
Inquisição relato do fim do inferno (Edição 1465, p. 56)	X	X	X
A crise não mora aqui (Edição 1465, p. 70)			
Angola 1961 o princípio do fim (Edição 1466, p. 32)		X	
Moçambique na terra do terror (Edição 1466, p. 42)	X		
Ouro líquido (Edição 1466, p. 68)	X	X	
Peixe, a outra vítima da pandemia (Edição 1466, p. 74)			
Quem tem medo da inflação? (Edição 1466, p. 80)			
Fidelidades e traições na galeria de Sócrates (Edição 1467, p. 40)			

Artigo	Critérios		
	Temática (recai sobre irregularidades/negligências)	Construção (tem investigação própria)	Força da prova
As duas faces de Bezoz (Edição 1467, p. 52)	X		
Corrida contra o tempo nas moratórias (Edição 1467, p. 58)	X	X	
O rasto judicial da casa de Salgado (Edição 1468, p. 44)	X	X	
Rui Moreira segredos da candidatura (Edição 1468, p. 53)			
A fábrica salva-vidas (Edição 1468, p. 58)			X
O supermilitar e um batalhão de indignados (Edição 1468, p. 76)	X		
Me Too à portuguesa (Edição 1469, p. 28)	X		
A tática dos milhões (Edição 1469, p. 42)	X	X	
Um osso duro de roer (Edição 1469, p. 70)	X	X	X
Os explorados (in)visíveis (Edição 1470, p. 38)	X	X	X
Milionários à dose (Edição 1470, p. 46)			
Índia nação esmagada (Edição 1470, p. 52)	X	X	
Modi o (in)desejado (Edição 1470, p. 56)			
Fugitivos que fizeram história (Edição 1470, p. 60)			
A saga da herança milionária (Edição 1470, p. 80)			
Moniz da Maia (Edição 1471, p. 28)	X	X	

Artigo	Critérios		
	Temática (recai sobre irregularidades/negligências)	Construção (tem investigação própria)	Força da prova
Cabrita pôs na gaveta investimento de milhões na rede do SIRESP (Edição 1471, p. 70)	X	X	X
CHEGA aqui ou CHEGA para lá? (Edição 1472, p. 28)	X	X	X
Cabrita sobrevivente designado (Edição 1472, p. 38)	X	X	
Os melhores inimigos do mundo (Edição 1472, p. 50)	X		
Uso dos carros de serviço do INEM passado a pente fino (Edição 1472, p. 68)	X	X	
Prova de fogo do Alferes Cravinho (Edição 1473, p. 44)		X	
Histórias desconhecidas do estripador de Lisboa (Edição 1473, p. 50)			
As mulheres de Almada (Edição 1473, p. 78)			
Ventura, o guardador de rebanhos (Edição 1474, p. 38)	X	X	
O projeto mosquito (Edição 1474, p. 58)		X	
Rui Rio de novo com tribunal do PSD à perna (Edição 1474, p. 64)	X		X
Sai mais um cheque para o Novo Banco. Afinal, em quanto vai mesmo a conta (Edição 1475, p. 42)	X		
Como estão os nossos animais? (Edição 1475, p. 58)		X	
Net do amanhã depende de selos da verdade (Edição 1475, p. 74)		X	
À beira de jum ataque de nervos (Edição 1476, p. 40)	X		
Um décimo dos deputados a braços com a justiça (Edição 1476, p. 70)	X		

Artigo	Critérios		
	Temática (recai sobre irregularidades/negligências)	Construção (tem investigação própria)	Força da prova
A incrível história do clã Moreira (Edição 1477, p. 40)	X	X	X
A saga dos drones que tardam em ganhar asas (Edição 1478, p. 70)	X		
Joe, da Madeira à Gomes Freire (Edição 1478, p. 76)	X		
Fortunas escondidas com os bens de fora (Edição 1479, p. 40)	X		
Regresso do caos e dos talibãs (Edição 1479, p. 48)	X		
Discórdia na OPEP, máximos na bomba (Edição 1479, p. 76)	X	X	
O homem que derrubou o muro (Edição 1479, p. 78)			
A outra face do "tubarão galinha" (Edição 1480, p. 44)	X	X	X
Terramoto vermelho (Edição 1480, p. 60)	X		
Pátria, vida e repressão (Edição 1480, p. 80)			
Liberdade refém dos espões (Edição 1481, p. 44)	X		
Pode, suor e dinheiro (Edição 1481, p. 54)	X		
Portugal arquiva caso de corrupção que Espanha quer levar a julgamento (Edição 1481, p. 74)	X		
A burlona de apelido Gulbenkian (Edição 1482, p. 34)	X	X	
No rasto do chefe do tráfico (Edição 1482, p. 56)	X	X	
Xeque aos advogados (Edição 1483, p. 72)	X		

Artigo	Critérios		
	Temática (recai sobre irregularidades/negligências)	Construção (tem investigação própria)	Força da prova
Monte Branco o pai de todos os processos (Edição 1484, p. 50)	X		
A "gripezinha" à portuguesa (Edição 1484, p. 72)	X	X	
A vice-president implacável (Edição 1484, p. 78)	X		
Transição com quebras de energia (Edição 1485, p. 40)	X		
O grande desastre americano (Edição 1485, p. 48)	X	X	
O emirado da escravidão feminina (Edição 1485, p. 52)	X		
Partos histórias de violência (Edição 1485, p. 62)	X	X	
Donos e senhores do Afeganistão (Edição 1486, p. 28)	X		
Peças vitais dos Kamov do Estado aparecem de forma ilegal na Rússia (Edição 1486, p. 76)	X	X	
Seleção de esperanças contra a Covid-19 (Edição 1487, p. 36)			X
Uma catástrofe iminente (Edição 1487, p. 54)	X	X	X
Principal candidato à compra da Efacec investigado por corrupção (Edição 1487, p. 68)	X		
Caça ao "novo" inimigo público (Edição 1487, p. 72)	X		

Anexo III: Reportagens consideradas jornalismo de investigação.

“Inquisição relato do fim do inferno” - Edição 1465 (1/4 a 7/4/2021), pp. 56-63.



Há 200 anos, pôs-se fim ao período mais negro da História nacional, em que a simples denúncia e a boataria atiravam para a tortura e para as chamas quem era contra as regras da Igreja. O reino do medo e do terror durou três séculos, com o Santo Ofício a mover quase 50 mil processos. Cerca de duas mil almas foram queimadas vivas, mas poderão ser muitas mais, porque há dois séculos de condenações ainda por resgatar dos arquivos. Teve um desfecho à portuguesa: o Estado assumiu os salários dos antigos carcereiros e os inquisidores foram absorvidos pelo sistema político

 NUNO MIGUEL RÓPIO





N

Numa manhã de dezembro de 1618, a justiça inquisitorial bate à porta da casa de Brites Henriques, em Viana da Foz do Lima, hoje Viana do Castelo. Aos 22 anos, com dois filhos menores, vê entrar de rompante tais esbirros, acompanhados por uns familiares seus, que a denunciaram como judaizante e por ser sobrinha de um banqueiro perseguido. A habitação está além do que possa ser considerada remediada para os padrões da época: a zona de dormir está separada da área social por umas cortinas de linho, podendo ver-se uma cama já composta, àquela hora, com cobertores e travesseiros; há umas cadeiras de couro e, a um canto, uma

arca também encourada – cujo recheio não merece a curiosidade dos seus algozes, que a surpreenderam, provavelmente, a preparar-se para comer, nuns pratos de estanho. Não estamos perante alguém remediado, cujo marido, um comerciante, está no Brasil. Prova disso são os dois anéis de ouro com pérolas que leva. Os olhos de quem ali entrou batem num terço de corais, com uma cruz de ouro, e em dois relicários pequeninos de cristal, unidos por uma argola de ouro.

Percorrido meio país, e omitindo o auto porque não rumo ao tribunal de Coimbra, por ser o mais próximo, Brites chega à Casa de Despacho da Santa Inquisição, instalada no Palácio dos Estaus, em Lisboa, a 10 de dezembro de 1618. Ali, onde é hoje o Teatro D. Maria II, descobre que fora denunciada como praticante da religião judaica, já há alguns meses, por duas das suas irmãs e duas criadas que tivera. Longe dos filhos, sucumbe e confessa-se judia. É verdade: descende de uma família de cristãos-novos.

A 19 de agosto de 1619, Brites começa a ser torturada, como habitual na elaboração de um processo, que pode levar anos. O tormento tem o seu início. Sentam-na num escabelo, uma espécie de estrado, em frente à polé, uma roldana, com ligação ao teto, onde as vítimas são suspensas

com pesos nos pés e depois deixadas cair de repente, sem que toquem no chão. Põem-lhe os braços para trás, apertam-na com uma correia. “Jesus me valha, valha-me a Virgem Nossa Senhora”, clama, desesperada. Içam-na. Mas nada acrescenta ao que disse meses antes. Acaba condenada a assumir os seus denunciados erros publicamente, num auto da fé, na Ribeira, hoje Terreiro do Paço, a 5 de abril de 1620, e a envergar de forma perpétua o hábito penitencial – composto por uma espécie de poncho com cruzes e um chapéu cónico em cartão pintado, que só poderiam ser despidos dentro de casa. Um ano depois, pôde retirar o hábito.

Este episódio, que não se fica por aqui, pertence ao auto 2 122, do arquivo do Tribunal da Inquisição de Lisboa, e é um dos cerca de 48 mil processos depositados e consultáveis na Torre do Tombo, em Lisboa, relativos a quase três séculos, em que o medo e o terror reinaram, e que tiveram um ponto final a 31 de março de 1821, faz agora 200 anos.

Foi um período negro, em que a denúncia fácil e a boataria atiravam para as garras da Igreja – sob o alto patrocínio papal – judeus, muçulmanos, protestantes, homossexuais, bigamos e tantos outros, como pensadores ou cientistas, indiciados por



DENÚ
QUE C
INQUI
MAIO
JUDEL
PROTI
HOMO
MAS C
TAMBI
ACUS
E DO C



Polé Um dos dois instrumentos de tortura que eram permitidos pelo regulamento da Inquisição

Mente de Damião de Góis era ameaça

Historiador e pensador renascentista, autor da crónica do rei que pediu a vinda do Santo Ofício, caiu nas garras dos inquisidores, que o submeteram a confisco dos bens e a cárcere no Mosteiro da Batalha

Conseguiu a difícil proeza de passar ao largo da Casa de Despacho da Santa Inquisição de Lisboa duas vezes, quando tinha pouco mais de 40 anos, com a bênção do rei D. João III. Contudo, Damião de Góis, considerado um dos grandes pensadores portugueses do Renascimento, acabou por, já perto dos 70 anos, ver o passado enleá-lo e arrastá-lo para uma condenação ao cárcere perpétuo. Segundo a Igreja, aquela mente, que enriqueceu ao viajar pela Europa e ao contactar com grandes pensadores da sua época, era um perigo para a sociedade de 1500. Após a morte, que pode ter sido provocada por envenenamento, foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Várzea de Alenquer, mas só porque tinha comprado esse direito há muito. Nascido em 1502, no seio de uma família aristocrática, é a prova de que os cristãos-velhos também não se livravam das garras da Inquisição. Considerado um dos espíritos mais abertos da sua geração, fez parte da corte, contactando com o ainda jovem príncipe D. João III – que, já rei, o enviou, em 1523, para a feitoria na Flandres. Além da amizade com o monarca, Damião de Góis era fluente em línguas e filho de uma flamenga. Dali pôde viajar pela Europa, indo ao encontro dos maiores pensadores. O protestante Martinho Lutero, o astrónomo Philipp Melanchthon e o filósofo Erasmo de Roterdão contam-se entre as personalidades com quem manteve contacto. Até regressar a Portugal, com a mulher – uma flamenga abastada –, em 1544, frequentava universidades e vê diversas obras humanistas, historiográficas e até composições musicais suas serem difundidas pelo continente. Este percurso há muito que já o tinha colocado na mira da Inquisição.



Assim que assenta arraiais em Lisboa, vê-se a braços com um primeiro processo, a que se segue um segundo em pouco tempo. D. João III ajuda-o, tal como o cardeal D. Henrique, inquisidor-geral do reino e irmão do monarca. Mas em 1571, talvez desagradado com as considerações que o autor fez à conversão forçada de judeus quando escreveu a crónica de D. Manuel II, o cardeal já não ajuda aquele que é o diretor da

Torre do Tombo. O processo 17 170, que tem junto o 13 311 (agora digitalizados e com textos do pensador), terminou num auto-de-fé privado, a 6 de dezembro de 1572, onde o humanista ouviu a sentença: confisco de bens, abjuração em forma e cárcere penitencial perpétuo no Mosteiro da Batalha. A Mesa condenou-o, ao provar que "viajou pela Dinamarca, Polónia, Alemanha, e, na Universidade de Wittemberg, conheceu Martinho Lutero e Philipp Melanchthon". Doente e coberto de sarna, é libertado em 1573. Morre sozinho em casa, um ano depois. Refira-se que, só em 2004, devido à exposição de que têm sido alvo milhares de casos, como o de Damião de Góis, é que o Papa endereçou uma espécie de pedido de desculpa pela ação da Inquisição, realçando que foram os métodos que desvirtuaram o modelo. João Paulo II pediu "perdão por erros cometidos ao serviço da verdade, tendo sido utilizados métodos que nada tinham a ver com o Evangelho". A entrada do século XX, a Sacra Congregação da Romana e Universal Inquisição passou a chamar-se Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício. Foi com Paulo VI, em 1965, que esta que é a mais antiga das congregações da Santa Sé passou a denominar-se Congregação para a Doutrina da Fé, de que Bento XVI fez parte.



DENÚNCIAS E BOATOS QUE CHEGAVAM À INQUISIÇÃO VISAVAM, MAIORITARIAMENTE, JUDEUS, MUÇULMANOS, PROTESTANTES, HOMOSSEXUAIS E BÍGAMOS. MAS CRISTÃOS-VELHOS TAMBÉM PODERIAM SER ACUSADOS DE FEITIÇARIA E DO CRIME DE BLASFÊMIA

Tortura Os métodos muito mais sanguinolentos do que os dos portugueses levaram o Papa a protelar a entrada do Santo Ofício

crimes considerados heréticos, desde a feitiçaria à blasfêmia. Muitos, entre os quais se contam o Padre António Vieira e Damião de Góis, não tiveram como fim a fogueira, mas parte sucumbiu às precárias condições das celas, onde permaneciam tempos infindáveis à espera de um desfecho, ou aos castigos, em que se contava a passagem pelos porões das galés, de onde poucos conseguiam sair com vida.

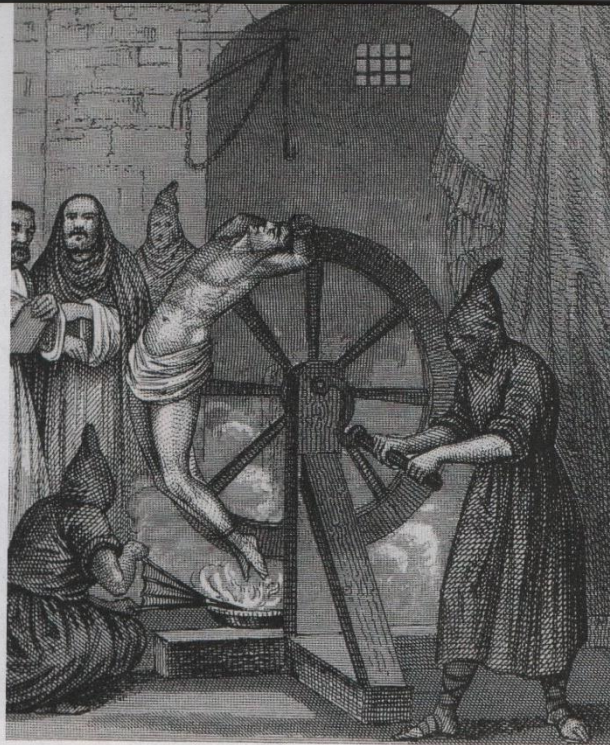
O fim dos 285 anos de tamanha desumanidade, praticada aqui e nas antigas colónias, deve-se a Francisco Margiochi, o deputado que viu a sua proposta de extinção aprovada pelas Cortes, a 31 de março de 1821, acompanhada pela não destruição dessa memória, que muitos liberais pretendiam ver ardir em praça pública. “É preciso que a Nação veja hoje os cárceres da Inquisição, que veja seus processos, que sinta suas torturas, e que ardam diante de si os seus cadafalsos. [...] Horrорizemo-nos, pois, mas seja pela última vez”, defendeu Margiochi, num hemiciclo que viria a incorporar, no espírito dos brandos costumes, antigos elementos da Inquisição.

21 ANOS DE PRESSÃO E IMPASSE

A instalação da Inquisição, semelhante aos moldes da que existia em Castela, foi pedida pela primeira vez a Roma, por D. Manuel I, em 1515. O rei estava sob enorme pressão: tinha deixado vir parte dos 150 mil judeus que tinham fugido dos inquisidores castelhanos e esta comunidade – já alvo de conversão religiosa forçada em Portugal – mantinha-se como financiadora das iniciativas marítimas.

A uma primeira resposta negativa do Papa, devido ao receio de uma perda do poder eclesiástico face à coroa, como acontecera aqui ao lado com uma Inquisição sanguinolenta, seguem-se outras. Junto da Santa Sé mobilizam-se cristãos-novos, que vão travando a vontade de Portugal, apesar das várias diligências diplomáticas, já por parte do rei D. João III.

A luz verde à opressão surge em 1536, tendo como primeiro sinal a proibição da Bíblia noutras línguas que não o latim. Segundo José Pedro Paiva, docente da Universidade de Coimbra e um dos maiores especialistas na matéria, não houve uma só razão para se implantar a perseguição católica; antes, uma conjugação de fatores, em que se contam o grupo de



teólogos conservadores que rodeava o monarca.

“Há uma enorme desconfiança social para com a presença da comunidade cristã-nova, onde pontuam pessoas muito poderosas e onde se continua a praticar a velha religião. É possível que, como em Castela, se a Inquisição pudesse confiscar bens, a coroa poderia vir a aproveitar-se dessa riqueza”, explica à VISÃO o investigador que, com o italiano Giuseppe Marcocci, professor na Universidade de Oxford, é o autor da obra *História da Inquisição Portuguesa* (1536-1821), cuja versão em inglês está prestes a ser lançada.

Nesse momento inicial, a emergência protestante, com “a cisão dos movimentos cristãos”, desencadeados por Lutero, estava ao rubro. “Houve o receio de deflagração das chamadas heresias protestantes. Pode ser invocado ainda o facto de a Coroa querer ter um controlo maior sobre a repressão da heresia como delito, que estava sob o poder episcopal dos bispos, até 1536. Ou seja, um reforço do poder secular”, aponta José Pedro Paiva, alertando para a “complexidade das dinâmicas históricas, em que não há apenas uma causalidade”.

Apesar da conversão obrigatória, em 1497, quando 10% da população

portuguesa passou a ser cristã-nova, à chegada da Inquisição muitas dessas pessoas passaram a estar na mira do Santo Ofício. Com uma agravante: “Nunca tiveram qualquer instrução especial da Igreja e, por isso, mantinham uma religião de memória e hábitos, entre os quais a forma como comiam.”

Saliente-se que, lá por fora, os ventos da tolerância religiosa também não corriam de feição. Além dos reinos onde a Inquisição já se tinha instalado, o protestantismo também perseguia e matava. Na Alemanha, Martinho Lutero, enquanto líder protestante, não

O MANUAL DO SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS ESTABELECEIA QUE MÉDICOS E CIRURGIÕES ESTIVESSEM PRESENTES NAS SESSÕES DE TORTURA, ONDE SE OBTINHA A CONFISSÃO DE HERESIAS, PARA QUE OS DETIDOS NÃO MORRESSEM OU VIESSEM A SURTIR EM PÚBLICO COM FERIMENTOS

deixou de fazer de lançar um olhar sobre quem não aceitou a fé Evangélica. Ironicamente, a responsabilidade por matar camponeses. Lutero foi responsável por mover sementes de violência entre as mesmas as inquietas.

SÓ DOIS TIPOS

O irmão do rei tornou-se a calmaria imediata, são os tribunais, com a Ainda que, não só permaneciam torais em Co. Esta última e e sobre a qual exatos de pr “relaxados” – denados à mo à Justiça secu O Santo Ofício a ninguém, m obter declara para os inquis

José Pedro temos, infelizmente exatos que existe Évora, houve Coelho e de u cesa, que vir Mas os de Lis mento total a apenas os cor XVI foram al

As Mesas I de uma máqui quisidores-g que acompa tortura. A ex devia-se a un tavam no ma condenados n nos autos da f física. Por iss acautelar que radas até ao aquelas existi em “relaxado fogueira, mas encenações p vam todos os cujas penitên multidoes.

O mesmo r os métodos p tortura era u sidores prec



cristã-nova, muitas dessas na mira do agravante: a instrução, a memória e a forma como

fora, os ventos também não dos reinos, a instalação, a perseguição e o martinho Lu-estante, não

TO OFÍCIO
ELECCIA
URGIÕES
NTES
TORTURA,
A
ESIAS,
DOS NÃO
ESSEM
CO

deixou de fazer críticas aos judeus e de lançar uma perseguição mortal a quem não aceitava as regras da Igreja Evangélica. É-lhe atribuída a responsabilidade pela morte de 30 mil camponeses. E na Suíça, João Calvino, responsável pela Igreja Presbiteriana, moveu semelhantes cruzadas, com as mesmas armas, contra as mentes inquietas.

SÓ DOIS TIPOS DE TORTURA

O irmão do rei, o cardeal D. Henrique, torna-se a cabeça do Santo Ofício. De imediato, são instituídos os primeiros tribunais, cobrindo o território todo. Ainda que, nem uma década depois, só permaneçam as Mesas Inquisitoriais em Coimbra, Lisboa e Évora. Esta última era uma das mais ativas e sobre a qual, até hoje, há números exatos de processos, condenados e "relaxados" – aqueles que eram condenados à morte e, por isso, entregues à Justiça secular, na mão do monarca. O Santo Ofício não podia tirar a vida a ninguém, mas poderia torturar para obter declarações desesperadas, que para os inquisidores eram confissões.

José Pedro Paiva admite que "não temos, infelizmente, um estudo quantitativo e exato sobre todos os processos que existem". "Para a Inquisição de Évora, houve dois estudos, de Borges Coelho e de uma investigadora francesa, que viram todos os processos. Mas os de Lisboa só têm um levantamento total até 1580. Os de Coimbra, apenas os correspondentes ao século XVI foram alvo de estudo."

As Mesas Inquisitoriais dependiam de uma máquina pesada, desde os inquisidores-gerais até aos cirurgiões, que acompanhavam as sessões de tortura. A existência destes últimos devia-se a uma das regras que constavam no manual da organização: os condenados nunca poderiam aparecer nos autos da fé com sinais de violência física. Por isso, cabia aos cirurgiões acautelar que as vítimas eram torturadas até ao "aceitável". Até porque aquelas exibições não consistiam só em "relaxados" a serem colocados na fogueira, mas, também, em grandes encenações públicas, onde desfilavam todos os outros condenados e cujas penitências eram lidas para as multidões.

O mesmo regulamento estabelecia os métodos para obter a confissão. A tortura era usada quando os inquisidores precisavam de uma prova

Cifras negras da Inquisição

O Santo Ofício apontou às regiões onde era expectável atingir grandes grupos de judeus convertidos. Mas, perante os custos da organização e os resultados obtidos, circunscreveu-se a três tribunais continentais

As primeiras Mesas da Inquisição foram instaladas no Porto, em Lisboa e em Évora, em 1536. Cinco anos depois, abriram as de Lamego, Coimbra e Tomar. Porém, após uma primeira vaga persecutória no Norte, relativamente a uma forte presença de cristãos-novos, são extintas as inquisições do Porto e de Lamego, passando os funcionários para Coimbra. No caso da Cidade Invicta, só houve dois autos-da-fé, tendo o primeiro, em 1541, acabado com quatro condenados às chamas. Em Tomar, ainda é mais rápida a intervenção da Inquisição. Ali, o objetivo passava por disciplinar as alegadas práticas heréticas da Ordem de Cristo, que, aos olhos da Igreja, mais não seria do que uma herdeira da antiga Ordem dos Templários – cujos membros tinham sido perseguidos em França e na restante Europa, a partir de 1307, e acolhidos em Portugal, pelo rei D. Dinis. Já a inquisição de Goa, após um longo debate sobre a sua necessidade, foi criada em 1560, tornando-se uma das mais ativas. Esta Mesa na Ásia chegou a ser abolida pelo Marquês de Pombal, em 1774. Mas, com Sebastião José de Carvalho e Melo afastado do governo, foi restabelecida em 1778. Devido a um acordo com Inglaterra, foi então definitivamente extinta, em 1812, antes do fim da organização.

48 000

Desde a sua extinção, os processos dos vários tribunais inquisitoriais estão depositados na Torre do Tombo. Uma pessoa poderia ter mais do que um processo. Estão digitalizados.

30 000

Quantidade de condenados, segundo as estimativas de Cecil Roth

2 000

Número de "relaxados" queimados vivos pela Justiça secular na praça pública. Ou seja, pessoas condenadas à morte pela Inquisição – que estava impedida de levar a cabo tal gesto

1

Auto-da-fé, por cada uma das Mesas da Inquisição, anualmente, era a média praticada em relação a este ritual





O pecado da sodomia

Escravo mulato, veio para Lisboa após ser apanhado pelos enviados ao Brasil por atos homossexuais

Jerónimo Soares, escravo, mulato, cozinheiro, nascido em Lisboa, viu os enviados da Inquisição no Brasil, onde o Santo Ofício não se tinha instalado, moverem-lhe uma caça em 1644, em Salvador da Bahia. Após recolher os depoimentos da família onde tinha vivido até fugir para o mato, o inquisidor Pedro do Castillo concluiu que o pecado de sodomia era praticado em casa do escravo com outros homens e decreta-lhe a prisão. As autoridades eclesiásticas ainda levam algum tempo a encontrá-lo, tendo conseguido trazê-lo para Lisboa, onde acabou condenado pela mesma heresia que trazia muitos portugueses do outro lado do Atlântico à Mesa da Inquisição. Sentenciado a remar por quatro anos nas galés, o condenado, com cerca de 30 anos, acaba por falecer a um ano de terminar a penitência. Mas o crime de sodomia também poderia visar homens heterossexuais. Morador também na Bahia, na mesma altura, Pero Domingues foi denunciado "pela cunhada Francisca Grega, mestiça [...] e por sua esposa Maria Grega, também mestiça", de obrigar a última "a realizar sexo anal em diversas ocasiões" desde que se casaram, "havendo-a deflorado com a mão, ato que repetiu nas vezes seguintes em que tiveram cópula". Segundo o historiador brasileiro Cássio Bruno de Araújo Rocha, à Inquisição a jovem esposa, "que tinha entre 15 e 16 anos", confessou que "o marido ameaçava matá-la se ela contasse sobre as suas relações sexuais a alguém, dizendo também que elas não eram pecado". Só que, neste caso, os visitantes acabam por não crer na história, interpretando tais declarações como uma forma de prejudicar Pero Domingues, fruto de "tensões entre ele e a esposa".

irrefutável. Para tal, chamavam os médicos e os cirurgiões. Isso ocorreu em 11% dos processos conhecidos – principalmente contra judeus convertidos. Além da polé – aquela que foi usada no caso de Brites Henriques –, podia ser usado também o potro, uma mesa onde o detido era amarrado nos pulsos e tornozelos com algemas de ferro, em cada um dos quatro cantos, onde havia umas cordas que eram esticadas com rodas.

Apesar da dimensão geográfica, nenhum tribunal foi instalado no Brasil. Daí que fossem para ali enviados os visitantes, que traziam depois acusados até Lisboa. "Houve uma preocupação com isso, devido ao aumento da população nos finais do século XVI", sinaliza Bruno Feitler, historiador da Universidade de São Paulo, que aponta a intenção de Filipe III de ter a Inquisição sediada na Baía, a exemplo do que acontecia nas províncias espanholas da América. Mas o Conselho Geral da Inquisição em Lisboa alega "um custo muito elevado", mantendo todas as colônias do Atlântico sob a alçada da Mesa da metrópole.

Já um outro cenário ocorreu em Goa, na Índia. Logo em 1543, um cristão-novo, Jerónimo Dias, foi queimado vivo. Isso levou a Inquisição a pedir a criação rápida de um tribunal, que veio a tornar-se aquele que mais "relaxados" e "mortos em efígie" [a falta do condenado, criava-se uma imagem sua] mandou para as chamas da Justiça secular. Deste tribunal, que só entre 1571 e 1580 mandou queimar 65 pessoas, grande parte do arquivo perdeu-se. Sabe-se que o Santo Ofício levou a cabo 13 650 processos em Goa. Mais do que em Lisboa (dez mil).

Uma só pessoa poderia ser alvo de vários processos, que levavam anos a ficar concluídos e a chegar a julgamento. Foi o caso de Brites. Passados mais de 20 anos, após lhe ter sido tirado o hábito penitenciário, voltou

Morte na fogueira Uma prerrogativa da Justiça secular, que validava a condenação da Inquisição e a levava a cabo

de novo a ser detida pela Inquisição e levada ao Palácio dos Estaus. A 23 de março de 1644, com Portugal a lutar pela restauração da independência, Brites comparece, cabisbaixa, para ser ouvida pela Mesa, acompanhada por duas filhas: a mais nova, Maria Henriques, de 12 anos, muito chorosa; e uma outra, de 15 anos, Francisca da Silva. As duas filhas mais velhas, já casadas, escaparam à malha do Santo Ofício. O marido de Brites morrera e a vida de viúva não era fácil, ao ponto de se ter livrado do ouro. A habitação também denotava algumas necessidades.

São detidas devido à língua de Luiza Barrosa, que exige dinheiro a cristãos-novos para se manter calada. E ali estão as três mulheres – mãe e filhas. Nada do que Luiza disse é dado como provado. Mas, tendo-as encarceradas, os inquisidores torturam-nas. As duas filhas não aguentam a tormenta e denunciam vários familiares, como o tio banqueiro, Duarte da Silva, pela prática judaica. São libertadas em 1650, mas a mais velha cumpre uma pena perpétua de cárcere numa cidade e tem de usar o hábito.

Já quanto a Brites, o Santo Ofício condenou-a à morte. Foi entregue à Justiça secular, num auto da fé no Terreiro do Paço, em junho de 1645. "Os seus gritos fugiram pelo espaço e as suas cinzas infamadas foram impiedosamente lançadas ao vento", descreve António Baião, primeiro diretor da Torre do Tombo, em 1919, num dos três volumes sobre os processos que ali estão depositados.

VERGONHA INTERNACIONAL

Durante a governação do Marquês de Pombal (1756-1777), a Inquisição começa a sofrer um revés atrás de outro,

tendo em discordância contra os ter acabados. Contudo nomeou do reino to Ofício públicos padre M ocasião, olho des de 1755 s Os ve vam cada e o que em Espa críticas



FRANCISCA
AUTOR
LEGISLAÇÃO
EXTINÇÃO
OFÍCIO
DE 1820
OS ARQUIVOS
"A NAÇÃO
CÁRCERE
"VEJA
E "SIN



lar,
la

quisição e
s. A 23 de
gal a lutar
endência,
ixa, para
panhada
ra, Maria
o choro-
Francisca
velhas, já
do Santo
norrera e
ao ponto
habitação
s neces-

ngua de
nheiro a
er calada.
- mãe e
se é dado
is encar-
ram-nas.
m a tor-
miliares,
da Silva,
tadas em
pre uma
a cidade

o Ofício
tregue à
la fé no
de 1645.
o espaço
ram im-
to", des-
o diretor
um dos
sos que

quês de
ção co-
e outro,

tendo em conta que Carvalho e Melo discordava da perseguição movida contra os cristãos-novos. Ao ponto de ter acabado com o tribunal em Goa. Contudo, também foi o próprio que nomeou o irmão para inquisidor-geral do reino e que se aproveitou do Santo Ofício para acabar com inimigos públicos, como a família Távora e o padre Malagrida - morto na mesma ocasião, apesar de estar debaixo de olho desde que alegara que o sismo de 1755 se devia aos hereges.

Os ventos do iluminismo sopravam cada vez mais fortes pela Europa e o que acontecia cá, mas também em Espanha e em Itália, era alvo de críticas na imprensa internacional.



FRANCISCO MARGIOCHI, AUTOR DA INICIATIVA LEGISLATIVA QUE EXTINGUIU O SANTO OFÍCIO, A 31 DE MARÇO DE 1821, SALVAGUARDOU OS ARQUIVOS PARA QUE "A NAÇÃO VEJA HOJE OS CÁRCERES DA INQUISIÇÃO", "VEJA OS PROCESSOS" E "SINTA SUAS TORTURAS"

A primeira notícia sobre a perseguição religiosa em Portugal, que se estendia aos livros publicados e aos navios que aqui acostavam, sai em Londres, em 1722. Na passagem para o século XIX, são condenados os últimos réus por sodomia e ateísmo, o que mostra a perda de poder. As dificuldades financeiras são cada vez maiores.

Em fevereiro de 1820, um ano antes da extinção, ainda houve tempo para julgar Ana Joaquina da Encarnação, uma moradora em Leiria, por descrença. Oito meses depois, o último inquisidor-geral, Azeredo Coutinho, informa as Cortes, onde se estuda a extinção da organização, de que já não há ninguém nos calabouços.

Aquando da aprovação pelas Cortes do desfecho, a 31 de março de 1821, com todos a concordarem que foram anos sob o jugo de um "instituto bárbaro", que impôs o "flagelo da humanidade", ficou estabelecido que os homens que moviam a máquina da perseguição - desde carcereiros a cirurgiões, passando pelos visitantes - não ficariam com uma mão à frente e outra atrás. O Estado assumiu parte dos salários até aos seus falecimentos. Muitos dos inquisidores foram absorvidos pelo sistema político que então se afirmava. Azeredo Coutinho tornou-se deputado eleito pelo círculo do Rio de Janeiro, tendo morrido um mês após a posse. João Maria Castelo Branco elegeu-se pela Estremadura e chegou até a presidente do hemicycle.

Três séculos negros terminaram, assim, de forma ordeira, "muito tipicamente portuguesa e replicada ao longo dos anos, como no 25 de Abril de 1974", sinaliza Ana Paula Marques, socióloga da Universidade do Minho. Para a investigadora, especializada em organizações, "nada é igual, mas há uma reprodução e características que, apesar de se diluírem, persistem".

"Entre elas, uma circulação das elites pelo poder, que trava mudanças bruscas", conclui. nropio@visao.pt

O último caso

Frei confessor acabou por pedir perdão para mulher analfabeta que havia denunciado ao Santo Ofício de Lisboa

Ana Joaquina da Encarnação foi a última pessoa a ouvir uma sentença da Inquisição portuguesa, a 15 de fevereiro de 1820, um ano antes da sua extinção. Tratava-se de uma solteira, denunciada pelo seu confessor, Frei Domingos do Rosário, que informou o Santo Ofício de que ela duvidava do Sacramento da Penitência, assim como da existência do Inferno, como castigo na eternidade para os pecadores. Este era, aliás, um dos crimes mais comuns na fase final da Inquisição.

Residente em Barreira, no concelho de Leiria, e filha de Agostinho Pereira, capitão de ordenanças, e de Marinha da Guerra, Ana ouviu da Mesa do Santo Ofício do Tribunal da Inquisição de Lisboa a decisão que punha nas mãos do frei o seu destino. Os inquisidores ordenaram ao confessor, de uma ordem mendicante, que obtivesse por escrito, nas semanas seguintes, uma declaração da acusada, onde esta admitisse o arrependimento e que reconhecia os dogmas da Igreja.

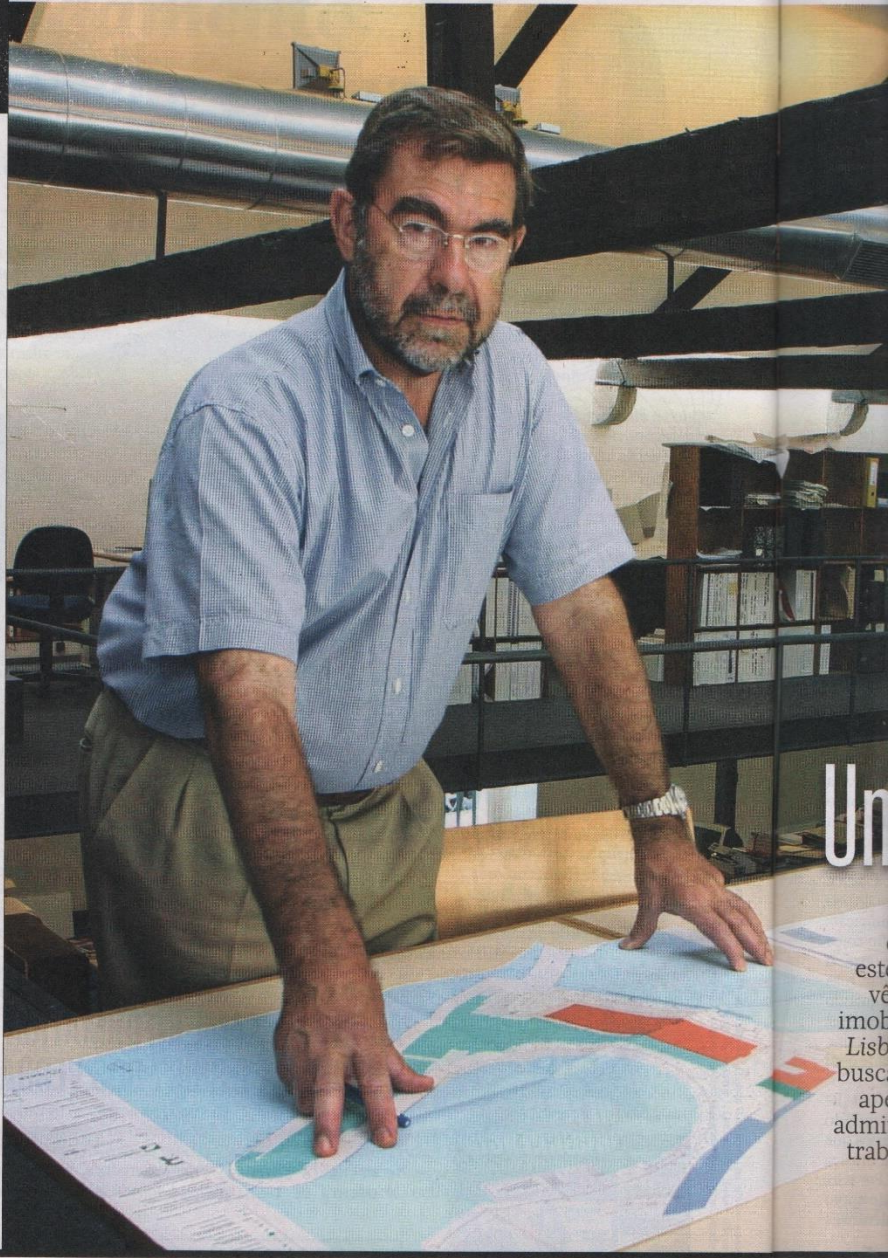
Em abril de 1820, Frei Domingos do Rosário faz chegar à Mesa tal declaração, mas pela sua própria pena, visto que - defendeu no documento - Ana Joaquina "não sabia escrever clara e desembaraçadamente". Para o clérigo, tais concepções da jovem tratavam-se de "erros e dúvidas" que "não nasceram da lição de maus livros nem do trato com pessoas libertinas". Antes, o que acontecera durante as suas confissões, e que fora reportado ao Santo Ofício, devia-se, exclusivamente, à "corrupção do seu coração". Terminou a declaração com um pedido de perdão para Ana Joaquina.

“Um osso duro de roer” - Edição 1469 (29/4 a 5/5/2021), pp. 70- 74.

F
FOCAR

“Um dos maiores
prazeres da vida
é fazermos aquilo
que os outros
dizem que não
podemos fazer”

Walter Bagehot
Jornalista e ensaísta
britânico
(1826-1877)



Un
est
vé
imob
Lisb
busc
apo
admi
trab

70 VISÃO 29 ABRIL 2021

Projetos Aposta de Maria José Nogueira Pinto para revitalizar Chiado, Salgado foi também coautor do CCB e ideólogo do Parque das Nações

MANUEL SALGADO

Um osso duro de roer

Arquiteto e urbanista afamado, que não auferiu salário nos 12 anos em que esteve como vereador do Urbanismo, em Lisboa, vê Justiça passar a pente fino grandes projetos imobiliários que autorizou. Conhecido por *Dono de Lisboa Toda*, o primo de Ricardo Salgado motivou buscas à câmara da capital a seis meses das eleições, apesar de já haver suspeitas desde 2014. Amigos admitem que teimosia e obstinação, que imprime no trabalho, podem ter criado inimizades e levantado suspeitas de irregularidades

NUNO MIGUEL ROPIO

Dois meses após se demitir da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) de Lisboa Ocidental, que liderava desde 2019, por ter sido constituído arguido num inquérito sobre a construção do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Manuel Salgado viu uma incursão da Polícia Judiciária (PJ) lançar um manto de suspeita sobre os seus 12 anos de gestão do urbanismo da capital. Com 28 mandados de busca, a *Operação Olissipus* incidiu nas obras mais emblemáticas, e polémicas, que tiveram luz verde do arquiteto e urbanista, que está à beira de completar 77 anos. O homem que ficou conhecido por *Dono de Lisboa Toda* – numa alusão não só à forma como concentrou o poder ao longo dos seus quase quatro mandatos mas também pela ligação ao banqueiro Ricardo Salgado, de quem é primo – não é o único visado na investigação. Porém, as dez buscas domiciliárias e 18 não domiciliárias acabaram por ser o culminar de muitas queixas e acusações de cidadãos e partidos que se foram acumulando contra alguém que os amigos classificam de obstinado e desbloqueador de processos.

Talvez à exceção da controvérsia que envolveu a construção do Centro Cultural de Belém (CCB), cuja autoria foi partilhada com Vittorio Gregotti, e não contando com a expulsão da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, durante alguns meses de 1964, por alegada ameaça ao regime, nunca Salgado se virou envolvido em polémicas, até ao dia em que entrou para a vereação de António Costa, com as eleições intercalares em Lisboa, de 2007. Meses antes, o executivo social-democrata de Carmona Rodrigues caíra, devido a investigações que levaram à constituição dos vereadores do Urbanismo e Finanças como arguidos e à nomeação de uma comissão administrativa de transição, liderada por Marina Ferreira.

Pela capital, já tinha acentuado o seu traço, mais de urbanista do que de arquiteto. O plano de ocupação dos terrenos de Beirilas, para acolherem a Expo'98, e o projeto de revitalização do Chiado, a convite da então vereadora Maria José Nogueira Pinto (2005-2007), eram disso exemplo. A paixão pelo planeamento de cidades surgiu em adolescente: no rés do chão do prédio onde vivia a família alargada – pais e oito filhos –, nas Amoreiras, em Lisboa, localizava-se o gabinete do

F

SUSPEITAS



Obras na mira da Justiça

As 28 buscas da PJ visaram recolher informação sobre vários licenciamentos. Mas, em fevereiro, a construção do Hospital CUF Tejo já tinha dado origem a outro inquérito. Eis algumas das obras sob suspeita:

HOSPITAL DA LUZ

Câmara vendeu para expansão à Espírito Santo Unidades de Saúde, em 2015, terreno que tinha quartel de bombeiros novo, que custara 12 milhões de euros.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Sob alegada urgência, foi feito ajuste direto à Teixeira Duarte para estabilização do miradouro, por 5,5 milhões de euros, em 2017. Parecer do LNEC contradiu tal premência.

TORRE DE PICOAS

Em 2015, aprovada com determinado tamanho. Ao longo da construção, ganhou mais dez mil metros quadrados de edificação.

ENTRECAMPOS

Terrenos da antiga Feira Popular vendidos por mais de 270 milhões de euros para edificação, sem que haja estudos sobre o impacto da futura ocupação.

SEGUNDA CIRCULAR

Reabilitação e alteração desta via custaria mais de dez milhões de euros, mas parou quando se soube que o autor do projeto era também fabricante do pavimento proposto.



famoso arquiteto Frederico George. Ali, começou a fazer os primeiros desenhos, ainda menino, e, aos 20 anos, durante a suspensão da universidade, elaborou o seu primeiro plano territorial, para a Meia Praia, Lagos – que nunca saiu do papel.

De sete rapazes e uma rapariga, que tiveram António Maria Salgado, tio de Ricardo Salgado, e Maria Amália Sande e Castro, com vários títulos nobiliárquicos, foi o único filho que apostou nas artes. Os outros irmãos seguiram desde Direito a Economia, passando pela Sociologia. Mas encontravam-se em várias atividades desportivas, como o rãguebi. Aliás, o ex-vedador chegou a jogar pela então seleção nacional naquela modalidade, ainda que se tenha estreado no futebol do Belenenses e a sua maior paixão seja a vela – em que se iniciou ainda miúdo, na Mocidade Portuguesa, na Cruz Quebrada. Aos três filhos – Tomás, Gonçalo e Sebastião –, que teve com a advogada Sofia Plácido de Abreu, transmitiu essa atração pelos veleiros – motivo que o levou a ter uma embarcação alguns anos.

Já proprietário do gabinete Risco, na década de 1980, a par de projetos icónicos (chega a ganhar o Prémio Valmor por uma obra na Rua Castilho, em 1992), cultiva a fama de “ser um pouco buldózer”, como assume numa entrevista, na RTP2, em 2001. Essa é uma das características da sua personalidade que mais críticas motivaram enquanto esteve no executivo de Costa e de Fernando Medina. “Diria que é uma mistura de obstinação e de determinação, que pode ser incompreendida. Um traço louvável, quando é preciso desbloquear o espírito do entrave e do ‘deixa andar’, mas que me trouxe algumas irritações, quando tivemos de discordar”, assume o escritor e gestor cultural António Mega Ferreira, que cultivou uma profunda amizade com o arquiteto, aquando da Expo’98.

Nos anos seguintes, rumaram por diversas vezes a vários pontos do mundo onde houvesse o tipo de espetáculos que mais agradam a Salgado: ópera e música clássica, principalmente barroca. Por isso, uma das primeiras mensagens de apoio que o ex-autarca recebeu no telemóvel,

conhecido
semana,
respeito
ções, isto
Botelho’
identifica
fundol, e
denúncia
de anos e
que dete
de cívico
de Manu
poder na
porque p
e desenv
fala de um
de manhã
não raras
a medir f

INVESTI
Contudo
Salgado
outras li
da câma
O então
citado na
Numa co
de um im
nos da Fe

Com o ap

SAN
Miseri

SAN
Miseri

SAN
Miseri

conhecidas as incursões da PJ há uma semana, foi de Mega Ferreira. "Com o respeito que me merecem tais investigações, isto parece uma 'Caldeira de Pero Botelho' [caverna nos Açores, cuja lenda identifica como um buraco negro sem fundo], em que meteram tudo. As tantas denúncias, sem pés nem cabeça, ao longo de anos e a partir de um certo fanatismo que determinados grupos apelidados de cívicos mostram devem-se ao facto de Manuel Salgado ter tido um grande poder na Câmara de Lisboa, sem dúvida, porque possuía uma visão para a cidade e desenvolveu-a", explicou o escritor, que fala de um ex-vereador "metido na câmara de manhã à noite, e aos fins de semana, e, não raras vezes, de fita métrica nas mãos, a medir fachadas nas ruas".

INVESTIGAÇÃO A RETALHOS

Contudo, as investigações que envolvem Salgado começaram a escrever-se por outras linhas e muito antes de Costa sair da câmara, para liderar o PS, em 2014. O então vereador do Urbanismo surgiu citado nas escutas do caso *Vistos Gold*. Numa conversa sobre a alegada intenção de um investidor chinês adquirir os terrenos da Feira Popular, o empresário Paulo

Lalanda e Castro garante a Jaime Gomes, da JMF e antigo sócio do ex-ministro do PSD Miguel Macedo, que "manda" em Salgado. "O Costa já não manda nada aí [na câmara]. Quem manda é o Salgado", assegurou o empresário ao advogado, de acordo com as transcrições das conversas a que a VISÃO acedeu e que são mais extensas.

Dai que, quando caiu uma denúncia anónima na PJ sobre os contornos daquela que é conhecida como Operação Integrada de Entrecampos – que Manuel Salgado defendeu a troco de quase 280 milhões de euros para o município e motivou fortes críticas da oposição na Assembleia Municipal –, acendeu-se uma primeira luz vermelha, explicou uma fonte

conhecedora da investigação.

Essa imagem de Salgado, como alguém que tudo controlava nos departamentos de Obras e Urbanismo e a quem Costa entregou a vice-presidência, leva a então vereadora da Habitação Social e, mais tarde, presidente da Assembleia Municipal, Helena Roseta, "a colocar no gabinete do arquiteto um técnico do Cidadãos por Lisboa, Ricardo Veludo, para saber as razões de certas decisões", explicou fonte do movimento independente, que foi liderado pela conhecida arquiteta. Foi Veludo quem sucedeu a Salgado, quando este último saiu da vereação para a SRU, em 2019, após esta entidade esvaziar os poderes do departamento municipal de Urbanismo.

Segundo o social-democrata Vítor Gonçalves, ex-presidente da Comissão de Urbanismo na AML, "foram anos de uma enorme opacidade, que não era esclarecida por Salgado, uma pessoa muito difícil". "Quando começaram a chegar muitos planos de pormenor e urbanização, ou a quantidade de créditos de construção passou a ser além do normal, as explicações também começaram a rarear", lembra. O bloquista Ricardo Robles era uma das vozes mais críticas da gestão de

**SALGADO É ARGUIDO
NO CASO DA CUF TEJO,
UMA ENORME PAREDE
DE BETÃO VISTA DOS
MIRADOUROS**

VISÃO BRAILLE

EDIÇÃO MENSAL
GRATUITA,
EXCLUSIVA PARA
INVISUAIS

Porque
é bom ler

Com o apoio de:

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

everis

SAMSUNG

CUF



ZINZ Energia de Energia



S Semapa

AstraZeneca

DAVI

FUNDAÇÃO ORIENTE

GRUPO BEL

GRUPO VISABEIRA

IKEA

Santander

CISCO

THE NAVIGATOR COMPANY

Para mais informações: visaobraille.fro@gmail.com e o tel: 913 998 221



SUSPEITAS

Salgado, até cair devido à polémica do investimento num prédio, em Alfama.

Da *Operação Olissipus*, que consiste em oito inquéritos nas mãos do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, destacam-se quatro obras ligadas ao antigo Grupo Espírito Santo e onde interveio o gabinete Risco, que Salgado deixou nas mãos do filho quando entrou na autarquia: o alargamento do Hospital da Luz, o plano da Matilha e o projeto para os terrenos da antiga Petrogal. Ao rol, juntaram-se, além da operação em Entrecampos, outras investigações que resultaram de inquéritos já existentes e de denúncias sobre as obras nas Twin Towers, em Sete Rios, na Praça das Flores – que corre paralelamente no Tribunal Administrativo –, na Garagem Liz, no Convento do Beato, em São Pedro de Alcântara, na Segunda Circular e nas piscinas da Penha de França (nos últimos dois casos, foi a própria CML que pediu uma investigação).

Para a *Olissipus* – em que se investigam alegados crimes de abuso de poder, participação económica em negócio e corrupção, mas que ainda não tem arguidos – rumou o inquérito autónomo à Torre de Picoas, no qual a inspetora da PJ, que o tinha em mãos, já tinha interrogado algumas pessoas, também por suspeitas de favorecimento do antigo GES. Paralelamente, corre o inquérito à construção da CUF Tejo, em Alcântara. Em fevereiro, Salgado demitiu-se da SRU ao ser constituído arguido nesse processo, no qual há suspeitas de que a unidade hospitalar tenha sido licenciada como se de um prédio se tratasse. Ou seja, os cinco pisos de um prédio são distintos dos de um hospital, cujo pé alto é muito maior – daí as queixas de quem frequenta o miradouro das Necessidades e ficou sem vista para o Tejo. Além disso, o edifício passou de um revestimento em vidro para um de cimento pintado, constituindo-se com uma enorme barreira.

Fontes próximas da *Olissipus* admitiram que, apesar de ainda ser algo muito recente, está-se perante uma enorme manta de retalhos que pode ser prejudicial à investigação. Manuel Salgado adotou, entretanto, a estratégia do silêncio, a conselho da mulher, uma especialista em administração urbana e legislação urbana. Aliás, pertence ao gabinete de Sofia Plácido de Abreu a advogada que representa o antigo vereador, que mostrou indisponibilidade para falar com a VISÃO.

nrapio@visao.pt

OPINIÃO

Marcelo, um artista e o 25 de Abril

POR JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS



1 A intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa no 25 de Abril foi, em todas as perspetivas, notável. E constituiu uma vitória, do 25 de Abril e sua, o ser aplaudida de pé por todos os partidos democráticos representados na Assembleia da República (AR), de um extremo ao outro do hemiciclo. Sentado e imóvel, o único representante do partido não democrático: sem camisa negra, que agora não se usa, mas de cravo negro. Uma forma de reforçar a unanimidade do aplauso.

Claro que pode haver sempre objeções, mesmo formais, a colocar. Por exemplo, o Presidente falou de “mais de um milhão de portugueses que serviram pelas armas o que entendiam ou lhes faziam entender constituir o interesse nacional” – quando imensos, decerto a maioria deles, “serviram” na guerra colonial só por serem obrigados, não por de qualquer forma a “entenderem”. Adiante.

Um excelente, muito inteligente, lúcido e bem escrito texto, que além do resto mostra uma vez mais que Marcelo é politicamente um artista. Como o foi na formulação do seu não veto à ampliação dos apoios sociais aprovados na AR – mas dessa vez, contra a corrente, (quase?) só aqui se teve tal entendimento. Um artista, português, nos vários sentidos que a expressão tem.

2 Foi, assim, uma boa comemoração esta dos 47 anos da revolução de 1974. Como acabou por o ser, dentro das limitações impostas pela pandemia, a que se concretizou nas ruas, em particular no desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Para lá de um incidente ou mal-entendido desnecessário, que os do costume como de costume aproveitaram para ampliar/explorar,

repetindo uma evidência que quem o fez sempre reconheceu e proclamou: o 25 de Abril não tem donos, embora tenha autores.

3 Foi também uma comemoração, muito especial, zero mortes por Covid nesse dia 25, como se soube a 26. Aliás a situação, no que respeita à incidência da pandemia, melhorou e continua a melhorar de forma consistente, mesmo espetacular, e Portugal parece ter passado de pior a melhor país da Europa, se não do mundo. E o que dizem agora aqueles que, antes, *esculhambaram* meio mundo, sobretudo o Governo, e dentro dele António Costa e Marta Temido? O que diz Cavaco Silva, o da “democracia amordaçada”? Nada. Num amplo setor de

ditos comentadores, e afins, existe um “panorama” que seria interessante analisar, tentar saber o que significa, representa, para a democracia e o País.

4 O oficial mais velho e graduado com intervenção no movimento militar que derrubou a ditadura foi Vasco Gonçalves, então coronel. Seria depois primeiro-ministro

Além do notável discurso do Presidente, zero mortes por Covid, no dia 25 de Abril, foi também uma sua comemoração

de quatro governos provisórios – e após um inicial alargado leque de apoios, seguiu-se uma cada vez maior contestação e identificação com o PCP. Dos militares da revolução o “companheiro Vasco” foi dos mais amados e odiados. Uma figura singular, de que agora falo porque o seu centenário de nascimento é no próximo dia 3 de maio. Fiz-lhe a que foi a sua última entrevista, menos de dois meses antes de morrer (a 11 de junho de 2005), a qual dá um expressivo retrato de quem foi e do seu percurso – podendo ser agora lida no site da VISÃO. visao@visao.pt

OS EXPLORADOS (IN)VISÍVEIS

Estima-se que seis mil trabalhadores agrícolas vivam em casas sem condições em Odemira – quase metade do número total de imigrantes no concelho. Os problemas de habitabilidade refletem a exploração a que muitos são sujeitos. A PJ está a investigar várias queixas de tráfico de pessoas e, até, de escravatura. A VISÃO encontrou-se com um ex-angariador de trabalhadores que revela como eles são “enganados” e “roubados”

✍ VÂNIA MAIA 📷 MARCOS BORGIA



Luta Thakur Prasad Sapkota (à dir.), a mulher e o filho Sunil, de 19 anos (à esq), trabalham na agricultura. Vivem numa garagem transformada em habitação pelo senhorio

T

"Também fui uma vítima. Depois, entrei no negócio, mas não quero voltar a essa vida. Os trabalhadores eram enganados e roubados... E não pode valer tudo só por dinheiro. Eu acredito na Humanidade." A confissão de Vijay Kandel, 31 anos, surge, inesperadamente, durante uma conversa que acontece num velho banco de madeira do Largo Gomes Freire, também conhecido como "quintão", o local mais central de São Teotónio. Esta é uma das duas freguesias do concelho de Odemira enclausurada por uma cerca sanitária desde a passada sexta-feira, 30, devido ao elevado número de contágios de Covid-19 registados na região. A outra é Longueira/Almograve, a pouco mais de 20 quilómetros de distância.

Vijay Kandel chegou a Portugal, vindo do Nepal, há meia dúzia de anos. Começou por arranjar emprego em explorações agrícolas através de empresas prestadoras de serviços, que servem de intermediárias entre as quintas e a mão de obra, mas quando conseguiu libertar-se desse sistema, resolveu tornar-se ele mesmo angariador de trabalhadores. "As empresas pagavam-me para eu arranjar empregados e, depois, eu é que lhes pagava a eles. Os trabalhadores acabavam por trabalhar mais para mim do que para as quintas", explica, antes de acrescentar: "As explorações agrícolas não querem que eles sejam seus funcionários porque, assim, teriam de lhes fazer contratos e de lhes dar direitos."

As quintas que contratam prestadores de serviços chegam a oferecer €9 por hora de trabalho, que pagam ao intermediário e não diretamente ao trabalhador, o qual recebe à volta de €3,70, depois de descontadas as margens dos angariadores, que só costumam garantir o transporte, já que as rendas são pagas à parte.

Vijay Kandel não tem dúvidas de que a principal raiz do problema é a habitação. "Há poucas casas e muitas pessoas." E os intermediários aproveitam-se disso, já que são eles quem, habitualmente, aluga as casas aos senhorios para depois as subalugar aos trabalhadores. "Quando são os prestadores de serviços a garantir o alojamento, vive muito mais gente na mesma casa porque eles só pensam em ganhar mais dinheiro com os funcionários", diz. Um exemplo ilustrativo: numa habitação com quatro assoalhadas, e uma renda mensal de €500, podem viver cinco pessoas em cada divisão. Cada uma delas paga à volta de €125 ao angariador, que recebe €2 500, mais 400% do que a renda real. "É um bom negócio, não é?", interroga, sabendo a resposta.

Na semana passada, quando o primeiro-ministro, António Costa, anunciou a imposição da cerca sanitária, denunciou "situações de insalubridade habitacional inadmissíveis, com hipersobrelotação das habitações" e sublinhou o "risco enorme para a saúde pública" que esses casos representam, além de serem "uma violação gritante dos direitos humanos". Entretanto, também o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, pediu que lhe fossem entregues "relatórios" sobre a situação laboral e epidemiológica dos imigrantes que vivem e trabalham em Odemira e agendou, para o mês de junho, uma Presidência Aberta no Alentejo. O autarca da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro, estima que, "no mínimo, seis mil" dos 13 mil trabalhadores agrícolas do concelho, permanentes e temporários, "não têm condições de habitabilidade".

AS QUINTAS CHEGAM A OFERECER €9 POR HORA, MAS OS TRABALHADORES SÓ FICAM COM €3,70, DEPOIS DE DESCONTADAS AS MARGENS DOS ANGARIADORES



Medo A desconfiança da população imigrante é evidente. E muitas das pessoas abordadas furtam-se a qualquer conversa. Depois de ter sido vítima dos angariadores, Vijay Kandel tornou-se um deles. Agora, desistiu dessa vida e revela como tudo se passa (à dir.)

SOB INVESTIGAÇÃO

Também por isso, Vijay Kandel não tem dificuldade em explicar o aumento de casos em Odemira: "Foi por causa das casas com dez pessoas que todos os dias vão trabalhar para quintas diferentes. Antes, alguns iam trabalhar doentes mas, como não tínhamos muitos casos, ninguém queria saber. Agora, isso já não acontece porque as empresas estão a testar toda a gente de duas em duas semanas."

Atualmente, Vijay vive apenas com a mulher e trabalha num armazém de fruta, mas já decidiu que vai mudar de emprego. Não gosta de estar sempre a desempenhar as mesmas funções. A



lação
das
a
ter sido
Kandel
sistiu
se

del não
umento
or causa
e todos
ntas di-
abalhar
hamos
a saber.
orque as
gente de

as com
zém de
udar de
sempre
ações. A



Zmar: de paraíso a purgatório

Considerado um espaço de referência no alojamento de Natureza no País, o Zmar Eco Camping foi criado com recurso a 30 milhões de euros de investimento – 6 milhões de euros vindos de fundos comunitários – e recebeu inúmeras distinções, além do selo de projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN).

Mas os prémios não foram suficientes para garantir a solidez financeira da propriedade que tem estado no centro da polémica que se instalou em Odemira. Desde o ano passado que o Zmar pertence ao "fundo-abutre" Kohlberg Kravis Roberts (KKR), o mesmo que comprou a carteira de crédito malparado do Novo Banco por mais de 2 mil milhões de euros. Isto porque, em 2019, a Cravex – empresa que tinha como principal ativo uma participação maioritária na Multiparques, detentora do Zmar – abriu falência, ficando a dever 7,3 milhões de euros ao Novo Banco, valor que integrou a carteira comprada pelo KKR. No mês passado, a assembleia de credores aprovou o plano de insolvência apresentado pela Multiparques A Céu Aberto – Campismo e Caravanismo em Parques, S.A., dona de 100% do Zmar, e que tem cerca de 420 credores.

Os créditos reclamados superam os 40 milhões de euros, mas, com a reabertura prevista para as próximas semanas, o empreendimento acreditava ser possível cumprir com sucesso o plano de insolvência, uma vez que a mesma assembleia aprovou a manutenção da atividade do Zmar. E haveria até um investidor interessado no projeto, segundo revelou ao *Expresso* o representante da maioria dos proprietários de casas no complexo turístico, Nuno Silva Vieira. Na mesma ocasião, o advogado revelou ao semanário que, devido à requisição civil, toda a recuperação ficaria posta em causa – sendo a ausência do potencial investidor a principal preocupação.

Margarida Vaqueiro Lopes

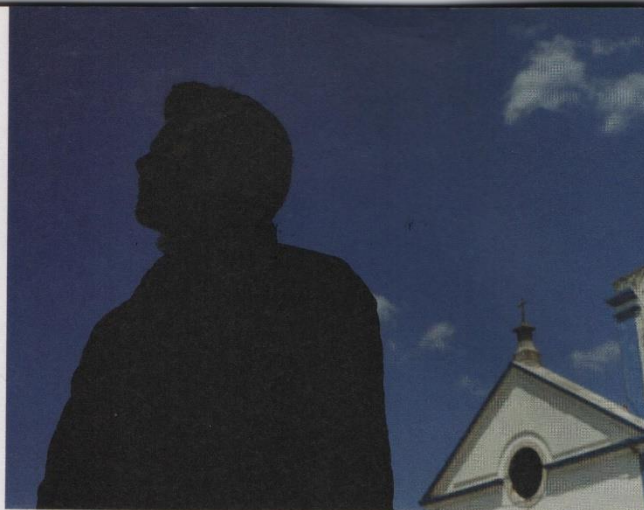
única certeza é a de que não voltará a trabalhar com intermediários "que só se interessam por dinheiro". Aqueles que "trabalham diretamente com as quintas", afirma, "estão bem, mas os outros estão mal".

Quanto aos líderes destas redes, Vijay Kandel é evasivo. "São imigrantes e portugueses porque é um bom negócio para todos." Exceto para os trabalhadores.

Nascido e criado em São Teotónio, Jorge Ferreira, 66 anos, não faz caso do dever cívico de recolhimento domiciliário e vai trocando dois dedos de conversa com quem passa no "quintalão". Ainda por cima, hoje tem uma história para contar. "A saída da freguesia, tive de provar à GNR que ia tomar a primeira dose da vacina [contra o SARS-CoV-2]. Lá lhes mostrei a mensagem no telemóvel, mas vi muitas pessoas a voltarem para trás", diz. A Covid-19 é tema obrigatório: "O problema são os indianos que vivem todos na mesma casa e pegam uns aos outros. Quando chegam, muitos já têm dívidas com quem lhes arranjou o trabalho e as casas, mas eles, coitados, não se importam de ser enganados porque querem fugir lá dos países deles", empatiza. Alguns imigrantes chegam a pagar entre cinco e dez mil euros aos angariadores só pelos vistos e as viagens para Portugal.

"Os estrangeiros também costumam estar sempre aqui, mas agora a guarda vem reclamar. Eu também não posso estar aqui", remata o alentejano. Alguns minutos depois, passa um automóvel da GNR e os poucos que por ali circulam rapidamente seguem o seu caminho.

Durante a hora de almoço do talho onde trabalha, Birkhe Bhadur, 26 anos, vai contando que chegou ao País há seis anos, mas preferia esquecer três deles. Estreou-se na agricultura numa quinta do Alentejo e, muitas vezes, os patrões obrigavam-no a trabalhar 14 ou 15 horas diárias. Acordava às seis da manhã e só regressava a casa perto da meia-noite. Ao final do mês, depositavam-lhe €700 na conta bancária e, o resto, habitualmente €200 ou €300, era pago em dinheiro vivo. O nepalês acredita que as longas jornadas de trabalho são a regra para muita gente: "As pessoas não têm escolha. Se não trabalharem dez horas por dia mandam-nas embora. E nos picos de colheita alguns nem sequer têm folgas", garante. Na quinta-pesadela por onde passou trabalhavam 300 pessoas nas mesmas condições.



Trauma Ao longo de três anos, Birkhe Bhadur, 26 anos, viveu um pesadelo nos campos agrícolas do Alentejo. Chegava a trabalhar 14 ou 15 horas por dia



Silêncio Amritpal Singh, 28 anos, escuda-se de todas as perguntas. Diz que não costuma falar com os amigos sobre as suas condições de trabalho

ALGUNS IMIGRANTES PAGAM ENTRE CINCO E DEZ MIL EUROS AOS INTERMEDIÁRIOS SÓ PELOS VISTOS E PELAS VIAGENS PARA PORTUGAL

Na altura, partilhava um T3 com seis pessoas. Cada uma pagava €110 mensais. "Tive sorte. Podíamos ser oito ou dez num quarto", relativiza. Agora, divide casa com quatro pessoas, mas tem um quarto individual. Custa-lhe 100 euros. "Antes, não tinha cartão de residente e não sabia como as coisas funcionavam, não tinha amigos nem falava português. Depois, comecei a aprender a língua e percebi como estavam a tratar mal as pessoas", afirma. "Ao princípio, se

Sem e
de 20

Regre
aceita

me di
mil eu
falar e
e sabe
das re
A e
grants
soas a
conve
trabal
a casa
depois
quer



Sem espaço Subash Nagarkoti vive com a mulher e o filho num quarto com menos de 20 metros quadrados. A família partilha o resto da casa com outros três casais



Retorno a casa Ao final do dia, depois da jornada, um grupo de trabalhadores aceita ser fotografado

me dissessem que a renda da casa era mil euros, eu acreditava. Agora, posso falar em português com os senhores e saber quais são realmente os preços das rendas."

A desconfiança da população imigrante é evidente. E muitas das pessoas abordadas furtam-se a qualquer conversa. Um grupo de meia dúzia de trabalhadores agrícolas, que regressa a casa ao fim de um dia de trabalho, depois de conferenciar, decide que não quer falar. Apressam-se a dizer que

vivem todos em sítios diferentes, mas entram juntos na mesma casa.

CONTENTORES NAS PLANTAÇÕES

"Não creio que as más práticas sejam generalizadas, mas muitas vezes são as mais visíveis e cria-se essa perceção", lamenta Luís Pinheiro, presidente do conselho de administração da Lusomorango, da qual fazem parte cerca de quatro dezenas de produtores que representam 80% da produção de hortofrutícolas no Alentejo. A popu-

lação oficial de Odemira é de cerca de 24 mil habitantes, mas a autarquia tem contestado este número, uma vez que não inclui os cerca de 13 mil trabalhadores agrícolas residentes no município. No entanto, ainda que a população real possa aproximar-se das 40 mil pessoas, tratando-se do maior concelho do País, "o problema não será a sobrepopulação, mas a falta de infraestruturas para acomodar toda a gente", defende o empresário.

A Lusomorango calcula que cerca de 30% dos trabalhadores agrícolas sejam sazonais e, para esses casos, sugere a criação de alojamentos temporários, os tão falados contentores instalados no interior das explorações que, garante, "podem ser excelentes habitações amovíveis". Neste caso, o investimento está a cargo das empresas. Já os restantes 70%, que se fixam na região, "deveriam estar instalados nos núcleos urbanos", mas esse é um desafio que entrega "ao poder local e nacional", seja através de investimento público, por exemplo, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, ou de alterações ao PDM, que incentivem os privados a construir. O empresário acredita que se for mais fácil os trabalhadores alugarem casa, "desincentivam-se os serviços chave na mão" das empresas prestadoras de serviços que monopolizam a oferta habitacional.

Luís Pinheiro admite que, "em alguns casos, houve algum facilitismo e não foram avaliadas as situações em que as pessoas estavam a residir. Isso agravou-se no último ano porque vieram para cá muitas pessoas do resto do País". Por isso, sintetiza, "é importante que exista um reforço da fiscalização".

No início desta semana, tinham sido identificadas mais de duas dezenas de alojamentos de trabalhadores agrícolas com falta de salubridade ou sobrelotação em mais de meia centena de vistorias.

O responsável da Lusomorango faz questão de sublinhar que "as empresas mais relevantes do setor já tinham planos de testagem implementados", mas critica a falta de partilha de informação das autoridades de saúde sobre os trabalhadores que devem permanecer em isolamento.

Quando foi decretada a cerca sanitária, o concelho de Odemira registava 562 casos por 100 mil habitantes no somatório dos 14 dias anteriores. No início desta semana, o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita,



Sacrifício Os trabalhadores imigrantes são unânimes: o melhor é ter um contrato de trabalho diretamente com uma empresa agrícola e não com prestadores de serviços

contabilizava uma diminuição de "127 casos para 53 nos últimos 14 dias" na freguesia de São Teotónio e nenhum novo caso em Longueira/Almograve.

FAZER DOS QUARTOS CASAS

Sunil Sapkota, 19 anos, está sentado à porta de casa a olhar para o telemóvel. Aproveita os últimos raios de sol na rua, já que no interior da habitação a luz natural é escassa. Vive numa garagem.

Tal como a mãe e o pai, trabalha na agricultura. O patriarca, Thakur Prasad Sapkota, 40 anos, aparece sorridente. No mês passado, a fruta para colher era tanta que trabalhou nove a dez horas por dia, seis dias por semana, e trouxe mil euros para casa. Está contente por ainda não ter tido a doença, nem ninguém da família. A empresa testa-o todos os meses. Conta que teve muita sorte em encontrar esta casa porque tem boas condições. Além da mulher e do filho, também duas das suas irmãs e um irmão ali vivem. São três quartos para seis pessoas. Ao fim do mês pagam 600 euros.

O proprietário do edifício de dois andares, com aspeto recente, decidiu transformar as garagens em cinco apar-

tamentos. Uma vizinha intromete-se na conversa e garante que, apesar de serem pequenas, as garagens-casas têm boas condições, quando comparadas com muitos tugúrios sobrelotados. São sobretudo famílias que as ocupam e há boa vizinhança. "Nós temos de os ajudar porque muitos vêm à procura de uma vida melhor e são vítimas de exploração", lamenta a vizinha que recusa identificar-se. "Há muitos senhorios portugueses a ganharem dinheiro com isto e os imigrantes que subalugam também ganham", conclui.

A investigadora Inês Cabral fez uma tese de mestrado sobre o impacto da imigração no concelho de Odemira na Erasmus University Rotterdam, nos Países Baixos. À VISÃO, explica que estas "pseudo-empresas" de prestação de serviços "são difíceis de localizar devido à facilidade com que são criadas e dissolvidas. O que torna a sua condenação quase impossível".

A Polícia Judiciária está a investigar vários casos de alegados crimes de auxílio à imigração ilegal, tráfico de pessoas e, até, escravatura na zona de Odemira. Na fase inicial da investigação, tudo indica que se trata de pequenas redes.

A Associação Solidarietà Imigrante tem vindo a denunciar casos de trabalhadores que veem os seus documentos retidos pelos patrões ou perdem o acesso online ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), essencial para solicitarem autorização de residência. Atualmente, o SEF tem 32 inquéritos-crime a decorrer em várias comarcas do Alentejo pelos crimes de tráfico de pessoas, auxílio à imigração ilegal e angariação de mão de obra ilegal. E o Ministério Público está a investigar 11 casos de auxílio à imigração ilegal só em Odemira.

O *modus operandi* dos criminosos é semelhante. Os trabalhadores ficam totalmente vulneráveis aos angariadores, que lhes alugam as casas, garantem o transporte e, até, a alimentação. Muitas vezes, também exigem avultadas quantias em troca de documentos legais, como contratos de trabalho, número de contribuinte ou de utente da Segurança Social (SS). Alguns cobram os descontos à SS, por exemplo, mas não os entregam ao Estado.

Inês Cabral não tem dúvidas de que "uma das etapas importantes no combate à exploração é a regularização destas

peçoas
libertar
não po
nais qu
balho t
as emp
não po
de con
x tone
ganha
mais b
que ga
de vid
empre
sabe d
faz par
O a
dos au
Guerra

O PI
AND
GAR
CAD



Mar de plástico As estufas dominam em grandes áreas da paisagem do Sudoeste Alentejano e não param de crescer

mpresa

lade Imi-
ciar casos
n os seus
atrões ou
Serviço de
(SEF), es-
rização de
EF tem 32
em várias
crimes de
imigração
obra ilegal.
investigar
o ilegal só

minosos é
s ficam to-
ariadores,
arantem o
ão. Muitas
das quan-
tos legais,
número de
Segurança
descontos
s entregam

das de que
no comba-
ção destas

peçoas. Esse é o primeiro passo para se libertarem destas redes". A investigadora não poupa as empresas: "As multinacionais que contratam as empresas de trabalho temporário que, depois, contratam as empresas de prestação de serviços, não podem ficar impunes. O regime de contratação é por subempregadas, x toneladas pelo preço mais barato, e ganha quem disponibiliza mão de obra mais barata. Obviamente, as empresas que ganham não garantem condições de vida e de trabalho dignas aos seus empregados. E quem explora as estufas sabe disso e não deve ser ilibado, pois faz parte de uma exploração indireta."

O autarca de Odemira tem sido um dos autores de denúncias. José Alberto Guerreiro tem descrito lojas com "um

conjunto de empregados que não é justificado pelo espaço", como "supermercados com 200 metros quadrados que têm 30 ou 40 trabalhadores". E diz existirem "outras questões muito estranhas", como "muitos negócios serem em dinheiro".

Depois de batermos a muitas portas que não se abriram (ou que voltaram a fechar-se logo a seguir), Subash Nagarkoti, 31 anos, franqueia a porta de sua casa. A vida em Portugal não é fácil, começa por dizer. Hoje, fez uma jornada de dez horas. Trabalha na agricultura, mas tem um contrato com uma exploração agrícola. "Quem está dependente de intermediários trabalha mais e ganha menos. Também já estive nessa situação, mas libertei-me", congratu-

la-se. Admite que não é fácil verem-se livres dos "agentes", como chama aos intermediários, mas não quer detalhar o que isso quer dizer. Antes, ganhava €500 ou €600 mas, agora, consegue amealhar €800 ou €900 mensais. Vive com a mulher e o filho de 19 meses num quarto, ou melhor, numa sala de estar transformada em quarto – até a lareira serve para arrumos. "É mais difícil uma família alugar casa. Os senhorios preferem pessoas sozinhas para porem muita gente na mesma divisão. Só pensam no lucro", lamenta.

Os Nagarkoti partilham a casa com outros três casais. Ao todo, vivem ali oito adultos e duas crianças, divididos por quatro quartos, que custam €300, com despesas incluídas. Só há uma casa de banho e uma cozinha. Por isso, a sala-quarto também funciona como despensa devido à falta de espaço. A hora das refeições é um rebuliço na cozinha. E já se fazem sentir os aromas convidativos. Está na hora de deixar a família jantar. À saída, um apelo na montra do supermercado asiático por baixo de sua casa desperta a atenção: "Precisa-se de trabalhador para colher fruta." vfmaia@visao.pt

O PROPRIETÁRIO DE UM EDIFÍCIO DE DOIS ANDARES DECIDIU TRANSFORMAR AS GARAGENS EM CINCO APARTAMENTOS. CADA UM TEM UMA RENDA À VOLTA DE €600

“Cabrita pôs na gaveta investimento de milhões na rede do SIRESP” - Edição 1471(13/5 a 19/5/2021), pp. 70-73.



FOCAR

COMUNICAÇÕES

Cabrita pôs na gaveta investimento de milhões na rede do SIRESP

Governo foi alertado, em 2019, para a necessidade de preparar antecipadamente a transição da parceria público-privada do SIRESP, que termina dentro de mês e meio. Mas muitas das recomendações ficaram no papel, como a contratação de uma solução por feixes hertzianos, que tornasse o Estado menos dependente das ligações satélite da Altice. A incógnita sobre o que acontecerá a 1 de julho, em plena época de incêndios, mantém-se, com a operadora a acusar o Ministério da Administração Interna de silêncio

 NUNO MIGUEL RÓPIO

“A competência sem autoridade é tão importante como a autoridade sem competência”

Gustave Le Bon
Psicólogo e sociólogo francês
(1841-1931)



70 **visão** 13 MAIO 2021

Impasse Ministro, que está de novo debaixo de fogo, agora por causa de Odemira, esconde estratégia para o fim da PPP



Há dois anos que a rede de comunicações de emergência e segurança do Estado aguarda que o Governo realize um investimento entre os oito e os dez milhões de euros, para que as ligações não estejam dependentes dos serviços de satélite vendidos pela Altice. A recomendação foi feita pelo grupo de trabalho ao qual foi pedido um plano de transição “suave” para o fim da parceria público-privada (PPP) do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), criada há 15 anos e que termina a 30 de junho. A instalação de uma solução baseada em feixes hertzianos levaria cerca de dois anos a ser executada e permitiria uma poupança financeira das ligações. Todavia, ficou na gaveta do ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita.

Com o nível de risco de incêndio prestes a aumentar em Portugal, a 15 de maio, há 43 mil utilizadores daquela rede que desconhecem com que linhas se vão coser as comunicações a partir da data do fim da PPP, tendo em conta a ameaça que a Altice já fez – de não fornecer uma ligação satélite –, porque o Governo não preparou a transição do sistema para a posse pública. Ou seja, sinalizar como, quando e o quê transita do privado para o Estado. Aliás, a antiga PT acusa Cabrita de não dar *feedback* às suas questões e propostas.

Na prática, existe o risco de o aluguer das horas satélite não estar concluído atempadamente, para salvaguardar cenários de falhas da rede durante o verão. O Ministério da Administração Interna (MAI) mantém o silêncio – para desespero de quem usa o SIRESP e debaixo das críticas de ex-governantes, que já tiveram este processo em mãos e que acusam o executivo de nada ter feito para acautelar o futuro de um sistema que, no fim, poderá saldar-se em quase 600 milhões de euros.

Liderado por Carlos Salema, professor emérito do Instituto Superior Técnico, o grupo de trabalho olhou para o futuro do SIRESP e destacou como a mais importante, das 47 recomendações que fez, a criação de uma solução baseada em feixes hertzianos (contacto direto entre os transmissores). O investimento, que poderia atingir uma dezena de milhões de euros e também incluir o enterramento de



COMUNICAÇÕES



ANTIGA DIRETORA DE OPERAÇÕES DA ALTICE, SANDRA PERDIGÃO NEVES É A ESCOLHA DO GOVERNO PARA LIDERAR SIRESP SA, GESTORA DA REDE

cabos de fibra, foi indicado porque “não se afigura economicamente justificado manter as ligações via satélite a não ser para as estações móveis”. “O projeto, e a instalação desta rede, deverá poder realizar-se em cerca de dois anos”, escreveu o grupo, sublinhando que a alteração poderia “suportar” novas tecnologias rádio que o Estado quisesse em alternativa à Tetra, propriedade da Motorola – empresa que integra a PPP e que continuará a ser paga no futuro pelo aluguer da licença.

Na altura, tal proposta foi acompanhada de uma acusação à Altice, por esta ter recusado fornecer informação sobre a infraestrutura física da rede – desde “o comprimento das ligações, o tipo de traçado e o caminho utilizado”. O mesmo já se tinha verificado anos antes, quando a ministra da Administração Interna Anabela Rodrigues, do governo de Passos, mandou analisar o SIRESP. Em causa, na época, esteve uma renegociação da PPP, feita pelo ex-secretário de Estado Fernando Alexandre, que permitiu poupanças sem cortes nos serviços prestados. No relatório, entregue ao governo em junho de 2019, salientava-se que o País “não pode ficar refém de interesses de privados, guiados unicamente por uma lógica comercial”.

Segundo documentos internos da SIRESP SA, gestora da rede e que foi comprada pelo Estado em 2019, apesar da pandemia, no ano passado foram utilizadas mais de três mil horas de ligação satélite, em comparação com as 1 195, em 2018. Tal recurso redundante, pago



LUCILA MONTEIRO

pelo Governo à Altice, só deve ser ativado perante as falhas do circuito terrestre – onde não foi realizado o tal investimento em feixes hertzianos. Alegadamente, se há três anos o satélite só foi ativado para 1 797 ocorrências por indisponibilidade dos cabos primários em terra, em 2020, ano em que até houve uma queda no número de comunicações, ele respondeu em 4 940 situações. A SIRESP SA salienta que “a redundância de transmissão satélite” salvou 91% das falhas registadas na rede.

Para o especialista em telecomunicações João Paulo Saraiva, da APROSOC – Associação de Proteção e Socorro, “a impreparação do Governo para gerir este dossiê é incompreensível, tendo em

Tragédia Investimento no SIRESP foi feito após fogo de Pedrógão, em que falhas na rede provocaram o caos no terreno

conta que a ligação satélite não é a mais económica, é pornograficamente mais cara, a partir do momento em que enviamos lá para cima o sinal”. Além disso, com exceção dos bombeiros, as forças de segurança e o INEM tiveram as suas redes convencionais desmanteladas e dependem deste sistema.

“Estamos totalmente na dependência de um sistema produzido lá fora, dependentes de patentes dos Estados Unidos, de horas de satélite e da continuidade do pagamento das licenças do protocolo Tetra. Basta um problema, como um sismo, em que falhem os retransmissores e telemóveis, e não haverá comunicações”, alerta, indo ao encontro do que defende Carlos Silva, presidente da Fénix – Associação Nacional de Bombeiros e Agentes de Proteção Civil: “É muito preocupante não haver uma rede de recurso que garanta comunicações de emergência em caso de colapso ou avaria técnica do SIRESP. Essa rede de recurso já deveria ter sido operacionalizada.”

Questionado pela VISÃO, Eduardo Cabrita, que terá puxado a si este dossier, não esteve disponível para explicar o motivo para não levar a cabo o investimento recomendado. Numa audição no Parlamento, dias antes de estar debaixo de fogo devido aos imigrantes em



ANTÓNIO COSTA RECEBEU PPP DESENHADA NO GOVERNO DE SANTANA, PELO MINISTRO DANIEL SANCHES, COM UM CUSTO DE 550 MILHÕES DE EUROS

Odemira os trágicos coisa que os feixes que não pela ligação à Assembleia presidente de Fátima julho, a se o Governo que quer-se que, esta altura o nível de multinacionais caso não timento de reduzir falhas no

A falta para o “VISÃO”, de demissão da presidente de Estado cenário p atenção deu luz v condições inform na carta de março substituído antigo q A multo criar meses, la “a aguarda RESP SA” que “não ck” relativo ver o assu



Odemira, o ministro assumiu que, desde os trágicos incêndios de 2017, “a única coisa que não foi implementada foram os feixes hertzianos, que é uma matéria que não está assente e que foi resolvida pela ligação satélite”. Cabrita foi chamado à Assembleia da República depois de o presidente executivo da Altice, Alexandre Fonseca, ter dito que, a partir de 1 de julho, a rede poderia ficar sem ligações se o Governo protelar a decisão sobre o que quer fazer após aquela data. Refira-se que, já em 2019, mais ou menos por esta altura, também à beira de se elevar o nível de risco de incêndios, o rosto da multinacional ameaçou desligar o SIRESP, caso não fossem pagas as faturas do investimento em antenas móveis e no sistema de redundância – feito na sequência das falhas nos incêndios de 2017.

A falta de um horizonte delineado para o “dia seguinte” à PPP, apurou a VISÃO, terá estado na origem do pedido de demissão do general Manuel Couto, da presidência da SIRESP SA, que alegadamente alertou várias vezes a secretária de Estado do MAI, Patrícia Gaspar. Um cenário para o qual a Deloitte chamou à atenção nos últimos dois anos, quando deu luz verde às contas da empresa mas condicionada, perante a inexistência de informação sobre o futuro, como se lê na carta que a consultora enviou, a 21 de março, ao general. Couto será agora substituído por Sandra Perdigão Neves, antigo quadro da Altice.

A multinacional, que propôs ao executivo criar um período de transição de 18 meses, lamentou que tenha de continuar “a aguardar resposta do Governo e da SIRESP SA”. Por email, a empresa respondeu que “não existe o correspondente feedback” relativamente à sua vontade de resolver o assunto. Fonte ligada a este processo



ALEXANDRE FONSECA, PRESIDENTE DA ALTICE, LAMENTA O SILÊNCIO DO GOVERNO SOBRE O QUE PRETENDE FAZER APÓS 30 DE JUNHO, QUANDO ACABAR PPP COM 15 ANOS

indicou que o executivo de António Costa – que assinou a PPP, em 2006, quando era ministro da Administração Interna – não tem respondido a emails nem a chamadas de responsáveis da empresa.

“Não faz sentido este impasse e chegar à época de fogos com uma incerteza. Quando renegocie essa PPP, já tinha em mente preparar a transição, porque é com antecipação que se protege o Estado. Não há tempo de fazer concursos públicos complicados e exigentes à beira do fim de uma PPP, tendo em conta esta tecnologia”, explicou, à VISÃO, Fernando Alexandre, secretário de Estado do MAI em 2015, lembrando que chegou a defender, no Parlamento, a nacionalização do SIRESP. “Uma rede destas não pode estar nas mãos de privados”, afirma. Isto apesar de a PPP ter vindo de um governo PSD, de 2005, assinada pelo então ministro Daniel San-

ches – um quadro da Sociedade Lusa de Negócios (BPN), que fazia parte do único consórcio concorrente que ficou com o SIRESP, e que chegou a ser investigado pelo Ministério Público, tendo em conta que o negócio terá custado ao Estado cinco vezes mais do que valia. O caso, que visava suspeitas de tráfico de influência, acabou arquivado.

Pelo que explicou no Parlamento o secretário de Estado Adjunto de Cabrita, Antero Luís, há a intenção de o SIRESP vir a ser colocado numa ampla rede de comunicações de Segurança Interna. Além disso, retirando os telemóveis na posse de 120 entidades, das 551 estações e torres “só 150 é que são dos parceiros” privados, sendo que “no contrato da PPP não estava prevista nenhuma mudança dos equipamentos para instalações do Estado”. “E isso vai estar no futuro contrato”, alegou.

Jaime Marta Soares, presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, mostra-se “tremendamente preocupado”. “Já questionei o Governo, e nada. A Altice respondeu-me que estão completamente disponíveis, mas que não terão tempo para assegurar o satélite a partir de julho, se não houver uma resposta do Estado. Até estão dispostos a diminuir os custos”, revela.

Mais de 60% dos utilizadores do SIRESP são das forças de segurança, que há muito deixaram de ter sistemas próprios a que recorrer em graves incidentes – como ficou demonstrado, nos incêndios de 2017, quando a GNR tentou, em vão, comunicar com telemóveis convencionais. Em 2020, em média, houve 2,72 milhões de chamadas por mês. Deste ano, ainda não há números, a não ser o da última fatura que o Estado tem a pagar pela PPP: 13 milhões de euros. nropto@visao.pt

é a mais
nte mais
que en-
m disso,
forças de
uas redes
ependem

endência
i, depen-
Unidos,
nuidade
rotocolo
o um sis-
ssores e
icações”,
defende
– Asso-
Agentes
ocupante
te garan-
em caso
SIRESP.
ter sido

duardo
ste dos-
explicar
o inves-
audição
star de-
ntes em

Onde estão todos.

Responda até 31/05

Responda pela internet censos2021.ine.pt

Linha de apoio 21 054 2021

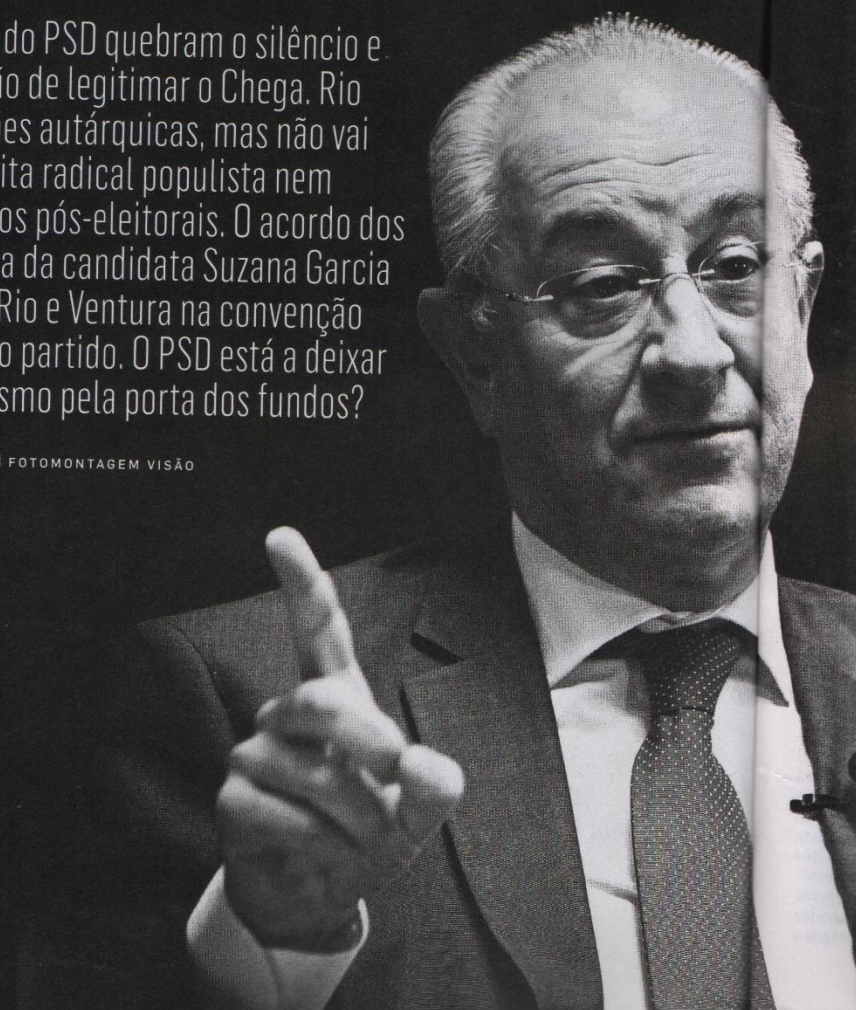
CENSOS 2021

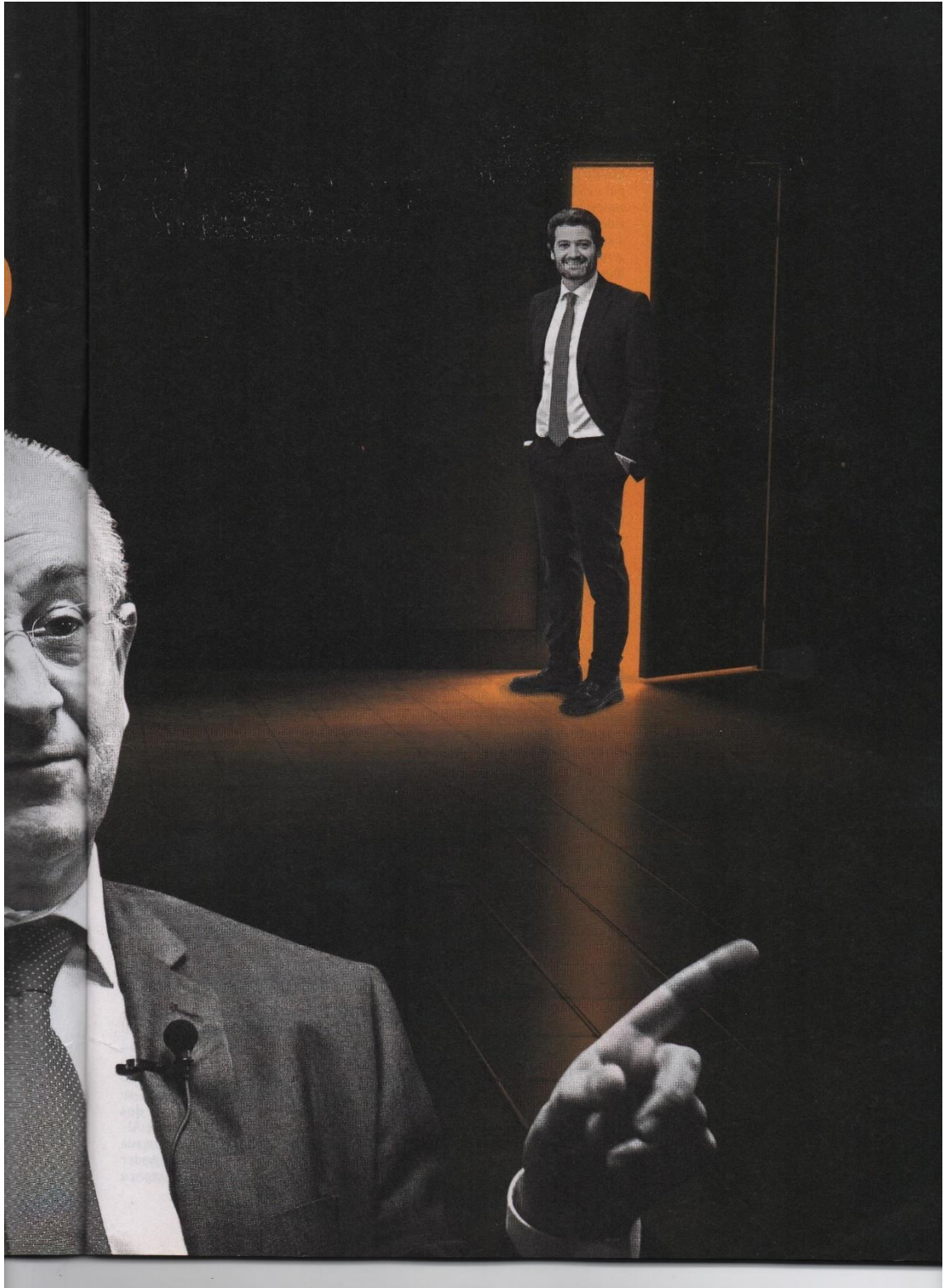
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

CHEGA AQUI OU, CHEGA PARA LÁ?

Figuras de peso do PSD quebram o silêncio e acusam a direção de legitimar o Chega. Rio proibiu coligações autárquicas, mas não vai ostracizar a direita radical populista nem inviabilizar pactos pós-eleitorais. O acordo dos Açores, a escolha da candidata Suzana Garcia e a presença de Rio e Ventura na convenção do MEL dividem o partido. O PSD está a deixar entrar o extremismo pela porta dos fundos?

 MIGUEL CARVALHO  FOTOMONTAGEM VISÃO





C

Quando era presidente da Câmara do Porto, Rui Rio tinha um par de frases em alemão nos seus dois telemóveis. "Pensa sempre primeiro" era uma. "Aprende sempre qualquer coisa" era outra. A forma como o líder social-democrata está a gerir a estratégia do partido em relação ao Chega leva os mais críticos a pensar que talvez tenha esquecido ambas. "É fundamental uma clarificação no PSD – a discutir seguramente no próximo congresso – interditando qualquer diálogo ou entendimento, pré ou pós-eleitoral (incluindo coligações ou acordos de incidência parlamentar), em eleições autárquicas e legislativas, com o Chega", afirma à VISÃO Jorge Moreira da Silva, ex-ministro dos governos de Pedro Passos Coelho, quebrando o silêncio a que se remeteu desde novembro.

Nessa altura, o partido celebrara um acordo parlamentar com o Chega nos

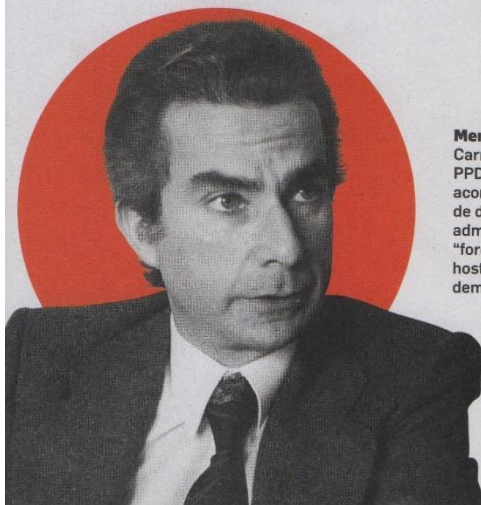
Açores para assim garantir a viabilização do governo de coligação liderado pelo PSD, a pretexto do diálogo com aquela força política, o antigo vice-presidente do PSD e putativo candidato à sucessão de Rio escreveu então um artigo no jornal *Público* em que detalhou as razões pelas quais considera o partido de Ventura "xenófobo, racista, extremista e populista".

André Ventura anunciou que pedirá uma reunião a Rui Rio para avaliar "a construção de uma maioria de direita", mas sem confundir eleitorados. Contudo, para o ex-dirigente Jorge Moreira da Silva, qualquer acordo com o Chega "seria não só muito grave no plano dos princípios – na medida em que violaria os valores do PSD, alicerçados no personalismo, no primado da dignidade da pessoa, na igualdade de oportunidades, no combate à exclusão e na não discriminação étnica e social – como seria igualmente desastroso no plano eleitoral, entregando o eleitorado moderado e de centro ao PS". Embora aplauda a decisão de excluir coligações com a ultradireita nas autárquicas, Jorge Moreira da Silva não ignora os sinais contrários. "Não posso deixar de expressar a minha preocupação com a presença do líder do PSD (e, já agora, dos líderes do CDS e da IL) na iniciativa do MEL (Movimento Europa e Liberdade) que, procurando federar o espaço de centro-direita, conta com a presença do líder do Chega."

REVOLTA E CONTESTAÇÃO

As negociações para enquadrar a presença de Rio na convenção do MEL

Memória Francisco Sá Carneiro, fundador do PPD/PSD, rejeitou sempre acordos com o extremismo de direita e nem sequer admitia dialogar com "forças reacionárias que hostilizam os princípios democráticos"



A extrema-direita vai a eleições e há quem vote nela, um voto de um português no Chega é igual ao dos outros

Rui Rio

não foram fáceis, soube a VISÃO junto da direção social-democrata. A sua participação terá até explicações mais prosaicas, apesar dos sinais políticos dados pelo facto de, no mesmo evento, participarem três dirigentes do Chega, entre eles o próprio deputado e líder Ventura que, há dois anos, até desprezou a iniciativa. "Qualquer líder de direita e centro-direita devia estar envergonhado de participar num movimento como este (...) É um favor que me fazem não me convidarem", afirmou então. Dois anos volvidos, ei-lo a pisar o palco, legitimado pela "aula magna" da direita.

Quanto ao presidente do PSD, não foi indiferente à amizade com Jorge Marrão, fundador do movimento e partner da multinacional Deloitte. Apesar de torcer o nariz a oradores conotados com a oposição interna – casos de Miguel Morgado e Miguel Pinto Luz –, Rio sentiu-se confortado com a participação dos socialistas Sérgio Sousa Pinto e Álvaro Bezeira, mas condicionou a sua presença à circunstância de poder encerrar a convenção e não se expor a

críticas da plat

As v
tratégi
relaçã
de dire
a conv
fervura
cas até
afinida
interna
a cami
com o
to, nas
futuro
Pereira

Recr
o órgão
estratég
bases d
nas legi
conside
qualqu
mocrata
ra. "O d
é um e
espero
Pereira,
conferê



O PCP continua a defender regimes como a Coreia do Norte e não vejo que o PS tenha um problema com isso

Francisco Pinto Balsemão



Enquanto as instituições funcionarem, o Chega não oferece perigo, nem o regime estará em risco de colapsar

Mota Amaral



Qualquer acordo com o Chega é uma traição à matriz do PSD e deixará marcas e traumas para o futuro

Pedro Duarte

ÃO jun-
ta. A sua
ões mais
políticos
no even-
entes do
deputado
anos, até
uer líder
via estar
um mo-
avor que
m", afir-
os, ei-lo
ela "aula

do PSD,
de com
o movi-
cional
nariz a
posição
lorgado
entiu-se
ção dos
to e Al-
ou a sua
e poder
expor a

críticas ou perguntas inconvenientes da plateia. O que foi aceite.

As vozes insatisfeitas com a estratégia mansa do líder do PSD em relação ao Chega e aos populismos de direita olham desconfiadas para a convenção do MEL e levantam fervura. Em certos casos, as críticas até juntam personalidades sem afinidades pessoais ou políticas internas. "Espero que não se esteja a caminhar para um entendimento com o Chega, assumido ou implícito, nas autárquicas e também num futuro governo", adverte Pacheco Pereira à VISÃO.

Recrutado pela direção de Rio para o órgão consultivo do Conselho Estratégico Nacional, do qual sairão as bases do programa eleitoral do PSD nas legislativas de 2023, o historiador considera "um caminho sem retorno" qualquer ponte entre os sociais-democratas e o partido de André Ventura. "O diálogo com a extrema-direita é um erro político grave que ainda espero ver corrigido", reforça Pacheco Pereira, crítico da presença do líder na conferência do MEL, movimento que

considera "braço armado de um lóbi empresarial" apostado em reconfigurar a direita à boleia do peso eleitoral do PSD. Por isso mesmo, perguntou, irónico, no Público: "O que é que Rui Rio está a fazer lá?"

Em novembro, o antigo líder da bancada "laranja" na Assembleia já avisara: o acordo parlamentar entre

os sociais-democratas e o Chega nos Açores "vai envenenar o PSD e a vida política nacional". A isso juntou-se agora a escolha da advogada Suzana Garcia para candidata autárquica (ver texto à parte), que, não pertencendo ao partido de Ventura, Pacheco Pereira considera produto da mesma massa: "A linguagem é a do Chega, ou seja, é a do populismo atual", ilustra. "É um insulto à população da Amadora dizerem que essa é que é a boa candidatura para a Amadora. Eu, se fosse da Amadora, passava-me completamente", reagiu no programa *Circulatura do Quadrado* (TSF/TVI).

SUZANA E O "POPULISMO ARRIVISTA"

A opção por Suzana Garcia já originou uma baixa no PSD: Jorge Humberto, vice-presidente concelho, demitiu-se. "A referida estratégia política e a consequente candidatura com base no conteúdo discursivo ferem os meus princípios éticos e valores sociais, culturais e humanistas", lê-se na carta endereçada ao líder do partido, ao vice-presidente, Salvador Malheiro, e ao secretário-geral, José

**RUI RIO EXIGIU
ENCERRAR A
CONVENÇÃO DO
MEL PARA EVITAR
O ASSUNTO CHEGA
E AS CRÍTICAS DA
OPOSIÇÃO INTERNA**

Silvano. O ex-dirigente, apoiante da primeira candidatura de Rui Rio ao PSD, foi, entretanto, acusado de "parasitismo" por Carlos Santos Silva, presidente da estrutura local da Amadora. "A Suzana Garcia sabe que, na verdade, o ADN e o pensamento dela são Chega", assumiu Ventura, em entrevista ao semanário *Novo*.

Com a autoridade de quem se demarcou do discurso "extremista" e dos tiques "populistas" do líder do Chega quando este encabeçou a lista do PSD à Câmara de Loures (2017), Teresa Leal Coelho ficou "absolutamente estupefacta" com o facto de a direção do partido apoiar a indicação de Suzana Garcia para a Amadora. "Até me pus a pensar: o Rui Rio, que foi um autarca corajoso no Porto e tem um perfil em linha com a educação da escola alemã, só pode ter sido enganado com a escolha desta senhora", desabafou, à VI-SÃO, a vereadora da Câmara de Lisboa, negando animosidades pessoais. "Sem ofensa, mas pensei que se escolhiam candidatos pelo pensamento, pelo percurso ou pela obra feita nas autarquias, não pelo seu mediatismo. Não andamos aqui a jogar aos municípios, isto não é o *Monopólio*", resume a antiga vice-presidente de Passos Coelho, chocada com o "populismo arrivista" da candidata: "Exterminar adversários políticos?! O que é isto?! Não concordo com muito do que o PCP e o BE defendem, mas quero que existam. É muito mau o PSD perder ou ganhar na Amadora com Suzana Garcia", refere a ex-deputada.

Teresa Leal Coelho vê, contudo, diferenças entre a candidata e o líder do Chega: "O Ventura só revelou a faceta escondida quando se candidatou a Loures, mas tem pensamento, ainda que adornado com intervenções populistas, e executa a sua estratégia de forma racional, goste-se ou não." E como deve o PSD lidar com ele? "Sem cedências nem conversas. O seu ideário não é democrático. Estive contra o acordo dos Açores e preocupa-me que o Chega seja legitimado e normalizado pelo PSD. Prefiro que o meu partido perca eleições do que desvirtue os seus valores", assume, revelando ter conversado sobre o tema com o candidato do PSD à Câmara de Lisboa. "O Carlos Moedas garantiu-me que o Chega estava para lá do que ele considera a linha vermelha. Fiquei descansada."

Meditar nas ideias e nos comportamentos de Trump e no trauma que a sua presidência provocou ao Partido

Em que matérias o PSD e o Chega poderiam entender-se?

JUSTIÇA

O diagnóstico de Rui Rio sobre o estado da Justiça, um dos seus temas fetiche, agravado pelo facto de não ter conseguido envolver os partidos numa reforma do setor, poderá aproximá-lo de André Ventura. Mas o líder do Chega é dos mais críticos das magistraturas e das decisões judiciais, que acusa de serem brandas com criminosos e políticos.

MENOS DEPUTADOS

O Chega defende a redução de deputados à Assembleia da República dos atuais 230 para 100. O PSD não vai tão longe: Rio aceita fazer uma "redução moderada", mas associada a outras medidas de dignificação da Assembleia. Em novembro, fruto do acordo dos Açores, Ventura ensaiou um gesto de boa vontade e retirou o projeto de revisão constitucional que previa a tal redução. Estava aberto, disse, o diálogo com o PSD.

MUDANÇAS NO RSI

Nos Açores, PSD e Chega acordaram combater a "subsidiodependência". Na linguagem de Rui Rio e André Ventura a ideia é a mesma: acabar com o Rendimento Social de Inserção (RSI) para quem o vê como um fim, ou como quem diz, "para quem não quer trabalhar".

REDUÇÃO DA CARGA FISCAL

PSD e Chega consideram muito elevado o esforço feito pelos portugueses no pagamento de impostos. Rui Rio falou mesmo, em anos recentes, da "mais elevada carga fiscal de sempre", posta em prática pelo Governo PS. André Ventura não discorda e até já fez propostas de redução de impostos, embora alguns estudos tenham depois concluído que o Chega acabaria por aumentar os impostos dos portugueses que já têm rendimentos baixos.

Republicano é a recomendação de Pedro Duarte a Rui Rio. "Qualquer acordo com o Chega é uma traição à matriz do PSD e deixará marcas para o futuro. E como se vê pelo exemplo dos Estados Unidos, não basta mudar de líder para ultrapassar isso", adverte o antigo presidente da JSD e ex-secretário de Estado da Juventude. Pedro Duarte confessa-se "preocupado" com a "deriva extremista" do partido, acusando a direção de se "colocar ao lado do BE nas questões do Novo Banco" e de estar em sintonia com o Chega "nas críticas ao regime".

Diretor da primeira campanha presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Duarte detesta a expressão "cerca sanitária", mas defende algo idêntico: "A própria palavra 'Chega' tem um significado. É um partido que pretende acabar com o regime, tal e qual o conhecemos. Por isso, defendo linhas vermelhas e sou contra entendimentos", refere, admitindo exceções: "Discordei do acordo dos Açores. Embora limitado e restringido, teve dimensão nacional e isso paga-se. Mas se me disserem que, em condições muito específicas e extraordinárias, há um ou outro município onde se justifica dialogar com o Chega, posso, contrariado, aceitar. Mas não gosto." Para ele, o erro maior no momento atual é mesmo "o PSD deixar o PS à solta e ver esvair-se o voto útil".

O CHEGA CONTAGIA?

Quem contribuiu para enxofrar ainda mais a polémica foi o primeiro-ministro numa entrevista recente à *Notícias Magazine*. "Rui Rio apareceu na liderança do PSD como querendo disputar o centro ao PS e agora já está naquela fase de disputar a direita ao Chega. E muito mais perigoso do que o Chega é a contaminação do PSD pelas ideias do Chega", provocou António Costa. "Não acho que seja bom para a democracia que o PSD entre nesta deriva de namoro com o Chega e de esbatimento daquilo que são cordões sanitários que têm de existir entre a direita democrática e a extrema-direita. Preferia ter menos votos ao centro e um PSD que se mantivesse no seu lugar de sempre, na direita democrática, do que esta deriva insana em que o PSD agora entrou, porque não é saudável para o futuro da democracia", acrescentou.

"Não, não e não", reagiu Rui Rio na RTP, dia 5. "O que é que fiz para me chegar à direita? Nada", reforçou.

O diá

extr
é um
grav
espero

A única coisa que me dá medo é o facto de que lhes calhe nos Açores de coligação do Chega no com o qual o Segundo Rio de André Ventura o número de a "subsídio gabinete de reforçar a a mancham al

Na visão é uma tentativa para a direita pelos partidos recusa cons eleitores peg vai a eleição voto de um como de um Vox em Espanha outros durante uma nizada pela ética na política estratégica é

ção de
qualquer
raição à
as para
xemplo
a mudar
adverte
ex-se-
de. Pe-
cupado”
partido,
locar ao
o Novo
a com o
e”.
nha pre-
de Sou-
pressão
de algo
‘Chega’
tido que
ne, tal e
defendo
a enten-
exceções:
Açores.
do, teve
-se. Mas
ndições
linárias,
onde se
a, posso,
o gosto.”
omento
r o PS à
til”.

rar ainda
o-minis-
Notícias
na lide-
disputar
i naquela
Chega. E
o Chega
as ideias
io Costa.
a demo-
deriva de
atimento
ários que
democrá-
eferia ter
PSD que
e sempre,
e esta de-
ra entrou,
futuro da

Rui Rio
e fiz para
reforçou.



**O diálogo do PSD
com a
extrema-direita
é um erro político
grave que ainda
espero ver corrigido**

Pacheco Pereira



**Preocupa-me
que o Chega seja
legitimado
e normalizado pelo
PSD. Prefiro perder
eleições**

Teresa Leal Coelho



**É fundamental uma
clarificação no PSD.
Qualquer acordo
com o Chega seria
muito grave e um
desastre eleitoral**

Jorge Moreira da Silva

A única coisa que o líder do PSD admite é o facto de, “com a autonomia que lhes cabe”, os órgãos do partido nos Açores terem feito um governo de coligação sustentado por dois votos do Chega no parlamento regional, “e com o qual estou de acordo”, garante. Segundo Rio, as exigências do partido de André Ventura para tal – reduzir o número de deputados regionais e a “subsidiodependência”, criar um gabinete de luta contra a corrupção e reforçar a autonomia regional – não mancham a história social-democrata.

Na visão de Rio, o que existe, sim, é uma tentativa de “empurrar o PSD para a direita”, promovida pelo PS e pelos partidos à sua esquerda. Mas ele recusa considerar o Chega e os seus eleitores pegajosos. “A extrema-direita vai a eleições e há quem vote nela, um voto de um português no Chega – tal como de um francês na Le Pen, ou no Vox em Espanha – é um voto igual ao dos outros”, explicou o líder do PSD durante uma iniciativa online organizada pela JSD de Lamego sobre a ética na política e na vida pública. A estratégia é “não ostracizar, mas nunca

permitir que passe a linha vermelha. O partido extremista até está integrado, mas apenas no que é aceitável em democracia”, assegura.

ACORDOS PÓS-ELEITORAIS

Internamente, Rui Rio não mudou uma vírgula ao seu discurso: por muito que o Chega se ponha em bicos de

pés, as indicações são para o deixar a falar sozinho, pelo menos até dar sinais de moderação. O líder “laranja” proibiu coligações autárquicas com o partido de Ventura, mas diz-se de mãos atadas caso alguns autarcas do PSD precisem do Chega para formar maiorias num cenário pós-eleitoral. “Nesses casos, não posso fazer nada. Seria a mesma coisa que Durão Barroso querer impedir-me de fazer um acordo com o Rui Sá, da CDU, quando ganhei a Câmara do Porto, em 2001”, terá exemplificado o líder do PSD a alguns dos dirigentes mais próximos.

Por estes dias, uma das preocupações de Rio é a fuga de votos e de militantes que, em certas zonas do País, com o Alentejo à cabeça, se inclinam para o Chega ou são favoráveis a entendimentos entre o PSD e o partido de Ventura.

Vice-presidente da Câmara de Cascais, Miguel Pinto Luz representa uma das correntes internas que consideram o Chega de “centro-direita” e um parceiro domesticável pelo PSD, descontadas algumas das suas ideias mais radicais.

**O PRESIDENTE
DO PSD PROIBIU
COLIGAÇÕES
AUTÁRQUICAS COM
O CHEGA, MAS NÃO
IMPEDIRÁ ACORDOS
PÓS-ELEITORAIS**

Suzana Garcia hardcore

Sugeriu lançarem-se cocktails molotov no Parlamento em dia de "plenário cheio" e apoiou Hugo Ernano (Chega), condenado pelo homicídio de um menor de etnia cigana. "Ainda bem que morreu esta criança e não outras", disse. Quem trava a candidata do PSD na Amadora?

A 5 de abril do ano passado, domingo, um homem mascarado atirou dois cocktails molotov contra a escadaria da Assembleia da República. Não houve feridos nem danos materiais. Dois dias depois, a advogada Suzana Garcia comentou o ocorrido no programa *Você na TV*, da TVI, apresentado por Manuel Luís Goucha: "Ele faz isto num domingo quando não está nenhum deputado na Assembleia. Não sei qual é o objetivo dele (...) Matou uma mosca, talvez duas (...) Vou fazer uma recomendação: se é contra os nossos deputados – não deve fazer, mas se quiser fazer – use a cabecinha: dia da semana, preferencialmente com uma votação de plenário cheio, mais do que dois cocktails molotov e...lá dentro, não é cá fora! E cai em glória!", reagiu. A atual candidata do PSD socorreu-se de uma frase pronunciada em alemão sovrível – "In Beifall untergehen" (Cair (morrer) sob aplauso) – talvez inspirada em *Ich Will*, tema da banda de metal industrial germânica Rammstein, em tempos suspeita de simpatias fascistas. "Vamos esperar que ninguém faça isso...", reagiu na altura o jornalista Miguel Fernandes, em direto, sem disfarçar o incômodo.

Suzana Garcia é assim: destravada para uns, corajosa e sem papas na língua para outros. Rui Rio garante não ter ainda falado ou trocado sequer mensagens com a candidata, mas já teve um cheirinho do perfil da figura quando esta se propôs "exterminar" o BE na Amadora. Em sentido figurado, explicaria ela depois. Rio não gostou de ouvir a expressão, mas "uma coisa é o estilo, outra é o pensamento", desculpou o presidente do PSD na RTP. "Entrou na moda dizer que toda a gente tem um discurso próximo do Chega", acrescentou, elogiando os artigos de Suzana no *Observador*, "muito bem escritos" e reveladores de "uma bagagem cultural e [de] uma capacidade de argumentação muito boa".

Entusiasta do Movimento Zero

Apoiante e promotora do Movimento Zero, organizador da manifestação das forças de segurança em novembro de 2019, na qual André Ventura foi a estrela, Suzana Garcia mantém o estilo e a língua afiada há anos, sobretudo a partir das prestações televisivas. A advogada, que tem aulas de boxe, gosta de "mostrar o rabinho" na versão privada do Instagram e adora "falar à preto" porque lhe

recorda a ama Alzira, ainda foi assediada politicamente pelo Chega para se candidatar à Amadora, mas recusou. As suas posições, contudo, parecem enquadrar-se melhor no partido de Ventura. "Não podemos deixar de registar que o PSD, que tanto nos criticou em matérias como a castração química ou a prisão perpétua, parece agora aceitar candidatos que defendem precisamente isso", reagiu o líder do Chega, elogiando a escolha: "Se Rui Rio colocasse mais Suzanas Garcias no PSD, certamente teríamos um futuro brilhante na direita em Portugal." Para conhecer o pensamento da advogada, a sua passagem pela TV é todo um programa. Por exemplo: Suzana Garcia atribuiu aos estrangeiros "uma grande percentagem" dos "incidentes criminosos na nossa pátria". Mas colocou-se ao lado de Hugo Ernano, militar da GNR condenado a quatro anos de prisão, com pena suspensa, pelo crime de homicídio simples por "negligência grosseira" de um menor de 13 anos, de etnia cigana, e a indemnizar a família em 55 mil euros. "Ainda bem que morreu esta criança e não outras", comentou Suzana Garcia a propósito do caso, a 2 de fevereiro de 2018 no programa *SOS 24*, da TVI24, defendendo a atuação de Ernano, candidato do Chega pelo Porto nas legislativas de 2019 e agora cabeça de lista à Assembleia Municipal de Odivelas pelo partido, "um orgulho" para André Ventura. Já o comentário da advogada motivou participações do Instituto de Apoio à Criança e do Alto Comissariado para as Migrações na Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Mas a ERC "ilibou-a" de racismo e arquivou o caso. Afastada da TVI, a sócia minoritária da consultora imobiliária e de negócios SMGM regressa agora ao palco mediático pela mão dos sociais-democratas. "Eu sou o cavalo de Troia que o PSD arranjou para destruir a esquerda em Portugal", afirmou Suzana no *Irrevogável*, programa de entrevistas da VISÃO. Para alcançar a maioria no executivo camarário da Amadora, a advogada promete mesmo "fazer coligações com Deus e com o Diabo". Alguém duvida?

A CANDIDATA DO PSD SUGERIU QUE FOSSEM COLOCADOS "MAIS DO QUE DOIS COCKTAILS MOLOTOV" NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM DIA DE "PLENÁRIO CHEIO". ERA UMA METÁFORA?



Longe quem per Afonso, a Caminha. 1998. É d não oficia um caso mil seguid segundo social for à VISÃO, quatro ve promove rosivas p política, conteúdo Chega. A "corrupç das, com Norte e à aos gover as opini Esteves, do Públi venções" parte das xa-crime Pacheco. "Passi de Rio, a emigraçã já defend cações e Ventura c mocrata: posições o desejo gar com maioria, Mas falta

BALSEM Ao contr Rui Rio r ticos e ad Manuela Sarmento -lo logo Açores. " para excl a ex-líde "coragem às nossa explicou assumim "racistas Dois dam cor atual lídi bora um pronunc tões naci Ventura

Longe do torrão pátrio há também quem pense assim. É o caso de Jorge Afonso, antigo presidente da JSD de Caminha, emigrado na Bélgica desde 1998. É ele o coordenador da página não oficial PSD Europa, no Facebook, um caso de sucesso com mais de 53 mil seguidores e cujo alcance semanal, segundo dados oficiais daquela rede social fornecidos pelo próprio autor à VISÃO, atinge, por vezes, três ou quatro vezes mais leitores. A página promove publicações e imagens corrosivas para a generalidade da classe política, bem ao estilo – gráfico e de conteúdo – de outras difundidas pelo Chega. A pretexto da denúncia da “corrupção xuxialista” e das esquerdas, compara Portugal à Coreia do Norte e à Venezuela, dá gás a insultos aos governantes do PS e promove até as opiniões do professor João Lemos Esteves, visado numa investigação do Público a propósito das suas “invenções” e “teorias da conspiração”, parte das quais motivaram uma queixa-crime por difamação movida por Pacheco Pereira.

“Passista assumido”, mas apoiante de Rio, aquele militante do PSD da emigração e administrador da página, já defendeu o Chega nas suas publicações e admite que as posições de Ventura conquistam terreno social-democrata: “Eu próprio concordo com posições dele”, reconhece, admitindo o desejo de que o PSD venha a dialogar com o Chega. “Se quisermos ser maioria, teremos de fazer essa ponte. Mas falta passar a mensagem.”

BALSEMÃO E MOTA AMARAL COM RIO

Ao contrário do que se possa pensar, Rui Rio não é uma ilha cercada de críticos e adversários por todos os lados. Manuela Ferreira Leite e Nuno Morais Sarmento saíram a terreiro a defendê-lo logo após o polémico acordo dos Açores. “Não temos autoridade moral para excluir André Ventura”, defendeu a ex-líder do PSD na TVI, elogiando a “coragem” do líder do partido. “O apoio às nossas propostas não se recusa”, explicou o vice-presidente, mesmo assumindo que o Chega tem posições “racistas” e “xenófobas”.

Dois fundadores do PSD concordam com a estratégia seguida pelo atual líder em relação ao Chega, embora um deles, Mota Amaral, recuse pronunciar-se ao detalhe sobre questões nacionais. “Por muito que André Ventura considere que pode manter



Entendemo-nos? Ventura quer mais diálogo com o PSD, mas Rui Rio resiste e pede moderação ao Chega

atitudes e diversões provocatórias em relação aos Açores, o acordo não tem outro conteúdo que não seja regional”, avisa. O antigo governante do arquipélago faz uma “avaliação muito positiva do compromisso assumido” e, atenuando diferenças, lembra que um dos deputados do Chega “era, até há pouco tempo, autarca do PSD em Lagoa, São Miguel”.

O ex-presidente da Assembleia da República refere-se a Carlos Furtado, igualmente satisfeito com o caminho andado. “A experiência tem sido positiva, conquistámos espaço e só houve desconforto com o tamanho do governo regional, o maior de sempre na região. Mas acreditamos que a atual composição não se manterá até final do mandato”, assume, à VISÃO. Reconduzido na presidência do Chega/Açores no início do mês, Carlos Furtado olha

para o acordo regional com o PSD enquanto primeiro passo de algo maior. “Isto terá de se refletir a nível nacional”, crê, dando como exemplo o desenlace eleitoral em Madrid, com o Vox a servir de suporte a uma maioria do PP. “Acho que vamos mesmo para aí. Só Rui Rio é que ainda não percebeu ou faz de conta que não percebe. Talvez ainda não tenha medido o pulso à população, mas se pensa que o PS ficará mais fofinho, desengane-se”, alerta.

Para Mota Amaral, as pretensões do Chega têm um obstáculo bem definido: “O doutor Ventura foi aluno distinto da Faculdade de Direito e sabe que o regime democrático está protegido pela Constituição e pelas instituições dele emanadas. Enquanto funcionarem, o Chega não oferece qualquer perigo nem me parece que o regime esteja em risco de colapsar”, ironiza.

Militante número um do PSD, à beira de publicar as suas memórias, Francisco Pinto Balsemão também não vê motivos para preocupações. “De todo. Foi dito desde o início que a realidade nacional não tinha qualquer relação com os Açores. Tudo o resto é folclore”, afirma à VISÃO. O fundador do PPD/PSD assume não apreciar o Chega e não vê no horizonte alianças de Governo que, admite, o deixariam desgostoso. Quanto a eventuais “arranjos parlamentares”, considera que a linha vermelha não deve ser apenas colocada ao PSD. Pelo contrário: “O PCP continua a defender regimes como a Coreia do Norte e não vejo que isso tenha sido um problema para o PS.”

Nos primeiros anos de democracia, conversamos com os partidos de direita

DIREÇÃO DO PSD TEM AVANÇO DO CHEGA NO ALENTEJO É SENTE PRESSÕES DAS BASES PARA DIALOGAR COM ANDRÉ VENTURA

O "embaraço" César do Paço

O empresário e financiador do Chega tem como advogado Rui Barreira, ex-dirigente do CDS e sócio de André Coelho Lima, vice-presidente do PSD, no mesmo escritório. A coincidência causou desconforto ao dirigente "laranja" e à direção do partido

Muito desconfortável." Foi assim que André Coelho Lima, vice-presidente do PSD, se sentiu quando soube que Rui Barreira, amigo, ex-parceiro de coligação autárquica e seu sócio na sociedade de advocacia CLT, em Guimarães, aceitara como cliente César do Paço, ex-cônsul honorário de Portugal em Palm Coast (EUA) e financiador do Chega. O deputado não falou do tema em público, mas deu conta do seu incômodo à direção do partido. Empresário, simpatizante do partido de Ventura e personalidade associada a diversas suspeitas sobre o seu percurso profissional e visada em vários casos judiciais, pelos quais foi condenada, de acordo com investigações da VISÃO e da SIC, o milionário açoriano contratou Rui Barreira, ex-dirigente do CDS, no outono, por sugestão do amigo comum José Lourenço, ex-presidente da distrital do Porto do Chega, atualmente a braços com um processo disciplinar por parte do partido. Por essa altura, já André Coelho Lima estava ausente da atividade quotidiana no escritório do qual é sócio-fundador, pois suspendera em 2019 a atividade de advocacia para ocupar o lugar de deputado. Segundo fontes próximas, a "infeliz coincidência" de César do Paço ser associado ao seu escritório de advocacia levou-o, há poucas

TAL COMO A VISÃO ADIANTOU NO ANO PASSADO, CÉSAR DO PAÇO DEU DINHEIRO AO CHEGA E FINANCIOU INICIATIVAS EM QUE ESTIVERAM DIRIGENTES DO PARTIDO, ENTRE ELES ANDRÉ VENTURA

semanas, a informar Rui Rio desta circunstância, recedendo de eventuais custos políticos para o líder numa altura em que o partido continua na mira dos adversários e da crítica interna por causa do acordo com o Chega nos Açores.

A direção do PSD recebeu a informação com embaraço, mas o dirigente não quis imiscuir-se nos assuntos do seu sócio e amigo de longa data. "Não devo qualquer explicação ao doutor André Coelho Lima sobre os meus clientes, nem ele a mim", explicou Rui Barreira à VISÃO. "Se a minha decisão de representar o doutor César do Paço lhe provocou ou não desconforto, desconheço, mas se soubesse que ia ser assim talvez o tivesse avisado, uma vez que está ausente do escritório."

Com a direção do PSD a gerir as implicações políticas do acordo dos Açores com o Chega, André Coelho Lima – que recusou falar à VISÃO – sentiu o desconforto em dose dupla. Considerado dos mais moderados da atual direção, social-liberal convicto, pró-aborto e adepto de algumas causas progressistas, tudo parece separá-lo do Chega. Mas acabou por ser ele o bombeiro de serviço na defesa do pacto das direitas celebrado na região autónoma, cujas negociações não acompanhou e a cuja finalização não assistiu. Na verdade, quando, a 6 de novembro, enfrentou os jornalistas no Parlamento e defendeu o PSD dos ataques da oposição, o deputado pouco sabia sobre o acordo dos Açores. Nesse dia não dormira e surgiu diante das câmaras com a mesma roupa com que regressara horas antes dos EUA, onde se deslocara como observador das eleições, tal como os vídeos das suas prestações televisivas documentam. Em poucos minutos, Florbela Guedes, diretora de comunicação do partido, pô-lo ao corrente do tema e da mensagem a passar para o exterior e o vice-presidente do PSD foi atirado às "feras". O acordo dos Açores cairá-lhe assim no colo, aos trambolhões. Mal ele sabia que outro "embaraço" açoriano ainda vinha a caminho.

Incômodo

André Coelho Lima, deputado e "vice" do PSD, não gostou de saber que o seu sócio e ex-parceiro na coligação Juntos por Guimarães, Rui Barreira (à esquerda) era o novo advogado do empresário César do Paço



mais rad
nem sequ
Balsemã
era bem
zo...", com
por causa
fundador
da a pro
ma coisa
reconhe
na RTP. I
claramen
autodefin

Salvag
épocas, c
com as d
no pós-1
de 1974, i
assumiri
políticas
reconhe
que host
cráticos'
com o PI
"Não tem
forças de
seremos
afirmou.
a Aliança
assumiu
toral com
Movimen
de fora P
nalidades

João
tempos.
PPD/PS
Carneiro
pleno ca
ataques
se rever
memória
Francisc
relações
nem com
ta. E mes
deu-se p
der-se c
PSD dial
Açores, c
nante co
um desg
nunca de

UM POU
A respeit
lismos d
xou peg
Barcelos
de o PSD
"rejeitan
populism
foi quase

mais radicais “era uma questão que nem sequer se colocava”, garante Pinto Balsemão. “Sempre o dissemos. Nem era bem desinteresse, era mais desprezo...”, confirma. Rui Rio aderiu ao PSD por causa de Francisco Sá Carneiro. O fundador, figura de reverência evocada a propósito de tudo e mais alguma coisa, “era de centro-esquerda”, reconheceu o presidente do partido na RTP. Ele, porém, é diferente: “Sou claramente uma pessoa de centro”, autodefiniu-se.

Salvaguardadas as distâncias e as épocas, como é que Sá Carneiro lidou com as direitas radicais e extremistas no pós-revolução? Logo em junho de 1974, o DN quis saber que postura assumiria o PSD face a essas forças políticas e ele garantiu que nem sequer reconheceria “as forças reacionárias que hostilizam os princípios democráticos”. Quatro anos volvidos, já com o PREC enterrado, não mudara: “Não temos qualquer afinidade com as forças de direita, nós não somos nem seremos nunca uma força de direita”, afirmou. Em 1979, nos Açores, já com a Aliança Democrática (AD) em campo, assumiu que esse grande bloco eleitoral composto por PSD, CDS, PPM e Movimento dos Reformadores deixava de fora PS, PCP e as “forças ou personalidades de extrema-direita”.

João Silva Carvalho viveu esses tempos por dentro. Fundador do PPD/PSD no Porto, íntimo de Sá Carneiro, abandonou o partido em pleno cavaquismo por causa dos ataques à regionalização e por não se rever no “regabofe” de então. A memória, essa, não se apagou. “O Francisco nunca quis quaisquer relações com a esquerda marxista nem com os extremismos de direita. E mesmo a aproximação ao CDS deu-se porque o PS rejeitou entender-se connosco”, lembra. “Ver o PSD dialogar, como aconteceu nos Açores, com um partido tão repugnante como o Chega, é, para mim, um desgosto enorme. Sá Carneiro nunca desceria tão baixo”.

UM POUCO DE MEMÓRIA

A respeito de extremismos e populismos de direita, Rio também deixou pegada política. No congresso de Barcelos (2004), falou da necessidade de o PSD reformar o sistema político “rejeitando a habitual demagogia e o populismo fácil”. A 25 de Abril de 2007, foi quase premonitório: “A questão do



Direitas Convenção do MEL também junta “Chicão” (CDS) e Cotrim Figueiredo (IL)

regime não se coloca, no imediato, ao nível das clássicas ameaças militares. Manifesta-se primeiro ao nível das escolhas livres dos cidadãos, bastando, para isso, olhar para o reforço que os movimentos de extrema-direita têm vindo a conseguir em sucessivos atos eleitorais por toda a Europa. E não se pense que estes fenómenos se travam à custa do recurso aos aparelhos judiciais, encarcerando os líderes – pelo contrário, a História demonstra exatamente o oposto”, afirmou, receoso da bola de neve que, não sendo travada, “tenderá a aumentar a simpatia popular por soluções antagónicas ao regime que o 25 de Abril generosamente conquistou para todos nós”.

CARLOS FURTADO, LÍDER E DEPUTADO DO CHEGA/AÇORES, DIZ QUE O ACÓRDO REGIONAL COM O PSD TERÁ REFLEXOS A NÍVEL NACIONAL

Em 2012, no 38º aniversário da revolução, criticou os dirigentes partidários “que, de forma muito pouco séria, abraçam a postura demagógica” e que, “para caírem na boa graça do populismo mais primário, tomam medidas de punição irracional sobre a dita classe política”. Em 2018, na moção de estratégia com a qual se candidatou à liderança do PSD contra Santana Lopes, alertou para “os sinais de decomposição e fratura dos regimes democráticos ocidentais perante a emergência dos populismos e dos movimentos antissistema”.

Rio não se opôs, entretanto, a um acordo entre o PSD e o Chega nos Açores, nem recusou participar na iniciativa das direitas onde falará Ventura. Pelo meio, aceitou sufragar, na Amadora, uma candidatura cujo perfil vários membros do partido consideram insultuoso face ao ideário social-democrata. Com tudo isto, abriu a caixa de Pandora, gerando discórdia. O presidente do PSD, não quis falar à VÍSAO. Mas se ainda é o político que considera o 25 de Abril, como afirmou um dia, a data mais importante da sua vida, e se gaba de ter aprendido no Colégio Alemão os contextos políticos, sociais e económicos que permitiram a ascensão da extrema-direita e do nazismo, talvez a metáfora do ovo da serpente não lhe seja estranha. “Nunca um governo liderado por mim se colocará nas mãos do Chega”, garantiu, há tempos, perentório. Dentro de “casa”, porém, nem todos estão convencidos. mbcarvalho@visao.pt

“A incrível história do clã Moreira” - Edição 1477 (24/6 a 30/6/2021), pp. 40-49.





A INCRÍVEL HISTÓRIA DO CLÃ MOREIRA

Abalados pelo caso *Selminho*, Rui Moreira e o clã familiar não se ficam. A luta, com julgamento à mistura, segue dentro de momentos, com a recandidatura do presidente da Câmara do Porto. Que segredos, histórias e negócios moldaram esta família da burguesia portuense que resistiu à prisão do patriarca e industrial Ruy Moreira no pós-revolução, suspeito, sem acusação, de conspirar com a extrema-direita bombista? Relatos, imagens e documentos inéditos de uma saga familiar

 MIGUEL CARVALHO

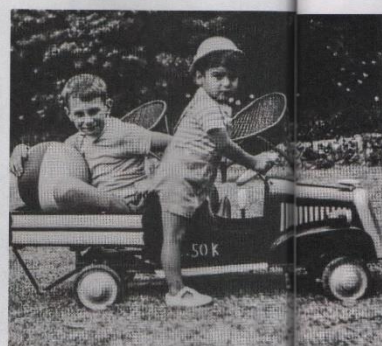
R

Rui Moreira estava sozinho no seu gabinete na Câmara do Porto, ao início da tarde de 18 de maio, quando o telemóvel tocou. O advogado Tiago Rodrigues Bastos tinha más notícias: a juíza de instrução do caso *Selminho* (ver caixa) decidira que o autarca, acusado de "atuação criminosa" a favor da imobiliária da família e em prejuízo do interesse público, ia a julgamento. "Calhou no dia em que o meu pai faria 90 anos. Pensei: que mais me farão? Não é por mim, é pelos meus filhos, familiares e amigos." Até ali, tivera "fundada esperança" de que nunca se sentaria no banco dos réus. Quando o tribunal recusou ouvir o advogado Pedro Neves de Sousa, representante do município à época dos factos e única testemunha que indicara, Moreira interpretou a nega como sinal de que tudo se esclarecera. Desapontado, preparou uma declaração pública. Mãos a tremer, voz embargada, escudou-se na memória do pai, que "sofreu na pele uma perseguição terrível e venceu sem nunca se ter vitimizado".

Ruy Höfle de Araújo Moreira, antigo dono do grupo Molaflex, falecido em 2000, é ainda o guardião afetivo das alegrias e agruras desta família da burguesia do Porto, pouco dada à frequência dos salões e aos formalismos, seguindo o exemplo do patriarca, rebelde por feito e avesso às nomenclaturas. Visionário, com raízes germânicas maternas, fluente em cinco línguas, deixou gratas memórias entre operários e funcionários, apesar das opções políticas controversas do pós-revolução. O que de nebuloso houve talvez nunca se esclareça. As circunstâncias da prisão, a 12 de março de 1975, por suspeita de ligações ao Exército de Libertação de



FOTOS DA



OS MILITARES QUE INTERROGARAM E PRENDERAM RUY MOREIRA POR SUSPEITAS DE LIGAÇÕES AO ELP FORAM DEPOIS PRESIDIR À CÂMARA DO PORTO

Portugal (ELP), organização clandestina de extrema-direita, continuam envolvidas em conspirações, equívocos e narrativas políticas contraditórias. A acusação, essa, nunca veio.

Para o filho, talvez haja coincidências a mais. Senão, vejamos: à cabeça da comissão administrativa militar que presidiu à Câmara do Porto de 28 de maio a 15 de setembro de 1975, esteve o capitão que prendeu o pai. Condecorado este ano pelo Presidente da República como grande-oficial da Ordem da Liberdade, Boaventura Ferreira tinha como vice-presidente na autarquia o então oficial miliciano e licenciado em Direito, José Afonso. O militar interrogou Ruy Moreira e foi por este considerado "um dos inquiridores mais ferozes" numa carta guardada no arquivo da família. Se

quiser
que se
ao filh
camar
no set
de. De
Ruy M
porqu
colabi
ações
do co
Norte
explic
recurs
aconte
sido in
vogad
era d
sa po
amad
rados



Álbum de família Rui Moreia com os pais, os irmãos e um primo, memórias nas quais não faltam as cartas em que o pai relata a prisão no pós-25 de Abril



landes-
tinuam
uívocos
litórias.

ncidên-
cabeça
militar
orto de
de 1975,
o pai.
esiden-
-oficial
ventura
sidente
iliciano
Afonso.
reira e
dos in-
na carta
ília. Se

quisesse explicações deste advogado que se cruzou na vida do pai, bastaria ao filho sair pelas traseiras do edifício camarário e, em duas penadas, estaria no seu escritório, na zona da Trindade. Dele talvez ouvisse algo assim: "O Rui Moreia e outros foram presos porque havia suspeitas fundadas de colaboração com o ELP, que visava ações violentas e o assassinio político do comandante da Região Militar do Norte, Eurico Corvacho, entre outros", explica José Afonso, desmentindo o recurso a ameaças e torturas. "Nunca aconteceram. Os detidos deviam ter sido interrogados na presença de advogados, é verdade, mas o ambiente era de guerra e se de alguma coisa podemos ser acusados é de puro amorismo. Não estávamos preparados nem organizados e era preciso

acudir a muitos fogos ateados pelos extremistas de direita e de esquerda. As provas em relação ao ELP eram avassaladoras, mas não houve tempo para fazer acusação porque a situação política mudou."

O IMPÉRIO MOREIRA

Voltaremos a esse episódio quando a revolução irromper na história desta família, deixando marcas que o tempo não apagou.

Antes disso, o filho de Edith Höfle, alemã com raízes judias em Hamburgo, é de Eugénio Moreira, nascido numa família de comerciantes típicos do Porto, com origens em Milheirós de Poiares (Santa Maria da Feira), ficara famoso por impulsionar o negócio de molas para estofos, coxins e carcaças que o pai iniciara em 1951 na cave do café Eldo-

Selminho: no princípio, eram os porcos

A Selminho, pertencente ao clã Moreira, está no centro da polémica que levará o presidente da Câmara do Porto a ser julgado, acusado de ter tentado beneficiar a família em prejuízo do interesse público. Mas a história da sociedade começou em Caminha em 1978. Na versão do autarca, antigos trabalhadores do pai em Angola, retornados, pediram ajuda ao industrial da Molaflex para criarem um negócio. O local escolhido foi Vilarelho. "O meu pai comprou-lhes o terreno, ficou como sócio minoritário e construiu-se uma suinicultura. Ou seja, a Selminho começou por ser uma empresa que criava porcos, engordava-os e vendia-os, mas a família nunca geriu aquilo", assegura Rui Moreira à VISÃO. A certa altura, a Câmara de Caminha, incomodada com o facto de os esgotos serem lançados monte abaixo, numa zona de soberbas vistas de mar, informou a empresa e a família Moreira de que não queria a suinicultura no local. "Propuseram que a exploração fosse abandonada em troca de edificabilidade. O meu pai ficou com aquilo, fez-se um loteamento e vendeu-se. Por razões fiscais, era preciso reinvestir a mais-valia. E assim nasce a imobiliária", explica Moreira. Seria ainda a Selminho - Unidade de Seleção e Testagem do Minho, Lda., enquanto suinicultura, a comprar, em 2001, os terrenos junto à Ponte da Arrábida a um casal que, segundo os tribunais superiores, não provou a aquisição dos mesmos. "O arquiteto Alcino Soutinho, grande amigo do meu pai, falou com o meu irmão Luís Miguel para adquiri-los por causa da capacidade construtiva." Valor: 35 mil contos à época. "Foi o único negócio da Selminho", assinala Moreira. Em 2016, a sociedade familiar gerida pelos irmãos Sebastião e Bárbara ainda apresentou um projeto para um aldeamento turístico na zona de Vilarelho (Caminha), mas o mesmo esbarrou no PDM e recebeu decisão desfavorável.

Rui, o "Molinhas" da TV

Para alguns, era uma lenda urbana. Outros, mesmo com muitos anos de empresa, nem sequer tinham ouvido falar. Na fábrica hoje sediada em Santa Maria da Feira e com donos estrangeiros não sobreviveu, aparentemente, qualquer registo. Mas a foto anexa, retirada do arquivo familiar, e o depoimento de Rui Moreira à VISÃO dissipam as dúvidas: sim, o agora presidente da Câmara do Porto foi, ainda criança, a estrela de um dos primeiros anúncios televisivos da Molaflex – Molas Flexíveis, Lda. – com traços vanguardistas. Na década de 1960, por decisão do pai, o pequeno *Rucas*, como era tratado na intimidade, andou aos saltos nos colchões da empresa paterna, e até a alcunha *Molinhas* pegou, ao ponto de Rui Moreira torcer o nariz quando o tratavam por esse nome nos tempos em que fazia vela. "Detestava." O *Molinhas* acabou por tornar-se desenho animado e mascote da empresa, com direito a boletim informativo interno, anúncio de TV e imagem gravada em porta-chaves e outros adereços. No fulgor desses tempos, em que se chegaram a fabricar mais de 200 colchões por dia, a empresa ainda patrocinou o single da efémera banda Os Nómadas (1968), da qual fizeram parte dois dos mais respeitados enólogos da atualidade: João Nicolau da Almeida (baixista) e António Agrellos (guitarrista). Nessa época, o marketing parecia ir de vento em popa, bem à frente do seu tempo, mas não sem nódoa: num anúncio publicado na imprensa diária, antes do 25 de Abril, caiu a letra "c" na palavra colchões. Mas nem por isso o entusiasmo murchou.



Pais Rui Moreira e Maria João tiveram oito filhos, cujos matrimónios geraram, até ver, 19 netos. O industrial faleceu em 2000, viajou pelo mundo, mas nunca trocou a Foz nem Milheirós de Poiares por outras paragens

rado, em São João da Madeira, com o sócio e judeu polaco Siegfried Weinberg.

Pela mão de Rui Moreira, velejador exímio, várias vezes campeão na classe *snipe*, o grupo Molaflex solta amarras, estende-se às ilhas, Angola e Moçambique. O braço-direito é o irmão Mário Moreira, solteiro, deputado da ala liberal na Assembleia Nacional no final do regime, administrador e "homem do terreno" para os quase três mil trabalhadores, desaparecido num acidente de viação, em 1978. "Eu e o meu falecido irmão pensávamos que, com a evolução destas colónias, era possível caminhar para uma federação de estados", dirá o industrial numa entrevista ao jornal *Labor* (1995).

Além de colchões, a empresa fabrica almofadas, espumas, peças para a indústria metalúrgica, mobiliário escolar, tecidos e estofos para automóveis e comboios. Há ainda a empresa de navegação da família, mais tarde liderada por Rui Moreira. O ambiente social na fábrica fora coisa rara em ditadura, para mais em São João da Madeira, onde, com exceção da Molaflex e da mítica Oliva das máquinas de costura, se multiplicavam exemplos de escravidão laboral. Rui Moreira ia além dos mínimos legais, embora os salários gerassem conflitos e os aumentos não fossem certos. "Num Natal, o engenheiro Oliveira Dias, diretor industrial, recusou-os. Mas a seguir à revolução aderiu ao PCP e foi vereador na Câmara

do Porto", recorda o então sindicalista Fernando Sousa. "Lá dentro, nem os patrões foram tão carrascos".

A Molaflex tinha telescóla, ação social extensiva às famílias, transporte ao domicílio por turnos, pagamento de propinas e material didático para frequência de cursos industriais, estágios no estrangeiro, pavilhão social, gratificações no final do ano (embrião de um ainda distante 14º mês), assistência médico-social, financiamento para construção de casa, prémios de produção e de assiduidade. "E ao lanche havia leite simples ou cacau da *Toddy*", recorda António Alberto, que entrou na empresa em 1970 como pacote e saiu, 48 anos depois, responsável pela secção de compras. "Era muito difícil entrar para a Oliva e Molaflex porque davam regalias sociais que nenhuma das outras tinha", lembraram ex-operários.

Condecorado pelo Estado Novo em 1966, o industrial não fora, contudo, um apaniguado da ditadura. Enquanto estudante na Universidade de Leeds (1948-1950), deslumbrou-se com o Partido Trabalhista de Clement Attlee, primeiro-ministro do pós-guerra que legou à Inglaterra o Estado social, o Serviço Nacional de Saúde e a prosperidade económica. "O meu pai não era um homem do regime. Estava entre a social-democracia tradicional e a democracia cristã. Com o tempo, foi ficando conservador", refere o filho.

RUI DI
DE
M

1979

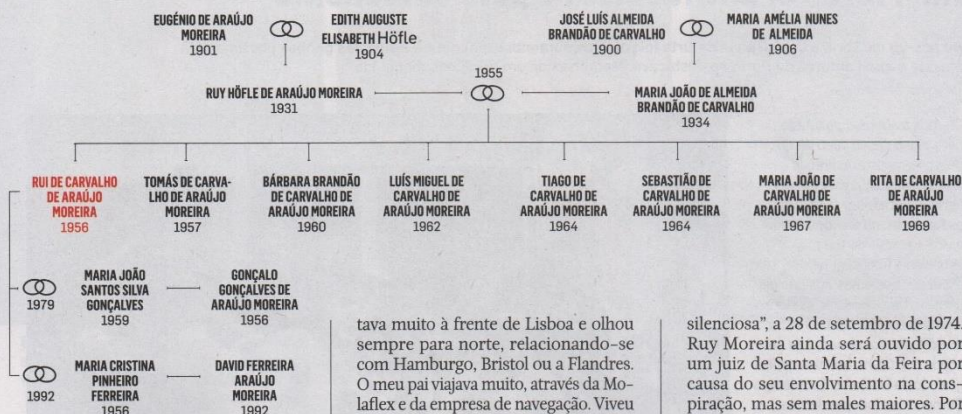
1992

Rui
mem
à fan
vega
N
repr
antig
faltu
opin
rente
A rel
Seba
da B
Milh
a avo
ao ca
afirm
liber
Vigia
perse
os ne
um "c
sura
e out
mas
da Q
famí
Santa
atre
filhos
padri

ABRI
Os ne
ao 25
"A
nunc

Avós, pais e irmãos: pequeno retrato do clã Moreira

Ruy Moreira teve dois filhos de dois matrimônios. Hoje, vive com Virginia Revilla, agente numa imobiliária de luxo.



Ruy Moreira criticava o condicionamento industrial e lamentara a entrega à família Mello do monopólio da navegação, obrigando-o a vender navios.

Na Molaflex, a PIDE não entra, a repressão fica à porta, confirmam antigos funcionários. Em casa, não faltam livros proibidos e amigos com opiniões desconfortáveis e irreverentes para a linha política da época. A referência de Ruy Moreira é Dom Sebastião de Resende, antigo bispo da Beira (Moçambique), natural de Milheirós de Poiares, que convertera a avó luterana do autarca do Porto ao catolicismo. Para quem pretendia afirmar-se em ditadura, o prelado, liberal, não era a melhor companhia. Vigiado pela polícia política, denuncia perseguições e injustiças que vitimam os negros na colónia. Para ele, Salazar é um "chefe manhoso e terrível" e a censura "cretina, abusiva e estúpida". Estas e outras críticas fá-las nos seus diários, mas também nos agitados almoços da Quinta do Seixal, propriedade da família Moreira naquela freguesia de Santa Maria da Feira. A tanto não se atreverá Ruy Moreira, mas se um dos filhos se chama Sebastião é porque o padrinho foi uma boa influência.

ABRIL DESPEDAÇADO

Os negócios de Ruy Moreira chegaram ao 25 de Abril pujantes.

"Ao contrário da capital, o Porto nunca se apaixonou pelo Império. Es-

tava muito à frente de Lisboa e olhou sempre para norte, relacionando-se com Hamburgo, Bristol ou a Flandres. O meu pai viajava muito, através da Molaflex e da empresa de navegação. Viveu na Holanda, na Bélgica...", relata o filho.

No País, o período político conturbado, as greves, paralisações, exigências salariais e os plenários de trabalhadores despedaçam o clima de paz podre a que os patrões se habituaram, enquanto as esquerdas se engalfinham em lutas de protagonismo, a ver quem é mais revolucionário.

Na Molaflex não é diferente. O industrial sente o tapete a fugir e as opções políticas não ajudam. Alinha com a direita radical à volta do Movimento Federalista Português/Partido do Progresso. Discursa no primeiro comício no Porto, em julho de 1974 e, segundo Diogo Pacheco de Amorim, sobrinho do fundador, financia a formação política que guardava autênticos arsenais de armas nas sedes e seria ilegalizada por apoiar a tentativa de golpe spinolista da "maioria

silenciosa", a 28 de setembro de 1974. Ruy Moreira ainda será ouvido por um juiz de Santa Maria da Feira por causa do seu envolvimento na conspiração, mas sem males maiores. Por essa altura, o filho rumara a Londres para estudar Gestão na Universidade de Greenwich. Mas lembra que o pai "tinha a pior opinião possível do general Spínola. Amigo era o [Presidente da República] Costa Gomes, com quem jogava bridge".

No início de 1975, Ruy Moreira recebe uma delegação do SPD alemão na Molaflex a pedido de Mário Soares. Mas são as movimentações na sombra a inspirar vigilâncias do novo poder revolucionário. O pai do presidente da Câmara do Porto é detetado em reuniões clandestinas do ELP em Espanha (Verín e Salamanca), nas quais participam, entre outros, Vieira de Carvalho, antigo presidente da Câmara da Maia, Azeredo Leme (irmão do general Carlos Azeredo) e dois estrangeiros, Morgan e Castor, com supostas ligações à CIA. João Pinto Ranito, dissidente do ELP, discordara de ações violentas e passara a infiltrar-se. É a chave para a identificação das pessoas envolvidas e para a denúncia de novo golpe, que viria a confirmar-se a 11 de março de 1975.

Dias antes, Ruy Moreira chamara ao escritório um funcionário da Molaflex da sua confiança. Fernando Sousa não sabe ao que vai, mas encontra-o receoso. Havia o boato de que circulava uma lista com 1 500 pessoas de direita a abater, mas a chamada Operação Matança da Páscoa nunca passará de fake news da época: na prática, foi um engodo para precipitar nova escorregadela spinolista. Temendo ser um dos visados, Ruy Moreira previne-se:

FAMÍLIA DA BURGUESIA DO PORTO COM RAÍZES GERMÂNICAS, O CLÃ MOREIRA NUNCA GOSTOU DE SALÕES NEM DE FORMALISMOS

Rui Moreira, antifascista e pelo socialismo

No pós-25 de Abril, o liceu Garcia de Orta foi palco de contendas estudantis e eleições ganhas por uma lista em que o atual autarca do Porto se destacava. Memórias de um perfil desconhecido

"Temos trabalhado e lutado para que o nosso liceu dê um passo decisivo em direção a uma democracia viva, permanente e duradoura (...). Que os fascistas, os provocadores e vira-casacas de todas as espécies e feitios, que se tentam esconder aos olhos dos outros, pensem bem antes de se darem a uma causa perdida." O autor do editorial do número 1 (e único) do *Estrutura*, boletim datilografado da União de Estudantes Democratas Independentes (UEDI), não mastigava quando anunciava ao que vinha. Apoiado pelo CDS e pela IL, na "corrida" à presidência da Câmara do Porto, Rui Moreira parecia então um produto saído das franjas revolucionárias da esquerda juvenil. "Se, pela sua natureza social, Portugal ainda não é socialista, poderá, dentro de determinadas condições, converter-se num país socialista, passando do sub-desenvolvimento ao socialismo, sem ser pela via capitalista de desenvolvimento", escrevia, na edição em que condenava "o imperialismo e neo-colonialismo" e defendia a "participação ativa da classe operária na revolução económica".

A UEDI juntava jovens anticomunistas como o advogado e ex-ministro Aguiar Branco, a psicóloga Isabel Macedo Pinto ou o livreiro José Manuel Lello. O jornal, impresso na fábrica da Molaflex, do pai de Rui Moreira, incluía poesia de Eugénio de Andrade, Brecht e textos sobre educação sexual. Os estatutos foram redigidos em casa do patriarca da família Moreira, cujo primogénito deixara o Colégio Alemão na 3ª classe, passara pelo Brotero e liceu D. Manuel II, estreando-se no Garcia de Orta quando este abre portas (1969), liceu predileto das famí-

lias das classes privilegiadas e médias da Foz e da Boavista. "Foi o primeiro liceu misto. Via-se um ambiente diferente, de grande liberdade", recorda o autarca, que ali andou do antigo 3º ao 7º ano.

O TEMÍVEL 7º K

Os meses anteriores à revolução apanham-no no 7º K, "a turma mais radical do liceu", segundo Moreira, cujos alunos foram suspensos durante semanas por impedirem a professora de Inglês de entrar na aula. "Não aprendíamos nada e queríamos uma avaliação à qualidade do ensino", recorda. O pai não gostou. "Ainda vais para a tropa", avisou-o. Ele até discordara da medida, mas submetera-se à vontade da maioria. Conflitos com o reitor levaram à suspensão do estudante comunista Henrique Sá, cuja integridade gera solidariedades de colegas e docentes,

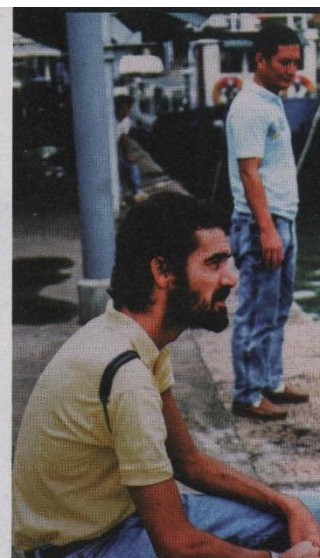
UEDI Reunião da União de Estudantes Democratas Independentes, criada no liceu Garcia de Orta em 1974. Atrás de Rui Moreira (a falar) está José Pedro Aguiar Branco, advogado e ex-ministro do PSD



FOTOS DE



diferenças políticas à margem. "Ele era muito querido por toda a gente", diz Rui Moreira sobre o irmão de Rui Sá, ex-vereador da CDU no Porto. "A família Sá é de primeiríssima água", atalha Aguiar Branco, amigo de infância de Henrique. "Ganhámos a associação de estudantes à UEC [União de Estudantes Comunistas], que tinha uns barbudos a organizarem as eleições e professores a apoiarem", refere Moreira. "Éramos mais betinhos e atrativos para aquele universo", ironiza Aguiar Branco. Henrique Sá não recorda tal coisa. "Eleições?! Como, se a seguir ao 25 de Abril, quase não houve aulas e depois veio o serviço cívico?" Isabel Macedo Pinto insiste: "Foi uma vitória épica, até porque a UEC era mais organizada. Mas nem sei se tomámos posse." As narrativas do Garcia de Orta e as "sarrafuscas" ali vividas, essas, já ninguém lhes tira.



Flashes Tempos de juventude de Rui Moreira em Montedor (de óculos escuros) e com o amigo João Álvares Ribeiro em Londres (1976), e já de barbas numa viagem a Macau e à China (1988)

"Pode levar-me no seu carro ao aeródromo de Paramos?", perguntara o industrial ao seu funcionário. Fernando Sousa anuiu, sem pestanejar.

Seguiram ambos no Fiat 128 do sindicalista e dirigente do então Movimento de Esquerda Socialista (MES) rumo a Espinho. Na pista, uma avioneta aguardava Ruy Moreira para levantar voo. O "Il de Março" apanha-o em Paris, de onde telefona ao filho, para Londres, prometendo ir ao seu encontro. Depois desmarca. A Molaflex está que arde e dois militares aparecem à sua procura. Um militante comunista – cujo nome o filho mantém em segredo até hoje – avisa a família e sugere que o patrão da Molaflex se mantenha longe. No dia seguinte, o industrial apresenta-se na fábrica. "Andam à minha procura. Sabe o que eles querem?", pergunta ao confidente Fernando Sousa. "Provavelmente é para o prender", ouve. "Embora fosse de uma direita mais flexível, suspeitava-se de que ele financiava o ELP. O bombista Ramiro Moreira namorava uma rapariga ali perto, em Cucujães, e fora visto na receção da Molaflex duas vezes", recorda o sindicalista.

CARTAS DA PRISÃO

A 12 de março, Ruy Moreira é detido por Boaventura Ferreira na fábrica. "Dei-lhe ordem de prisão e ele não disse nada. O que havia dizer? A malta apareceu-lhe num jipe, com G3, eu, o condutor e um aspirante, licenciado em Direito, por causa das legalidades. Quando cheguei ao Porto, entreguei-

-o no CICAL [Centro de Instrução de Condução Auto]." Com os bens da família congelados, o filho sente um friozinho na espinha. Pelo pai, incontactável, e pelo facto de se sentir sem chão em Londres. Entre lavagens de pratos, trabalhos em bares e cozinhas, desenrasca-se, "à portuguesa".

O industrial negará sempre as ligações ao ELP e a presença nos encontros em Espanha. Perante as fotografias, reage: "Não sou eu." Até novembro, estará detido num quarto dos oficiais no CICAL, depois na cadeia de Custóias e, finalmente, em Caxias, onde acorda sem saber como viajou, admitindo ter sido drogado. Os advogados Artur Santos Silva (pai), Francisco Sousa Tavares e Daniel Proença de Carvalho defendem-no e, embora não seja nomeado no documento, é um dos protagonistas do *Relatório*

"O MEU PAI NUNCA CULPOU O PCP PELO QUE LHE SUCEDEU. FOI MAIS CANALHICE DO QUE IDEOLOGIA", DIZ O AUTARCA DO PORTO

das Sevícias, elaborado a propósito de alegadas violências exercidas sobre os presos pelos militares revolucionários, mas contestado por outros ilustres como Jorge Sampaio e Orlando de Carvalho. "Muitos exageraram o que lá é relatado, mas o meu pai passou coisas de enorme gravidade, incluindo simulacros de fuzilamento", conta Rui Moreira que, por momentos, interrompe os estudos em Londres para estar perto da família.

Em Custóias, o pai fora colocado em celas com presos de delito comum e estivera 90 dias em isolamento, sem visitas. "Começa a ter problemas circulatórios graves, pede auxílio e não lhe é prestado. E nunca mais recuperou disso. Houve pressões inacreditáveis sobre a minha mãe e até uma tentativa de desafiar o meu pai a fugir durante uma saída precária para, provavelmente, lhe darem dois tiros." Nas cartas da prisão, Ruy Moreira admite estar à beira do colapso. Perdera 14 quilos e assinala pressões para a sua libertação junto de Costa Gomes, do MFA (Rosa Coutinho e Otelo) e do PS (Lopes Cardoso e Mário Soares), além de diligências por parte do SPD alemão e da embaixada dinamarquesa. Entre os seus amigos, estão Pereira de Moura, ex-ministro dos governos provisórios, e Sousa e Castro, do Conselho da Revolução, que suspeitam de uma *vendetta* pessoal.

Centenas de trabalhadores promovem uma manifestação de apoio a Ruy Moreira junto do quartel-general no Porto, reivindicando a sua libertação

Molaflex Ruy Moreira foi condecorado por Américo Tomás, mas não era considerado um dos industriais do regime



FOTOS DA

num tempo em que as encomendas escasseavam e os salários estavam ameaçados. "Católica, apostólica, romana", Maria do Carmo visitara-o em Custóias e prometera mobilizar colegas. Nas ruas, o protesto é reprimido e há pancadaria com militantes revolucionários. "A comissão de trabalhadores da Molaflex não estava unida e denunciaram-me aos militares. Fui interrogada durante horas, pois estavam convencidos de que eu tinha sido subornada pelos patrões. Não estava e não minto, que eu ainda tenho uma alma para salvar", justifica.

Para os trabalhadores mais radicalizados, Ruy Moreira era o "reacionário" ligado "à alta burguesia financeira" que promovia "salários de miséria". Os jornais *Esquerda Socialista* e *Poder Popular*, do MES, dedicam-lhe páginas no tom inflamado da época. Dois diretores desses tempos são Augusto Mateus, futuro ministro da Economia de Guterres, e Ferro Rodrigues. "Era o mais radical de todos. Agora até mete pena", desabafa Fernando Sousa sobre

o presidente da Assembleia da República. "Cometeram-se alguns exageros na fábrica, claro, era tudo muito ideológico", reconhece.

Ruy Moreira seria libertado a 8 de novembro de 1975 sem nunca ter sido acusado e já com o brigadeiro Pires Veloso, de direita, no comando da Região Militar do Norte. O filho sempre culpou o antecessor no cargo, Eurico Corvacho, pelos "desmandos". Mas não só. "A família ficou sempre mais ressentida do que o meu pai. Ele dizia que eram excessos revolucionários, mas nunca culpou o PCP pelo sucedido. Nem eu. Na Molaflex, o MES tinha mais poder, mas isto foi mais canalhice do que ideologia", refere o autarca. A família fora alvo de tentativas de extorsão, vira a empresa ocupada e a casa atacada por bandos armados, mas defendida por trabalhadores da fábrica que se revezavam. Quando o patrão regressou, Fernando Sousa desencravou aquilo que o consumia há meses: "Porque me pediu para o levar ao aeródromo quando tinha motoris-

tas e carros topo de gama ao dispor?", perguntou. "Consigo, sabia que não era abatido", respondeu Ruy Moreira. Segundo o antigo trabalhador, o industrial "nunca exerceu represálias por causa do que lhe sucedera".

A ARTE DA "NÃO POLÍTICA"

Quando hoje vê Rui Moreira na TV, a propósito do caso *Selminho*, a antiga operária Maria do Carmo volta ao passado. "Estás a sofrer o que o teu pai sofreu", reage, como se o autarca a escutasse. Descontado o exagero, a evocação paterna é amiúde trazida ao campo de batalha político.

Candidato independente pelo CDS à Câmara de São João da Madeira em 1976, nas primeiras autárquicas, o pai prometera uma maternidade, infantários e jardins de infância, habitações económicas e cantinas municipais. Perderá a eleição por 270 votos, mas fica vereador. Mais tarde, será presidente da assembleia municipal e eleito na freguesia de Milheirós de Poiares, onde é recordado como benemérito

pelo at
Regi
quase t
tuosos
Em 199
qual fo
virgula
-me un
o filho
altura, l
cívica a
exempl
mercial
lôbi loc
a const

Aos
dos neg
des do
de 20 ar
a gente
assume
parada
ding far
da Aver
linha d
durante
a um op
encaixe
milhão
oitto). "I
xal, ond
e uma s

Com
ensomb
faltou à
à câmar
lema "A
próxim
sempre
é moná
imobiliá
tos turis
esquerd
co!", ad
não que
uma em
tica que
mundo,
a desanc
redes so
Com o
há uma
rim doa
uma ins
go "trab
de Leix
diretora
Aliança
política
ramo im
executiv
Rui Mor
nha no



FOTOS: D.R.

dispor?",
que não
y Morei-
lhador, o
presálias
ra".

na TV, a
a antiga
volta ao
que o teu
o autarca
xagero, a
razida ao

pelo CDS
deira em
cas, o pai
infantá-
abitações
unicipais.
otos, mas
rá presi-
al e eleito
e Poiares,
nemérito

pelo atual presidente, Manuel Melo.

Regionalista, Ruy Moreira recusou quase toda a vida enveredar pelos "tortuosos caminhos" da política nacional. Em 1993, porém, filiou-se no CDS, do qual foi dirigente, sem mudar uma vírgula no autorretrato. "Considero-me um não político", dizia, frase que o filho quase poderia decalcar. A dada altura, Rui Moreira fez da intervenção cívica a sua praia, talvez inspirado pelo exemplo. Recolocou a Associação Comercial do Porto no mapa enquanto lóbi local e regional e ajudou a impedir a construção do aeroporto da Ota.

Aos poucos, a família libertou-se dos negócios, sociedades e propriedades do pai Moreira. "Morreu há mais de 20 anos e é natural que, aos poucos, a gente vá desmontando as coisas", assume o autarca. A Selminho está parada há dois anos. A Morimor, holding familiar, foi extinta, e o palacete da Avenida Montevidéu, na primeira linha de mar e na posse da família durante 110 anos, foi vendido em 2017 a um operador hoteleiro, gerando um encaixe, segundo o *Expresso*, de um milhão de euros para cada irmã (são oito). "Temos a nossa Quinta do Seixal, onde vendemos alguma madeira, e uma sociedade agrícola."

Com a recente decisão judicial a ensombrar Rui Moreira, a família não faltou à apresentação da recandidatura à câmara, no Super Bock Arena, sob o lema "Aqui há Porto". Tomás, o mais próximo dos irmãos em idade, desde sempre ligado à indústria automóvel, é monárquico. Bárbara trabalha no imobiliário e no aluguer de alojamentos turísticos. "É totalmente liberal, à esquerda. Até já terá votado no Bloco!", admite o irmão. "O Luís Miguel não quer saber de política, administra uma empresa internacional de logística que distribui vinhos para todo o mundo." Nos intervalos, entretém-se a desancar Rui Rio e os socialistas nas redes sociais à boa maneira do Chega. Com o irmão Sebastião, arquiteto, há uma relação especial: graças a um rim doado por ele, Rui Moreira fintou uma insuficiência renal terminal. Tiago "trabalha numa empresa do Porto de Leixões", enquanto Maria João é diretora da Riopele. Na política, é do Aliança. Rita é indefetível das opções políticas do mano, empresária do ramo imobiliário e administradora não executiva da SAD do FC Porto, onde Rui Moreira também faz uma perninha no conselho superior. O sonho



Seixal A quinta do clã Moreira em Milheirós de Poiares (Santa Maria da Feira), onde a família é conhecida desde 1510. Em cima, com a mãe e os irmãos

**A MOLAFLEX DAVA
REGALIAS SOCIAIS
NUM TEMPO EM QUE
A ESCRAVATURA
LABORAL ERA
O QUOTIDIANO DAS
FÁBRICAS EM SÃO
JOÃO DA MADEIRA**

de presidir ao clube passou-lhe pela cabeça, mas perdeu validade.

Numa família que idolatra o pai, mulheres à frente do seu tempo não faltaram. A avó Edith terá sido das primeiras a tirarem carta de condução no Porto. Maria João Carvalho, a mãe, "sempre foi muito liberal e é das pessoas mais tolerantes do mundo". A maior referência de Rui Moreira é a avó materna, Maria Amélia: traduzia autores franceses para a livraria Tavares Martins e, por isso, havia sempre Simone de Beauvoir e Sartre escondidos, uma peça de teatro para ver, um filósofo e padre jesuíta para descobrir (Theilard de Chardin), "e muitas conversas interessantes".

Diante da ideologia e da cultura, Rui Moreira não puxa da pistola, por contraste com o outro que puxava da calculadora. Mas tem os seus dias. "Quando ouço a direita a falar, sou profundamente de esquerda; quando ouço alguma esquerda, fico com uma vontade louca de ser de direita." Deve ser de família. mboarvalho@visao.pt

A OUTRA FACE DO “TUBARÃO” GALINHA

Família e negócios cruzam a Rússia e os EUA. Dá-se com oligarcas, congressistas, ex-espiões e advogados citados em casos de lavagem de dinheiro. Reativou ligações e nomes do tempo de Sócrates e quer mais espaço para o Chega na informação da Global Media. “Patrão” do Grupo Bel e novo “tubarão” dos “média”, é contestado e acusado de ingerências editoriais. Em que águas se move Marco Galinha?

 MIGUEL CARVALHO

Marco Belo Galinha é um antigo campeão de BTT, de 43 anos, inebriado por caravelas, devoto de Fátima e inspirado pelos exemplos de Afonso Henriques e Nuno Álvares Pereira em “batalhas difíceis”. Nascido em Rio Maior, é o sétimo de oito irmãos de uma família com raízes na Benedita (Alcobaca), em tempos dona de pequena fábrica de calçado.

Poderoso e influente rosto do Grupo Bel e da Global Media, ganhou fama no programa televisivo *Shark Tank*. Autodidata, abandonou o curso de Engenharia Informática do Técnico,

multiplicou negócios e criou um universo de empresas (distribuição, vending, tecnologia, energias renováveis, metalomecânica, imobiliário, turismo, média, etc), montado ao estilo de bonecas russas: de umas saem outras. “Considero o capital como o sangue que me corre nas veias”, assumiu perante alunos da Escola Profissional de Ourém. É da opinião que os “criadores de riqueza” são maltratados e detesta o País da lamúria. “Falem menos, trabalhem mais”, lamentou-se. “Quando um dedo aponta em frente, estão vários dedos a apontar para trás.”



Fanático de Portugal, do seu passado, símbolos e “grandes líderes”, cultiva a obediência e a disciplina. Patriota, vê na família “o primeiro pilar” da vida. Durante a pandemia, percorreu, orgulhoso, sobre a forma como as suas empresas enfrentaram o cenário de guerra dos tempos modernos. “O Grupo Bel tem generais a trabalhar, tem coronéis, tem sargentos”, explicou à TVI. Para a administração da Global Media, Galinha levou o oficial general do Exército Rui Moura, que tem o “pelouro” do combate à pirataria digital, e já lá estava o autointitulado “general prussiano” de Sócrates, Afonso Camões, designado entretanto secretário-geral.

A *Arte da Guerra*, de Sun Tzu, é o livro preferido do empresário, embora as estantes também acolham a Bíblia, os segredos da Mossad ou histórias da Guerra Fria. É esse, aliás, o clima que se vive numa das suas “casas”, a Global Media. Os métodos e as percepções do empresário sobre o negócio bateram de frente com o muro que as redações reivindicam como seu. Para quem detesta decidir a partir das cinco da tarde, o “levantamento de rancho” a acusá-lo de ingerências editoriais até o sono lhe tirou. Durante esse tumultuoso processo, Marco Galinha revelou facetas que suscitaram ainda mais curiosidade sobre o seu percurso, as ligações políticas e empresariais. Afinal, quantas caras tem um “tubarão”?

CHEGA, VÍDEO E PEP MORTÁGUA

São quatro minutos e 19 segundos que contam uma história, mas a principal ficou por contar. A 24 de maio, Nuno Afonso, chefe de gabinete de André Ventura no Parlamento e vice-presidente do Chega (seria despromovido a vogal dias depois, no congresso de Coimbra), divulgou nas redes sociais o vídeo do terceiro episódio da série *A Masmorra do Bloco*, gravado na Assembleia, folhetim que o partido da direita radical populista vem dedicando às “hipocrisias” do adversário.

O presidente-executivo da Global Media (GM) seria ouvido no dia seguinte na Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação a pedido do BE e a pretexto da situação laboral do grupo. Mas, logo de véspera, o Chega defendeu-o. Nuno Afonso acusou os bloquistas de “bullying” e de quererem controlar a imprensa através de “carradas de avençados”, alguns dos quais o empresário já teria dispensado, poupando 200 mil euros. Recorrendo a valores de acesso muito reservado na GM, Nuno Afonso deu o exemplo da deputada Mariana Mortágua, colunista semanal do JN, que recebe, garante, mais de cinco mil euros anuais pelas crónicas que agora “vai deixar de receber”.

Como é que ele soube? Boa pergunta.

“Conheço várias pessoas na Global”, escuda-se o dirigente. “Não faço a menor ideia”, refere Marco Galinha. A administração, garante, não divulga dados de colaboradores. “Não fui



Marco e os PEP
Galinha não quer pagar a colunistas que sejam Pessoas Politicamente Expostas por recear ações judiciais e abalos nos negócios, mas especialistas dividem-se quanto ao argumento. Facto, exagero ou desculpa?

notificada de qualquer decisão do JN como a que o dirigente do Chega revelou, citando dados internos”, reage Mariana Mortágua. “Mais estranho é que, face ao sucedido, a administração da GM ainda não tenha esclarecido que lugar terá o Chega na administração do grupo”, ironiza.

Aos deputados, Galinha garantiu desconhecer o vídeo do Chega.

O problema, explicou, eram os riscos associados aos pagamentos a Pessoas Politicamente Expostas (PEP, no original). O “levantamento rigoroso” na Global detetou, disse, cerca de 800 casos, número considerado “inverosímil” por fontes internas, a menos que reporte ao universo total de colaborações. Nas reuniões sobre o tema, confirmou a VISÃO, Galinha falou apenas de um nome, sempre o mesmo, como fonte de preocupação: Mariana Mortágua. Em público, aludiu ao facto de ter sido alertado por uma organização internacional, cujo nome não revela, e poder ser alvo de ações judiciais e prejudicado nos negócios, sobretudo nos EUA, por causa dos PEP. “É expressamente proibido pagarmos a deputados da nação – não são tão poucos quanto isso – e às suas famílias”, afirmou, através de videoconferência, no Parlamento.

Será mesmo assim?

Para Susana Coroado, da Associação Transparência e Integridade, a medida “mitiga riscos de corrupção e de branqueamento de capitais”, mas “ser PEP não significa ser necessariamente corrupto”, adverte. “A Lei 83/2017 só é de cumprimento obrigatório para as entidades listadas na lei. Não inclui meios de comunicação social. Ainda assim, qualquer empresa e afins pode aderir numa perspetiva de prevenção de riscos de branqueamento e reputacionais.” Oscar Afonso, do Observatório de Economia e Gestão de Fraude, destoa. O pagamento a colunistas políticos por artigos de opinião “não se enquadra na prevenção de riscos relacionada com Pessoas Politicamente Expostas. Contudo, considero que não devem ser pagos”.

5 000

Cinco mil euros a dividir por 52 semanas é quanto Mariana Mortágua (BE) receberá como colunista do JN. Galinha está contra

Um
anos n
do ter
função
argum
um PE
ou out
quean
dor re
Europ
de faz
Se um
semar
esse d
e cuid
que ac
do jor
Na
e quer
Ent
porqu
sos jor
deput
inocen
fá-lo n
rante a
ou um
partid
sos esc
mídia
político
O e
Só s
no, Ma
dirige
órgãos
fontes
mento
de equ
marcas
dispen
barrou
cia, no
padrão
Afonso
blicaçã
os qua
convid
do sen
Mar
geri-lo
recolhi
fontes
o “par
ma ma
propos
reunião
superic
as posi
“Dar-l
forma
causa”,
Não sat

Um especialista internacional, com quase 20 anos no combate à corrupção, ao financiamento do terrorismo e à lavagem de dinheiro, cujas funções implicam anonimato, não se revê nos argumentos de Galinha. "Não há razão para que um PEP não seja pago por trabalho intelectual ou outro. Isso não é, só por si, um risco de branqueamento de capitais", explica este colaborador regular do Banco Mundial e da Comissão Europeia. "A legislação não impede ninguém de fazer negócios lícitos e de receber por eles. Se um jornal paga a um PEP por uma coluna semanal, o *compliance* do banco onde entra esse dinheiro tem especial dever de diligência e cuidadosa avaliação de risco para confirmar que aqueles créditos são mesmo provenientes do jornal e de atividade lícita. Nada mais."

Na Global, há quem seja pago pelos artigos e quem o faça de graça.

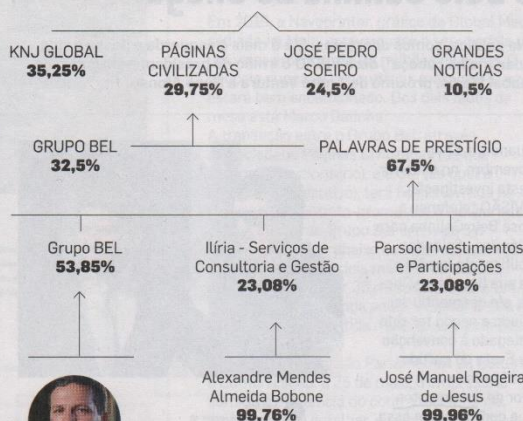
Entre estes últimos, "alguns não percebem porque foram proibidos de escrever nos nossos jornais", alegou Marco Galinha perante os deputados, sem dar exemplos. "Não sejamos inocentes: um colunista ou comentador político fá-lo numa lógica de oportunidade política, garante a continuidade da influência nos partidos ou uma notoriedade que lhe dê acesso a cargos partidários", justifica à VISÃO. "Havendo recursos escassos, e todos nós sabemos a crise que os média atravessam, fará mais sentido pagar a um político no ativo ou a jornalistas?", questiona.

O caso de Nuno Afonso será exceção.

Só assim se compreende que, desde o outono, Marco Galinha venha sugerindo o nome do dirigente do Chega para colunista de um dos órgãos do grupo, confirmou a VISÃO junto de fontes editoriais e da administração. Os argumentos do presidente-executivo são a urgência de equilibrar a alegada falta de pluralidade nas marcas do grupo e o facto de o político em causa dispensar honorários. Até ver, a "sugestão" esbarrou em critérios editoriais de independência, no respeito pela criação intelectual e pelos padrões de exigência das colaborações. Nuno Afonso confirma ter enviado artigos para publicação a vários órgãos de informação, "entre os quais os da Global Media". "Mas nunca fui convidado", esclarece à VISÃO o agora colunista do semanário Novo. "E não sou remunerado."

Marco Galinha, todavia, não se limitou a sugerir-lo para cronista: segundo as informações recolhidas e contrastadas pela VISÃO junto de fontes internas conhecedoras deste processo, o "patrão" insiste no tema há meses e reclama mais espaço editorial e noticioso para as propostas e os protagonistas do Chega. Em reuniões com mais de uma dezena de quadros superiores, criticou as chefias por bloquearem as posições do partido e ignorarem Ventura. "Dar-lhes espaço e protagonismo é a melhor forma de as pessoas perceberem o que está em causa", terá argumentado, numa dessas ocasiões. Não satisfeito, também quis saber que cobertura

Quem são os donos da Global Media



Marco Belo Galinha

72,27%

Domingos Bernardo

Penas Belo

17,73%

BEL Distribuição

10%

Domingos

Bernardo

Penas Belo

5%

Grupo BEL

82%

Leirivending

13%

Fontes: Portal da
Transparência da Entidade
Reguladora para a
Comunicação Social

noticiosa seria dada ao congresso do Chega e ao próprio líder.

Marco Galinha não diz se conhece Nuno Afonso ou se lhe foi referenciado. Mas o irmão José Belo Galinha sim (ver caixa). Militante do Chega, nem disfarçou o entusiasmo quando Marco se tornou acionista de referência da Global: "A TSF no caminho da democracia e sem rabos presos", escreveu nas redes sociais a 1 de novembro de 2020, embora se tratasse apenas da entrevista de André Ventura à estação de rádio no quadro de outras conversas com os candidatos a Belém.

DESCONFIANÇAS MÚTUAS

Era este o quadro entre finais de maio e início de junho quando, numa posição inédita conjunta, quatro conselhos de redação da Global Media (JN, DN, TSF e O Jogo), além dos jornalistas do Dinheiro Vivo, denunciaram "interferências", "ingerências" e "condicionamentos" editoriais, alegadamente protagonizadas ou instruídas por Marco Galinha. A escolha de colunistas, o facto de o presidente-executivo ter acedido à plataforma de administrador das páginas das marcas no Facebook e a circunstância de serem contadas cabeças nas redações estão no rol das queixas. Inês Cardoso (JN) e Rosália Amorim (DN), diretoras dos dois diários generalistas, demitiram-se de administradoras e, apesar das insistências, nunca estiveram disponíveis para falar à VISÃO.

O "patrão" do grupo rejeita as acusações. Todas.

Quer "jornalismo de qualidade e não perder

O Belo Galinha do Chega

"Na política, somos diferentes. Ele é mais à esquerda e passa a vida a dar-me na cabeça", diz à VISÃO o irmão do presidente-executivo da Global Media, próximo de André Ventura e Nuno Afonso.

Quando, a 12 de novembro, no decorrer desta investigação, a VISÃO telefonou a José Belo Galinha para falar das afinidades políticas da família e da sua ligação ao Chega, ele desmentiu ser filiado e negou ter sido delegado à convenção de Évora do partido. Confrontado com o teor de documentos que contrariavam essa versão, admitiu então que era o militante nº 38 do Chega, em Leiria, e confirmou a presença na tal reunião-magna. José Galinha negou também que Marco cultivasse ligações políticas, mas os apoios a Sócrates, em 2009, e a Miguel Pinto Luz (PSD), em 2020, reavivaram-lhe a memória. Quanto ao Chega, assume identificação "total" com Ventura. "O meu irmão nunca se envolveu no partido, muito menos financeiramente", esclareceu, em resposta às nossas perguntas. "Na política, somos diferentes. Ele é mais à esquerda e passa a vida a dar-me na cabeça." Marco costuma recorrer ao exemplo dos irmãos Portas – Miguel era do BE e Paulo é de direita – para justificar a pluralidade política do clã. A 17 de dezembro de 2019, José substituiu o irmão na mesa de honra do almoço-debate com o líder do Chega no International Club of Portugal, do qual o Grupo Bel é "gold sponsor".



Derrotado na "corrida" à distrital de Leiria, José Galinha foi recentemente suspenso da militância por 30 dias. "Não me explicaram porquê." Em causa estarão ataques públicos à direção distrital por causa das escolhas para as autárquicas. "Mas nada beliscou a relação com o Chega", garante, dizendo-se próximo de André Ventura e Nuno Afonso, como, aliás, referiu na primeira conversa com a VISÃO. "Ainda hoje [quinta, 8] dei os parabéns ao Nuno, que faz anos, e trocámos mensagens. Por aí já vê..." Nega, porém, ter sido mensageiro entre

a Global Media e o dirigente para que fossem divulgados, em vídeo, dados confidenciais sobre as colaborações de Mariana Mortágua no JN: "Não sei nada, pergunte ao Nuno. Mas as guerras entre o BE e o PCP talvez expliquem isso..." Diretor-geral da multinacional norte-americana de produtos industriais NCH, sócio e administrador da Futurete, empresa de máquinas e moinhos de café do Grupo Bel, José Galinha é porta-voz do movimento pelas obras no IC2 e organiza marchas lentas contra as "promessas por cumprir".

dinheiro ou muito dinheiro. Não sou político, nem faço política", esclarece. "As direções de informação são livres de escolherem quem querem para comentar. E isso não será alterado com esta administração." Galinha queixa-se de incompreensão quando, na sua versão, tenta salvar um grupo que "perdeu 230 milhões de euros em 11 anos". Mas, por diversas vezes, foi alertado pelas direções editoriais para as especificidades e sensibilidades deste negócio. "Nunca ligo ao que lhe dissemos", refere quem com ele reúne.

A contratação de 20 jovens "jornalistas", anunciada por Galinha no Parlamento, é uma das situações polémicas. O presidente-executivo garante terem sido recrutados nos moldes habituais, com envolvimento das direções editoriais. Estas queixaram-se de só terem sido ouvidas depois de o diretor de marketing entrevistar os candidatos, "que estão mais interessados em ser programadores ou gerir redes sociais". Também já houve a fase em que Galinha quis promover internamente o youtuber Windoh (Diogo Figueiras) e até sugeri-lo para artigos e entrevistas. O empresário viu no jovem boas ideias para a área digital e de novos "mídia" e convidou-o para reuniões na Global, tendo Windoh dado nas vistas quando estacionou o seu BMW i8 verde-álface, de mais de 165 mil euros, nas instalações de Lisboa. O jovem que gastou 1 500 euros num bife coberto de ouro no Dubai, estará, segundo a TVI, sob investigação da PJ por vender um curso sobre criptomonedas. "Não tenho problema nenhum que me investiguem", reagiu, em março, à *Notícias Magazine*.

As diretrizes e os departamentos do Grupo Bel na Global são cada vez mais presentes, seja ao nível dos recursos humanos ou dos serviços jurídicos. Para junto de si, Galinha chamou Bruno Ventura, antigo vice-presidente da distrital do PSD-Lisboa durante a liderança de Miguel Pinto Luz. O assessor da administração, ex-diretor da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), tem estado muito ativo nas áreas comerciais e digitais do grupo, embora já tenha ganho a alcunha de "controleiro". Quanto à amizade de Galinha com o vice-presidente da Câmara de Cascais, cuja candidatura a líder do PSD apoiou, vem do tempo do Instituto Superior Técnico, diz o próprio. Mas o visado tem outra versão: "Conheci o Marco por altura das eleições internas de 2020, quando reuni personalidades da sociedade civil", garante. "Damo-nos bem, mas não somos amigos de casa", acrescenta Miguel Pinto Luz, colunista do JN desde o ano passado e um dos comentadores do espaço de opinião da TSF, *Não Alinhados*, desde 8 de março.

DE SÓCRATES AO PÓS-SÓCRATES

Pode parecer que Marco Galinha puxa para a asa direita.

Mas a inclinação, na verdade, começou à esquerda.

Miami ligada a corresponsários de um aparelho de um dólar

A 15 de Lobo (I para da crates, ganharia empres nas vists do PS d muito h particip ao púlp O pr João Va Web Su ro gouve Ribeiro todos à conhece lhe cede Sócrate centrad Bento e apartam tentativ querem com est tionou, nheiro S País, por muito m O cal -ministr res, segu que é só Leagues qual o e Marco é jetivo ch



Miami Empresa ligada a Galinha corresponde a um apartamento avaliado em mais de um milhão de dólares

**ARTICLE VII
DIRECTORS**
The business of the corporation shall be managed by a Board of Directors consisting of not fewer than one person, the exact number to be determined from time to time in accordance with the Bylaws. The names of the directors of the Board of Directors who shall serve until the first annual meeting of shareholders or until his successor is elected and qualified shall be:

Marco Belo Galinha

**ARTICLE IX
INCORPORATOR**
The name and address of the incorporator is: Marco Belo Galinha, 450 Alton Road, No. 1904, Miami Beach, Florida 33139.

A 15 de setembro de 2009, a Praça Rodrigues Lobo (Leiria), encheu-se de bandeiras do PS para dar fôlego a um já desgastado José Sócrates, candidato nas legislativas desse ano que ganharia sem maioria absoluta. Um ainda jovem empresário da região, então com 32 anos, dera nas vistas em alguns jantares, entrara no radar do PS distrital e o telemóvel soou. "Sinto-me muito honrado por me terem telefonado para participar", afirmou Marco Galinha, subindo ao púlpito.

O primeiro a reparar nele fora o já falecido João Vasconcelos, "homem das startups" e da Web Summit, secretário de Estado no primeiro governo de António Costa. Mas Almeida Ribeiro, Luís Bernardo e André Figueiredo, todos à época pesos-pesados junto de Sócrates, conhecem-no desses tempos e o primeiro até lhe cedeu o lugar no comício. Marco defendeu Sócrates das notícias e "calúnias" da época, centradas na polémica das escutas entre São Bento e Belém, nos casos da licenciatura, do apartamento da Rua Brancaamp e da alegada tentativa de controlo da comunicação social. "E querem viver, andar com o País para a frente, com este tipo de conversas e assuntos?", questionou, condoído, Galinha. "Sinto que o engenheiro Sócrates me dá confiança", assumiu. "Se o País, por acaso, fosse parar a outras mãos, seria muito mau para todos nós."

O cabeça de lista por Leiria foi então o ex-ministro Luís Amado, cujos negócios familiares, segundo a *Sábado*, incluem uma empresa que é sócia de Marco Galinha na imobiliária Leaguestrong, de atividade residual, e sobre a qual o empresário não quis falar à VISÃO. "O Marco é um fura-vidas, sempre teve como objetivo chegar a pessoas aparentemente inacessí-

Naveprinter por 5,5 milhões

Em 2019, a Naveprinter, gráfica da Global Media sediada na Maia, esteve quase a ser vendida por um valor próximo dos 12 milhões de euros. O negócio nunca se concretizou, mas, desta vez, estará bem encaminhado. Dos dois lados da mesa está Marco Galinha.

A transação entre o Grupo Bel, através da sociedade Páginas Civilizadas (de que é acionista maioritário), e a GM (da qual é presidente-executivo), terá ficado lavrada há meses num contrato-promessa. A Naveprinter deverá custar ao Grupo Bel cerca de 5,5 milhões de euros, abaixo do valor da avaliação. O comprador paga dois milhões de euros e difere o restante por 36 meses. Quanto à GM, fica a pagar uma renda anual superior a 400 mil euros à empresa detida maioritariamente pelo Grupo Bel.

Ouvido pela Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação, a 25 de maio, o empresário admitiu a existência do contrato-promessa, embora sem o detalhar, e referiu-se à gráfica da Maia como "ativo não estratégico", que acumula prejuízos. "A Naveprinter andou em processo de venda mais de três anos, ninguém quis pegar no dossier e, mais uma vez, o Grupo Bel está preparado para salvar a Global Media, recuperando esses ativos para outro setor que seja possível, mas não existe neste momento", explicou aos deputados. "A Global Media ficar com a Naveprinter era o caminho direto para o cemitério, porque o papel tem os dias contados", justificou.

veis. Pede a uns para chegar a outros", relatam a partir do seu universo familiar.

Ora, uma dúzia de anos depois do comício de Leiria, as boas almas socialistas reencontram-se. Mas já sem Sócrates por perto ou a servir de inspiração.

A entrada de Marco Galinha no capital da Global foi assessorada por Almeida Ribeiro, antigo quadro dos serviços secretos e ex-secretário de Estado Adjunto de Sócrates. Luís Bernardo, ex-assessor do chefe de governo do PS fê-lo "como amigo, informalmente". Maçon, Almeida Ribeiro – que não respondeu à VISÃO – estava no ISCTE quando Galinha se lembrou dele para dirigir a Aximage, empresa de sondagens e estudos de mercado comprada pelo Grupo Bel em 2020, negócio que também teve intervenção de Luís Bernardo.

Almeida Ribeiro e o ex-diretor de comunicação do Benfica trabalharam para o ex-ministro Manuel Maria Carrilho, estiveram com Sócrates no governo, e até se juntaram, por momentos, no futebol, quando Bernardo recorreu aos serviços do ex-espão no "gabinete de crise" criado pelo clube para lidar com os processos judiciais.

**GALINHA
SUGERIU NUNO
AFONSO PARA
COLONISTA DE
UM ÓRGÃO DA
GLOBAL MEDIA
E INSISTE QUE
SE DÊ DESTAQUE
AO CHEGA
EM NOME DA
"PLURALIDADE"**

LUÍS BERNARDO (EX-SÓCRATES E EX-BENFICA) JÁ TRABALHA COM A GLOBAL MEDIA. "SE O MARCO SEGUISSE OS MEUS CONSELHOS..."

Nas eleições internas do PS montaram a equipa de António José Seguro para derrotar António Costa, mas Almeida Ribeiro portou-se como agente duplo: as escutas do processo *Marquês* apanharam-no a informar Sócrates de tudo o que se passava na candidatura. A 8 de outubro de 2012, findo o consulado socialista, Almeida Ribeiro, Luís Bernardo, Óscar Gaspar (ex-secretário de Estado da Saúde) e Vítor Escária (atual chefe de gabinete do primeiro-ministro) foram sócios na United Pride Holdings, SGPS, empresa de consultoria fechada em 2019.

"Se o Marco seguisse os meus conselhos, a Global Media estava bem diferente", gracinha Luís Bernardo, à beira de formalizar a ligação da sua consultora WL Partners ao grupo. O seu nome ressoa pela casa há vários meses. "Pedi a lista dos maiores anunciantes e dos municípios que mais investem em publicidade e passa a vida a fazer exigências", relatam fontes internas. Ele explica: "Temos praticamente fechado um acordo de colaboração para facilitar sinergias entre diversas entidades e darmos apoio à concretização de projetos com clientes que possam ser úteis à Global", garante à VISÃO. Um desses cliente pode bem ser a Altice Portugal, admite. "Trabalho muito com eles", justifica Luís Bernardo.

Na multinacional de telecomunicações está outro amigo de Bernardo e do próprio Galinha: ex-deputado e ex-secretário-geral adjunto de Sócrates, André Figueiredo. A sua fidelidade ao antigo líder foi, até dada altura, inquestionável. Todo-o-terreno e para todas as estações. Era um dos homens à mesa, na sala de jantar de Sócrates, em 2015, quando este assitiu ao debate entre António Costa e Pedro Passos Coelho enquanto cumpria a prisão domiciliária. Agora, é diretor de comunicação e chefe de gabinete do CEO Alexandre Fonseca, outro amigo de Marco Galinha, mas tal não garante nada: por agora, o investimento publicitário da Altice na Global é praticamente zero e o interesse tecnológico nulo. A adesão do grupo a outro operador não ajudou.

ERA UMA VEZ NA AMÉRICA

"Tubarão" nos negócios, Galinha também nada em águas internacionais. E a réplica do selo oficial do Departamento do Tesouro no gabinete indicia uma relação especial com os



PS e Chega Galinha
contratou a consultora
de Luís Bernardo para
a Global e sugeriu
internamente Nuno
Afonso para colunista
de um dos títulos

EUA. O currículo oficial refere a formação em Marketing e Gestão na Harvard Business School. A relação da Active Space Technologies (Grupo Bel) com a NASA também é conhecida, mas Marco não ousa levantar voo quando questionado sobre outros negócios e ligações. Aos deputados, referiu ter quatro empresas na pátria de Kennedy, sem as nomear, e admitiu ter falhado a compra de outra, na área da segurança. "Todas as empresas com sede em Portugal e no estrangeiro inserem-se no âmbito das atividades empresariais desenvolvidas pelo Grupo Bel", foi a lacónica frase repetida à VISÃO sobre estes assuntos.

Se as respostas de Marco Galinha não revelam muito sobre o seu lugar na América, talvez a América nos diga algo sobre ele.

Primeira paragem: 450 Alton Road, apartamento 1904, Miami Beach, Flórida.

Com vistas soberbas para a baía Biscayne e design de interiores da autoria de Philippe Starck, o edifício Icon, construído numa das áreas mais exclusivas da cidade, é um arranha-céus em forma de S com 40 andares, piscinas, spa, biblioteca, restaurante e outros luxos, destinado a estilos de vida de classe mundial. Num apartamento com mais de 163 metros quadrados,

Ponte

Ativo nas

"Hoje até minimizar a tirar a foto Salazar q anos!" Ma é um des e praticar nas redes de outubro uma paus e tirou um com a Po Abril em revolução ali chama faz parte devemos para não os mesm nim é e s a Ponte S aliás nun a necessi arrancare escreveu, publicaçã A 9 de d CEO do G

avaliado e sediada a registada de Marco

Apare atividade

Já o ge vices, em e das bur tem que s

Nascid do Urugu em 2006 com cred de Miami Stanham imobiliári para clien liquidez. A -fundado da Miami conforme

Ao lon vindo a s lacionad Foi um d Zavallos,

Ponte Salazar "sempre", "bandidos" do RSI nunca mais

Ativo nas redes sociais, Marco Galinha é, por vezes, mais inflamado nas suas opiniões, mesmo quando geram controvérsias

"Hoje até parei na minimaratona para tirar a foto da Ponte Salazar que fez 50 anos!" Marco Galinha é um desportista nato e praticante assíduo nas redes sociais. A 23 de outubro de 2016 fez uma pausa na corrida e tirou uma selfie com a Ponte 25 de Abril em fundo, mas a revolução não era para ali chamada. "O passado faz parte da história, não devemos apagar, até para não cometermos os mesmos erros! Para mim é e será sempre a Ponte Salazar, aliás nunca percebi a necessidade de arrancarem o nome", escreveu, após críticas à publicação no Facebook. A 9 de dezembro, o CEO do Grupo Bel



queixou-se de "mais um assalto" à frota da empresa. "Sempre os mesmos, hoje não foram apanhados por pouco, não sei qual é a raça ou cor, mas são ladrões e devem receber o RSI [Rendimento Social de Inserção]", indignou-se. Galinha garantiu que, nos últimos cinco anos, o grupo

Marco Galinha
14 min ·

Mais um assalto esta manhã, sempre os mesmos, hoje não foram apanhados por pouco, não sei qual a raça ou cor mas são ladrões e devem receber o RSI, recuperamos a mercadoria quase toda ao lado do aeroporto de Lisboa, nos últimos 5 anos tivemos mais de 40 sequestros com armas na cabeça a país de família que honradamente trabalham todos os dias para pagar contas, muitos já desistiram de trabalhar com traumas de stress... hoje na passagem da perseguição da GNR para a área territorial da PSP deu sorte aos assaltantes... num país com leis certas a perseguição de um crime de flagrante delito era mais certa, mas assim protege mais os bandidos.

foi alvo de "mais de 40 sequestros com armas na cabeça a país de família que honradamente trabalham todos os dias para pagar contas". E desabafou: "Num País com leis certas, a perseguição de um crime de flagrante delito era mais certa, mas assim protege mais os bandidos..." O empresário elogia, sim, a polícia: "É uma grande honra ver estes operacionais em ação que arriscam a vida tantas vezes por nós e são sempre um alvo fácil no 'abuso de autoridade'", escreveu sobre a PSP, em 2018. O post sobre os assaltos foi, entretanto, apagado.

mação
Business
nologies
conheci-
quando
ligações.
mpresas
e admi-
área da
sede em
o âmbito
idas pelo
à VISÃO

ão reve-
ca, talvez

, aparta-
scayne e
pe Star-
das áreas
ha-céus
nas, spa,
lestinado
um apar-
adradados,

avaliado em mais de um milhão de dólares, está sediada a Miami Shark Corporation, sociedade registada a 20 de fevereiro de 2019 em nome de Marco Belo Galinha.

Aparentemente, a Miami Shark não tem atividade conhecida.

Já o gerente da Corporate Maintenance Services, empresa contratada para tratar do registo e das burocracias da sociedade ligada a Galinha, tem que se lhe diga.

Nascido nas Bahamas, filho de um ex-cônsul do Uruguai condenado a nove anos de prisão em 2006 por fraude bancária numa operação com créditos do antigo Espírito Santo Bank de Miami, então do universo BES, Nicholas Stanham é advogado especializado em bens imobiliários de luxo e estruturação empresarial para clientes não residentes nos EUA de elevada liquidez. A morada do escritório do qual é sócio-fundador e da empresa que tratou do registo da Miami Shark, de Marco Galinha, é a mesma, conforme documentação acessível online.

Ao longo dos anos, Nicholas Stanham tem vindo a ser associado na imprensa a casos relacionados com branqueamento de capitais. Foi um dos advogados do peruano Fernando Zevallos, condenado a 20 anos de prisão por



800

Dólares. Foi quanto Marco Galinha contribuiu para a campanha da reeleição de Obama nos EUA, em 2012.

narcotráfico (2005) e a 27 anos por lavagem de dinheiro (2020). O criminoso chegou a ter conta no BES, em Miami, e, em 2008, os tribunais peruanos pediram a extradição dos seus advogados, entre eles Nicholas, suspeitos de facilitar a lavagem do dinheiro do narcotraficante através de 11 empresas offshore, dando aparência legal aos seus negócios. Ouvido por um juiz, Nicholas Stanham declinou responsabilidades e atribuiu culpas ao sócio maioritário do escritório onde então trabalhava. Em 2010, com o processo por concluir, a sociedade de advogados foi dissolvida para evitar as investigações e o sócio maioritário ter-se-á mudado para Israel.

Entre 2012 e 2014, Nicholas Stanham surgiu ligado a Rafael Amezcua, dono da sociedade financeira Ficrea, no México, acusada de defraudar as poupanças de seis mil pessoas, muitas delas idosas. Os cabecilhas adquiriram 104 carros de marcas Porsche e BMW, compraram mais de 100 imóveis nos EUA, em Espanha e no Reino Unido, e foram acusados de lavagem de dinheiro e outros delitos financeiros. Na Flórida, o dono da Ficrea registou 26 empresas: entre as sociedades que administravam o portefólio imobiliário estava a Corporate Maintenance Services, de Nicholas Stanham.

Mais de três milhões sem rasto

Grupo Bel foi condenado a pagar 2,2 milhões de euros ao Fisco, na sequência de uma inspeção tributária que não encontrou documentos que justificassem saídas de dinheiro e respetivos destinatários

Durante uma inspeção aos anos fiscais de 2012 e 2013 na Tabaqueira Bel II, uma das empresas que depois dariam origem ao Grupo Bel, a Autoridade Tributária não conseguiu rastrear o percurso e os destinatários de mais de três milhões de euros alegadamente subtraídos à sociedade. O relatório fala em "fortes indícios" de saídas financeiras "sem qualquer controlo quanto ao destino". Contestada nas instâncias judiciais por Marco Galinha, a versão acabou sufragada pela

sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAFI), em 2018, e pelo acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), no ano seguinte. O grupo a que o empresário preside foi condenado a liquidar mais de 2,2 milhões de euros ao Fisco, no âmbito de tributação autónoma, face à inexistência de documentação que justificasse saídas em numerário e permitisse identificar o destinatário dos €3 083 757 que terão "voado" da empresa, além de outras irregularidades. À época, a Tabaqueira Bel II era liderada pelo industrial Manuel Barbeiro Costa e dirigida por Marco Galinha (sócios e administradores, a par da ex-mulher



MARCOS BORSA

do segundo, sem influência na gestão quotidiana, soube a VISÃO). As desavenças entre os principais sócios vêm dessa época, envolveram o grupo Respol, para o qual Marco trabalhou, e geraram acesos conflitos judiciais. No caso dos negócios de tabaco, o relatório da AT, que incidu sobre sociedades do mesmo universo empresarial, detetou situações contabilísticas e financeiras caóticas: gastos com viaturas (reparações, combustíveis, impostos, portagens, entre outros) sem relação com a atividade da empresa, duplicação de despesas, ausência de extratos bancários, cópias de cheques ou outros documentos que identificassem

transferências de dinheiro e destinatários das mesmas. A sociedade esteve dois anos sem programa informático de gestão, faturação e contabilidade e foi impossível validar o inventário do tabaco distribuído nas máquinas ou ter acesso a dados contabilísticos sobre clientes. Segundo os tribunais, "a situação de indistinação patrimonial, financeira e contabilística" possibilitou "a ocorrência de saídas de numerário, sem contrapartida e sem suporte documental" e que "não têm destinatário conhecido ou cognoscível". À VISÃO, Marco Galinha disse apenas que o grupo não tem dívidas fiscais.

O advogado apareceu ainda associado a Angélica Rivera, antiga primeira-dama do México (mulher do ex-Presidente Enrique Peña Nieto), proprietária de um apartamento em Miami ocultado através de uma sociedade-fachada, comprado com crédito do BES local – mais de 1,3 milhões de dólares – empréstimo que liquidou em seis anos. Stanham assessorou Rivera entre 2007 e 2008, pelo menos.

Claudia Villafañe, ex-mulher de Maradona, foi uma das pessoas famosas que adquiriram, em tempos, apartamentos nesta zona de Miami. Quando o astro argentino entrou com processos judiciais para recuperar o dinheiro investido, nem com a "mão de Deus" lá chegou.

Na impossibilidade de obter de Galinha informações sobre os seus investimentos, ou do Grupo Bel, no exterior, a VISÃO tentou recolhê-las junto do advogado na Flórida, sem sucesso. A Miami Shark Corporation é, pois, um mistério, ainda que apareça na página profissional do CEO do Grupo Bel no LinkedIn.

O AMIGO DEVIN E OUTROS LAÇOS

Mas nem só desta América se faz um "tubarão".

Em novembro de 2012, Marco Galinha surgiu como modesto contribuinte da campanha eleitoral para a reeleição de Barack Obama: foram apenas 800 dólares, é certo, mas o endereço que deixou registado na lista oficial de financiadores deu *glamour* ao gesto: é a localização do luxuoso hotel Waldorf Astoria, em Nova Iorque.

Amigo de confiança dos norte-americanos, o empresário da região do oeste tem sido premiado e distinguido pelos bons serviços prestados à delegação portuguesa da AFCEA (Armed Forces Communications and Electronics Association, no original), organização sem fins lucrativos sediada no estado de Virgínia (EUA), a meia hora de carro do quartel-general da CIA. A AFCEA promove sinergias entre indústrias tecnológicas, academias, governos, setores de defesa, segurança interna e inteligência. O tenente-general aposentado William Bender, ex-diretor de informações da Força Aérea dos EUA, é o *chairman* da organização.

Por cá, Galinha associou-se ao fundo de investimentos norte-americano Apollo, quando apresentou, sem sucesso, uma proposta para a compra da Media Capital.

Um dos seus amigos na política dos EUA, de acordo com fontes de topo da Global Media, é Devin Nunes, congressista republicano de origens açorianas, ligado ao Comité de Inteligência, a quem o ex-Presidente Trump concedeu a Medalha da Liberdade.

Sim, Devin está longe de ser um desconhecido.

Com acesso a ampla variedade de informações das agências de espionagem, ele também guarda, segundo a National Public Radio, alguns dos seus segredos mais profundos. Foi, aliás, o rosto mediático do frustrado combate da direita

LUÍS BARREIRA

para ilibar e das sus agentes r Clinton n espionage campanha por escrit Devin Nu manteria

A CASA D

Se a ação norte-am trovéria, Kremlin n a dar que

Casado de joias e Hotel (Ca o sogro, l Flugraph, imobiliári fusão de v tate Group sites de no a um ex-g nos Urais dustriais c dução mil de Galinha

Em Por eventos se filantropo seu vínculo nas áreas Academia tão de visi

do a An-
México
a Nieto),
Miami
fachada,
mais de
ue liqui-
u Rivera

aradona,
quiriram,
e Miami.
processos
investido,

Galinha
ntos, ou
ntou re-
ida, sem
i é, pois,
ina pro-
kedin.

tubarão".
na surgiu
nha elei-
a: foram
ndereço
financia-
zação do
a torque.
ericanos,
ido pres-
pres-
EA (Ar-
electronics
sem fins
ia (EUA),
l da CIA.
dústrias
setores
ência. O
Bender,
érea dos

do de in-
quando
ta para a

EUA, de
Media, é
o de ori-
inteligên-
oncedeu

desco-

nforma-
também
o, alguns
i, aliás, o
da direita



LUIS BARBA

para ilibar Trump do processo de *impeachment* e das suspeitas de conluio e conspiração com agentes russos visando a derrota de Hillary Clinton nas eleições de 2016. As tentativas de espionagem e desinformação estenderam-se à campanha que elegeu Joe Biden. Em entrevista por escrito ao DN, 20 dias depois das eleições, Devin Nunes ainda acreditava que Trump se manteria como Presidente.

A CASA DA RÚSSIA

Se a ação dos russos nos bastidores da política norte-americana é algo que não oferece controvérsia, a presença da oligarquia próxima do Kremlin nos negócios de Marco Galinha começa a dar que falar.

Casado com Alina Leivikova Belo, designer de joias e diretora de comunicação do Farol Hotel (Cascais), o empresário partilha com o sogro, Mark Leivikov, a administração da Flugraph, SGPS, sociedade com interesses no imobiliário, hotelaria e turismo, resultante da fusão de várias empresas detidas pelo Opus Estate Group Limited, sediado no Dubai. Alguns sites de notícias russos associam esta empresa a um ex-governador da região de Chelyabinsk, nos Urais do Sul, um dos maiores centros industriais do país na área da metalurgia e produção militar, de onde o ramo russo da família de Galinha é natural.

Em Portugal, Mark Leivikov não se furta a eventos sociais e é reconhecido pela faceta de filantropo cultural. Medalhado pela Unesco, o seu vínculo a fundações e organizações estatais nas áreas educacional e artística, entre elas a Academia de Artes da Rússia, constituem cartão de visita, além dos negócios imobiliários ou

Espírito militar
Marco promove
equipes de
"generais", "coronéis"
e "sargentos"



**Leivikov, sogro
e parceiro**
Mark Leivikov e Marco
Galinha partilham
negócios imobiliários
e de hotelaria.
O filantropo russo,
milionário dos Urais
e bem relacionado no
Kremlin, é também o
sogro do empresário

DEVIN NUNES, CONGRESSISTA COM ACESSO ÀS "SECRETAS", É UM DOS SEUS BONS CONTACTOS NOS EUA

da gestão do Farol Hotel. Mais ofuscada pela distância é a sua atividade no país governado por Putin.

Nascido em família abastada, este antigo chefe do departamento ideológico da organização juvenil do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no Instituto Politécnico de Chelyabinsk, com morada na Quinta da Marinha, em Cascais, pertence ao chamado "clube dos oligarcas" da região, reunidos em torno da União de Industriais e Empresários. Mark Leivikov já foi considerado uma das 100 pessoas mais ricas desta parte da Rússia. Próximo do ex-vice-primeiro-ministro Viktor Khristenko e "versado nas complexidades da política, da economia e das relações humanas", segundo amigos, o sogro e parceiro de negócios de Galinha tem ou teve interesses em empresas privadas e estatais nos setores de construção, energia, imobiliário, restauração, hotelaria e metalurgia, onde se incluíram uma boite e um casino. A proximidade à nomenclatura de Moscovo não o livrou de escândalos mediáticos a propósito dos seus investimentos na Rússia. Uma sociedade *offshore* em que figurava como acionista apareceu nos *Panama Papers*. Porém, nem Mark nem Marco estiveram disponíveis para falar à VISÃO dos laços de família e negócios em comum.

Recapitulemos, pois: Galinha atua hoje em tabuleiros que vão muito além do seu peso empresarial no espaço mediático nacional, embora nem tudo se revele transparente. Perante isto, a Global Media, principal dor de cabeça no momento, até parece assunto menor. Ou talvez não, dada a influência que representa. Há dias, o empresário fez rondas pelas redações a anunciar os bons resultados do grupo nos últimos meses em termos de faturação. Prometeu aumentar salários mais baixos e deu ares de querer es-quecer conflitos recentes e latentes, ou não se continue a falar de cortes e despedimentos, lá para setembro. Para o livrar de mais sustos, já lhe explicaram que a palavra "camarada" não tem, nas redações, as conotações que ele julgava, nem sugere infiltrações esquerdistas no grupo. Por agora, talvez Galinha respire de alívio. Mas, tal como advertiu em entrevista recente à *Exame*, tem uma única forma de estar nos negócios: "Se a coisa corre mal, salto fora." Até porque o capital, reforça, "dorme onde nós queremos, não é onde os governos querem." ■ mbarvalho@visao.pt

“Uma catástrofe iminente” - Edição 1487 (2/9 a 8/9/2021), p. 54-60.







Ninguém conhece o FSO Safer melhor do que Ahmed Kulaib. O ano em que foi trabalhar para a Hunt Oil Co. como mestre de carga foi o mesmo, 1988, em que esta companhia petrolífera com sede em Dallas, Texas, EUA, instalou, a poucas milhas da costa do Iêmen, um antigo petroleiro que havia convertido em navio flutuante de armazenamento e de descarga de petróleo (FSO, floating oil storage and off-loading).

O navio, com capacidade para 3,1 milhões de barris, recebia petróleo bombeado de campos de hidrocarbonetos da região de Marib, armazenando-o no mar, para depois ser descarregado em navios-tanque para exportação.

O acordo de partilha de produção que os texanos haviam estabelecido com o governo do Iêmen expirou em 2005, deixando o controle do navio nas mãos da Safer Exploration and Production Company (SEPOC). Ao longo dos anos, Kulaib foi progredindo na hierarquia ao serviço da estrutura de ferro, com 576 metros de comprimento, que é o FSO Safer.

"Conheço-o muito bem, conheço-o peça a peça", salienta Kulaib em declarações à TIME, no Cairo, onde agora vive. Ele fala do Safer com uma nostalgia paternal. "Em tempos, foi um bom navio, mas, agora, já não o é."

Kulaib era diretor-geral da SEPOC, em 2014, quando membros do movimento xiita Houthi conquistaram o Norte do Iêmen e precipitaram uma guerra civil que ainda hoje continua. Exasperado com a corrupção e com o caos que se seguiram, Kulaib deixou o país. O seu cargueiro, o Safer, continua no mesmo lugar, ligado umbilicalmente à costa iemenita do mar Vermelho, através de um oleoduto submarino de sete quilômetros.

O gigantesco navio não tem tido praticamente qualquer manutenção desde que Kulaib partiu. As válvulas das caixas de mar, que em tempos alimentavam o sistema de refrigeração, enferrujaram e já não é possível vedá-las completamente, diz ele. O sistema de extinção de incêndios já não funciona. E a energia provém de um pequeno gerador no convés que fornece a iluminação



Sinais de alerta
Sem manutenção apropriada desde 2015, são cada vez mais frequentes as fugas de crude

e o aquecimento necessários à equipa mínima de trabalhadores da SEPOC.

A 27 de maio de 2020, a rotura de um tubo fez com que a água do mar inundasse a sala das máquinas. Um serviço de reparação que, em circunstâncias normais, demoraria quatro horas acabou por durar cinco dias de esforços ininterruptos, segundo um relatório sobre a situação de emergência consultado pela TIME. Foi necessária uma equipa de mergulhadores locais para selar as aberturas externas das caixas de mar, debaixo de água. Só então é que a tripulação da SEPOC, a bordo, conseguiu consertar o tubo danificado na sufocante sala das máquinas.

Essa obra de reparação é quase segura, refere Kulaib. Mais perigoso é o oxigénio que poderá estar a acumular-se nos 34 tanques do Safer e a misturar-se com gases voláteis de petróleo bruto, devido aos gases inertes que escapam das vedações corroídas, acrescenta. "Qualquer faísca, acredite em mim, resultará numa grande explosão naquele navio."

As consequências são impossíveis de determinar. Contendo 1,14 milhões de barris de crude, o Safer poderá derramar uma quantidade de petróleo quatro

vezes superior à que o cargueiro Exxon Valdez verteu no Alasca, em 1989. Poderá também agravar a dimensão da catástrofe no Iêmen, um país que já enfrenta a maior crise humana, depois de seis anos de uma guerra cada vez mais complexa.

O TEMPO ESCASSEIA

O impacto de tal desastre dependerá das variações sazonais das condições climáticas e marítimas. A agência humanitária ACAPS, com sede em Genebra, estima que, se o Safer derramar petróleo entre abril e junho, isso afetaria 31 500 pescadores e 235 mil outros trabalhadores de indústrias relacionadas com a pesca, além de encerrar, provavelmente, durante um mínimo de três meses, o vital porto de Hodeida, principal entrada de uma nação onde a maioria da população passa fome.

A limpeza de um potencial derrame custaria 20 mil milhões de dólares [mais de 16 mil milhões de euros], segundo cálculos da ACAPS, em que a consultora RiskAware, com sede no Reino Unido, se baseou para informar o governo britânico. Isso equivale ao total do Produto Interno Bruto (PIB) do Iêmen, em 2019.

"QUALQUER FAÍSCA, ACREDITE EM MIM, RESULTARÁ NUMA GRANDE EXPLOSÃO NAQUELE NAVIO"

AHMED KULAIB

Um ir
ainda pio
soas no l
na Arábi
exposiçã
poluição
sistema d
devido à
lômetros
no Iêmen
fuligem,
milhões d
saúditas

Se se
nários "c
petrolife
mais regi
timativas
analista d
entanto,
passado p
Nações U
Andersen
para se ev
humana",
de recup
rem com
acesso ac

Para al
é emble
dade inte
ra que di
sempre a
critica R
no Iêmen
Fronteira
ticipantes
trocinada
de mudan
e de apre
só faz co

É difíci
um desas
Mas, par
da inaçã
consultor
bem pert
do ano p
de nitrato
no porto
causando
tos, apesa
locais ter
riscos qu
to repres
história d
FSO Safer

AINDA M
Antes de
ficado, en
de Ali Ab
dividia-se
be do Iê
dos saudi



Um incêndio a bordo poderá ser ainda pior. Mais de 5,9 milhões de pessoas no Iêmen, e um milhão de outras na Arábia Saudita, correm o risco de exposição a elevadíssimos níveis de poluição atmosférica – esmagando um sistema de saúde que já está de rastros devido à Covid-19. Cerca de 500 quilômetros quadrados de terras agrícolas no Iêmen poderão ficar cobertos de fuligem, fazendo com que quase 10 milhões de iemenitas e 1,5 milhões de sauditas percam as colheitas.

Se se concretizarem, os piores cenários “constituirão o maior desastre petrolífero causado pelo Homem jamais registrado, segundo as nossas estimativas”, salienta Belal al-Mazwda, analista de informação da ACAPS. No entanto, apesar do aviso feito no ano passado pela diretora do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Inger Andersen, de que “o tempo escasseia” para se evitar uma “iminente catástrofe humana”, as várias tentativas de equipas de recuperação da ONU para negociarem com os houthis que controlam o acesso ao FSO Safer têm fracassado.

Para alguns, a massa podre do Safer é emblemática da inércia da comunidade internacional perante uma guerra que dura há seis anos. “Eles estão sempre a tentar fazer a mesma coisa”, critica Raphael Veicht, chefe de missão no Iêmen da organização Médicos sem Fronteiras (MSF), referindo-se aos participantes nas negociações de paz patrocinadas pela ONU. “Não são capazes de mudar os mecanismos de mediação e de apresentar algo de novo – e isto só faz com que o conflito se arraste.”

É difícil fazer soar o alarme para um desastre que ainda não aconteceu. Mas, para dar um exemplo do preço da inação, destaca Ian Ralby, perito da consultora IR Consilium, basta olhar bem perto, para Beirute. Em agosto do ano passado, 2 750 toneladas de nitrato de amónio explodiram no porto da capital libanesa, causando mais de 200 mortos, apesar de as autoridades locais terem sido avisadas dos riscos que o armazenamento representava. Ralby vê a história a repetir-se com o FSO Safer.

AINDA MAIS FOME

Antes de se tornar um país unificado, em 1990, sob a liderança de Ali Abdullah Saleh, o Iêmen dividia-se entre a República Árabe do Iêmen (mais tribal e próxima dos sauditas), no Norte, e a República

Popular, no Sul, [marxista e] aliada da União Soviética. Como Presidente, Saleh gastou todo o capital político a consolidar o seu poder, em vez de unir o país. Apoiado por monarcas que enriqueceram graças ao petróleo da vizinha Arábia Saudita, a administração de Saleh ficou marcada por corrupção, pobreza e desigualdade.

Um mês após as manifestações populares terem derrubado o Presidente da Tunísia, Zine al-Abidine Ben Ali, em janeiro de 2011, muitos iemenitas viram ali uma oportunidade para lançar a própria “Revolução de Jasmim”. Depois de meses de protestos e de ter sido ferido num ataque bombista ao seu palácio, Saleh fugiu para a Arábia Saudita e

entregou o poder ao vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur al-Hadi.

Quando o movimento pró-democracia no Iêmen começava a recompor-se, o seu trabalho foi desfeito por “uma contrarrevolução, uma conspiração regional, uma guerra da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos e um golpe financiado pelo Irão”, acusa a jornalista Tawakkol Karman, colaureada com o Nobel da Paz 2011.

O golpe foi da autoria dos houthis, que assumiram o controlo de Sana, a capital, no início de 2015, e que forçaram a fuga de Hadi e das suas tropas para sul. Seguiu-se a guerra, quando uma coligação chefiada pela Arábia Saudita interveio com ataques aéreos sobre território houthi. Esta Operação Tempestade Decisiva foi tudo menos decisiva. Dos quase 23 mil ataques aéreos levados a cabo por esta aliança, nos últimos seis anos – usando munições norte-americanas, britânicas e francesas –, 6 673 visaram alvos não militares e 8 760 civis foram mortos, segundo o Yemen Data Project (ligado à Fundação Soros).

Em fevereiro, o Presidente dos EUA, Joe Biden, no seu primeiro discurso de política externa perante o Departamento de Estado, anunciou que iria deixar de vender armas “ofensivas” à Arábia Saudita para uso no Iêmen.

Ainda que o conflito seja frequentemente identificado como uma “guerra por procuração” entre a Arábia Saudita e o seu arqui-inimigo Irão, que tem apoiado os houthis, o Iêmen é, na realidade, anfitrião de várias guerras complicadas dentro de uma guerra. As forças anti-houthis estão divididas quanto aos seus objetivos; a coligação inclui rebeldes separatistas, no Sul, que combatem o governo pró-saudita em Aden e milícias financiadas pelos Emirados Árabes Unidos na região oeste que lutam entre si. Depois, há os grupos jihadistas, incluindo o autoproclamado Estado Islâmico [Daesh].

Os civis do Iêmen, com poucos alimentos e água potável, são os que pagam o preço mais elevado. Até fevereiro de 2020, segundo o chefe de assuntos humanitários da ONU, Mark Lowcock, 16 milhões de pessoas passavam fome, “incluindo cinco milhões que estão no limiar da fome”. E alerta para o facto de pelo menos 400 mil crianças iemenitas poderem morrer só neste ano.

Risco de contaminação após o derrame

Baixo Alto

FONTE RiskAware, análise de impacto entre julho e setembro de 2021



Um desastre no FSO *Safer* tornaria as coisas ainda piores. Neste momento, o Iêmen já importa 90% dos seus produtos alimentares. Cerca de ¾ das importações de alimentos sólidos entram no país pelo porto de Hodeida, controlado pelos houthis. É este porto que o *Safer* agora ameaça, assim como o porto vizinho de Saleef.

FORÇAS DE BLOQUEIO

Redirecionar as importações de combustível e de alimentos para o porto de Aden, no Sul, constituiria um grande desafio num país cuja guerra civil já impede o movimento de bens, e poderia conduzir a um aumento abrupto dos preços, indicam as projeções da ACAPS. O conflito também ajuda a explicar porque tão pouco tem sido feito para se enfrentar esta bomba-relógio no seu Litoral. Os houthis retêm o controlo do navio e têm rejeitado as tentativas de avaliação do estado do *Safer* por parte da comunidade internacional e nem sequer aceitam que se retire o petróleo que ele contém.

Em agosto de 2019, a ONU chegou ao ponto de adquirir um navio de recuperação, estacionado na costa do Djibuti [no corno de África]. Na noite anterior à sua planeada partida, as autoridades houthis retiraram-lhe a licença. Em novembro de 2020, os houthis concordaram, mais uma vez, em permitir que uma equipa da ONU entrasse no *Safer*, durante um mês, para efetuar reparações ligeiras. Mas a visita, programada para fevereiro, foi adiada por tempo indeterminado, porque os houthis se recusaram a assinar os documentos dessa missão. "As negociações têm estado num impasse, devido a questões logísticas, como o local onde navio de recuperação vai atracar, embora estas estejam à beira de resolução", assegura uma fonte da ONU familiarizada com as negociações.

Em todo o caso, mesmo antes do último impasse, alguns especialistas já estavam convencidos de que a tão demorada avaliação da ONU nunca iria concretizar-se. "Dou à missão da ONU menos de 1% de probabilidade de avançar", vaticina o perito em lei marítima, Ian Ralby, que tem defendido uma resolução do Conselho de Segurança da ONU no sentido de autorizar uma intervenção militar para resolver a crise. "Os houthis até podem assinar acordos com sangue, mas o seu histórico mostra que renegarão qualquer compromisso antes que algo aconteça."

Em 2015, quando os houthis se apoderaram de Sana, recorda Kulaib,



Incidente grave

Em maio do ano passado, na sequência de uma rotura, a velha casa das máquinas ficou praticamente inundada

mostravam-se ansiosos por saber mais sobre como exportar petróleo. "Queriam obter informações sobre como vender a carga, para onde ia o dinheiro, quanto é que vendíamos." Isso nunca aconteceu, e Kulaib realça que retomar as exportações do petróleo do *Safer* está fora de questão. Embora os houthis e até a equipa da ONU estejam a discutir questões de reparação e de manutenção, "isso nunca poderá acontecer, porque [os danos] são irreparáveis. A sala das máquinas está fora de serviço e não tem arranjo".

Se o *Safer* serve apenas para ferro-velho, por que razão os houthis estão a bloquear o seu acesso? A resposta mais plausível é: porque é um raro instrumento de pressão para um movimento que quase não tem aliados. Os houthis estão a "usar o ambiente e o sustento de centenas, se não milhares, de pescadores como arma negocial... para chantagear a comunidade internacional", acusou o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, príncipe Faisal bin Farhan, em declarações ao diário Arab News, de Riade.

Estas declarações a exprimirem preocupação pelos pescadores iemenitas soam a vazio: ataques navais da co-

ligação liderada pelos sauditas já mataram dezenas de pescadores. A verdade é que os EUA utilizam um argumento semelhante. "As persistentes desculpas e a obstrução por parte dos houthis impedem [que a equipa da ONU conclua o] trabalho, declarou à TIME um porta-voz do Departamento de Estado, em 16 de abril. "Ao politizarem o petroleiro, os houthis arriscam-se a infligir ainda mais sofrimento ao povo do Iêmen e a criar danos ambientais enormes à região."

PERIGO NO MAR VERMELHO

Mohamed Abdulsalam e Ahmed al-Shami, dois responsáveis houthis contactados pela TIME, não quiseram responder sobre o estado das negociações relativas à segurança do pessoal da SEPOC, a bordo do *Safer*. Publicamente, as autoridades houthis têm responsabilizado a comunidade internacional pelos atrasos. "Provamos ao mundo que os seus slogans são falsos e que apenas estão ao serviço da agressão dos norte-americanos, dos britânicos, dos sauditas e dos emiradenses contra a República do Iêmen", escreveu no Twitter, no dia 4 de abril, o líder do grupo, Mohammed Ali al-Houthi.

OS HOUTHIS ESTÃO A "USAR O AMBIENTE E O SUSTENTO DE MILHARES DE PESCADORES COMO ARMA NEGOCIAL..."

ACUSAÇÕES DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ARÁBIA SAUDITA, PRÍNCIPE FAISAL BIN FARHAN

É di
um der
petróle
vazaran
diterã
causou
ecológi
registro
ques e
japonê
tonelac
rícia, e
praias
de mil
tóxicos
causa d
que de
mes ju
do que
Safer”,
desastr
inevitã
longa c
dos eco
e com
cies en
e dos
conhe
tempe
Seg
Dream
rá ter

A

"TODOS CONFIRMAM QUE O DESASTRE É IMINENTE, MAS QUANDO IRÁ ACONTECER SÓ ALÁ SABE"

YASSER AL-QUTABI

É difícil visualizar a escala global de um derrame de um milhão de barris de petróleo. Em fevereiro de 2021, quando vazaram mil toneladas de crude no Mediterrâneo, um antigo petroleiro líbio causou "um dos mais graves desastres ecológicos que afetou Israel", segundo registros da Agência Israelita de Parques e Natureza. E quando o petroleiro japonês MV Wakashio despejou mil toneladas de crude perto da ilha Maurícia, em agosto de 2020, enegrecceu praias imaculadas, expondo dezenas de milhares de voluntários a poluentes tóxicos, tendo sido, provavelmente, a causa de morte de 50 golfinhos e baleias que deram à costa. "Estes dois derrames juntos representam menos de 1% do que estamos a falar em relação ao Safer", realçou Ian Ralby. Além de um desastre humano imediato, poderá ser inevitável uma catástrofe ambiental de longa duração. O mar Vermelho é um dos ecossistemas marinhos mais ricos e com maior diversidade: lar de espécies endêmicas de peixes, de mangais e dos únicos recifes de coral que se conhecem resistentes ao aumento da temperatura do mar.

Segundo a ONG iemenita Green Dream, um derrame do Safer poderá ter impacto em 115 ilhas do Iémen

no mar Vermelho. Também poderá obstruir o estreito de Bab el-Mandeb, a rota para o canal do Suez, por onde flui cerca de 12% do comércio mundial.

Foi a extraordinária ecologia do mar Vermelho que cativou Maoz Fine, quando o pai o levou, pela primeira vez, era ele ainda criança, a fazer snorkelling. A poucos passos da água, Fine foi transportado da vastidão castanha e opaca do deserto israelita do Negev para um mundo rico e colorido. Nessa altura, confessa, "[eu] já tinha a certeza de que era aquilo que queria estudar e compreender." Do mergulho com snorkel ao mergulho autónomo [com um cilindro de ar para respirar debaixo de água] e depois para uma carreira como biólogo marinho, Fine foi parar à Grande Barreira de Coral da Austrália. Mas foi o seu regresso a casa que o lançou na investigação que o tornou famoso. Esperando observar os mesmos padrões de branqueamento de cortar o coração que transformaram outros recifes em fossos submarinos sem vida, Fine ficou impressionado com o facto de os corais do Norte do mar Vermelho permanecerem tão vibrantes como ele os recordava.

A maioria dos corais sofre um branqueamento depois de um aumento da

temperatura do mar de 1 ou 2 graus centígrados. Mas os do Norte do mar Vermelho retêm uma espécie de memória biológica dos seus antepassados que migraram de águas mais cálidas. Os que Fine estudou conseguem suportar uma subida de temperatura até 7 graus centígrados. E prevendo-se que apenas 10% dos recifes de coral sobrevivam até 2050, estes supercorais poderão revelar-se cruciais.

"O RISCO É REAL"

Isso poderá não acontecer na eventualidade de um derrame. A maioria dos recifes situa-se em águas rasas, perto da costa, e corre o risco de ficar coberta de petróleo durante as marés baixas, porque alguns químicos do Marib Light – o tipo de crude a bordo do Safer – são solúveis em água, e um derrame afetaria também os corais entre as marés e as profundezas do mar.

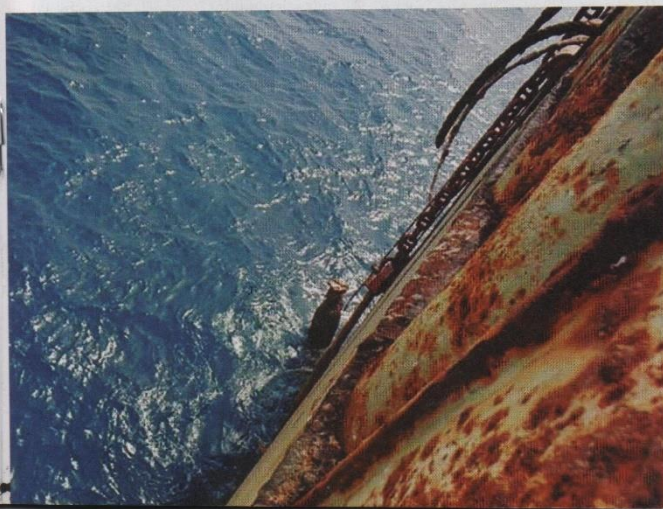
É esse o caso, embora os supercorais estejam a centenas de milhas a norte das águas iemenitas. Viviane Menezes, cientista marinha no Instituto Oceanográfico de Wood Hole, em Massachusetts, descreve o mar Vermelho como uma "grande lagoa" em que tudo está ligado. Um derrame de petróleo em qualquer altura do ano seria desastroso, alerta, mas o clima sazonalmente variável e os padrões das marés dificultam planos de contingência. No verão, as correntes do mar Vermelho podem arrastar uma mancha de petróleo para sul, ameaçando a Eritreia e o Djibuti, e entrar, potencialmente, no golfo de Aden. No inverno, correntes circulares poderão levar o petróleo a norte.

O cenário de inverno constitui uma particular ameaça para a Arábia Saudita, onde centrais de dessalinização pontilham a costa, desde a cidade de Jizar, no Sul, perto da fronteira com o Iémen, até à foz do golfo de Aqaba, que separa a Arábia Saudita do Egito. O reino é tão dependente de água dessalinizada – cerca de metade das suas necessidades – que, em 2018, a companhia estatal Saudi Saline Water Conservation Corporation encomendou a construção de mais nove centrais ao longo da costa do mar Vermelho.

"O risco é real", declara Manal Shehaby, especialista em economias petrolíferas do Golfo, no Instituto de Estudos Energéticos da Universidade de Oxford, no Reino Unido. "Basta olhar para os anteriores derrames petrolíferos, no Golfo Pérsico e em Israel, que provocaram o encerramento de várias centrais de dessalinização." – No entanto, tal como acontece com a

Risco global

A corrosão da estrutura do Safer é uma enorme ameaça para o mar Vermelho, um dos ecossistemas marinhos mais ricos do planeta



guerra, as pessoas que mais poderão ser afetadas por um derrame são os civis iemenitas. Todos os dias, depois das orações, Akram (identificado com um pseudônimo para sua proteção) e sete amigos vão com o seu esquife para a praia de Al Khokha até ao mar Vermelho. Às vezes, Akram regressa a terra ao pôr do Sol, carregado de tilápias, cavalas e garoupas, para serem leiloadas na povoação. Noutras ocasiões, é forçado a permanecer no mar durante uma semana. Nas noites sem luar, conta ele à TIME com a ajuda de um intérprete, “[fazemos] um pequeno gerador e lanternas para [nos] ajudar a pescar até de manhã”.

Outrora, era possível ganhar uma vida miserável com a pesca, que constituía, antes da guerra, a terceira maior indústria de exportação do Iémen. Desde 2015, porém, tornou-se uma atividade cada vez mais perigosa. Há um assédio constante por parte de guardas costeiros eritreus, encorajados pela falta de supervisão do governo do Iémen. Os preços dos combustíveis e dos alimentos dispararam. Barreiras na estrada e restrições à faina aumentam o tempo de entrega do pescado nos mercados, obrigando a reduzir os preços.

Depois, há os perigos mortais. “Os navios de guerra impedem os nossos movimentos”, queixa-se Akram. “Não temos autorização para ir a muitas ilhas, porque são consideradas [instalações] militares. E agora há minas marítimas por toda a parte. Mas é a nossa única fonte de rendimento. Ou morremos das minas ou da fome.”

“UM CENÁRIO DE HORROR”

Cerca de um terço da população ao longo desta faixa do mar Vermelho está em situação de “deslocados internos”. Grande parte não tem acesso a cuidados de saúde e os únicos produtos que chegam da costa ao Norte do Iémen são peixes e pequenas quantidades de cebola-roxa. Em determinados pontos, a linha da frente está tão próxima da estrada costeira que os camiões são forçados a circular, durante quilómetros, ao longo da praia. Aqui, pescadores como Akram continuam a exercer o seu ofício apesar dos riscos.

Um cenário de derrame de petróleo projetado pela RiskAware para o governo britânico, em 2020, mostra a inundação de toda a zona pesqueira na costa iemenita, representando uma perda de receitas de 1 500 milhões de dólares [mais de 122 mil milhões de euros] num período de 25 anos. Se a pobreza forçar as pessoas a pescar,

OS MAIORES DERRAMES DE NAVIOS PETROLÍFEROS, NOS ÚLTIMOS 25 ANOS

(em milhares de toneladas).

11

Hebei

COREIA DO SUL, 2008

20

Erika

FRANÇA, 1999

63

Prestige

ESPANHA-PORTUGAL, 2002

A 13 de novembro, este navio liberiano com bandeira das Bahamas, com 77 mil toneladas de combustível a bordo, foi apanhado numa tempestade ao largo do cabo Finisterra e sofreu um rombo de 35 metros no casco. No dia 16, chegou à Costa da Morte, na Galiza, a primeira maré negra, numa extensão de 200 quilómetros. A 19, o *Prestige* partiu-se em dois e afundou-se, provocando uma segunda mancha de óleo. Três meses depois do acidente, foram recolhidas em Portugal 439 aves marinhas atingidas pela maré negra. A pesca foi também prejudicada, quer em Espanha quer em Portugal, porque as pessoas temiam comer peixe poluído. Para esta que foi uma das maiores catástrofes ambientais na Europa, mobilizaram-se “cerca de 330 mil voluntários e 35 mil soldados”, para recolher “mais de 50 mil toneladas de combustível misturado com água, no mar, e 43 mil toneladas misturadas com areia e outros resíduos, nas praias e rochas”.

72

M.V. Sea Empress

REINO UNIDO, 1996

113

Suezmax Sanchi

CHINA, 2018

160

FSO Safer

Potencial derrame

por muito irrisória que seja a apanha, Raphael Veicht, o chefe de missão dos Médicos sem Fronteiras, adverte que “vamos ter de lidar com veneno – é um cenário de horror”. E acrescenta: “Ao longo da costa do mar Vermelho, não há mitigação possível. Não há preparação, nem planos de contingência.”

O Conselho Norueguês para os Refugiados [NRC, na sigla inglesa] é uma das poucas ONG's que trabalham com comunidades pesqueiras na região. Entre outras iniciativas, esta agência humanitária tem ajudado a reconstruir cais de descarga de pesca, mercados e centros de testagem de peixe, danificados pela guerra civil. Oferece também empréstimos em dinheiro aos pescadores impedidos de aceder às áreas de pesca e equipamento para reparar redes e esqueses.

Embora um derrame do *Safer* possa destruir a sua obra, os trabalhadores humanitários anotam que esta é uma questão demasiado política para eles resolverem. “Não creio que ninguém, na área humanitária, esteja pronto para enfrentar um desastre desta proporção”, reconhece Sultana Begum, porta-voz do NRC residente no Iémen.

Ainda assim, acrescenta, os apelos para que o Conselho de Segurança da ONU autorize uma ação militar são “a pior recomendação possível”. Uma intervenção “destruiria tudo e dificultaria a provisão de ajuda e a manutenção da segurança das pessoas.” Para os trabalhadores da SEPOC no *Safer*, não há ajuda nem segurança. O contingente a bordo foi reduzido de um máximo de 100 para uma tripulação mínima de sete ou oito. São monitorizados 24 horas por dia por um esquadrão de militantes houthis “que nada percebem sobre hidrocarbonetos”, afirma Kulaib. “Só sabem como usar as armas.”

Ocasionalmente, um barco de pesca visita o *Safer*, levando comida, peças sobressalentes e bidões de gásóleo para o gerador. E quase todos os meses, os tripulantes obtêm uma licença para ir a terra, sendo substituídos por uma nova equipa rotativa. “Todos confirmam que o desastre é iminente, mas quando é que irá acontecer só Alá sabe”, escreveu o engenheiro Yasser al-Qutabi, no relatório visto pela TIME relativo à situação de emergência, em maio de 2020. ■

visao@visao.pt

*com Alkhatib Alrawhani, no Cairo, e Madeline Roache, em Londres

TIME

© 2021, TIME Inc. Todos os direitos reservados. Traduzido da TIME Magazine e publicado com autorização da TIME Inc.

Anexo IV: Reportagens com a designação “Investigação” que não foram consideradas jornalismo de investigação.

“Joe, da Madeira à Gomes Freire” - Edição 1478 (1/7 a 7/7/2021), pp. 76-78.

F INVESTIGAÇÃO

Próximo do poder O empresário com o ex-primeiro-ministro José Sócrates, na inauguração da exposição da Coleção Berardo

Joe, da Madeira à Gomes Freire

Joe Berardo e o seu advogado foram detidos por alegada dissipação de património de forma fraudulenta. A história do homem que nasceu na Madeira, enriqueceu na África do Sul e enfrenta agora os juízes do DCIAP, na Rua Gomes Freire

JOÃO AMARAL SANTOS E PAULO M. SANTOS

Joe Berardo foi detido na passada terça-feira por suspeitas da prática de burla qualificada, fraude fiscal e branqueamento de capitais. Na mira das autoridades, está a estratégia utilizada pelo empresário madeirense para escapar, ao longo de vários anos, ao pagamento de dívidas à banca no valor de quase mil milhões de euros, que foi somando através de empréstimos junto de Caixa Geral de Depósitos (CGD), Novo Banco e BCP – Berardo terá alegadamente dissipado património e dinheiro de forma fraudulenta, através de empresas-veículo.

Pelo menos desde 2006 que Joe Berardo entrou neste jogo do “gato e do rato” com os credores. O empresário madeirense obteve da banca quase mil milhões, mas, durante este período, nunca fez caso das dívidas, alegando simplesmente não ter capacidade financeira (nem património, nem dinheiro) para pagá-las – ficou célebre, em maio de 2019, a presença do comendador no Parlamento, onde, à gargalhada, garantiu aos deputados e ao País não dever “pessoalmente” nada a ninguém e ser proprietário de apenas uma singela garagem. Ao mesmo tempo, jamais abdicou de manifestar sinais de riqueza exterior.

Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco e BCP, as instituições financeiras lesadas, avançaram para a Justiça para reclamarem as dívidas. E, na passada terça-feira, na sequência de um inquérito levado a cabo pelo Departamento

Centr
(DCIA
gulari
crédito
Judici
(MP) a
que cu
Berard
Inês B
Alexan
burla d
queam
André
pelos
Só
e a fu
perto
acredi
ciado
o gove
Sócrat
e que
na con
tarde,
permit
acioni
contas
com c
Em 20
ainda r
no val
crédito
O in
suado
autoric
cas em
e Sesir
138 ele
acompl
MP, se
27 insp
Depoi
da PJ,
ta-feir
numa
dar un
bunal
Verem
impro
dirigir

Um pe
José M
na Ma
seio de
Com a
instru
altura
na Mac
los nas
Emigro

76 VISÃO 1 JULHO 2021



MARCOS BORGIA

Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), que investiga alegadas irregularidades na gestão e concessão de créditos pelo banco público, a Polícia Judiciária (PJ) e o Ministério Público (MP) avançaram com uma megaoperação que culminou com a detenção de Joe Berardo – promovida pela procuradora Inês Bonina e ordenada pelo juiz Carlos Alexandre –, por suspeitas da prática de burla qualificada, fraude fiscal e branqueamento de capitais. O seu advogado, André Luiz Gomes, também foi detido pelos mesmos crimes.

Só da Caixa, o grupo empresarial e a fundação de Berardo garantiram perto de 350 milhões de euros. O MP acredita que o empresário terá beneficiado de uma relação privilegiada com o governo, à época liderado por José Sócrates, para obter estes empréstimos, e que esse capital seria depois aplicado na compra de ações do BCP (que, mais tarde, viriam a desvalorizar a pique), permitindo-lhe reforçar a posição como acionista daquela entidade. Feitas as contas, o banco público ficou a braços com centenas de milhões de prejuízos. Em 2015, passados nove anos, a CGD ainda revelava uma exposição à fundação no valor de 268 milhões de euros em créditos malparados.

O inquérito prossegue após um dia suado para PJ e MP. Na terça-feira, as autoridades realizaram cerca de 50 buscas em vários locais (em Lisboa, Funchal e Sesimbra). Na operação entrevistaram 138 elementos daquela força policial, acompanhados por nove magistrados do MP, sete juizes de instrução criminal e 27 inspetores da Autoridade Tributária. Depois de uma noite nos calabouços da PJ, Berardo começou, ontem, quarta-feira, a reescrever um novo capítulo numa vida rocambolesca. Capaz até de dar um filme. O palco, agora, é o Tribunal Central de Instrução Criminal. Veremos, para começar, se o realizador improvável, Carlos Alexandre, prefere dirigir um drama ou uma comédia.

Um percurso envolto em polémicas

José Manuel Rodrigues Berardo nasceu na Madeira, a 4 de julho de 1944, no seio de uma família de parcos recursos. Com apenas a quarta classe, a máxima instrução a que muitos jovens daquela altura podiam aspirar, José trabalhava na Madeira Wine, onde colocava rótulos nas garrafas do vinho daquela ilha. Emigrou para a África do Sul aos 19 anos

O que está agora em causa

Joe Berardo está na mira do Ministério Público por suspeitas da prática dos crimes de burla qualificada, fraude fiscal e branqueamento. Em causa, está o rombo provocado nas contas da Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco e BCP – e que, no caso do banco público, justificou a abertura de um inquérito levado a cabo pelo Ministério Público (pela mão do Departamento Central de Investigação e Ação Penal), para apurar alegadas irregularidades na gestão e concessão de créditos. O empresário madeirense obteve, desde 2006, empréstimos na ordem dos mil milhões de euros junto daquelas instituições, em circunstâncias não totalmente apuradas. As autoridades estão convencidas de que, posteriormente, terá dissipado património e dinheiro para se furtar a pagar as dívidas, mesmo mantendo sinais exteriores de riqueza. O seu advogado, André Luiz Gomes, é suspeito dos mesmos crimes e também foi detido. A megaoperação que levou à detenção do (ainda) comendador incluiu cerca de 50 buscas e contou com mais de uma centena de efetivos da Polícia Judiciária, do Ministério Público e da Autoridade Tributária. O caso fica nas mãos do juiz Carlos Alexandre.

sem nada seu. Chegou àquele país rotulado de agricultor. E começou a ganhar a vida como vendedor de legumes. Foi ainda porteiro de bares e, durante esse período, viu o seu nome nos cadastros da polícia sul-africana, após uma rixa e por porte ilegal de arma.

A forma como ganhou o seu primeiro milhão é dúbia e existem várias versões das pessoas que o conheceram naquela altura. Nenhuma delas igual. O próprio Joe Berardo diz não saber como o fez. Por mérito pessoal ou com apoio de altas figuras do Estado, alguns frequentadores do bar que chegou a possuir em Joanesburgo, Joe Berardo começou a extrair ouro dos entulhos mineiros que ficavam à porta das minas. Criou um império empresarial que tinha como empresa-mãe a JMF (Johannesburg

Mining & Financing Corporation) e que, em 1981, entra na bolsa de Joanesburgo. Naquele país teve vários problemas com as autoridades, desde dívidas ao Fisco até ao congelamento das suas contas devido ao caso das cicas, espécie vegetal rara cuja exportação é proibida. Na crise de 1987, viu as suas empresas perderem quase todo o seu valor no mercado de capitais. Mas, nessa altura, já Joe Berardo se encontrava noutras paragens. Mais propriamente na sua terra natal. Ali fundou um novo banco no Funchal, o Banif, ao lado de Horácio Roque. Cria a Fundação José Berardo, no final de 1989, com “fins caritativos, educativos, artísticos e científicos”, mas é através dela que passa a controlar uma boa parte dos seus negócios em Portugal. A fundação, sediada no Jardim Monte Palace no Funchal, foi alvo de vários processos fiscais e acusada de exercer atividades fora do âmbito dos seus estatutos. O processo acabou por ser favorável ao empresário, que apenas se viu obrigado a mudar um dos artigos dos estatutos da fundação.

Teve ainda participações na Empresa Madeirense de Tabacos, na indústria hoteleira, nos vinhos e em vários órgãos de comunicação social, como a SIC, o Record, a Rádio Gest e o Diário Popular, entre outros. No início dos anos 2000, entrava na lista dos homens mais ricos de Portugal. Em 2012, ataca a decisão do Estado de leiloar 85 quadros de Joan Miró, que pertenciam ao BPN, defendendo que estes deveriam ficar num museu em Portugal. Apesar de alegar não ter património pessoal, dois anos mais tarde propõe comprar alguns, pois “não tenho dinheiro para comprar toda a coleção”.

Em 2007, decide lançar uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre 85% do capital da Benfica SAD, prometendo “ajudar o clube”, pagando 3,5 euros por ação. A operação acabaria por ser considerada “inoportuna” pela administração de Luís Filipe Vieira. Nesse mesmo ano, consegue chegar a acordo com o Estado para colocar a sua coleção de arte contemporânea no Centro Cultural de Belém, um processo que se estendeu por quase dez anos e durante o qual Berardo ameaçou levar as obras para fora do País.

Por entre estes vários negócios que foi comprando e vendendo, Berardo foi acumulando uma vasta riqueza em obras de arte. Com Francisco Capelo, um entendido em arte, consegue colecionar obras de vários artistas, como Pablo Pi-



O "maior desastre" Berardo à entrada para uma assembleia geral do BCP, no auge da guerra de poder no banco

casso, Joan Miró, Salvador Dalí ou Andy Warhol. Estima-se que é detentor de uma das maiores coleções do mundo de arte contemporânea. Em abril de 2006, assina um acordo com o Estado português que definia os termos em que a coleção ficaria instalada e exposta no Centro Cultural de Belém. Pelo meio entrou ainda na guerra entre a Sonae e o BES pelo controlo da Portugal Telecom e mudou de barricadas a meio da batalha. Começou por comprar ações da Sonae, uma semana depois do lançamento da oferta, dizendo "confiar na gestão, na estratégia e na atitude" de Paulo Azevedo, líder da Sonae.com. Meses depois, trocou de lado e foi mesmo recebido com aplausos na assembleia geral da PT pelos opositores à OPA.

Foi numa das suas muitas lutas empresariais que entrou num dos negócios que acabaria por o levar a este processo judicial. Após a saída de Jardim Gonçalves da liderança executiva do BCP, Joe Berardo forma o chamado "Grupo dos Sete", com Bernardo Moniz da Maia, Manuel Fino, Vasco Pessanha, Filipe de Botton, Diogo Vaz Guedes e João Pereira Coutinho, para tentar tomar o poder naquele banco. Para comprar as ações do BCP, Berardo, tal como outros elementos do grupo, endividaram-se junto de outras instituições bancárias, dando como garantia as próprias ações do BCP, do qual Berardo chegou a ser o maior acionista, com 7% do capital. Desgastado por esta batalha, o banco, também a braços com a grande crise financeira internacional, viu as suas ações caírem a pique. O seu valor já não dava para garantir nem metade das dívidas que Joe Berardo tinha junto da banca, que foram acumulando juros, atingindo quase os mil milhões de euros. Na célebre Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos, Berardo admitiria que esse negócio foi "o



Comenda Na cerimónia de condecoração, em 1985

ANDRÉ LUIZ GOMES FAZ PARTE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DE VÁRIAS EMPRESAS DE JOE BERARDO, COMO A BACALHÔA, A COMPANHIA DE VINHOS DE BORBA E A FUNDAÇÃO DE ARTE MODERNA - COLEÇÃO BERARDO

maior desastre que tive na minha vida". Também Moniz da Maia se queixou do buraco que essa aposta no BCP criou.

FUGA PARA A FRENTE

Ao longo dos anos, Joe Berardo tem, segundo a Polícia Judiciária, "incumprido com os contratos e recorrido aos mecanismos de renegociação e reestruturação de dívida para não a amortizar" junto dos bancos credores. Na altura da renegociação com os bancos, em vez de dar a obras de arte como garantia, o empresário deu apenas os títulos da Associação Berardo, entidade que controla essa coleção. Mais tarde, mudou apenas três artigos dos estatutos da associação, que não só reforçaram o seu poder para fazer face aos credores, como blindaram qualquer possibilidade de as obras de arte serem penhoradas. A coleção Berardo está avaliada em cerca de 500 milhões de euros.

Recorrendo aos mais variados esquemas e às falhas da lei, tendo sempre a seu lado o advogado André Luiz Gomes, Berardo conseguiu que o seu património ficasse a salvo dos credores. E chegou mesmo a gabar-se desse feito numa comissão parlamentar de inquérito, em 2019, quando afirmou que, pessoalmente, "não tenho dívidas" e não devia nada a ninguém. Chegou mesmo a dar uma gargalhada jocosa quando a deputada Cecília Meireles, do CDS, lhe perguntou se os títulos da Associação Berardo fossem executados ele deixaria de mandar na associação. Se o fizessem "ia-lhes custar uma pipa de massa", foi a resposta do empresário. E acabou essa sessão afirmando ter sido "o mais prejudicado" em todo este processo.

Em 2019, os bancos conseguiram arrestar algumas obras do Museu Coleção Berardo, mas de valor insuficiente para pagar as dívidas.

Nesta terça-feira, o empresário e o seu advogado, André Luiz Gomes, foram detidos para interrogatório nas instalações do DCIAP. André Luiz Gomes é administrador ou presidente da assembleia geral de várias empresas de Joe Berardo, como a Bacalhôa, a Companhia de Vinhos de Borba e a Fundação de Arte Moderna - Coleção Berardo, entre outras sociedades.

Um longo e sinuoso percurso que levou José Manuel Rodrigues Berardo desde a ilha da Madeira até às instalações do "Ticão", na Rua Gomes Freire, em Lisboa. visao@visao.pt



FOCAR

INVESTIGAÇÃO

Peças vitais dos Kamov do Estado aparecem de forma ilegal na Rússia

Componentes das aeronaves pesadas do Estado, seladas num hangar por suspeita de roubo de peças, em 2018, surgiram na Rússia, no âmbito de um negócio mal explicado que terá levado o fabricante dos Kamov a contactar Portugal. O Ministério Público confirma dois inquéritos ao desvio de materiais destes helicópteros comprados há 15 anos e que, para voltarem a voar, vão precisar de uma profunda manutenção de milhões. Dos seis que existem, um é quase dado como perdido para a aviação

 NUNO MIGUEL RÓPIO

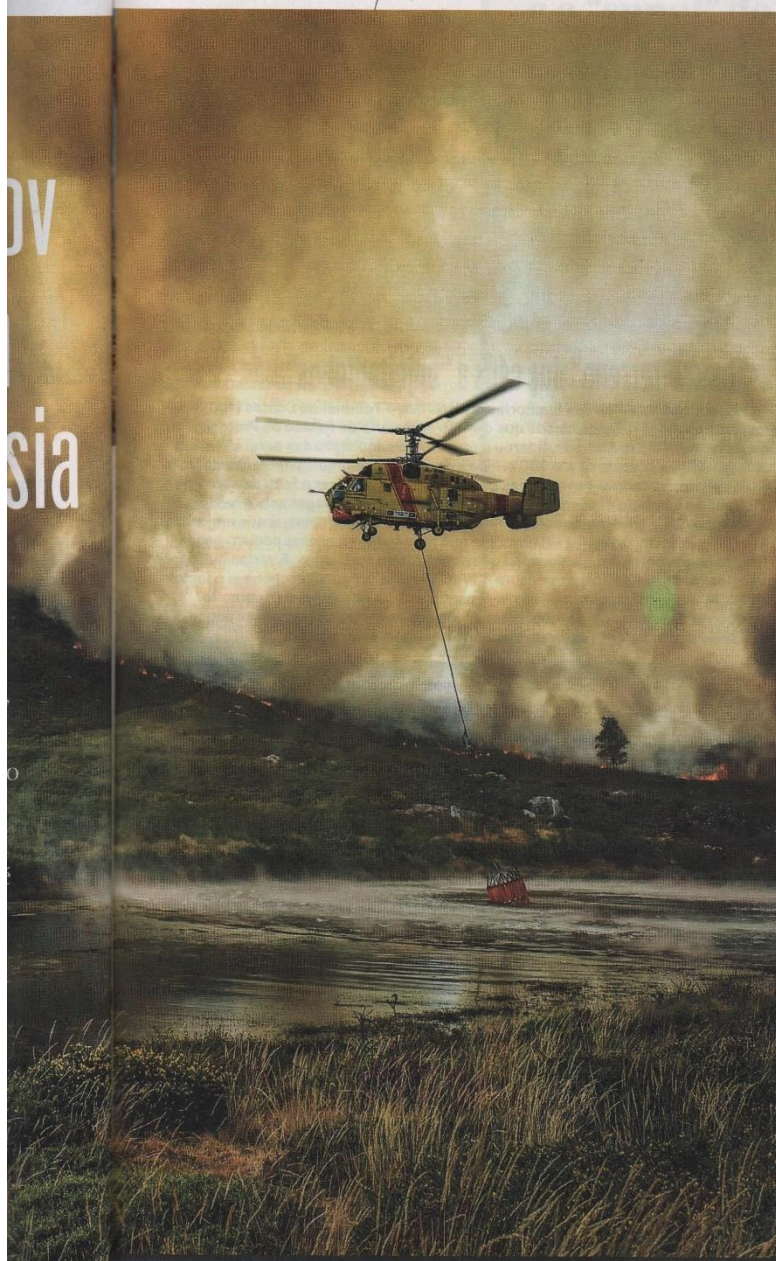
“Todos os negócios que me propõem são maus, porque se fossem bons não mos propunham”

André Maurois
Escritor e ensaísta francês
(1885-1967)



76 VISÃO 26 AGOSTO 2021

Combate Já data do verão de 2017 a última operação de um Kamov do Estado num incêndio florestal



O hangar da ANPC sito em Ponte de Sor, onde se encontra localizada a frota de helicópteros Kamov, propriedade do Estado português, foi ontem, interditado pela ANPC, em virtude de se ter constatado a movimentação de material da mencionada frota, por parte da Heliavionics, sem ter sido efetuada a identificação do referido material, nem ter sido solicitada a necessária autorização." Com este comunicado da Proteção Civil, emitido na noite de 28 de março de 2018, parecia ter-se encontrado um desfecho para a atribulada vida dos seis helicópteros pesados do Estado, desde que começaram a chegar a solo nacional, uma década antes. Porém, apesar de estarem selados num hangar em Ponte de Sor, várias peças dos Kamov apareceram de forma suspeita na Rússia, num dos reparadores que integram a rede oficial do fabricante daquelas aeronaves. Terão ali chegado nas mãos de técnicos que fariam cá a manutenção destes helicópteros e, finda a reparação, rumariam à posse de chineses. A Procuradoria-Geral da República (PGR) confirmou duas investigações, a cargo do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, que visam apurar quem tirou o quê de Ponte de Sor.

A origem de tais componentes foi detetada no número de série de uma caixa de transmissão, que pertencerá ao Kamov identificado como HMP, levando a JSC Russian Helicopters a confrontar, há um ano, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) se sabia que tal material português tinha ali sido depositado para conserto. Nos emails do fabricante russo enviados à ANEPC, a que a VISAÓ teve acesso, sinaliza-se que as peças terão sido entregues pelo cidadão ucraniano, proprietário da empresa Heliavionics Lab, sediada em Portugal e que durante anos esteve subcontratada para assegurar a manutenção das aeronaves do Estado. Mais: a indicação que terá sido dada ao reparador é que o levantamento das peças consertadas iria ficar a cargo de uma empresa chinesa – que ainda chegou a contactar os russos, assegurando que havia comprado aquele equipamento.

A VISAÓ questionou Oleksandr Shyyenko, proprietário da Heliavionics Lab, quanto ao seu papel no aparecimento daquelas peças no Leste, mas, até ao

LUSA

F

INVESTIGAÇÃO

fecho desta edição, não houve qualquer explicação – ainda assim, um porta-voz da empresa assegurou que “as coisas não se passaram bem assim”. Já a JSC Russian Helicopters, após ter mostrado uma disponibilidade inicial para esclarecer este episódio, não respondeu às insistentes questões sobre o assunto – principalmente depois de ter sido contratada pela Força Aérea Portuguesa (FAP), em maio deste ano, por 73 mil euros, para fazer uma peritagem às seis aeronaves e fornecer um orçamento que as consiga pôr de novo nos céus portugueses. Sobre o destino das peças – se permaneceram na Rússia ou se voltaram a Ponte de Sor – a JSC nada disse.

A Helioavionics Lab entrou em Portugal pelas mãos da HeliPortugal que, além de intermediar a compra dos Kamov entre os russos e o governo de José Sócrates, em 2006, ainda teve a operação destas aeronaves nos anos seguintes. Mais tarde, em 2015, a mesma empresa de Shyyenko passou a assegurar igual trabalho para a EverJets, que ganhou a concessão dos meios aéreos – após a extinção da estatal Empresa de Meios Aéreos (EMA), levada a cabo pelo então ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, em 2014.

A VISA, Ricardo Dias, proprietário da EverJets, disse desconhecer o assunto, lembrando que, desde que a ANEPC mandou selar o hangar em Ponte de Sor, há três anos e meio, nunca mais a empresa pôde aproximar-se das aeronaves. Aliás, no Tribunal Arbitral continua o pedido de indemnização da EverJets ao Estado, no valor de 45 milhões de euros, por alegados danos causados pela decisão da Proteção Civil. Estima-se que, na melhor das hipóteses, só haja uma decisão no próximo ano.

RUSSOS SURPREENDIDOS COM OS HELICÓPTEROS

Tendo em conta que ainda está a decorrer o processo de transição das aeronaves da ANEPC para a Força Aérea (que, desde 1 de janeiro de 2019, gere todos os meios aéreos de combate a incêndios), a FAP não se pronunciou sobre assunto, assim como a Proteção Civil – que terá apresentado queixa ao Ministério Público, dando origem aos tais dois inquéritos que decorrem no DIAP.

Entretanto, dois técnicos da Russian Helicopters permaneceram, durante cerca de um mês, em Ponte de Sor, no âmbito do contrato com a Força Aérea

Fechados Aeronaves estão fechadas num hangar, em Ponte de Sor, desde março de 2018, devido a suspeitas de roubo de peças



De “todo-o-terreno” dos céus a “enjeitadinhos”

São extensos os volumes das auditorias críticas que o Tribunal de Contas (TdC) tem produzido ao longo de anos, desde que o então secretário de Estado da Proteção Civil, Fernando Rocha Andrade, liderou o processo de aquisição das aeronaves, em 2006. No último, já deste ano, o TdC critica a demora na retoma da operação da frota. Com o epíteto de “todo-o-terreno” dos céus, que viriam resolver a falta de aeronaves do Estado no combate aos fogos, os Kamov começaram por chegar com grande atraso, sem que o governo de então tenha aplicado sanções; depois, tendo em conta a especificidade das máquinas russas, em que nem todos os pilotos podiam pegar, o Estado pagou horas a mais por voos que nunca foram realizados. E vários outros episódios foram sendo alvo de censura do TdC. Um dos últimos questionava o facto de o INEM ter rejeitado usar os Kamov – quando estes ainda voavam –, optando por recorrer aos privados, porque os seus técnicos achavam as aeronaves pouco adaptáveis e nem sempre estavam disponíveis para as emergências.

– que lhes pagou, além das viagens, a estada e a alimentação. A inspeção, relataram fontes ligadas ao processo, não poderia ter revelado pior cenário relativo às condições das seis aeronaves. Aliás, condizente com aquela que tem sido a novela atribulada desde que o então ministro da Administração Interna, António Costa, em 2006, autorizou a aquisição à Rússia destes helicópteros, por quase 50 milhões de euros.

COMPRADOS À RÚSSIA, EM 2006, O PERCURSO DOS KAMOV TEM SIDO ATRIBULADO, COM INCIDENTES, FALTA DE SEGUROS E QUEDA DO LÍDER DA PROTEÇÃO CIVIL À MISTURA

O maior problema continua a ser o Kamov que se despenhou, em 2012 – acidente que permitiu ao Tribunal de Contas (TdC) detetar que nenhuma das seis aeronaves tinha seguro. Está profundamente danificado devido à queda que sofreu no verão daquele ano, quando se abastecia numa lagoa em Ourém. Para o estado da aeronave, que obviamente nunca mais voou, terão contribuído os anos que o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GPIAAAF) demorou para concluir o inquérito à queda e o tempo gasto para as peças serem enviadas para peritagem na Rússia.

Refira-se que, nessa altura, os outros cinco Kamov acabaram por parar por inexistência de seguro, mas também porque foram logo apontadas pelo GPIAAAF falhas à manutenção da Helioavionics Lab, tendo em conta que, quanto à tripulação, a caixa negra do helicóptero deixava claro que o comandante, de 46 anos e o copiloto de 33 eram experientes e tinham seguido todos os procedimentos desde que saíram da

base do Parque. Outrora, melhoraram as condições dos pneus e terá tido um abando nos dois anos, 2015, quando assim a presidente, em 2015, aceitou a aeronave.

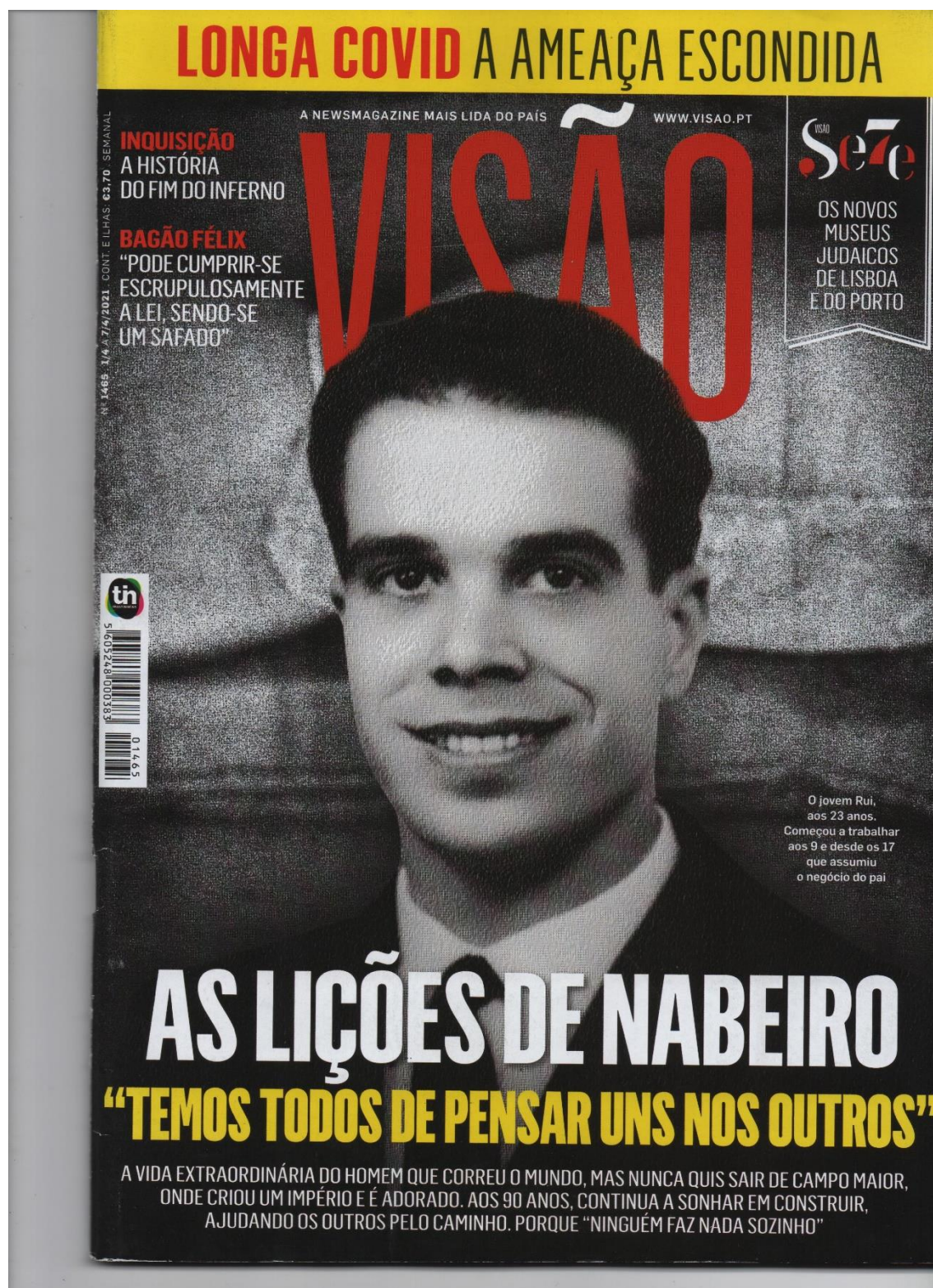
Uma Administração não do PSD pela sua Sousa, o vil não se fez a frota se estariam inoperantes havia um

Só há presidência Gouveia demitido euros para as aeronaves tre as que foi muito de contos que Pereira demitiu relatório que lhe disciplinar

Na prática Kamov juntaram de uma da EverJets que estavam os nutenções às autoridades ao desaparecer. O orçamento os se atingir v. Além da esse processo quem pil a FAP não nestas ae

Anexo V: Destaque atribuído na capa aos artigos considerados jornalismo de Investigação.

“Inquisição relato do fim do inferno” - Edição 1465 (1/4 a 7/4/2021) - Chamada de capa



“Os explorados (in)visíveis” - Edição 1470 (6/5 a 12/5/2021)- Chamada de capa



“CHEGA aqui ou CHEGA para lá?” - Edição 1472 (20/5 a 26/5/2021)- Capa



“A incrível história do clã Moreira” - Edição 1477 (24/6 a 30/6/2021)- Capa



“A outra face do ‘tubarão galinha’” - Edição 1480 (15/7 a 21/07/2021)- Chamada de capa

